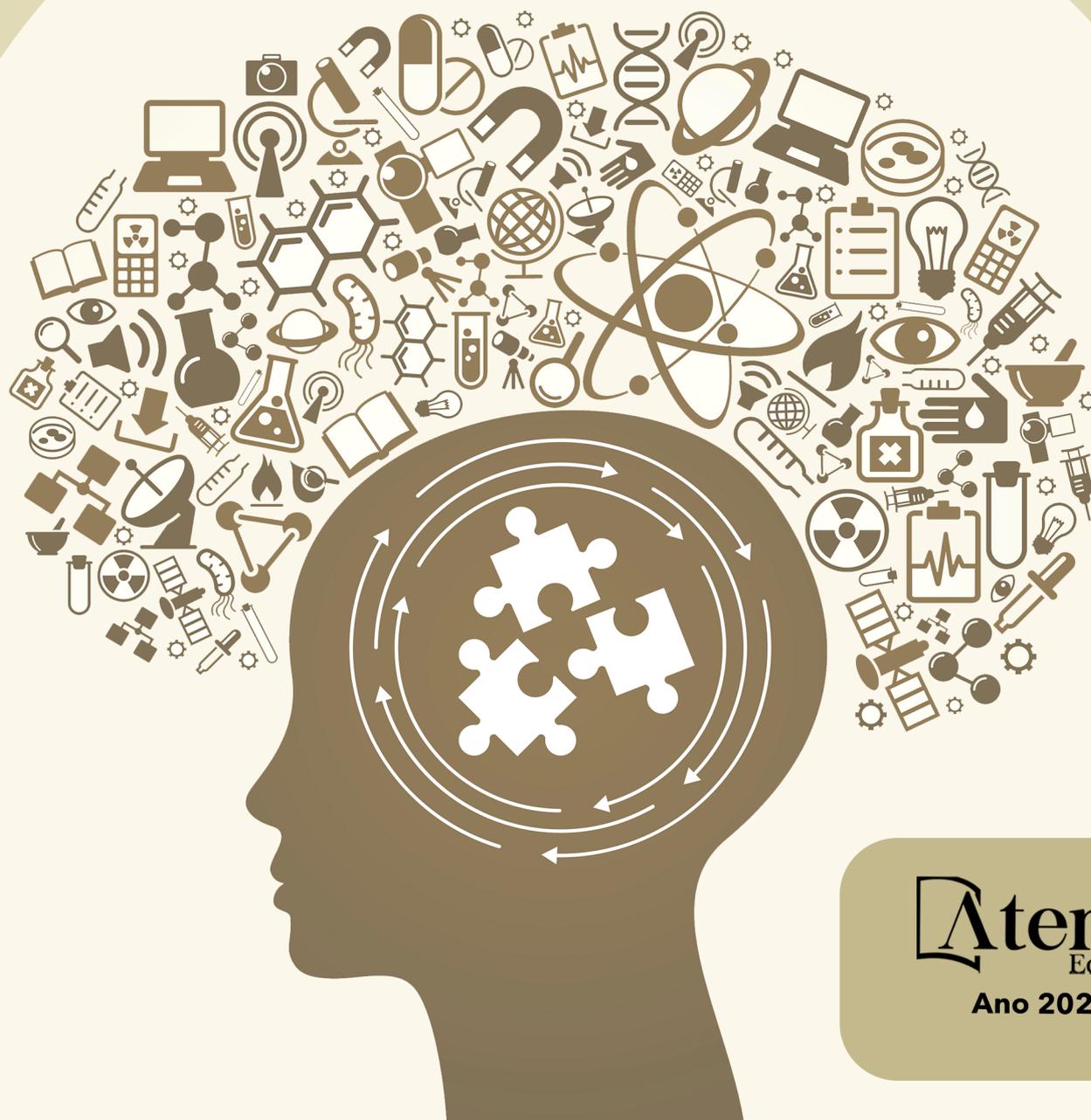


NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
VAGNO BATISTA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)**



Atena
Editora
Ano 2020

NOVAS POSSIBILIDADES RUMO AO FUTURO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
VAGNO BATISTA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)**



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof^a Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N936 Novas possibilidades rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Vagno Batista Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-76-8
 DOI 10.22533/at.ed.768200204

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Tecnologias.
 I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.
 III. Ribeiro, Vagno Batista.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, num momento histórico em que muros se erguem, as pessoas se fecham, se isolam, aderem ao teletrabalho, em que se discute a vida e do indivíduo e a importância da constituição de relações humanizadas, trazemos a vocês o livro *Novas Possibilidades rumo ao Futuro das Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Um livro, que abre as fronteiras do conhecimento num ritmo acelerado, promovendo relações dialógicas e de intercâmbio cultural, aqui e alhures – com pesquisadores das mais variadas regiões do Brasil e de alguns sítios do México. No livro, os conhecimentos advindos das Ciências Humanas e suas Tecnologias, são perpassados por temas amplos e diversos, que materializam resultados de investigações desenvolvidas nos mais variados espaços de pesquisa. Uma obra organizada em dois eixos temáticos que totalizam 24 capítulos fantásticos. O primeiro eixo temático, intitulado “Ciências Humanas” engloba 18 capítulos, nos quais apresentamos diferentes perspectivas e olhares teóricos que endossam os diálogos nos seguintes campos: Educação, Ciências Sociais, Direito, História, Arte, Economia, Literatura, Filosofia, Meio Ambiente e outros, que são transcorridas transversalmente por temas e pelas discussões ao longo dos textos. O segundo eixo, tem como título “Tecnologias”, que vem como tema guarda-chuva abrigando, 06 capítulos, cujos diálogos vão além do cotidiano escolar/universitário, englobando o campo do Direito – startups e dados, Gestão Agroalimentar e outros. Dos liames existentes entre os dois capítulos, gravitam ideias, temas e reflexões, perpassados pelos seguintes fragmentos: “...viagens pelos livros...”, “...desenvolvimento rural”; “Educação ambiental”; “...comportamento seguro”, “O saber científico e outros saberes”; “Direito das mulheres à propriedade agrícola”; “pedagogia/alternância”; “Educar ou ensinar...”; “Saúde da mulher”; “O ensino de Filosofia”; “Modernidade líquida”; “...negócio local, social e sustentável”; “...Direitos fundamentais no teletrabalho”; O uso de tecnologias em sala de aula e em atividade científicas e outros contextos de formação. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas e suas Tecnologias. Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Vagno Batista Ribeiro

SUMÁRIO

I – PARTE CIÊNCIAS HUMANAS

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A PERSPECTIVA DE MONSTRO NO LIVRO <i>VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE</i> : OS SERES DISFORMES VIVENTES NO ORIENTE | |
| Jorge Luiz Voloski Jaime Estevão dos Reis | |
| DOI 10.22533/at.ed.7682002041 | |
| CAPÍTULO 2 | 11 |
| DESARROLLO RURAL EN UNA COMUNIDAD DEDICADA A LA PRODUCCIÓN FORESTAL EN EL ALTIPLANO TAMAULIPECO, MÉXICO | |
| Elizabeth Del Carmen Andrade Limas Aimé Mariel López Rivas Bárbara Azucena Macías Hernández Glenda Nelly Lara Requena Lorenzo Heyer Rodríguez Patricio Rivera Ortiz | |
| DOI 10.22533/at.ed.7682002042 | |
| CAPÍTULO 3 | 25 |
| A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO PARA OS RISCOS GERADOS PELO CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO | |
| Andreza de Souza Toledo Matheus Milani | |
| DOI 10.22533/at.ed.7682002043 | |
| CAPÍTULO 4 | 45 |
| A IMPORTÂNCIA DO DIREITO HUMANITÁRIO NA LIBÉRIA: INTOLERÂNCIA E VULNERABILIDADE | |
| Carlos Alberto Leite | |
| DOI 10.22533/at.ed.7682002044 | |
| CAPÍTULO 5 | 61 |
| A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO SEGURO PARA AMENIZAR OS ACIDENTES E TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS OCASIONADOS PELO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O COMPORTAMENTO SEGURO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR | |
| Jaciera Graciela Dias Trzaskos Ester Caroline Dias Trzaskos | |
| DOI 10.22533/at.ed.7682002045 | |
| CAPÍTULO 6 | 75 |
| A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O SABER CIENTÍFICO E OUTROS SABERES COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO | |
| Luciano Tadeu Corrêa Medeiros | |
| DOI 10.22533/at.ed.7682002046 | |
| CAPÍTULO 7 | 88 |
| EL DERECHO DE LAS MUJERES A LA PROPIEDAD AGRARIA, UN CONTEXTO DE USOS Y COSTUMBRES EN EJIDOS Y COMUNIDADES EN MÉXICO | |
| Marcial Reyes Cázarez | |

Daniel Reyes Cázarez
DOI 10.22533/at.ed.7682002047

CAPÍTULO 8 100

A PEDAGOGIA EM ALTERNÂNCIA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Walter Roberto Marschner

DOI 10.22533/at.ed.7682002048

CAPÍTULO 9 114

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEOLIBERAL:
UMA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL PIAUIENSE

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

DOI 10.22533/at.ed.7682002049

CAPÍTULO 10 123

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS
CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Suzana Damiani

Claudia Maria Hansel

Victória Antônia Tadiello Passarela

DOI 10.22533/at.ed.76820020410

CAPÍTULO 11 134

A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO
SANTO

Quéren da Silva Martins

Gilsa Helena Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.76820020411

CAPÍTULO 12 146

EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406) E AS CARACTERÍSTICAS DAS VIAGENS NA BAIXA IDADE
MÉDIA

Sofia Alves Cândido da Silva

Jaime Estevão dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.76820020412

CAPÍTULO 13 158

O NASCIMENTO E RENASCIMENTO DO *BALÉ LA SYLPHIDE* E A CRIAÇÃO DO TUTU
ROMÂNTICO

George Ricardo Carvalho Monteiro

Francisca Dantas Mendes

DOI 10.22533/at.ed.76820020413

CAPÍTULO 14 180

ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES
DA FILOSOFIA PARA O PROTAGONISMO JUVENIL

Josegley Andrade de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.76820020414

CAPÍTULO 15 193

HABITANDO NO CATIVEIRO DA INCERTEZA: A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN

Raphael Colvara Pinto

CAPÍTULO 16 203

MUDANÇAS E CONTINUIDADES PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Patricia Fernandes
José Marcos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.76820020416

CAPÍTULO 17 215

O ATELIÊ BIANCA BAGGIO COMO NEGÓCIO LOCAL , SOCIAL E SUSTENTÁVEL ATUANTE NA PROPAGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Bianca Helena Bisetto Baggio
Brunna Gonçalves Ramos

DOI 10.22533/at.ed.76820020417

CAPÍTULO 18 219

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Cláudia Sousa Oriente de Faria

DOI 10.22533/at.ed.76820020418

PARTE II - TECNOLOGIAS

CAPÍTULO 19 229

A RELEVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TELETRABALHO

Jéssica Porto Cavalcante Lima Calou
Thiago Melo Façanha
Roberta Calazans Menescal de Souza Gomes

DOI 10.22533/at.ed.76820020419

CAPÍTULO 20 242

AS CONCEPÇÕES E AS DEMANDAS TECNOLÓGICAS DE RASTREABILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO AGROALIMENTAR

Andressa Morgan
César Augustus Winck
Miguelangelo Gianezini

DOI 10.22533/at.ed.76820020420

CAPÍTULO 21 260

AValiação DE SALA DE AULA REGULAR A PARTIR DOS PARÂMETROS DO DESIGN UNIVERSAL E DA METODOLOGIA DEAFSPACE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata de Assunção Neves

DOI 10.22533/at.ed.76820020421

CAPÍTULO 22 278

ACADEMIC CANVAS: UMA FERRAMENTA VISUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Heleno Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.76820020422

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 23 | 282 |
| O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA: A PERSPECTIVA DOS(AS) LICENCIANDOS(AS) EM SUA FORMAÇÃO INICIAL | |
| Luciana de Lima | |
| Deyse Mara Romualdo Soares | |
| Gabriela Teles | |
| Robson Carlos Loureiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.76820020423 | |
| CAPÍTULO 24 | 292 |
| STARTUPS E DADOS: DESAFIOS JURÍDICOS FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS | |
| Mateus Catalani Pirani | |
| Fernando Frazão Peres | |
| Sueli Molinos Galante | |
| DOI 10.22533/at.ed.76820020424 | |
| SOBRE OS ORGANIZADORES | 303 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 304 |

A PERSPECTIVA DE MONSTRO NO LIVRO *VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE*: OS SERES DISFORMES VIVENTES NO ORIENTE

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 09/01/2020

Jorge Luiz Voloski

Universidade Estadual de Maringá- UEM

Maringá – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/1633673237623138>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá- UEM

Maringá – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: Escrito em meados do século XIV o livro *Viagens de Jean de Mandeville* foi um dos mais difundidos em fins da Idade Média. Existem mais 250 manuscritos diferentes em diversas línguas. Para o desenvolvimento da presente pesquisa utilizamos a edição traduzida por Susani Silveira Lemos França. A obra é dividida em duas partes e narra o deslocamento do suposto cavaleiro, Jean de Mandeville, por terras orientais, mesclando o real e o imaginário. Assim, nesta comunicação, buscamos compreender o maravilhoso presente no livro, possuindo como foco, em especial, os monstros com deformidades físicas. Tais seres possuíam diferentes imperfeições, como, por exemplo, orelhas que chegam até o joelho, cabeça de

cachorro, pés de cavalo, pedra no lugar dos olhos, entre outros. Em sua grande maioria essas gentes são descritas como habitantes de ilhas, entretanto, também aparecem no deserto e no continente. Utilizaremos autores entre eles, por exemplo, Jacques Le Goff (1985), Claude Kappler (1986), Ana Teresa Pollo Mendonça (2007), Miguél Ángel Ladero Quesada (2007), e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Baixa Idade Média; Jean de Mandeville; Maravilhoso; Monstro.

A MONSTER PERSPECTIVE IN *VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE'S BOOK*: CREATURES DEFORMED THAT ALIVE IN THE EAST

ABSTRACT: Written in the mid-14th century, the book *Jean de Mandeville's Travels* was one of the most widespread in the late Middle Ages. There are over 250 different manuscripts in different languages. For the development of this research we use the edition translated by Susani Silveira Lemos França. The work is divided into two parts and narrates the displacement of the supposed knight, Jean de Mandeville, through eastern lands, mixing the real and the imaginary. Thus, in this communication, we seek to understand the wonderful present in the

book, focusing in particular on the monsters with physical deformities. These beings had different imperfections, for example ears that reach to the knee, dog's head, horse's feet, stone in place of the eyes, among others. Most of these people are described as islanders, but they also appear in the desert and on the mainland. We will use authors such as Jacques Le Goff (1985), Claude Kappler (1986), Ana Teresa Pollo Mendonça (2007), Miguél Ángel Ladero Quesada (2007), and others.

KEYWORDS: Low Middle Ages; Jean de Mandeville; Wonder; Monster.

1 | INTRODUÇÃO

O livro *Viagens de Jean de Mandeville* foi um dos escritos mais popularizado em fins da Idade Média. Segundo Miguél Ángel Ladero Quesada, a obra foi escrita inicialmente no dialeto franco-normando, sendo concluída até o ano de 1357¹. Depois de acabada, a obra recebeu, inicialmente, traduções para o inglês e latim, em seguida para outros idiomas. Existem hoje mais de 250 manuscritos em diferentes línguas europeias² (QUESADA, 2007).

Carmem Cuenca divide os manuscritos, legados a atualidade, em dois grupos diferentes: a versão peninsular e a continental baseada na versão anglo-normanda. A principal diferença entre ambas é que a versão quase exclusivamente britânica não apresenta qualquer informação que vincule a história do autor com certo Jean de Bougogne ou com Jean D'Outremeuse, enquanto essas informações aparecem na versão continental (CUENCA, 1986,).

Para o desenvolvimento da presente pesquisa utilizamos a versão traduzida e comentada por Susani Silveira Lemos França, a qual, por sua vez, defronta as três edições modernas do manuscrito inglês - editadas por Paul Hamelius, M. C. Seymour e o primeiro volume da edição de Malcolm Letts-, com a segunda edição de Malcolm Letts, além da versão insular, em anglo-normando, preparada por Christiane Deluz, e as três edições de Ana Pinto (FRANÇA, 2017).

A fonte que utilizamos está dividida em duas partes³. Na primeira, além do prólogo⁴, o autor apresenta as melhores rotas para o itinerário da Inglaterra até a

1. C. W. R. D. Moseley coloca que em alguns manuscritos Jean de Mandeville afirma ter viajado no ano de 1322 e regressa em 1335 (MOSELEY, 1983).

2. De acordo com Christiane Deluz, o livro de Jean de Mandeville foi escrito no ano de 1356 na cidade de Lieja. Na Inglaterra, o texto chega por volta de 1357, sendo traduzidos de imediato para o anglo-normando. Tradução essa que serve de base para as subsequentes (RUIZ DE TOLEDO, PORTELA, 2006).

3. Segundo Vladimir Acosta, "el libro de Mandeville puede dividirse claramente en dos grandes partes, aunque algunas ediciones lo dividen en cinco y pese a que los manuscritos por lo general no hacen ninguna división" (ACOSTA, 1992, p.220).

4. É no prólogo que o autor se identifica como Jean de Mandeville, cavaleiro, nascido na Inglaterra, Saint. Albans, que realiza no ano de 1322, uma viagem além do mar. Outra informação importante a respeito do autor aparece no fim da obra aonde ele coloca o ano de 1356 como seu regresso para a Europa por causa de uma artrite gotosa. Essas informações por séculos foram tidas como verdadeiras, todavia, em meados dos séculos XIX, pesquisadores começaram a duvidar tanto da existência de Jean de Mandeville, quanto do real deslocamento do autor.

Terra Santa. Enquanto na segunda, são narrados os locais além de Jerusalém até o Extremo Oriente, mais especificamente, a terra de Preste João. Em ambas as partes abundam as manifestações maravilhosas.

Desta forma, esta comunicação tem como objetivo analisar as maravilhas presentes na obra de Jean de Mandeville, focando, em especial, os “monstros”. Para tal empreitada, sintetizamos, primeiramente, a concepção que o homem medieval possuía do maravilhoso, visto que, como aponta Jacques Le Goff, o problema fundamental ao estudar as mirabilia em uma sociedade é o vocabulário (LE GOFF, 1985).

Isto posto, compreendemos os monstros, assim como coloca Pablo Castro Hernández, como uma categoria que se desprende do maravilhoso, ou seja, como um componente natural, mas que, por ser diferente, causa admiração, assombro e espanto (CASTRO HERNÁNDEZ, 2005).

Em seguida, por meio de estudos de outros pesquisadores, percebemos que o termo “monstro” possuía utilidade diferente de acordo com o lugar em que estava descrito, ou desenhado. Assim, nesta comunicação, não buscamos compreender o sentido amplo do monstro, nem apresentar uma categorização, mas, ao contrário, procuramos compreender a relação e as transformações dos seres disformes ao longo do livro Viagens de Jean de Mandeville, em especial na tradução de Susani Silveira Lemos França.

Para tal empreitada, partimos da concepção geográfica de Jean de Mandeville, sobretudo, a redondeza da terra. Não deixamos de lado, entretanto, a localização dos monstros, se destacando, neste ponto, três lugares diferentes, o deserto, as ilhas e o continente.

Por fim, é importante destacar que o principal guia para o entendimento de monstro presente nessa comunicação é proposta por Jean de Mandeville, o qual define monstro como “um ser disforme, seja homem, animal, seja qualquer outro ser, por isso se chama monstro” (MANDEVILLE, 2017, p.70-71).

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo Ana Teresa Pollo Mendonça a palavra *mirabilia* está ligada, por meio de sua raiz, com a imagem. Sem embargo, o vocábulo não se refere exclusivamente aos fenômenos vistos, ao contrário, carrega significado às coisas observadas pelo interiores *oculus*, ou seja, os olhos da imaginação. Sobre o termo *Mirror*, raiz latina da locução “maravilha”, a autora coloca que carregava, durante a Idade Média, o significado de admiração e surpresa, sobretudo pela novidade (MENDONÇA, 2007).

Jacques Le Goff, assim como MENDONÇA (2007), coloca o maravilhoso como caracterizado pela raridade e espanto, em geral admirativo. O autor também

ressalta que, atualmente, tendemos a categorizar as maravilhas,

Contudo, enquanto definimos uma categoria, um tipo de realidade, a Idade Média latina vê um conjunto, uma coleção de seres, fenômenos, objetos, possuindo todos as características de serem surpreendentes, no sentido forte da expressão, e que podem estar associados quer ao domínio propriamente divino (portanto próximo ao milagre), quer ao domínio natural (sendo a natureza originalmente o produto da criação divina), quer ao domínio mágico, diabólico (portanto, uma ilusão produzida por Satã e seus seguidores sobrenaturais ou humanos) (LE GOFF, 2017, p.121).

Este trabalho tem como objetivo analisar o maravilhoso em seu domínio natural, mais especificamente, os monstros. Assim, esquivamos do debate proposto por Claude KAPPLER (1986), o qual coloca os demônios e as maravilhas como dois polos opostos dos monstros, partindo da descrição, por parte de Jean de Mandeville, de um ser disforme, conservado em Constantinopla por ser “uma maravilha”.

Estas gentes disformes, de acordo com Mary Del Priori, são representadas em inúmeros lugares diferentes ao longo da Idade Média, como, por exemplo, nas pinturas, esculturas, arquiteturas, bestiários, possuindo funções diferentes em cada caso (DEL PRIORI, 2000). O presente estudo busca analisar os monstros descritos no livro *Viagens de Jean de Mandeville*, traduzido e organizado por Susani Silveira Lemos França, excluindo, portanto, a pretensão de um diagnóstico detalhado dos monstros presentes em outras versões da obra.

Isso não impede, no entanto, que recorramos a temáticas paralelas, entre elas, a presente na obra de Alixe Boverly, *Monstruos y grotescos en los manuscritos medievales* (2006). Neste livro o autor afirma que, para os artistas medievais, os monstros não eram apenas usados com o objetivo de moralizar, em contrapartida, podiam também ser divertidos ou descritos na finalidade de causar medo ao leitor (BOVERY, 2006).

Contudo, ao longo da Idade Média, não importava, aos leitores, se os monstros eram descritos para provocar medo, moralizar, ou causar risos, pois, em todos os casos eles eram tidos como existentes. Quando, por exemplo, um viajante rumava até as Índias devia incluir em seus escritos as descrições dos seres prodigiosos porque isso formava o real das terras longínquas (TOVAR, 2006).

Para Victoria Cirlot Valenzuela os monstros eram uma realidade geográfica, ocupavam, desta forma, zonas limites, ou seja, as fronteiras do mundo natural e conhecido. Já em fins da Idade Média, com o aumento dos deslocamentos para o Oriente, alguns viajantes, ao regressarem a Europa, narravam com perplexidade o fato de não encontrarem seres com deformidades físicas, é o caso, por exemplo, do mercador Marco Polo (VALENZUELA, 1990)

Jean de Mandeville, ao contrário dos viajantes reais, apresenta um acoplado das maravilhas existentes no Oriente. Isso ocorre, segundo Susana Morales Hoyos

e Sonia Fernández Osorio, porque o suposto cavaleiro não descobre o Oriente assim como outros viajantes, mas o observa com o olhar de outros viajantes. Para as autoras, o livro *Viagens de Jean de Mandeville* busca uma reformulação do pensamento antigo sobre o Oriente, sobretudo em relação ao outro, o qual, na obra, forma um espelho para o entendimento de si⁵ (OSORIO, HOYOS, 2006).

A tentativa de reformular o pensamento em relação ao Oriente é evidente em certas partes, como por exemplo, em momentos que o suposto cavaleiro observa características da fé Cristã na religião dos povos orientais.

O fato de Jean de Mandeville ver de forma diferente outros países tem paralelo com sua rejeição à tradição irracional do maravilhoso que dominava os escritos anteriores (MONSELEY, 2015). Assim, o cavaleiro não apenas descreve os monstros, mas busca uma explicação para tais deformidades, as quais podem surgir tanto por fatores climáticos, quanto pelo cruzamento entre seres humanos e demônios (MANDEVILLE, 2017).

Sem embargo, mesmo sendo prováveis frutos da relação entre demônios e seres humanos os monstros não eram completamente privados da salvação eterna. Em certo momento de seu relato o suposto cavaleiro narra à história de um ermitão que encontra um ser disforme no deserto. Este monstro, quase como um homem, todavia possuía dois chifres na testa e metade do corpo em forma de cobra, afirma ser criado por Deus e solicita ao ermitão receber orações (MANDEVILLE, 2017).

Assim, percebemos que suposto cavaleiro se aproxima da concepção de Santo Agostinho de monstro. Segundo Guilherme Jacinto Schneider, Santo Agostinho coloca os monstros como um ensinamento de Deus, aquele que, “pela própria existência tem algo a mostrar, seja sobre o futuro (como um presságio) ou sobre um aspecto divino” (SCHNEIDER, 2015). Jean de Mandeville demonstra, portanto, que todos, inclusive os seres disformes fruto da relação entre demônios e seres humanos, podem obter a salvação divina.

A ideia de que “monstro” indica ou ensina algo não era exclusiva de Santo Agostinho, visto que, à própria etimológica da palavra carrega esse significado. Como afirma CASTRO HERNÁNDEZ (2005, p.18),

a palavra *monstro* deriva do latim *monstrum*, isto é, monstros, prodígio, maravilha e coisas incríveis, ao que a sua vez deriva *monstro*, é dizer, mostrar, indicar e sinalar. O monstruoso é um gênero de criaturas que mostra, apresenta e prognostica algo com um significado. São seres que [se] diferem das formas tradicionais da criação o do cânon da normalidade do ser humano, centrando sua essência na deformação ou alteração do corpo e [de] sua natureza⁶.

5. Para mais informações sobre as narrativas de viagem como “um espelho” ver a obra “O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro” de François Hartog.

6. “La palabra *monstruo* deriva del latín *monstrum*, esto es, monstruos, prodígio, maravilla y cosas increíbles, lo que a su vez deviene *monstro*, es decir, mostrar, indicar y señalar. Lo monstruosos es un género de criaturas que muestra, presentea y pronostica algo con su significado. Son seres, que difieren de las formas tradicionales de la creación o del canon de la ‘normalidad del ser humano, centrando su esencia en la degormación o alteración del cuerpo y su caturaleza” (CASTRO HERNÁNDEZ, 2005, p.18)

Em suma, como coloca Almut Höfert, o termo “monstro” designa animais, humanos e híbridos que fogem da aparência natural e da ordem estabelecida, mas, ao mesmo tempo, ensinam bem como indicam algo. O autor coloca que essas gentes disformes também possuem uma História, pois, sofrem mutações nas descrições ao longo dos séculos (HÖFERT, 2016).

Mary Del Priori observa três momentos diferentes da relação do homem com os monstros ao longo da Idade Média: primeiramente, as gentes disformes são vistas como o que o homem poderia ser; posteriormente, entre os séculos XII-XIII, os monstros adquirem um caráter moralista; por fim, no século XIV, o homem medieval olha-os como punição de Deus. Além do mais, a autora afirma que pouco, ou quase nada, a Idade Média criou de monstros, alterando e adaptando os herdados pela Antiguidade (MARY DEL PRIORI, 2000).

Entre os monstros da Antiguidade presentes na obra de Jean de Mandeville observamos, por exemplo, os pequenos Pigmeus; Ciápodes, ou Esciópodas, os quais, correm muito e possuem apenas um pé; Cinocéfalos, que possuem cabeça de cão; Blêmias, seres sem cabeça e com os olhos nos ombros; Hipópodes, seres humanos com pé de cavalo; Panotios, orelhas tão grande que cobrem o corpo; Gerclitos, ou ciclopes, com um único olho na testa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Miguél Ángel Ladero Quesada o autor do livro *Viagens de Jean de Mandeville* era um homem de ampla cultura que deixa transparecer, ao longo de seu escrito, rasgos de sua personalidade bem como de suas opiniões. Bom cristão, mesmo com críticas direcionadas aos clérigos, o suposto cavaleiro leva o leitor do conhecido para o desconhecido, mediante um descobrimento do mundo, que carrega dados históricos, lendas e *mirabilia* as quais, se avolumam na medida em que o viajante se distancia da terra natal (LADERO, 2007).

Para Pablo Castro Hernández, o Livro das maravilhas do mundo, também traduzido ao português com o título *Viagens de Jean de Mandeville*, apresenta uma síntese do conhecimento geográfico, antropológico, histórico, científico e enciclopédico de fins da Idade Média. “Em certa medida, podemos notar como sua narração constitui um conjunto de notícias e um repertório de conhecimento que estabelecem uma representação da *imago mundi* de seu tempo”⁷ (HERNANDEZ, p.189, 2013).

A imagem do mundo, no escrito de Jean de Mandeville, é representada de forma redonda. Como justificativa para tal primazia o autor coloca a impossibilidade

7. “En certa medida, podemos notar como su narración contituye un conjunto de noticias y un repertorio de conocimientos que establecen una representación de la imago mundi de su tiempo” (CASTRO HERNÁNDEZ, 2013, p. 189).

de ver a principal estrela que serve de guia para os marinheiros europeus, chamada de Tramontana, em determinada região do Oriente, e o surgimento de uma nova estrela, Antártica, a qual pode ser vista a partir das terras além da Líbia. Assim, o suposto cavaleiro assegura que “um homem poderia rodear toda a terra do mundo, tanto por cima como por baixo, e regressar a seu país, se tivesse companhia e embarcações” (MANDEVILLE, 2017).

Para alguns pesquisadores, entre eles, por exemplo, George H. T. Kimble em seu livro “A geografia na Idade Média” (2005), Jean de Mandeville descreve as antípodas ao colocar que,

os que vivem sob a estrela Antártica estão pé contra pé com aqueles que vivem sob a estrela Tramontana, assim como nós e os que vivem no lugar oposto ao nosso estamos pé contra pé. Todas as partes do mar e da Terra têm seu oposto, habitáveis e acessíveis, que as equilibram. E compreendi que, no meu modo de pensar, as terras do preste João, imperador da Índia, acham-se exatamente por baixo de nós. E, se um homem partisse da Escócia ou da Inglaterra para Jerusalém, caminharia sempre para cima, pois, nossa terra está na parte baixa do Ocidente e a terra do preste João, na parte baixa do Oriente, onde é dia quando entre nós é noite. E também, em contrapartida, lá é noite quando entre nós é dia (MANDEVILLE, 2017, p. 171).

Sobre as Antípodas Claude Kappler coloca que são gentes que estão ao revés, do outro lado do mundo, no entendimento do homem medieval, estes seres estavam literalmente pregados as suas solas, sendo cada cristão correspondente a outro deles. No país das antípodas tudo acontece ao contrário, enquanto, por exemplo, no Ocidente cristão é dia, lá é noite (KAPPLER, 1986).

As antípodas, que se encontram na terra de Preste João, são formadas por cinco seres disformes diferentes: homens cornudos, de horroroso aspecto, que não falam apenas grunhem; seres grandes como gigantes, 28 a 30 pés de altura que se vestem com peles de animais e preferem comer carne humana; mulheres com pedras preciosas no lugar dos olhos, as quais são cruéis e de má índole, podendo matar um homem apenas com o olhar; seres pequenos como os anões, um pouco maiores que os Pigmeus, que vivem dos odores de uma maçã, além de não serem completamente racionais, antes, simples e bestiais; pessoas inteiramente peludas, exceto no rosto e na palma das mãos.

Outro grupo de monstros se encontra da Líbia até a terra de Preste João, são eles: pessoas com apenas um pé tão grande que quando deitada faz sombra; homens que possuem os testículos pendentes até o meio das pernas por causa do calor; homens e mulheres com cabeça de cachorro que adoram um boi; gigantes horríveis à vista que possui apenas um olho na testa; pessoas feias que não possuem cabeça, com os olhos nos ombros e a boca curvada como a ferradura de um cavalo, situada no meio peito; gentes sem cabeça, com os olhos na parte de trás dos ombros; pessoas com o rosto plano, sem nariz e olhos, somente com

dois furos redondos no lugar dos olhos e uma boca plana sem lábio; gentes com o lábio superior muito grande; seres pequenos como anões, mas maiores que os pigmeus, que possuem um orifício redondo no lugar da boca, por esta razão, comem e bebem através de um tipo de cano; gentes com grandes orelhas, que chega até os joelhos; seres com pés de cavalo; pessoas que andam sobre as mãos e os pés, como os animais, e são peludas; gentes que são ao mesmo tempo homem e mulher; pessoas que caminham de joelho e possuem oito dedos em cada pé; seres de pequena estatura, chamados de Pigmeus; Ypotaynes, que são seres metade homem, metade cavalo.

Por fim, da Inglaterra até Jerusalém encontramos apenas uns monstros diferentes, o qual, não foi visto com vida. Jean de Mandeville afirma que, esse ser foi visto por um ermitão no deserto e que a sua cabeça está conservada em Alexandria por ser uma maravilha.

Destes monstros descritos a grande maioria vivia em ilhas, cerca de 17, são os homens que possuem testículo que chegam até a perna; homens e mulheres com cabeça de cão; gigantes com um olho na testa; seres com olho no ombro e sem cabeça; pessoas com os olhos e a boca na parte de trás dos ombros; seres com rosto plano; pessoas com lábio superior grande; seres pequenos como os anões, com um orifício redondo no lugar da boca; pessoas com as orelhas que chegam até os joelhos; pessoas com pé de cavalo; seres que andam sobre os pés e mão; seres que são ao mesmo tempo homem e mulher; pessoas que caminham de joelho, possuem oito dedos em cada pé; gigantes de 28 a 30 pés de altura; mulheres que possuem pérolas nos olhos; pessoas quase anãs, que se alimentam com o cheiro de uma maçã; seres completamente peludos.

No deserto, dois monstros diferentes são descritos: o ser com dois chifres pontiagudos na testa, que possui metade do corpo de homem e outra metade de cabra, e os homens selvagens cornudos, que não falam apenas grunhem.

Por fim, no continente, quatro seres diferentes são narrados: Andrômeda, gigante a qual possui uma costela de 40 pés de altura; homem com um pé, grande e que caminha muito rápido; Pigmeus; Ypotaynes, seres metade homem e metade cavalo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, devemos destacar que a inclusão dos seres disformes no âmbito das maravilhas fez com que percebêssemos os monstros descritos pelo suposto cavaleiro de forma diferente, ou seja, como parte integrante da natureza, podendo ser, até mesmo, seres humanos. Prova isso o uso do termo “gente”, usado para designar tanto as “pessoas” com deformidades físicas, quanto “a gente

comum”. Importante ressaltar que, quando o autor se refere aos seus leitores os vocábulos usados são diferentes, entre eles, observamos, por exemplo, “cavaleiros”, “senhores temporais”, “nobres”, “homens”, “leitores”, “ouvintes cristãos”.

Em relação a antípodas percebemos cinco monstros diferentes descritos, sendo quatro deles habitantes de ilhas, dos quais dois comem ou matam os humanos, um é pequeno e possui boa aparência além de ser irracional, por último, um é peludo. Já o outro ser disforme, que possuía dois chifres, é descrito como vivente no deserto.

Importante destacar que em outro momento que Jean de Mandeville narra um monstro que possui chifre é na primeira parte, entretanto, o viajante não o viu. Coisa semelhante ocorre com o gigante chamado Andrômeda, descrito anterior a Jerusalém, mas não visto pelo cavaleiro. Ou seja, Jean de Mandeville não descreve nem ser humano com deformidade física, vivo, antes de Jerusalém, em casos extremos, por exemplo, na mulher que se transformou em dragão, temos a mutação em outro ser creditado como real, neste caso o dragão.

Além do mais, percebemos que os monstros aparecem em sua maioria entre Jerusalém e a Terra de Preste João. A grande maioria habitava ilhas e suas formas variavam alguns com excessos e outros com mutações físicas.

Por fim, vale destacar que, para uma conclusão mais precisa dos seres disformes presentes no livro Viagens de Jean de Mandeville seria necessário um estudo mais detalhado o qual, além de entender por completo o pensamento de Jean de Mandeville em relação ao mundo, analisasse as terminologias usadas pelo autor ao descrever todos os povos encontrados no Oriente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Vladimir. **Viajeros y maravillas**. Tomo III. Monte Avila Editores Latinoamericana, 1992.

BOVERY, Alixe. **Monstruos y grotescos en los manuscritos medievales**. Madrid: TURNER, 2006.

CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo. La imagen del monstruo en algunas representaciones xilográficas del Libro de las maravillas del mundo de John Mandeville. **Revista Sans Soleil**, nº 7, 2005, pg.14-24.

CASTRO HERNÁNDEZ. El libro de viajes como enciclopedia: un catálogo de monstruos y maravillas en los viajes de sir John Mandeville. **Revista Sans Soleil: estudios de la imagen**, vol. 5, n.2, 2013, p.188-204.

CUENCA, Carmem Manuel. Elementos fantasticos en los libros de viajes de Juan Mandevilla. **Atlantis**, vol. VIII, nº s. 1-2, jun-nov. 1986 (21-35).

DEL PRIORI, Mary. **Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e Ibero-Americano (séculos XIV-XVIII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Introdução. In: **Viagens de Jean de Mandeville**. Bauru, SP: EDUSC, 2017.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

HÖFERT, Almut. **Miracles, Marvels and Monsters in the Middle Ages**. Living History Books: digital anthology with open access sources, 2016, p.1-25. Disponível em: <https://www.livingbooksabouthistory.ch/uploads/media/pdf/en/miracles-marvels-and-monsters-in-the-middle-ages.pdf>. Acesso em: 25/07/2019.

KAPPLER, Claude. **Monstruos, demonios y maravillas a fines de la Edad Media**. Madrid, España: Ediciones Akal, 1986.

KIMBLE, George H. T. **A Geografia na Idade Média**. Londrina, PR; São Paulo, SP: EDUEL: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Portugal; Edições 70, 1985.

LE GOFF, Jacques. O maravilhoso. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, v.2, p. 120-138.

MENDONÇA, Ana Teresa Pollo. O imaginário Antigo e Medieval. In: **Por mares nunca dantes cartografados**: a permanência do imaginário antigo e medieval na cartografia moderna dos descobrimentos marítimos ibéricos em África, Ásia e América através dos oceanos Atlânticos e Índico nos séculos XV e XVI. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História Social e Cultural, do Departamento de História da PUC-Rio 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp040423.pdf> Acessado em: 05/09/2018.

MOSELEY, C. W. R. D. Introduction. In: **The travels of Sir John Mandeville**. Translated with an introduction by C. W. R. D. Moseley, Penguin Classics, 1986.

MOSELEY, Charles. The travels of **Sir John Mandeville and the Moral Geography of the Medieval World**. Portal, Vol. 12, nº1, January 2015.

OSORIO, Susana Morales; HOYOS, Sonia Fernández . El mediterráneo a través de la ficción: el extraño caso de sir John Mandeville. **Anuario de Estudios medievales (AEM)**, 36/1, 2006, p.335-354.

QUESADA, Miguél Ángel Ladero. Mundo real y mundos imaginarios. John Mandeville. In: PORTELA, Feliciano Novoa; RUIZ TOLEDO, Fernando Javier Villalba (Org.). **Viajes y viajeros en la Europa medieval**. Lunwere Editores, 2007, pg. 55-74.

RUIZ DE TOLEDO, F. Javiel Villalba, PORTELA, Feliciano Portela. Los mitos medievales en la obra de John Mandeville. **ISIMU**: Revista sobre Oriente Próximo y Egipto en la Antigüedad 9 (2006): 37-57.

SCHNEIDER, Guilherme Jacinto. **Guardiões do Éden**: narrativas de encontros com criaturas maravilhosas na América Portuguesa – séculos XVI. 2015. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2015/08/Monstros-no-Para%C3%ADso-Guilherme-Schneider.pdf>. Acesso em: 28/06/2019.

TOVÁR, Joaquín Rubio. Monstruos y seres fantásticos en la literatura y pensamiento Medieval. In: **Poder y seducción de la imagen románica**. Aguilar de Campo, 2006.

VALENZUELA, Victoria Cirlot. La estética de lo monstruoso en la Edad Media. **Revista de literatura medieval**, nº 2, 1990, p. 175-182.

VIAGENS DE JEAN DE MANDEVILLE. Bauru, SP: EDUSC, 2017.

DESARROLLO RURAL EN UNA COMUNIDAD DEDICADA A LA PRODUCCIÓN FORESTAL EN EL ALTIPLANO TAMAULIPECO, MÉXICO

Data de aceite: 27/03/2020

Elizabeth Del Carmen Andrade Limas

Universidad Autónoma de Tamaulipas. Facultad de Ingeniería y Ciencias. Tamaulipas, México
eandrade@docentes.uat.edu.mx

Aimé Mariel López Rivas

Universidad Autónoma de Tamaulipas. Facultad de Ingeniería y Ciencias. Tamaulipas, México

Bárbara Azucena Macías Hernández

Universidad Autónoma de Tamaulipas. Facultad de Ingeniería y Ciencias. Tamaulipas, México

Glenda Nelly Lara Requena

Universidad Autónoma de Tamaulipas. Facultad de Ingeniería y Ciencias. Tamaulipas, México

Lorenzo Heyer Rodríguez

Universidad Autónoma de Tamaulipas. Facultad de Ingeniería y Ciencias. Tamaulipas, México

Patricio Rivera Ortiz

Universidad Autónoma de Tamaulipas. Facultad de Ingeniería y Ciencias. Tamaulipas, México

RESUMEN: Alcanzar el desarrollo rural sustentable implica la participación social integral, basada en el conocimiento del medio rural, el ecosistema natural y los servicios que emana. Miquihuana, forma parte del Altiplano Tamaulipeco de México, y se han establecido programas de desarrollo rural. El objetivo fue analizar los aspectos sociales del

desarrollo rural de la localidad dedicada al aprovechamiento forestal y conocer la calidad del hábitat. Se aplicaron encuestas a los habitantes involucrados con los programas, cuyo contenido fue estructurado con base en los aspectos sociales, los beneficios y las implicaciones ambientales que genera la actividad forestal. El análisis se realizó en el programa estadístico IBM SPSS. La calidad del hábitat se evaluó mediante la identificación de las posibles amenazas naturales y antrópicas, utilizando el modelador nivel 1 de INVEST 1.005 para ArcGis 9.2. Los resultados indicaron que las principales fuentes de ingresos económicos son a través de la agricultura, programas de empleo temporal, aprovechamiento forestal maderable y no maderable. El 92.8 % de la población encuestada indicó que los ingresos por el aprovechamiento son satisfactorios, el pago para los jornaleros es bajo y la distribución de los bienes generados entre los ejidatarios y colonos, es inadecuada. La falta de empleo aunado a las condiciones de pobreza genera la migración. La calidad del hábitat es de 88 %, valores por debajo del 30 % se presentaron en áreas con factores amenazantes como incendios, extracción de flora y fauna y actividades de campismo; las áreas donde se lleva a cabo el aprovechamiento forestal la

calidad del hábitat están por encima del 60 %. El aprovechamiento forestal en la región puede ser mejorado para alcanzar el desarrollo rural sustentable, y generar mayores ingresos económicos. Las áreas de aprovechamiento presentan valores de calidad altos, sin embargo, la población enfrenta condiciones de pobreza generadas por la falta de empleo, que aunadas a una mala capacitación podrían afectar dicho valor.

ABSTRACT: Achieving sustainable rural development implies integral social participation, based on knowledge of the rural environment, the natural ecosystem and the services it emanates. Miquihuana is part of the Tamaulipeco Highlands of Mexico, and rural development programs have been established. The objective was to analyze the social aspects of the rural development of the locality dedicated to forest use and to know the quality of the habitat. Surveys were applied to the inhabitants involved with the programs, whose content was structured based on the social aspects, benefits and environmental implications generated by forestry. The analysis was performed in the statistical program IBM SPSS. Habitat quality was assessed by identifying possible natural and anthropic threats, using the level 1 modeler of INVEST 1.005 for ArcGis 9.2. The results indicated that the main sources of economic income are through agriculture, temporary employment programs, timber and non-timber forest use. 92.8% of the population surveyed indicated that the income from the exploitation is satisfactory, the payment for day laborers is low and the distribution of the goods generated among the ejidatarios and settlers is inadequate. Lack of employment coupled with poverty conditions generates migration. Habitat quality is 88%, values below 30% were presented in areas with threatening factors such as fire, flora and fauna extraction and camping activities; the areas where forest exploitation is carried out habitat quality is above 60%. Forest use in the region can be improved to achieve sustainable rural development, and generate greater economic income. The areas of exploitation have high quality values, however the population faces conditions of poverty generated by lack of employment, which combined with poor training could affect this value.

INTRODUCCIÓN

El aprovechamiento forestal maderable es una de las actividades de desarrollo sustentable y principal fuente de empleo en el municipio de Miquihuana, localizado en el Altiplano Tamaulipeco, México. De acuerdo con el Sistema Estatal de Información Forestal en 2014, Miquihuana cuenta con una superficie de manejo forestal de 85 303 hectáreas. Debido a la ubicación geográfica y características fisiográficas, es un ambiente adecuado para la formación y desarrollo de los recursos forestales maderables y no maderables. El objetivo fue determinar en forma integral una visión del desarrollo rural en función de la calidad del medio, en una comunidad de alta montaña en el municipio de Miquihuana, Tamaulipas, México, para la supervivencia

y hacer frente a las actividades de aprovechamiento forestal en la comunidad de la serranía tamaulipeca.

Los recursos forestales no maderables, integran la parte biológica de un ecosistema, de acuerdo con la diversidad y el potencial productivo del lugar (De Beer y McDeermont, 1996); sin embargo, en los últimos años, una extensa superficie del bosque ha sido afectada por los incendios forestales. De acuerdo con el Centro Nacional de Control de Incendios Forestales, en México, se registran alrededor de ocho mil incendios forestales al año. Durante el año 2017 se registraron 26 incendios forestales en Tamaulipas, afectando 2 502 ha, de las cuales 3.07% corresponden en daños al arbolado adulto y un 2.39% en renuevo (SEIF, 2013). Mientras que la ECOFOREST (2018), estimó una extensión afectada, por los incendios presentados entre abril y mayo del 2017, de aproximadamente 1 543 hectáreas en la parte más alta del municipio.

Alcanzar el desarrollo rural sustentable implica la participación social integral, basada en el conocimiento de las condiciones del medio rural, su importancia como ecosistema natural y los servicios que de él emanan. En el municipio de Miquihuana, Tamaulipas que forma parte del Altiplano Tamaulipeco de México, se llevan a cabo programas de desarrollo rural, entre los cuales se encuentra, el aprovechamiento forestal maderable y no maderable. El objetivo de este trabajo fue analizar los aspectos sociales del desarrollo rural de la Colonia Agrícola “La Peña”, dedicada a la producción forestal y conocer la calidad del hábitat del lugar, con el fin de integrar una visión del desarrollo rural en función de la calidad del medio.

MARCO TEÓRICO CONCEPTUAL

Los ecosistemas forestales de México, albergan más del 10% de las especies de flora y fauna registradas en el planeta, y consideran un gran número de especies endémicas (INECC, 2007; Sarukhán *et al.*, 2009). Sin embargo, en México una de las causas asociadas a la pérdida de diversidad, es el crecimiento poblacional, debido al incremento de la demanda de territorio, recursos e infraestructura.

En México, los bosques templados se utilizan principalmente para fines maderables, entre ellos el de pino, representa cerca del 18% del total de la superficie territorial (1 964 375 km²), el 16% corresponde a selvas y más del 30% conforma la superficie de matorral; todos estos tipos de comunidades forestales son aprovechados tanto para fines maderables, como no maderables (INEGI, 2011).

La superficie forestal de Tamaulipas representó el 3.68% de la superficie nacional, con una producción de 156 503 millones de m³ de madera en rollo durante el 2011. Entre los municipios con producción forestal, se encuentra Miquihuana, con una aportación aproximada del 6 %. En este municipio, se lleva a cabo el

aprovechamiento de especies de pino y encino, a través del Programa Nacional Forestal (PRONAFOR). Cabe señalar, que dicho programa, se desarrolla con base en la sustentabilidad, de acuerdo con la capacidad de los bosques para brindar los servicios y recursos de una manera óptima a través del tiempo (CONAFOR, 2011). Para ello, se requiere de la toma de decisiones respaldadas en estrategias y esquemas de manejo, con el fin de integrar las necesidades socio-económicas con los factores ecológicos, para favorecer el equilibrio entre la demanda de recursos y la persistencia de los ecosistemas (Aguirre, 1997; Hernández *et al.*, 2013).

Dentro de la Ley General de Desarrollo Forestal Sustentable (LGDFS, publicada en el Diario Oficial de la Federación el 25 de febrero de 2003), el Artículo 112 Fracción III, establece como objetivo el manejo sustentable de los recursos forestales. Con ello se busca aportar beneficios para el desarrollo social y económico, sin deteriorar los sistemas ecológico y ambiental.

El aprovechamiento de los recursos forestales es reconocido como parte de la dinámica funcional entre el bosque y la comunidad. Representa una opción viable para el mejoramiento y el desarrollo económico productivo de los bosques. En comunidades forestales la sociedad depende de manera directa de los recursos naturales para su sobrevivencia, sin embargo, son conscientes de la importancia que estos representan por lo que, por medio de sus conocimientos y habilidades protegen al ecosistema. Tal es el caso de algunos países como Nicaragua, en donde los productores tradicionales han logrado el equilibrio entre la demanda del recurso y la estabilidad del bosque sin el conocimiento de un plan de manejo (Thomasius y Schmidt, 1996; Herrera y Allan, 2003).

El impacto ambiental que llega a ocasionar una actividad humana sobre el ambiente, puede conceptualizarse como la diferencia entre el estado futuro de un ecosistema después de haber sido intervenido y el estado del ecosistema sin intervención. Es decir, el impacto ambiental se presenta cuando se altera el funcionamiento y estructura de un ecosistema (Bolea, 1984).

Sin embargo, algunos modelos de desarrollo bajo los principios de sustentabilidad están siendo adoptados por políticas ambientales internacionales, debido a la necesidad de buscar acuerdos en materia de calidad ambiental entre los países, para lograr la mitigación y control de la problemática (Vanhanen *et al.*, 2005). La pérdida de la biodiversidad es una de las principales causas de preocupación ambiental, debido a la presión que se ejerce sobre los ecosistemas. No obstante, se ha demostrado que, la destrucción de nichos ecológicos, la fragmentación y destrucción del hábitat se debe principalmente a la actividad humana (Fahrig, 2003; Núñez *et al.*, 2003). Por otra parte, Nelson *et al.* (2011), mencionan que la calidad del hábitat depende de su proximidad con el ser humano y de la intensidad con que éstos sean usados. Además, refieren que, para el diseño de redes de conservación

del hábitat, se ha implementado el uso de mapas de distribución y del conocimiento de los factores que pueden influir en la persistencia del hábitat.

METODOLOGÍA, ANÁLISIS Y DISCUSIÓN

El municipio de Miquihuana, Tamaulipas (México) cuenta con 21 localidades, una superficie territorial de 887.80 Km² lo que representa el 1.1% del territorio estatal, y para el 2010 una población de 3 514 habitantes (INEGI, 2010). Se localiza entre los paralelos 23° 47' y 23° 24' de latitud norte, y los meridianos 99° 58' y 99° 35' de longitud oeste (Figura 1), entre altitudes sobre el nivel del mar, que van desde 1 300 hasta poco más de 3 500 m.

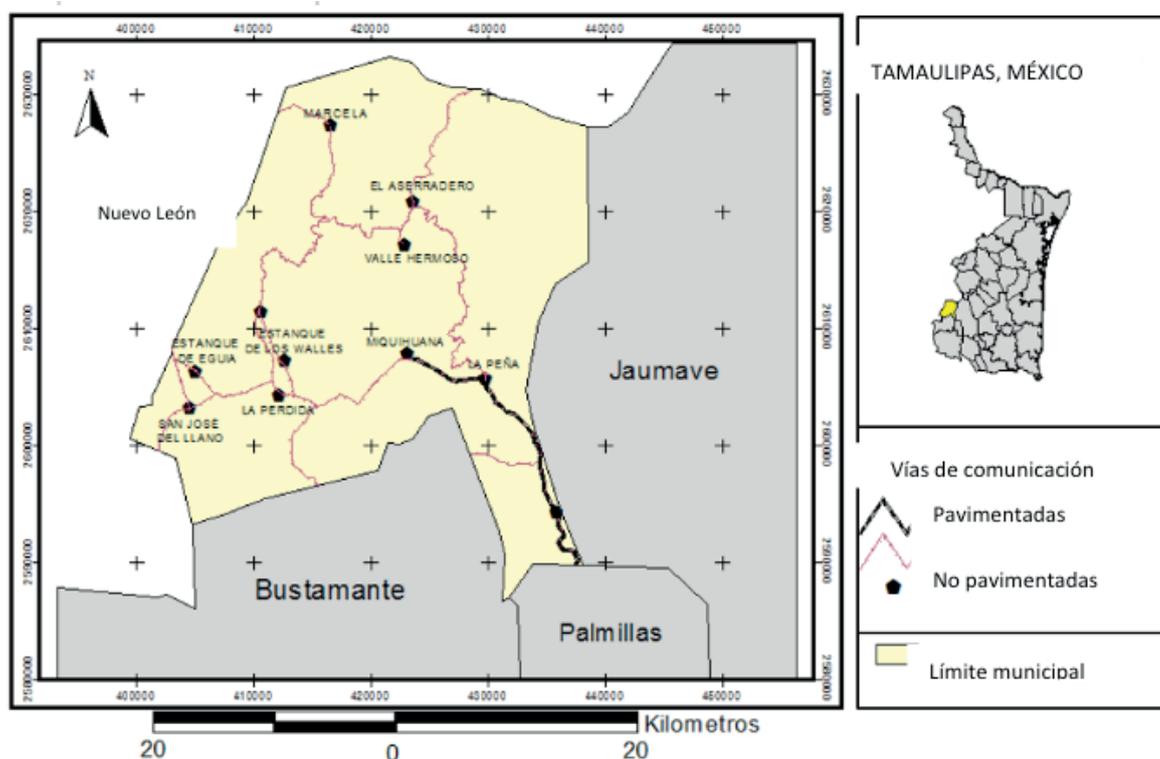


Figura 1. Ubicación geográfica del polígono de referencia en el municipio de Miquihuana, Tamaulipas

Es uno de los municipios del Altiplano Tamaulipeco, limita al norte y oeste con el estado de Nuevo León. Al este, colinda con el municipio de Jaumave, al sur colinda con los municipios de Palmillas y Bustamante, se encuentra en la región fisiográfica de la Provincia de la Sierra Madre Oriental y la Subprovincia de la Gran Sierra Plegada.

La vegetación está compuesta principalmente por una asociación de bosque de pino-encino, y vegetación secundaria arbustiva de agaves como maguey chino (*Agave montana*), lechuguilla (*Agave lechuguilla*), mientras que el estrato bajo lo conforman diversas especies herbáceas (Treviño y Valiente, 2005) (Figura 2).

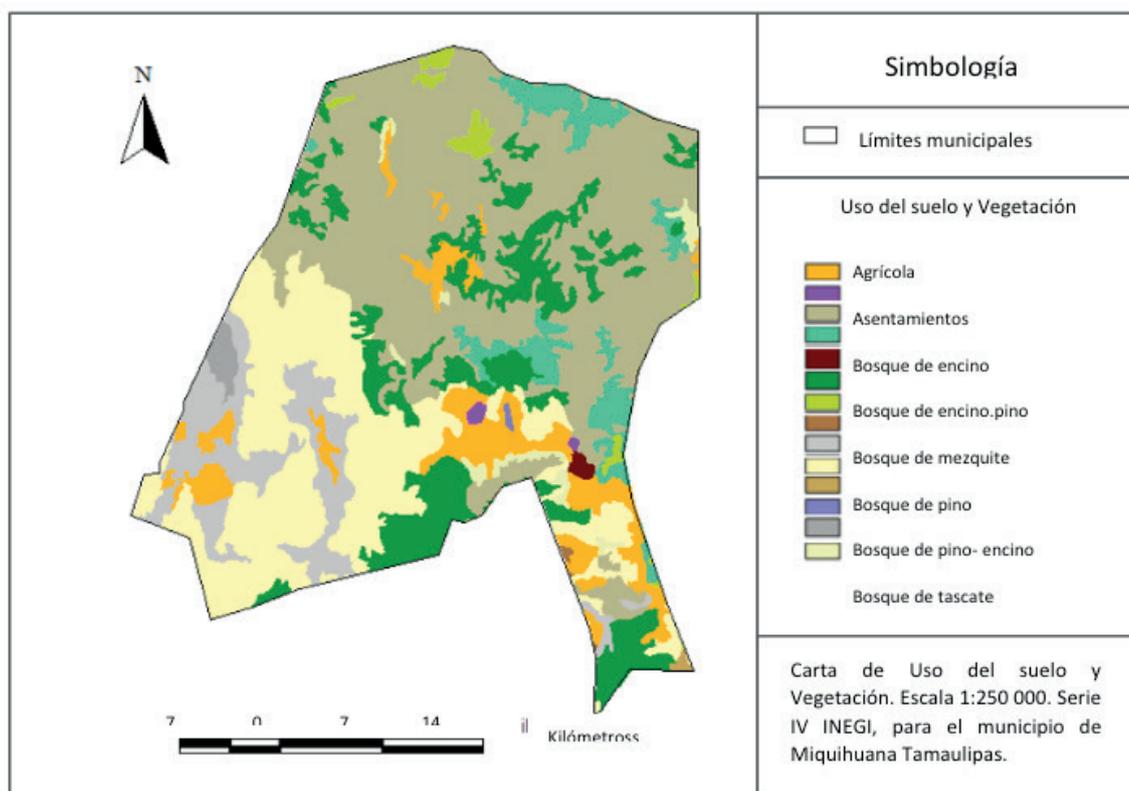


Figura 2. Tipos de uso de suelo y vegetación en el municipio de Miquihuana, Tamaulipas

Para conocer los aspectos sociales y ambientales, se llevaron a cabo entrevistas piloto dirigidas a la población de tres localidades (Ej. Valle Hermoso, Col. Agrícola La Peña y cabecera municipal) del municipio de Miquihuana. Por lo que, la cédula de entrevistas se aplicó a las personas relacionadas con la actividad de aprovechamiento forestal.

Para el estudio se realizaron encuestas a los habitantes involucrados con los programas de desarrollo rural forestal. Se formuló un cuestionario cuyo contenido fue estructurado con base en los aspectos sociales que implica la actividad de aprovechamiento forestal, los beneficios y las implicaciones ambientales que genera dicha actividad. Se aplicaron, 42 entrevistas a personas que se dedican a la extracción de madera del bosque o relacionadas con la actividad de aprovechamiento forestal maderable de un total de 260 personas que realizan actividades sobre el aprovechamiento forestal maderable en el municipio de Miquihuana, de acuerdo con la CONAFOR (2014). Se integraron preguntas sobre las principales fuentes de ingreso en la región, dependientes económicos, nivel de alfabetización, atención médica y percepción del factor migratorio en la región. Por otra parte, incluyó preguntas sobre la actividad del aprovechamiento forestal maderable, factores de ingresos que genera dicha actividad, además de preguntas sobre los efectos positivos y/o negativos de la actividad, capacitación y supervisión de la actividad y los efectos de los incendios. La información se codificó para su análisis e interpretación, se

agruparon las respuestas de acuerdo con los temas y se generó una base de datos, posteriormente, fueron analizadas con el programa estadístico IBM SPSS.

La calidad del hábitat se evaluó a través de la identificación de las posibles amenazas naturales y antrópicas a las cuales está sujeto el hábitat bajo el aprovechamiento forestal. Además, se estableció el nivel relativo de afectación que estas podrían alcanzar sobre dichos hábitats. Para llevar a cabo el análisis se utilizó el modelador nivel 1 de INVEST 1.005 para ArcGis 9.2 a través de la herramienta de evaluación de la calidad del hábitat para la biodiversidad, que en su contexto sirve para evaluar las compensaciones entre la diversidad biológica y los servicios de los ecosistemas. Se consideraron para esta evaluación las amenazas que impactan al hábitat y que pudieran ingresarse al análisis por medio de un mapa, como el campismo, los asentamientos humanos, densidad media y baja del bosque, incendios, extracción ilegal de flora y fauna, además de la agricultura de temporal anual que representa una de las actividades que pueden ser ubicadas espacialmente; aunado a esto se consideró la densidad de cobertura arbórea por unidad de superficie.

De acuerdo con la Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (2010), Miquihuana, Tamaulipas se clasifica como un municipio con población indígena dispersa. De los 3 514 habitantes que conforman dicha localidad, siete habitantes corresponden a la comunidad indígena. Por otro lado, el Consejo Nacional de Población (2010), califica a Miquihuana como uno de los municipios del estado de Tamaulipas, con un grado de marginación alto. Al respecto, Sánchez y Díaz (2010) mencionan que, en un gran número de comunidades rurales en México, presentan condiciones altas de marginación y pobreza.

Las principales fuentes de ingresos económicos son a través de la agricultura, el aprovechamiento forestal maderable, los programas de empleo temporal y la comercialización de plantas colectadas como el laurel (*Litsea glaucescens*), y orégano (*Poliomintha longifolia*). No obstante, para el 42.9% de la población entrevistada, la principal fuente de ingresos es la actividad agrícola, que les permite obtener productos para el consumo diario, además de recursos económicos adicionales (Cuadro 1).

| Fuentes de ingreso | Porcentaje |
|---|-------------------|
| Agricultura | 42.9 |
| Aprovechamiento forestal maderable | 21.4 |
| Programas de empleo temporal | 19.0 |
| Comercialización de especies vegetales colectadas | 9.5 |
| Otros | 7.1 |
| Total | 100.0 |

Cuadro 1. Principales fuentes de ingreso mencionadas. Miquihuana, Tamaulipas, México (2016-2017).

ANÁLISIS Y DISCUSIÓN DE DATOS

Es conveniente mencionar que, actualmente dos predios particulares, cuatro ejidos y una colonia agrícola, cuentan con programas de manejo forestal aprobado, por lo que el manejo forestal comunitario representa la principal forma de organización social para el aprovechamiento forestal. En este sentido, Luján (2003), encontró que los principales problemas que aquejan al sector forestal comunal se deben a la mala organización y conflictos internos en ejidos y comunidades forestales, además de la falta de infraestructura en zonas boscosas y capacitación.

Por otra parte, en los resultados obtenidos, el 61.4% de la población indicó que se cuenta con capacitación para el uso y manejo de los recursos naturales, a través de los programas de manejo forestal que brinda las dependencias gubernamentales, mientras que el 38.1% manifestó que dicha actividad requiere de incorporación de actividades diversas para la obtención de ingresos. No obstante, dicha capacitación se otorga principalmente al inicio del programa de aprovechamiento forestal. Por otro lado, la asesoría en los procesos de producción, distribución y comercialización es limitada.

En un estudio realizado en México por Cuevas *et al.* (2012), encontraron que la capacitación en el sector forestal está por debajo del nivel de capacitación del sector agrícola y pecuario. Por otra parte, mencionan que la zona noreste del país es el lugar donde menos productores pagan de manera directa la capacitación o asesoría técnica, debido a que se han establecido programas públicos que incluyen el pago de tal asesoría; a diferencia de la zona noroeste, centro-este y centro-occidente, en donde los productores pagan directamente de sus recursos.

El 95.2% de la población indicó que se realizan inspecciones de las actividades de aprovechamiento forestal. El 69% de los entrevistados, indicó que éstas son ejecutadas por las instituciones forestales de gobierno (sin indicar específicamente el nombre de la dependencia, pues en la mayoría de los casos dicen desconocer las instituciones encargadas de la regulación del uso y manejo de los recursos naturales). Mientras que el 19.0% manifestó que la supervisión la realiza en forma

intensiva a los vigilantes de cuadrillas (Cuadro 2).

| Supervisión forestal | Porcentaje |
|--------------------------------------|-------------------|
| Instituciones forestales de gobierno | 76.1 |
| Vigilante de cuadrilla | 19.0 |
| Ninguno | 4.7 |
| Total | 100.0 |

Cuadro 2. Conocimiento sobre la realización de las actividades de supervisión para el aprovechamiento forestal maderable

CONCLUSIONES: PRINCIPALES RESULTADOS Y DISCUSIÓN.

Los resultados indicaron que las principales fuentes de ingresos económicos en la región son a través de la agricultura, los programas de empleo temporal, la comercialización de plantas colectadas y el aprovechamiento forestal maderable. Desde la perspectiva social, el 92.8 % de la población encuestada indicó que los ingresos de la actividad de aprovechamiento son satisfactorios, sin embargo, el pago para los jornaleros es bajo y la distribución de los bienes generados entre los ejidatarios y colonos, es inadecuada. La falta de empleo aunado a las condiciones de pobreza genera el factor de migración. Por otro lado, indicaron que la capacitación en el sector forestal en la región es constante.

El aprovechamiento forestal en la región ha sido mejorado para alcanzar el desarrollo rural sustentable, y generar mayores beneficios. Las áreas de aprovechamiento presentan valores de calidad altos, y se han incorporado a la población, que enfrenta condiciones de pobreza generadas por la falta de empleo, programas de capacitación.

Por otro lado, y desde la perspectiva social la actividad de aprovechamiento forestal maderable conlleva a aspectos tanto positivos como negativos. Dentro de los aspectos positivos, el 69.0% de la población reconoce que el beneficio más importante que origina la actividad es la generación de empleos, el 16.6% refiere que además de la generación de empleos; el aprovechamiento de la madera, la reforestación natural del sitio y resurgimiento de plantas, son otros de los beneficios que surgen a partir de dicha actividad.

En cuanto a los aspectos negativos del aprovechamiento forestal, el 45.2% de la población mencionó la afectación de los bosques por dicha actividad; el 28.5% indicó que además de que afecta a la vegetación de los bosques, se observa una presencia menor de los animales debido a la perturbación de su hábitat, así como la generación de residuos y basura generada por el trabajo de la actividad (Figura 3).

Bautista *et al.* (2013), en un diagnóstico participativo de una comunidad de la

Mixteca Oaxaqueña, a través de la perspectiva social con respecto a los problemas que genera el aprovechamiento de los recursos naturales, identificaron problemas como la extinción de animales silvestres, contaminación ambiental, disminución de la vegetación y mayor escurrimiento superficial. Por otra parte, señalan que el principal factor para el desarrollo comunitario sustentable es el fortalecimiento del desarrollo humano a través de sus capacidades, y que el sector social es consciente de los problemas que conlleva el aprovechamiento de los recursos, por lo que es importante la aplicación de estrategias para un buen manejo.

La calidad del hábitat en la localidad es alta con un valor de 88 %, valores por debajo del 30 % se presentaron en áreas influenciadas por la sinergia de factores amenazantes como los incendios, extracción de flora y fauna y actividades de campismo que pueden generarse a partir de la actividad humana. Sin embargo, en las áreas donde se lleva a cabo el aprovechamiento forestal la calidad del hábitat está por encima del 60 %.

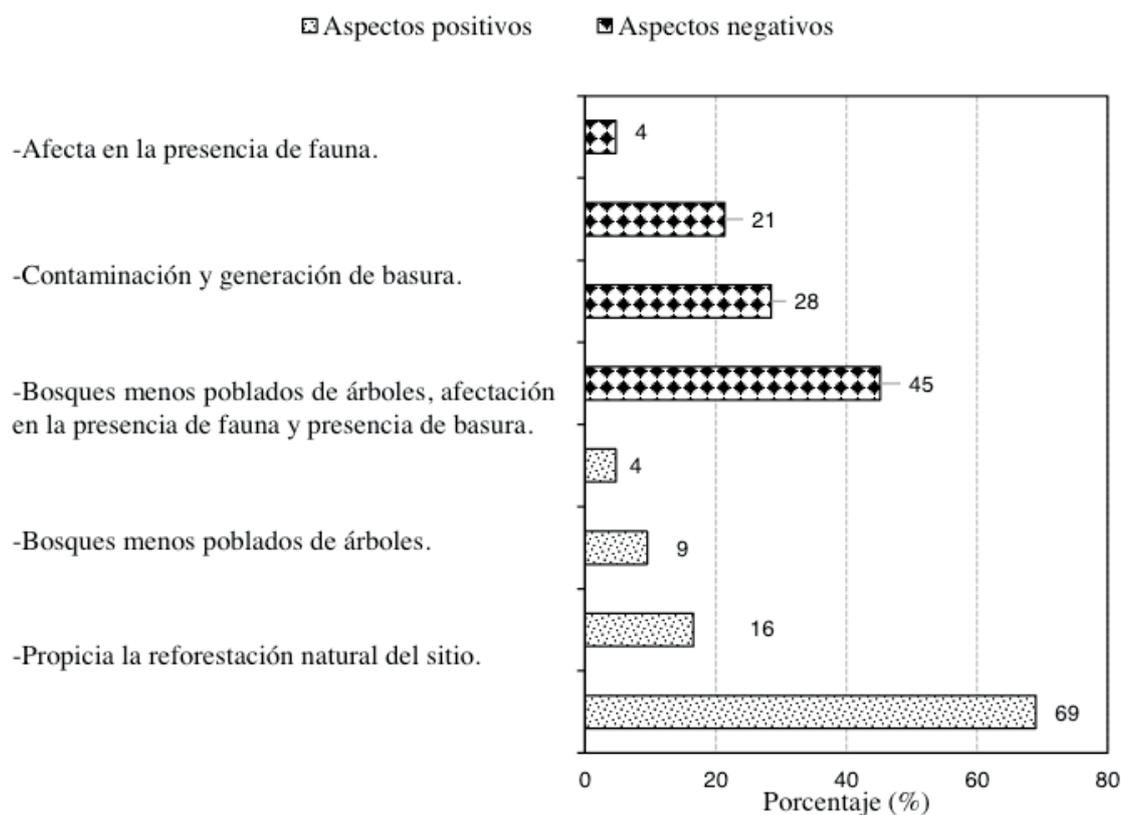


Figura 3. Aspectos positivos y negativos de la actividad de aprovechamiento forestal. Miquihuana, Tamaulipas (México) 2016-2017

La calidad del hábitat muestra el conjunto de factores amenazantes sobre el hábitat para caracterizar y valorar con respecto al resto de los demás factores. Por lo que, con base en la evaluación de los factores considerados como amenazas para el hábitat, se obtuvo el mapa de calidad (Figura 4). En el mapa se muestra el valor relativo de cada pixel, a aquellos que presentan valores más altos, se le

asignó una calidad de 100% (0.1).

En el mapa se muestra que la mayor calidad relativa (representada en color azul y morado) resultó en zonas aisladas, en bosques por encima de los 2000 m de altitud, así como en áreas compuestas por vegetación halófila y pastizal inducido. Cabe mencionar que todos éstos se consideraron como hábitats naturales con un mayor valor de importancia.

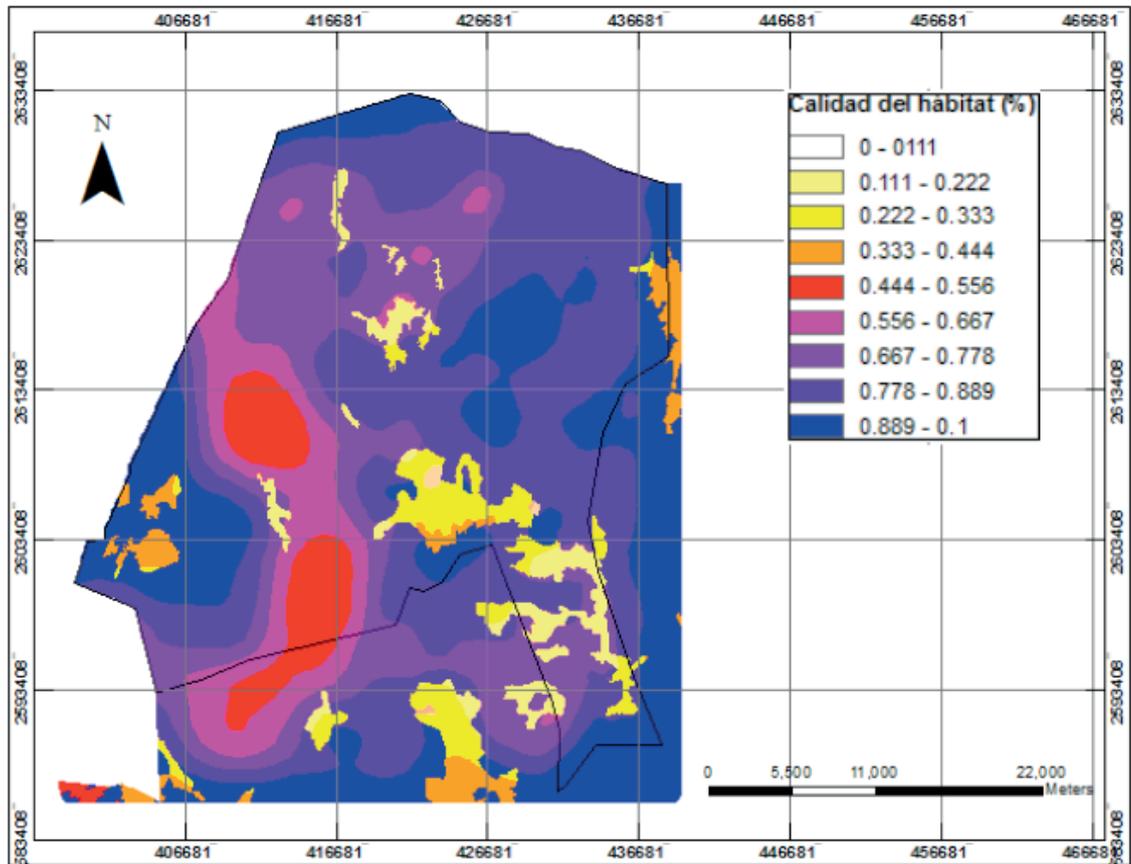


Figura 4. Mapa de calidad del hábitat y porcentajes de calidad en cada pixel

En cuanto a las zonas de calidad media (representadas en color rosa y rojo en el mapa de la Figura 4) se presentaron en hábitats naturales como en matorral desértico rosetófilo, matorral desértico micrófilo, así como también en áreas de cultivos. Sin embargo, las áreas con calidad de 44 a 55% (representadas en color rojo), son áreas que presentan un mayor efecto de sinergia de las amenazas como la agricultura, brechas y caminos de terracería.

Los valores de calidad más bajos (10 a 40%, representados en color naranja y amarillo), se presentaron en áreas en donde hubo una mayor conjugación de amenazas, tal es el caso de la agricultura de temporal anual, la cercanía con actividades de campismo, y asentamientos humanos, así como la conjugación de caminos de terracería, calles pavimentadas y veredas.

Por otra parte, el análisis de la calidad de los bosques de pino (*Pinus*), encino

(*Quercus*) y mixtos (pino-encino y encino-pino) del municipio de Miquihuana, resultaron con valores de calidad mayores a 60%. El bosque de encino mostró una calidad superior al 70%, a pesar de representar mayor afectación superficial por incendios ocurridos en el periodo comprendido del 2000 al 2012 (Hansen *et al.*, 2013). De un total de 45 354 ha de bosque de encino, el 66.87% resultó con valores de calidad altos (90 a 100%).

Álvarez *et al.* (2010), mencionan la importancia de establecer programas de conservación en los bosques de encino, además de estrategias para un mejor aprovechamiento del recurso, con el fin de garantizar la estabilidad ecológica del mismo y hacer un mejor uso de los recursos con fines comerciales, debido a que en el país, este tipo de bosque representa uno de los más afectados por la actividad humana.

El aprovechamiento forestal en la región puede ser mejorado para alcanzar el desarrollo rural sustentable, y generar mayores ingresos económicos. Las áreas de aprovechamiento presentan valores de calidad altos, sin embargo, la población enfrenta condiciones de pobreza generadas por la falta de empleo, por lo que la capacitación, sobre el uso y manejo de los recursos naturales, ha elevado el nivel de vida de los habitantes de la comunidad.

REFERÊNCIAS

Aguirre, O. A. 1997. Hacia el manejo de ecosistemas forestales. *Madera y Bosques* 3:3-11.

Álvarez, E., A. Sánchez y S. Valencia. 2010. Los encinos del Parque Nacional Los Mármoles, Hidalgo, México. *Madera y Bosques* 16:55-66.

Bautista, G., C. Pedro y G. Álvarez. 2013. Participación y acción comunitaria en el manejo de recursos naturales de uso común en la mixteca oaxaqueña. *Ra Ximhai* 9:89-98.

Bolea, E. 1984. Evaluación del impacto ambiental. Fund. MAPFRE. España. 609 p.

CONAFOR (Comisión Nacional Forestal). 2011. Anuario Estadístico de la Producción Forestal. Anuario Estadístico de la Producción Forestal. <http://www.cnf.gob.mx:8080/snif/portal/economica/anuarioestadisticos-de-la-produccion-forestal>.

CONAFOR (Comisión Nacional Forestal). 2014. Solicitantes con recursos asignados. <http://www.conafor.gob.mx/apoyos/index.php/inicio/download/2479>.

CONAPO (Consejo Nacional de Población). 2010. Índices de marginación por entidad federativa y municipio. http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Indices_de_Marginacion_Publicaciones

Cuevas, V., J. Baca, F. Cervantes y J. Aguilar. 2012. Asistencia técnica en el sector agropecuario en México: análisis del VIII Censo Agropecuario y Forestal. *Revista Mexicana Ciencias Agrícolas* 3:943-957.

De Beer, J y M. McDermott. 1996 The economic value of non-timber forest products in Southeast Asia.

IUCN, Amsterdam.

ECOFORREST. 2011. Informe Técnico de Evaluación de Daños en la Colonia Agrícola "La Peña". Documento analógico.

Fahrig, L. 2003. Effects of Habitat Fragmentation on Biodiversity. *Ecology, Evolution and Systematics* 34:487-515.

Hansen, M., P. Potapov, R. Moore, M. Hancher, S. Turubanova, A. Tyukavina, D. Thau, S. Stehman, S. Goetz, T. Loveland, A. Kommareddy, A. Egorov, L. Chini, C. Justice y J. Townshend. 2013. High-Resolution Global Maps of 21st-Century Forest Cover Change. *Science* 342:850-853.

Hernández, J., O. Aguirre, E. Alanís, J. Jiménez, E. Treviño, M. González, C. Luján, J. Olivas y L. Domínguez. 2013. Efecto del manejo forestal en la diversidad y composición arbórea de un bosque templado del noroeste de México. *Revista Chapingo. Serie Ciencias Forestales y del Ambiente* 19:189-199.

Herrera, T. y H. Allan. 2003. Hacia una silvicultura sostenible en el trópico seco: el caso de la Finca Piedra Rala, Nicaragua *Ecosistemas. Asociación Española de Ecología Terrestre* Alicante, España 12:1-8.

INECC (Instituto Nacional de Ecología y Cambio Climático). 2007. El manejo de los recursos forestales en México (1992-2002) procesos, tendencias y políticas públicas. <http://www2.inecc.gob.mx/publicaciones/libros/363/cap10.html>.

INEGI (*Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática*). 2011. Diseño de la muestra en proyectos de encuesta. http://www.snieg.mx/contenidos/espanol/normatividad/doctos_genbasica/muestra_encuesta.pdf.

INEGI (*Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática*). 2011. México en cifras. Información nacional por entidad federativa y municipios. <http://www3.inegi.org.mx/sistemas/mexicocifras/default.aspx?e=28R>.

INEGI (*Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática*). 2010. México en cifras. Información nacional por entidad federativa y municipios. <http://www3.inegi.org.mx/sistemas/mexicocifras/default.aspx?e=28>.

Luján, C. 2003. Forestería comunitaria: una acción de base para el desarrollo forestal sustentable en México. *Estudios de historia y Sociedad* 24:267-283.

Nelson, E.; D.R. Cameron; J. Regetz, S. Polasky y G.C. Daily. 2011. Chapter 13. Terrestrial Biodiversit. In: P. Kareiva, P.; H. Tallis; G. Daily; T. Ricketts y S. Polasky (eds). *Natural Capital: Theory and Practice of Mapping Ecosystem Services*. Oxford University Press. 365 p.

Núñez, I., E. González y A. Barahona. 2003. La biodiversidad: historia y concepto de un contexto. *Interciencia* 28:387-393.

Sánchez, C. y H. Díaz. 2011. Pueblos, comunidades y ejidos en la dinámica ambiental de la Ciudad de México. *Cuicuilco* 18:191-224.

Sarukhán, J., P. Koleff, J. Carabias, J. Soberón, R. Dirzo, J. Llorente, G. Halffter, R. González, I. March, A. Mohar, S. Anta y J. De la Maza. 2009. Capital natural de México. Síntesis: conocimiento actual, evaluación y perspectivas de sustentabilidad. Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad, México. 100 p.

SEIF (Sistema Estatal de Información Forestal). 2013. Incendios forestales. <http://seif.tamaulipas.gob.mx/index.php/las-demas/incendios-forestales>

Thomasius, H. y P. Schmidt. 1996. Wald, Forstwirtschaft und Umwelt. Economical Verlag. Bonn, Alemania. 433 p.

Treviño, J. y A. Valiente. 2005. La vegetación de Tamaulipas y sus principales asociaciones vegetales: En: Barrientos, L., A. Correa, J. V. Houta y J. Garacía (eds.). Biodiversidad Tamaulipeca. Instituto Tecnológico de Cd. Victoria. México. 22-46 pp.

Vanhanen, H., G. Mery y S. Kengen. 2005. Responding to increasing social and economic demands on forests. In: Mery, G., R. Alfaro, M. Kanninen y M. Lobovikov, M. (eds.). Forests in the global balance - Changing paradigms. IUFRO World. Vienna, Austria. 318 p.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO SOLUÇÃO PARA OS RISCOS GERADOS PELO CONSUMISMO CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 03/01/2020

Andreza de Souza Toledo

Servidora Pública do Poder Executivo Estadual-
RS.

Vacaria-RS

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6264396577541755>

Matheus Milani

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul

Feliz- RS

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8543045510098204>

Versão com pequenas alterações do artigo aprovado e apresentado no XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC, em 2014.

RESUMO: O presente artigo busca, através de uma breve análise acerca da sociedade de risco, apoiada em sociólogos que trabalham o risco dentro das ciências sociais, fazer uma relação entre consumismo e risco, apontando que o atual sistema de consumo acaba por criar inúmeros riscos, muitos dos quais imprevisíveis, que poderão culminar com o esgotamento do Planeta. Passa-se, então, à análise da educação

ambiental, que se entende seja uma alternativa viável e necessária a fim de mudar paradigmas e evitar os riscos criados pelo atual cenário consumista, defendendo-se, de forma sucinta, a necessidade da criação de uma disciplina específica, além do trabalho interdisciplinar, a fim de possibilitar uma melhor compreensão das questões ambientais, da amplitude dos danos e da necessidade de alteração do comportamento humano, com ênfase no consumismo, a fim de garantir-se a perpetuação da vida humana no Planeta.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade de risco; Consumismo; Educação ambiental

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOLUTION TO THE RISK GENERATED BY CONTEMPORARY CONSUMERISM

ABSTRACT: This article seeks, through a brief analysis on the risk society, based on the risk sociologists working within the social sciences, making a relationship between consumerism and risk, pointing out that the current system of consumer ultimately creates numerous risks, many of which are unforeseeable, which may culminate in the depletion of the planet. Then goes on to the analysis of environmental education, which is meant to be a viable and

necessary alternative to change paradigms and avoid the risks created by the current consumerist scenario, defending, briefly, the necessity of creating a specific discipline, in addition to interdisciplinary work in order to enable a better understanding of environmental issues, the extent of damage and the need for modification of human behavior with emphasis on consumerism in order to ensure the perpetuation of human life on Planet.

KEYWORDS: Risk society; Consumerism; Environmental Education

1 | INTRODUÇÃO

É comum a afirmação de que vivemos em uma sociedade de risco. Embora a própria doutrina que trouxe o risco para o núcleo das teorias sociais afirme expressamente que caminhamos para uma sociedade de risco, é inegável que a sociedade atual mantém em uma relação conflituosa com o meio ambiente, explorando recursos naturais acima das capacidades do planeta em se regenerar. Com isso, é indubitável que vivemos em uma sociedade que produz riscos, especialmente quando atrela o desenvolvimento com o consumismo.

Parte dos riscos ao planeta advém desta exploração dos recursos naturais, que é feita para alimentar o sistema de consumo que vige na economia que domina o planeta. Esse consumo evoluiu de mera extração de recursos para subsistência e conforto das pessoas para um consumo com características patológicas, sendo rotulado como um fenômeno social, e não mais individual: o consumismo.

Com isso, o consumismo, enquanto fenômeno social, passa a ser um dos fatores que criam riscos ao futuro da sociedade. Ao consumir ilimitadamente, não há espaço para a regeneração de recursos, e o esgotamento do planeta passa a ser vislumbrado no horizonte.

Dessa forma, surge a questão de como enfrentar o consumismo e evitar que encaminhe a sociedade para uma sociedade de risco. Para tanto, o artigo trabalhará a educação ambiental como uma das formas de enfrentar e superar os riscos que se apresentam ou se avizinham.

2 | O CONSUMISMO COMO FENÔMENO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

O consumo é inerente ao ser humano, que necessita extrair do meio ambiente os recursos necessários para suas necessidades vitais. O consumo refere-se a bens, serviços, energia e recursos que pessoas individualmente e a sociedade como um todo utilizam. A principal questão é a de que o consumo atingiu novas proporções na sociedade atual, que pode ser descrita como uma sociedade de consumo.

Tem-se notícias que o consumo crescente remonta o decorrer dos séculos XIX e XX, quando a Revolução Industrial teve os seus primórdios. O progresso trazido pela modernidade apresentava várias possibilidades de consumo, de bem-estar, de grandes descobertas na área das ciências e da saúde, bem como, em tese, de melhores “qualidades de vida”.

Como já observou Bauman (1999, p. 87-88), a “nossa sociedade é uma sociedade de consumo.” E a partir dessa afirmação, não mais se pode referir unicamente a uma “observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem; todos os seres humanos, ou melhor, todas as criaturas vivas “consomem” desde tempos imemoriais.” O autor quis alertar para além disso:

O que temos em mente é que a nossa é uma “sociedade de consumo” no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores”. Aquela velha sociedade moderna engajava seus membros primordialmente como produtores e soldados. [...] A norma que aquela sociedade colocava para seus membros era a capacidade e a vontade de desempenhá-los. (BAUMAN, 1999, p. 87-88).

Ainda estabelecendo uma comparação da característica da “velha” sociedade moderna com a sociedade atual, o autor prossegue:

Mas no seu atual estágio final moderno (Giddens), segundo estágio moderno (Beck), supramoderno (Balandier) ou pós-moderno, a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão de obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso, precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999, p. 87-88).

Segundo Bauman (1999, p. 91), “para os consumidores da sociedade de consumo, estar em movimento – procurar, buscar, não encontrar ou, mais precisamente, não encontrar ainda – não é sinônimo de mal-estar, mas promessa de bem-aventurança, talvez a própria bem-aventurança.”

Sob essa lógica, o homem desatina-se na ânsia de cada vez mais “ter”, despreocupando-se com o “ser”; ter o melhor carro e o carro do ano, ter a melhor e maior casa, os melhores móveis, o melhor e mais moderno aparelho celular, a melhor e mais moderna moto, bicicleta, etc... E assim se perpetuam os dias da humanidade, que desenfreadamente busca uma felicidade advinda de uma satisfação efêmera e passageira sentida por alguns instantes, a cada compra realizada, a cada objeto adquirido, como consequência de maior destruição natural.

Então, surge a necessidade de diferenciar os diferentes significados, ou melhor, de distinguir consumo e consumismo. Para Bauman (2008, p. 41) o consumo é basicamente uma característica e ocupação dos seres humanos enquanto indivíduos, enquanto que o consumismo é um atributo da sociedade. Então, o consumismo

chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho.

Segundo o sociólogo polonês, a mudança do consumo para o consumismo ocorreu com a chamada “revolução consumista”, quando o consumismo tornou-se o propósito da existência humana e quando nossa capacidade de querer, desejar, ansiar e experimentar essas emoções repetidas vezes passou a sustentar a economia (BAUMAN, 2008, p. 38-39).

Esta é a outra vertente do consumo, que o analisa como aquele que “evoluiu” de alimentos e recursos necessários à subsistência humana, para um consumo que satisfaz a “alma”, extremamente ligado à autoestima psíquica e à posição e significações sociais (PEREIRA; SIMIONI, 2010, p. 9-57).

Note-se que representam facetas diferentes do mesmo ato de consumir. Isso porque o consumo pode ser rotulado como ambíguo, pois por vezes é entendido como uso e manipulação, e/ou como experiência; por vezes, pode ser entendido como compra ou como esgotamento e exaustão. Com isso, afirma-se que o termo consumir pode entrelaçar significados positivos e negativos na forma como os seres humanos se apropriam da natureza ao seu redor. (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 21).

Esta necessidade crescente e sem limites de consumir o que se precisa e o que não se precisa virou uma rotina, praticamente imprescindível na vida das pessoas....quase como uma necessidade básica....e que já está beirando a estágios de doença coletiva.

E o que também preocupa é que não só as aquisições de produtos desencadeiam uma felicidade superficial e rápida, mas o que ocorre com similar rapidez é a necessidade de descarte dos dejetos, uma vez que esses produtos estão cada vez mais seguindo lógicas de processos “descartáveis”.

Dessa forma, a economia centrada no consumidor, para sustentar-se, baseia-se no excesso de ofertas e no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e da fácil dissipação do seu poder de transição, aliados à produção contínua de novas ofertas e o crescente volume de bens oferecidos, mantendo a velocidade de circulação e reacender o desejo de substituir os bens por outros novos e melhorados (BAUMAN, 2010 , p. 35-36).

Assim, muitos são os excluídos desses processos de consumismo, por incontáveis razões, acabam não acompanhando esse processo de “massificação no trato de pessoas.” Algumas e muitas são por carência de condições financeiras para acompanhar as imposições expostas principalmente veiculados pela mídia, como as roupas da moda, o carro do ano, o celular mais moderno; porém, quem acaba não conseguindo seguir tais imposições sociais, fica à margem, no campo dos excluídos, e tidos pela maioria das pessoas como o “ultrapassado, o feio, o

desajeitado, o indesejável”. (HORN, 2010, p. 143).

Sinalize-se que o mercado econômico, diante de sua lógica, mobiliza multidões para uma crença ilusória segundo a qual a felicidade é conquistada pelo maior número de bens adquiridos e pelo maior valor econômico que envolve as suas respectivas aquisições, pela falsa noção de inclusão social, pela construção de uma identidade e pela afirmação dessa identidade, que são meramente simbólicas, mas que, momentaneamente, parecem fazer emergir uma sensação de bem-estar e de segurança, em oposição às diversas situações da vida cotidiana que denotam o contrário (PEREIRA; SIMIONI, 2010, p. 43).

E nessa ânsia enlouquecida pela desenfreada competição pelo “ter”, para a edificação de falso “ser”, muitos acabam focando na “cobiça” do alheio e, diante da impossibilidade de concretizar todos os intentos vislumbrados, muitas vezes pelas limitações econômicas de cada uma, muitos são as decepções, frustrações sofrimentos psíquicos experimentados. Ainda na senda desses propósitos, muitos se lançam às práticas delituosas (furto, roubo, latrocínio, tráfico de substâncias ilícitas), objetivando o lucro fácil, rápido e vultoso, desmotivados que ficam, em sua maioria, com a sua baixa escolaridade, com as possibilidades valorativas de remuneração de seu trabalho assalariado, com o tempo e as condições que levarão para poder concretizar seus intentos de aquisições, ou seja, com a possibilidade de passar uma vida inteira trabalhando arduamente, economizando e sofrendo algumas eventuais privações para conseguir adquirir alguns poucos e limitados bens.

Nessa senda, vários acabam sucumbindo e se perdendo, direcionando as suas condutas para atitudes reativas e agressivas à sociedade (o mundo do crime), como se alguém precisasse “pagar” por isso e como se a sociedade fosse única vilã e a responsável por tudo aquilo que os seus desejos logram cobiçar e que, ao final e por inúmeras razões, acabam por insatisfeitos.

Tudo isso deve acarretar muitas disfunções físicas, psíquico-emocionais e sociais nos homens, em face de tantos intentos e práticas doentios, e que devem assim também caracterizar as inter-relações humanas.

Portanto, capitalismo atual, com sua faceta voltada ao consumismo, está preocupado em vender bens a pessoas que por vezes sequer desejam ou necessitam do que está à venda. Assim, o consumismo se ligou a uma nova identidade política, na qual o próprio negócio desempenha papel de forjar identidades que levem a comprar e vender, e onde a identidade tornou-se um reflexo de “estilos de vida” associados a marcas comerciais e seus produtos, bem como a atitudes e comportamentos ligados a onde e como compramos, o que comemos, vestimos e consumimos. Esses atributos, por sua vez, estão associados à renda, classe e outras forças econômicas que apenas parecem permitir escolhas, quando na verdade são determinadas pela demografia e socioeconomia, estando além do controle e do

poder dos consumidores individuais. (BARBER, 2009, p. 190).

Conclui-se que o consumo é uma característica dos seres humanos enquanto indivíduos, necessário para sua subsistência no planeta, e o consumismo é um atributo da sociedade, que acelera e distorce este consumo necessário, tornando o consumo um fenômeno intenso, repetitivo e com características patológicas, exercendo uma enorme pressão sobre os recursos naturais e colocando em risco a própria sobrevivência humana no planeta (BAUMAN, 2008, p. 41).

3 | CONSUMISMO E SOCIEDADE DE RISCO

Chega-se ao ponto de que uma das maiores preocupações humanas contemporâneas não mais é garantir a sobrevivência das gerações futuras, mas sim a de poder manter a da atual geração (PEREIRA; PEREIRA; KOPPE, 2009, p. 17).

Na atualidade, sob a égide do reinante sistema de produção capitalista, vive-se situações vertiginosas, por parte do mercado, na incessante tentativa de vender mais, novos e inovadores produtos, de pessoas tentando garantir os seus empregos, de outras tentando manter a sua expressiva margem de lucros, o seu enriquecimento crescente, e de pessoas tentando manter-se com os equipamentos mais modernos, mais bonitos, mais sofisticados, que melhor respondem às necessidades das pessoas¹ e do mercado de vendas...

Nesse contexto, encontram-se as diversas relações de consumo, firmadas pelos homens, diária e permanentemente, objetivando a satisfação de suas necessidades, reais e/ou criadas pelo mercado, mas que estão cada vez mais demandando maior e infindável quantidade de matérias-primas, as quais são extraídas da natureza.

Com consumo adquirindo novos contornos nos padrões atuais, passa a ser enfrentado como um atributo da sociedade, e não mais do indivíduo, sendo analisado como consumismo.

Com isso, se no consumo há um certo impacto ambiental, no consumismo esse impacto é potencializado, em razão de que há uma demanda excessiva por recursos naturais, para a transformação em bens de consumo e posterior descarte. E no consumismo, é necessário que esse ciclo de extração de recursos naturais, transformação em bens de consumo e descarte seja o mais rápido possível. E ao término do ciclo, este deve reiniciar-se, alimentando e mantendo a cadeia em pleno funcionamento.

Seguindo a mesma cadeia, quanto maior é o consumismo da sociedade, maior é a geração de resíduos, seja pela quantidade de bens consumidos, seja pelo rápido descarte desses bens em razão da cultura consumista.

1. Necessidades, em sua maioria, fictícias, criadas pela atual sociedade de consumo. (N. A.).

Essa relação está atrelada à algumas características da sociedade contemporânea, que alimenta o anseio pelas novidades, ao mesmo tempo que leva ao descarte de produtos em curto prazo, alimentando a roda do consumismo (HORN; VERGANI, 2010, p. 153).

A economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias, e é considerada tão eficaz quanto mais rápido o dinheiro mudar de mãos. Sempre que isso acontece, alguns produtos de consumos estão sendo descartados para o lixo. Com isso, numa sociedade de consumidores, a busca da felicidade invocada em campanhas de marketing tende a ser redirecionada do fazer coisas, ou de sua apropriação, para a sua remoção, fazendo a economia girar em razão da compra de novos produtos substitutivos dos removidos (BAUMAN, 2008, p. 52-53).

Com isso, pode-se afirmar que no consumismo há uma dupla degradação ambiental: ao mesmo tempo em que se retira recursos naturais, desestabilizando o meio ambiente para a produção de bens de consumo, posteriormente e cada vez mais rapidamente, estes bens são jogados fora como resíduos e/ou rejeitos, sendo que muitas vezes sequer deveriam ser classificados como tais, visto que ainda próprios para consumo.

Então, consumo que se presta a assegurar a sobrevivência e uma vida digna ao consumidor, acaba, em um momento posterior, a afetar negativamente a vida que antes era desejada (LEMOS, 2012, p.25). Essa afetação negativa pode assumir múltiplas facetas, e uma delas são os riscos gerados pelo consumismo.

Com isso, para a análise do risco, utilizar-se-á diversos autores que tratam do fenômeno do risco. Não se busca um conceito único, ou definir qual das teorias que analisam o risco é a mais adequada, mas sim um fundamento teórico suficiente para fundamentar que o consumismo moderno, bem como a exploração de recursos naturais com o conseqüente descarte inadequado e rápido de produtos é um dos principais geradores de risco ambiental.

O conceito de risco permeia a contemporaneidade. Muito se fala sobre o risco, ou melhor, sobre os diversos riscos gerados pelas condutas que permeiam a sociedade atual. Inicialmente, é necessário destacar que não há uma definição única e precisa de risco, e muitas vezes este conceito se torna indevidamente utilizado, pois eventos são classificados como risco quando são essencialmente normais do ponto de vista natural.

Contextualizando o tema, o risco enquanto disciplina não é representa algo novo, mas sim uma abordagem global que integra conhecimentos das “ciências duras”, como a química, física ou geologia, com os da sociologia, do direito e da economia (VEYRET, 2007, p. 11).

A análise de riscos foi desenvolvida como uma ferramenta objetiva para engenheiros e estadistas, que precisavam de mais fatos objetivos, e por objetivos

compreende-se a eliminação de valores subjetivos que interfiram na análise (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012, p. 69).

Visto que não há uma única concepção de risco que pode ser atribuída como correta, não há como obrigar a todos que a aceitem. O risco, então, deveria ser entendido como um produto conjunto de conhecimento que se tem do futuro e um consenso quanto às perspectivas mais desejadas, possibilitando relativizar os problemas (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012, p. 5).

Trazendo o conceito de risco das *hard sciences*² para as ciências sociais, tornou-se comum falar-se de que vivemos em uma sociedade de risco. Contudo, o sociólogo alemão Ulrich Beck (2010, p. 25), responsável pela popularização da teoria social do risco através da obra *Sociedade de Risco*, é expresso em dizer que “*ainda não vivemos numa sociedade de risco, mas tampouco somente em meio a conflitos distributivos das sociedades da escassez*”.

O que Beck assinala é que, embora seu trabalho não tenha as bases metodológicas necessárias para demonstrar uma sociedade de risco tal como conceituada, não se pode ignorar que os padrões da atual sociedade levam à uma produção cada vez maior de riscos. Em que pese o sociólogo alemão tenha fundamentado uma teoria sociológica sem seguir as regras da pesquisa social empírica, não se pode negar sua aplicação e valor, especialmente na fundamentação dos riscos ambientais.

Com isso, é possível se afirmar que os riscos provenientes da Sociedade Industrial estavam associados à criação e distribuição de riqueza, encontrando-se em jogo a luta entre capital e trabalho pelos frutos e benefícios gerados por um sistema industrial voltado para a produção de bens e serviços. Já em uma Sociedade de Risco, a disputa não ocorre em relação ao acesso e distribuição destes bens, mas ao poder evitar ou distribuir os males provindos da própria modernização. E um aspecto fundamental destes riscos é a sua dimensão catastrófica, com a possibilidade de autodestruição da vida sobre a Terra (LENZI, 2006, p. 133)

Outro ponto fundamental do trabalho do sociólogo alemão é o chamado “efeito bumerangue”, onde ele afirma que os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que produziram ou lucraram com ele (BECK, 2007, p. 27).

Com isso, afirma-se que as sociedades industriais vão lentamente se dissolvendo, em razão do acúmulo de problemas ambientais. Esta não é uma consequência voluntária, mas um efeito colateral do crescimento econômico e prosperidade material (GIDDENS, 2012, p. 149). Este efeito colateral é agravado

2. "Hard Sciences" (ciências difíceis ou ciências duras - em tradução livre) é uma expressão utilizada para designar, usualmente, as ciências naturais, embora tal definição não se mostre, exatamente, acurada, posto que, atualmente, alguns estudiosos tem colocado a sociologia e a psicologia na categoria das "hard sciences". O conceito de "hard sciences" assim, está mais relacionado aos experimentos realizados, devendo estes possuírem mais facilidade para estabelecer e controlar as variáveis e fazer medições e conclusões objetivas. No entanto, para este trabalho, considera-se "hard sciences" como um sinônimo de ciências naturais.

pela atual maneira que as pessoas percebem a sociedade e lidam com o consumo, que deixa de ser algo necessário para a subsistência e passa a ser visto como consumismo, pois atrelado a outras características.

Ante ao caminho da sociedade rumo a um desfiladeiro, premente se faz uma ressignificação social e generalizada quanto ao sentido do consumo para a humanidade. Diretamente relacionada a esse propósito, identifica-se a educação ambiental, ancorada em fortes fundamentos trazidos pela Sociologia Ambiental e por outras áreas (de maneira interdisciplinar), como forma de propiciar modificação de condutas humanas, a partir da conscientização ecológica que, certamente, pode emergir através da promoção de conhecimentos e saberes que rompem com as barreiras da superficialidade, da ignorância arquitetada e com as do saber limitado.

4 | CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL – RELAÇÕES DE CONSUMO E MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Prevendo a Carta Magna, no artigo 5º, § 2º, a possibilidade da não exclusão (e do reconhecimento) de outros direitos fundamentais não expressos no seu artigo 5º, infere-se implícita e doutrinariamente³ considerado como um direito fundamental o do meio ambiente ecologicamente equilibrado, posto que fundamental à sadia qualidade de vida do ser humano (artigo 225, caput), essencial para a concretização da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF/88), para a promoção do bem de todos (art. 3º, inciso IV, CF/88) e a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, caput, CF/88). Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1997, p. 102), a seu turno, entende ser o meio ambiente um direito fundamental de terceira geração, incluído entre os direitos da solidariedade ou direitos dos povos. Em razão disso, conclui Lemos (2008. p. 94) que, ao mesmo tempo, “tal direito e individual é coletivo, interessando a toda a humanidade.”

Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1997, p. 102), a seu turno, entende ser o meio ambiente um direito fundamental de terceira geração, incluído entre os direitos da solidariedade ou direitos dos povos. Em razão disso, conclui Lemos (2008. p. 94) que, ao mesmo tempo, “tal direito e individual é coletivo, interessando a toda a humanidade.”

Com base nisso, sendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito fundamental humano, por relacionar-se diretamente à vida, o conhecimento e as informações ambientais devem ser acessíveis a todos, uma vez que dizem respeito à defesa e manutenção da vida de toda a humanidade e Planeta.

3. Defendendo o entendimento de que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental pode-se citar MILARÉ (2001, p. 111), GAVIÃO FILHO (2005, p. 37), WESCHENFELDER (2012, p. 45), CANOTILHO e MOREIRA (2007, p. 845), TEIXEIRA(2006) e FIGUEIREDO (2012, p. 129). (N. A.)

Para tanto, imprescindível retomar a relevante importância da educação ambiental e da conscientização popular quanto ao meio ambiente, a necessidade de preservação e defesa, pelo homem, no seu trato diário e permanente com o meio em que habita, prática que deve motivá-lo muito além do simples e efetivo cumprimento do respectivo mandamento constitucional (artigo 225, § 1º, inciso VI), mas muito mais por uma questão da sua sobrevivência e também da coletividade.

De outra banda, faz-se inegável a adoção de um norte, no âmbito da educação e da conscientização ambiental, que venha ao encontro da preservação das culturas e das comunidades tradicionais, respeitando e aproveitando/aplicando as suas respectivas sabedorias milenares à realidade atual, dentro do que for possível, a fim de efetivamente valorizar esses povos e suas culturas.

Tratando sobre alguns pontos acerca da educação ambiental e assuntos correlatos, retoma-se o referido estudo. No que concerne à transversalidade e sua diferenciação da interdisciplinaridade, algumas observações:

transversalidade: Termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos.

A partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, foram definidos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, os PCNs sugerem alguns “temas transversais” que correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

A transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos. (MENEZES; SANTOS, 2002).(destaque dos autores)

No que tange aos Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo Ministério da Educação, cabe salientar que:

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente

da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas (BRASIL, p. 193).

Então, trabalhar de forma transversal, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, significa:

buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre estes e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade (BRASIL, p. 193-194).

Tanto os tratamentos transversal (dimensão didática) e interdisciplinar (abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento), totalmente positivos para o caso das questões ambientais, ambos “rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis.” (MENEZES; SANTOS, 2002).

Porém, mais que os tratamentos transversal e interdisciplinar aos temas relacionados às questões ambientais, é preciso abrir mais espaço nas grades curriculares escolares, reservando um espaço específico para que um conhecimento de qualidade possa ser oferecido aos estudantes brasileiros, tendo em vista que, somente e, não raro, alguns poucos, em fase de especialização⁴, conseguem maiores e mais aprofundados conhecimentos acerca do meio ambiente e da atual realidade dos recursos naturais (brasileiros e mundiais), pois só então são oportunizados e estudados.

Sendo assim, considerando que somente pequena parcela da população brasileira chega aos níveis de especialização, cerca de apenas 0,5% da população⁵⁶.

4. Experiência pessoal da co-autora: somente em curso de Especialização *Stricto Sensu* (Mestrado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul -UCS), tive acesso à diversas informações ambientais, podendo citar, ilustrativamente, vídeo do youtube, indicado por professora, que tratava da importância e utilidade das diversidades de borboletas (inclusive para a Medicina) e das árvores da região da Amazônia brasileira (proporcionam a umidade necessária para a promoção das chuvas, além de propiciarem a purificação atmosférica). Saliento que, embora tais informações estejam disponíveis na rede mundial de computadores, sem que um professor (por exemplo) os indique ou desperte a curiosidade para que o aluno busque a informação, os vídeos e demais conteúdos se mostram de reduzida utilidade. O vídeo referido está disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=HYcY5erxTYs>>. Acesso em: 29 ago. 2013. (N. A.).

5. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 11 set. 2013. Conforme dados do censo 2010, no Brasil, apenas 921.847 pessoas frequentavam cursos de especialização (*lato e stricto sensu*). Resultado obtido pela soma dos resultados por Estado. Ainda, segundo o mesmo censo, a população residente no Brasil, era de 190.755.799 (cento e noventa milhões setecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e nove) pessoas. Resultado obtido pela soma dos resultados por Estado (N. A.).

6. “...a parcela de brasileiros com pós-graduação representa menos de 0,5% da população, quantitativo ainda insuficiente para responder aos desafios do crescimento econômico. No país, só 0,32% possuem mestrado enquanto

(BIZONI, 2013). Conclui-se que tamanha é a ignorância de uma significativa parcela da população, ou seja, do ser humano sobre a natureza, sobre si mesmo e sobre o futuro da vida no Planeta (ARAÚJO, 2010).

Em análise ao pensamento de Dickens, efetivamente pode-se concordar que um dos grandes entraves e que promove a fragmentação do conhecimento ambiental é a divisão do trabalho. De fato, no universo capitalista em que se vive, o trabalho resta dividido em áreas específicas e estanques, que fracionam o raciocínio e compartimentalizam os saberes e as práticas humanas.

Assim, satisfazendo as necessidades dessa lógica do sistema de produção e do trabalho, surgem os estudos direcionados às especializações e crescente incentivo para uma educação permanente, objetivando, em tese, o aprimoramento dos profissionais e do produto de seus trabalhos, mas que conduzem também à satisfação de uma outra necessidade capitalista, que é a criação de outras necessidades humanas, para “esquentar” e “movimentar” o mercado, o comércio, as vendas (assim, as vendas de cursos nas Universidades Particulares), além de produzir a fragmentação dos conhecimentos, de modo geral, nele estando incluso o ambiental (GADOTTI, 2005, p. 95-96).

No entanto, o grande problema é que o Estado, maioria das vezes, parece, em verdade, vir para confundir, ou, no melhor estilo de “O Príncipe” - dividir para conquistar -, conforme preconizou Maquiavel (1991), em mais uma de suas muito lúcidas passagens. Isso resta demonstrado pelas diversas posturas assumidas e claramente disseminadas pelo Estado, em suas mais diversas manifestações.

De outra banda, a disseminação de um efetivo estudo da Sociologia e da educação ambiental, de forma geral, consistiria em medida que acarretaria um enriquecimento cultural e consencial extremamente significativo, às populações em geral. Isso porque pessoas que possuam uma bagagem de conhecimentos e saberes capazes de proporcionar uma sensibilização e uma conscientização compatíveis com a preservação e a defesa ambientais, automática e logicamente, agirão, em sociedade, de forma mais consciente e educada no que concerne às relações de consumo. Consumidores educados e cientes das consequências das suas ações, tanto nas direcionadas ao consumismo, pelas atitudes consumistas em excesso, quanto nas voltadas à boa/má utilização das mercadorias adquiridas, na correta separação e descarte dos resíduos produzidos, além do maior esclarecimento quanto às reais necessidades e às necessidades constantemente criadas pelo mercado, possuem melhores condições de discernimento e de agir em conformidade com parâmetros de defesa e preservação da vida.

Então, a reunião de profissionais de várias áreas, tais como Agronomia, Antropologia, Biologia, Botânica, Geologia, Zoologia, etc, de forma a enfatizar a

0,12% possuem doutorado.” (N. A.).

integração e a interligação dos saberes (a interdisciplinaridade e a transversalidade), para o estudo sobre o ambiente, sobre as plantas e animais (e.g. da Amazônia e do Pantanal Mato-grossense), a fim de propiciar o conhecimento científico para as populações, especialmente aquelas menos favorecidas, na forma de disciplina específica de educação ambiental formal, em todos os níveis de ensino, parece ser um caminho para uma efetiva mudança de paradigmas em termos de educação ambiental.

Tendo em vista que se deve buscar a formação de uma consciência ecológica, principalmente por parte do Estado (artigo 225, caput, e inciso VI, da CF/88), entende-se possível atingi-la a partir do momento em que, através da educação (educação ambiental), a todos seja possibilitado o conhecimento qualificado quanto ao meio ambiente, para que, entendendo os processos de geração e desenvolvimento das diversas formas de vida (plantas, animais, recursos naturais, etc), suas respectivas finalidades e contribuições na teia da vida e na cadeia alimentar, seja possível efetivamente desenvolver uma consciência voltada para a preservação/proteção da vida em todas as suas formas.

Somente quando efetivamente conhecemos aprofundadamente algo (sabemos as suas qualidades, defeitos, utilidades e relação com os demais seres), é que em nós é inculcida uma verdadeira consciência de cuidado, de proteção. Mais que isso, quando, partindo da ideia da aquisição de maiores conhecimentos sobre o tema, por meio da educação ambiental prestada, somos mobilizados a auxiliar conjuntamente em um processo que enseja atitudes compatíveis com proteção ambiental e, dessa forma, sentimo-nos parte desse todo, conscientes da importância da nossa atuação e com entusiasmo por estarmos auxiliando e mobilizando mais pessoas para o engajamento quanto a esse mesmo fim.

Sobre o tema Alves (2011) pondera que “na maioria das instituições de ensino superior (IES), a educação ambiental se restringe a iniciativas isoladas de professores e alunos, individualmente ou em grupo [...]”, sendo que, quanto às questões ambientais, são raríssimas as IES que as “incorporam em seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e mesmo no projeto pedagógico de seus cursos.”

Sendo assim, imprescindível a efetiva prestação das informações ambientais, de forma clara, com linguagem simples e objetiva, a fim de facilitar o entendimento e compreensão populares sobre os referidos temas.

Porém, mais que isso, inafastável a premência da prestação de uma educação ambiental e de uma conscientização coletiva que efetivamente proporcionem a compreensão e o entendimento das informações recebidas e disponibilizadas pelo Poder Público através dos meios de comunicação (Diários Oficiais e outras mídias). Mais do que meramente ter disponíveis as informações ambientais, é importante

saber correlacioná-las, apoderar-se dos seus conteúdos e dos conhecimentos delas advindos; raciocinar criticamente e entender o que está acontecendo ou o que está por vir, no Brasil e no mundo.

O conteúdo do Princípio 19 da Convenção de Estocolmo/1972 denota a necessidade de empenho, tanto das comunidades internacionais, do Estado-Nação e dos Estados Federados, das autoridades competentes, das escolas, dos profissionais da área da educação, dos estudiosos, pensadores e dos políticos, no sentido de promover a educação e a informação ambiental, que são ambos de interesse público, para as suas populações em geral, mas especialmente para as camadas populacionais menos privilegiadas, em todos os sentidos, seja econômico, social, cultural, educacional, etc.

E não é difícil identificar esses grupos, em cada uma comunidade local e/ou internacional. É possível citar, como alguns exemplos ilustrativos, os excluídos sociais de toda a ordem, os marginalizados, os presos, os dependentes químicos, os pequenos grupos étnicos. Porém, a partir desses raciocínios e exemplos, algumas pessoas poderiam vir a questionar o porquê disso, por que investir em grupos que, aparentemente, são tão desacreditados e, alguns, inclusive tidos como “sem volta”. Então, como uma das possíveis respostas, poder-se-ia chegar à análise e constatação de que esses grupos, por menores que possam parecer, representam, hoje, a grande parte da população mundial e/ou nacionais, tendo em vista que é fato sabido que a grande maioria dos povos vivem em situação de pobreza, miséria e marginalização, e que são poucos os que conseguem desfrutar de padrões de vida suficientes para manter-se plena e satisfatoriamente informado, educado, alimentado, bem servido em termos de moradia, cultura, saúde, lazer, etc...

Além disso, em dando sequência à resposta, deve-se ter em mente que todos vivem em co-relação e em co-dependência, tanto humanos quanto as demais entidades vivas, sendo que cada qual tem um percurso a seguir, mas também uma finalidade, uma missão, um papel imprescindível na teia da vida. Há que se ter presente que uma só pessoa não vai conseguir atuar e fazer o que seria necessário que outras dez pessoas fizessem, pois isso seria humanamente impossível. Dessa forma, há que se fazer conhecer, conscientizar, cada pessoa, dos seus propósitos e das suas possibilidades, enquanto ser integrante desse grande grupo, posto que, enquanto uma pessoa/peça encontrar-se desalinhada de condutas compatíveis com a preservação e defesa ambientais, não se poderá atingir um todo harmônico e homogêneo, compatível com a integração necessária entre homem e natureza, para a perpetuação de ambos.

Sugere-se, então, uma educação ambiental que, com base na abertura de horizontes direcionada ao estudo e ao conhecimento aprofundados dos meios ambientes e das causas e consequências dos atos humanos de toda a ordem,

possa mobilizar as pessoas para a fixação prática desses saberes, incorporando no dia a dia essa conscientização calcada no reconhecimento e aceitação, como por exemplo, das leis da Física, as de “causa e efeito”, de acordo com as quais o homem deve estar ciente de que o que ele causa à natureza, esta sempre reage, devolvendo-lhe, por meio de situações várias, a sua resposta.

Uma educação ambiental comprometida com os propósitos de preservação e defesa da vida e com a propagação das verdades inerentes e compatíveis com esse fim.

5 | CONCLUSÃO

O consumo, na forma em que é enfrentado e incentivado na atual sociedade, passa a ter novas características e as proporções do exagero e das consequências disso passam a ser imprevisíveis, tanto para o homem quanto para o meio ambiente. Não mais se consome para sobreviver, ou até mesmo para ter algum conforto. O consumo adquire novas características e “evolui” para o consumismo. A sociedade e o homem encontram-se em estados doentios e de vulnerabilidade, em todos os sentidos, de certa forma, assustadores! Enquanto o consumo pode ser visto como uma característica e necessidade de indivíduos, o consumismo é um fenômeno social.

Este consumismo alimenta e ancora o atual sistema econômico vigente, razão pela qual é tão freneticamente incentivado, haja vista que o sistema capitalista dá mostras, já há algum tempo, de estar chegando no seu limite. É como se o capitalismo estivesse estranhamente visualizando o fim do seu percurso e não houvesse tempo para tentar reverter ou modificar estratégias para reverter a situação falimentar em que parece tender.

Então, é como se estivesse no momento agonizante de uma pré-morte, em que qualquer coisa/atitude é aceitável e deve ser empreendida, nem que seja alguma que venha a acelerar a morte. No caso do capitalismo, que está antevendo a sua falência já em decorrência do evidente e atual, esgotamento dos recursos naturais planetários, lança-se em uma frenética e descontrolada hiper-utilização dos recursos que ainda restam, na ânsia de ilusoriamente, poder usufruir dos últimos momentos de maneira nada comedida, de forma “abundante”, diante de uma sensação de falsa bonança. Contudo, pouco se discute, e muitas vezes não é feita a relação entre consumismo e riscos. Este atual fenômeno social é responsável pela criação de diversos riscos, que muitas vezes não são percebidos pela sociedade. Contudo, não se pode ignorar que estes riscos afetarão a todos. A pergunta que se faz é como a sociedade lidará com essa perspectiva de futuro, que pode ser catastrófica. Como

aceitar uma mudança nos atuais padrões que regem a sociedade? Como mudar a forma de ver o consumo e de consumir, evitando alguns dos riscos que podem ser gerados pelos atuais padrões? Uma possível solução passa pela educação ambiental, como forma de moldar uma nova consciência individual e social.

É justamente através da educação ambiental que se pretende ver modificada culturalmente a lógica consumista inculcada nas mentes humanas, individual e coletivamente, atingindo níveis de reprogramação mental, através da memorização e da prática de valores compatíveis com a redução dos padrões de consumo e melhor aproveitamento dos recursos naturais. Porém, para que ocorra a redução dos padrões de consumo, é preciso conscientizar, e para conscientizar, é necessário ensinar, esclarecer (também cientificamente) dos riscos de extinção a que o Planeta está sujeito, das consequências dos comportamentos humanos, tudo isso, voltado à sensibilização para a modificação de condutas e também das lógicas de pensar e de agir advindas do sistema de produção e do mercado. Para que se possa modificar tais lógicas, deve-se partir das mudanças individuais e coletivas, na conduta e na forma de pensar e entender os mecanismos econômicos que representam a base de geração de riquezas.

E é exatamente isso que se pretende ir direcionando através da educação, e mais especificamente da educação ambiental, que sempre representará a forma mais eficaz e homogênea de disseminação de saberes, mobilizando pessoas para novos propósitos. Mas para isso, entende-se insuficiente e ineficaz o modelo atual de educação ambiental legalmente apresentado para a sociedade como o ideal e mais adequado. Há que se dar conta que o sistema legal vigente mostra-se – ainda que não intencionalmente – cada vez mais adaptado e favorável à lógica capitalista e do consumismo, relegando a terceiro plano a necessidade de investimento em educação comprometida com a conscientização humana.

Da forma como se apresenta (e cumpre perquirir se ela chega a se apresentar de alguma forma, realmente) a educação ambiental, atualmente, mantém os indivíduos ignorantes, alienados e desconectados da realidade, desvinculados do quadro geral, ou seja, mais facilmente manipuláveis por informações errôneas (ausência de senso crítico, de conhecimento mínimo para julgar que aquela informação é estranha) e campanhas midiáticas, especialmente aquelas que incentivam o consumismo (além do incentivo ao “ter para ser”, há incentivo através da redução de impostos, de juros...) e a efemeridade da felicidade obtida com o novo item da moda. Com a educação é possível a mudança de comportamentos, especialmente com a redução dos atuais padrões de consumo, possibilitando que se chegue ao consumo sustentável que reduzirá ou evitará os riscos, alguns dos quais previsíveis e outros que a sociedade atual sequer é capaz de prever e não se sabe se terá capacidade de enfrentá-los.

REFERÊNCIAS

ALVES, Grasiella Ferreira. Multi, Inter e Transdisciplinaridade na Educação Ambiental. In: *Direito & Diritti - Rivista giuridica elettronica pubblicata su Internet*. ISSN 1127-8579. Disponível em <<http://www.direito.it/docs/32633-multi-inter-e-transdisciplinaridade-na-educa-o-ambiental?page=5>>. Acesso em: 09 set. 2013.

ARAÚJO, Adilson Ribeiro de. Educação Ambiental e Sustentabilidade: Desafios para a sua Aplicabilidade. Monografia apresentada ao Departamento de Agronomia da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas, para a obtenção do título de Especialização. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/50663454/6/Declaracao-de-Estocolmo-sobre-o-Ambiente-Humano-Estocolmo72>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BARBER, Benjamin R. **Consumido**. Trad. Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas*. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (org). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

BIZONI, Alessandra Moura. Os caminhos da pós-graduação no Brasil. In: Folha Dirigida. Edição Digital. Disponível em <<http://www.folhadirigida.com.br/fd/Satellite/educacao/reportagens-especiais/-Os-caminhos-da-posgraduacao-no-Brasil-2000044435824-1400002102372>>. Acesso em: 11 set. 2013.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 06 jan. 2013.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

_____. _____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 09 set. 2013.

_____. _____. Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. _____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto

no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. _____. Lei nº 12.608, 10 de abril de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm#art29>. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Acesso em: 09 set. 2013. Artigo 29.

_____. MEC. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. Constituição da República Portuguesa anotada. v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais; Coimbra: Coimbra, 2007.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Trad. Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Comentários à Constituição brasileira de 1988. v. 1. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Curso de Direito Ambiental: de acordo com a LC 140/2011, o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a MP 571/2012. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FLORIANI, Dimas; KNECHTEL, Maria do Rosário. Educação ambiental, epistemologia e metodologias. Curitiba: Vicentina, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à Pedagogia do conflito**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GAVIÃO FILHO, Anízio Pires. Direito Fundamental ao Ambiente. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HORN, Luiz Fernando Del Rio; VERGANI, Vanessa. *O consumismo como o lado perverso do consumo: principais malefícios à sociedade contemporânea*. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (org.). **Relações de Consumo: consumismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 11 set. 2013.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMOS, Diogo de Sousa; LEMOS, Thais Rodrigues Mariano de Sousa. Aspectos jurídicos da sustentabilidade da água. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 71, dez 2009. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=6994&n_link=revista_artigos_leitura#_ftnref6>. Acesso em: 24 set. 2013.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. *Meio Ambiente e Responsabilidade Civil do proprietário: análise do nexos causal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. **Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo**. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p.25.

LENZI, Cristiano Luís. *Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito à Informação e Meio Ambiente*. São Paulo: Malheiros, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Vida e obra**. Traduções de Lívio Xavier. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção: Os Pensadores).

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Meio Ambiente: Direito e Dever Fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Transversalidade" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>>. Acesso em: 10 set. 2013.

MILARÉ, Édis. *Direito ao Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Neves. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972 (Declaração de Estocolmo)*. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. *Da maximização à eficiência: o sentido de consumo na semântica econômica moderna*. In: PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (org.). **Relações de Consumo: consumismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

_____. **Relações de Consumo: Consumismo**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio (Orgs.). **Relações de Consumo: meio ambiente**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

SÉGUIN, Elida. **O Direito Ambiental: nossa casa planetária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. *O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

WESCHENFELDER, Paulo Natalício. Do direito constitucional ao meio ambiente equilibrado: a construção de uma cultura. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO HUMANITÁRIO NA LIBÉRIA: INTOLERÂNCIA E VULNERABILIDADE

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 28/12/2019

Carlos Alberto Leite

Universidade Federal Fluminense

Niterói – Rio de Janeiro

Currículo lattes- <http://lattes.cnpq.br/1112411094700706>

RESUMO: O trabalho pesquisa a influência do conceito de intolerância sobre o Direito Humanitário e a cidadania, considerando a abordagem de Hannah Arendt e elementos de vulnerabilidade política presentes em conflitos armados. Aborda a obra “Eichmann em Jerusalém”, a guerra de Canudos em 1897 e discute a relevância da vulnerabilidade criada após o conflito armado da Libéria em 2003. O problema de pesquisa trata do entendimento do grau de influência da intolerância para as questões humanitárias com recorte para a proteção de vítimas, e de cidadania aos vitimados em guerras e conflitos armados contemporâneos. Busca compreender a relevância da intolerância para o aumento dos danos à população civil, bem como o grau de vulnerabilidade presente nos casos observados.

1. ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém.** Um relato sobre a banalidade do Mal. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

Discute a questão a partir de Hannah Arendt¹, Franz Fanon, Michel Foucault, Louis Althusser, Pierre Bourdieu, André-Jean Arnaud, Gizlene Neder, Gisálio Cerqueira, Marilena Chauí, Martin Van Creveld e Michael Howard. Trata-se de uma pesquisa qualitativa mediante a revisão bibliográfica e documental. O trabalho discorre sobre a intolerância partindo da observação das obras “Eichmann em Jerusalém”, “Os sertões” de Euclides da Cunha e o conflito da Libéria, entre 2003 e 2016 e apresenta os principais dados levantados sobre o nível de vulnerabilidade presente naquela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Vitimologia, Direito Internacional Humanitário, Intolerância

THE IMPORTANCE OF HUMANITARIAN LAW IN LIBERIA: INTOLERANCE AND VULNERABILITY

ABSTRACT: The paper researches the influence of the concept of intolerance on humanitarian law and citizenship, considering Hannah Arendt’s approach and elements of political vulnerability present in armed conflicts. It addresses the work “Eichmann in Jerusalem”, Canudo’s War (1897) and talk about the vulnerability made during Liberia’s armed

conflict in 2003. The research problem deals with understanding the degree of influence of intolerance for humanitarian issues with a cut-off for the protection of victims, and citizenship to victims in contemporary wars and armed conflicts. It seeks to understand the relevance of intolerance for the increase in damage to the civilian population, as well as the degree of vulnerability present in the observed cases. Discusses the issue from Hannah Arendt, Franz Fanon, Edward Said, Michel Foucault, Louis Althusser, Pierre Bourdieu, André-Jean Arnaud, Gizlene Neder, Gisálio Cerqueira, Marilena Chauí, Martin Van Creveld and Michael Howard. This is a qualitative research through the bibliographic and documentary review. The work discusses the intolerance starting from the observation of the work “Eichmann in Jerusalem”, “The sertões” of Euclides da Cunha and the conflict of Liberia between 2003 and 2016 and presents the main data collected on the level of vulnerability present in that Society.

KEYWORDS: Victimology. International Humanitarian Law. Intolerance.

INTOLERÂNCIA EM HANNAH ARENDT E CANUDOS

O entendimento da abordagem sobre a intolerância considera o conceito presente em Marx e Gramsci ao tratar de hegemonia das classes dominantes na imposição de valores mediante a abstração e inversão. Cerqueira Filho² discute na obra “Análise Social da Ideologia” um terceiro conceito: a alusão, pelo uso de expressões que realçam uma relação entre linguagens e práticas. Locke discute a importância da discussão sobre a intolerância e Humberto Eco apresenta uma abordagem sobre o não reconhecimento do outro, valorizada na discussão de Todorov no livro “A Conquista da América”.

Hannah Arendt discute na obra “Eichmann em Jerusalém” a chamada banalidade do mal e a postura do responsável pelo extermínio de judeus, em um processo de anulação de direitos³. Sua avaliação considera Eichmann como produto de uma estrutura desenvolvida no sentido de retirar a cidadania dos judeus, para passarem a aniquilá-los, pelo não reconhecimento deles como cidadãos. Arendt não considera Eichmann uma vítima de um sistema. Para ela o problema de Eichmann é sua mediocridade, agindo conforme a ordem legal vigente na Alemanha. A discussão levantada pela autora se ampara nos caminhos a serem tratados a partir das noções de culpa e responsabilidade no Estado burocrático moderno. Trata da confluência da capacidade destrutiva e burocratização da vida pública, expressa no conceito “a banalidade do mal”.

O texto trata da dicotomia entre a atitude do povo alemão quanto ao seu próprio passado: as pessoas não se importavam com a presença de assassinos a solta no país, e a postura da opinião pública mundial que buscava uma punição.

2. CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Análise Social da Ideologia**. São Paulo: EPU, 1988

3. ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O julgamento tratava da cumplicidade quase ubíqua, que se estendera muito além das alas dos membros do partido nazista. Hannah Arendt usa o termo ubiquidade do mal⁴.

Segundo Hannah Arendt, o individualismo é parte integrante da lógica da modernidade, que concebe a liberdade como faculdade de autodeterminação de todo ser humano. Para ela, o inter-relacionamento entre a nação e a comunidade política, inspirou, a partir do século XIX, o esforço em organizar o sistema interestatal com base no princípio das nacionalidades. Os termos nacionalidade e cidadania são frequentemente utilizados como sinônimos.

Celso Lafer cita que, com o término da I Guerra Mundial, ocorreu o aparecimento de forma inédita de pessoas que não eram bem-vindas a lugar algum e não podiam ser assimiladas em parte alguma. Estas “*displaced persons*” converteram-se em “refugio da terra”⁵. Ao perderem seus lares, a sua cidadania e os seus direitos, viram-se expulsos da trindade Estado-Povo-Território. Por isso passam a ser gente deslocada no âmbito do sistema interestatal, baseado no sistema de nacionalidades.

Hannah Arendt observa que num regime totalitário o medo é generalizado e difuso, mas também, de maneira paradoxal, não tem utilidade como critério de conduta individual. Para a autora a norma jurídica se torna um limite à estabilização. A autora discute as chamadas cristalizações de atuação, destacando as figuras de: inimigo objetivo, mentira ideológica, o racismo, o expansionismo e a burocracia.

Uma outra abordagem relevante para a compreensão da intolerância pode ser observada também na obra de Euclides da Cunha e nos estudos desenvolvidos sobre o messianismo e a tragédia humanitária presentes na guerra de Canudos em 1897, respectivamente discutidos nas obras de Luitgarde Barros⁶ e José Calazans⁷. A discussão presente na abordagem de “Os Sertões” por Euclides da Cunha expõe a figura da intolerância como um elemento perpassando a dificuldade de compreensão do messianismo de Antônio Conselheiro e outros líderes religiosos, no final do século XIX e início do século XX, bem como o isolamento imputado às populações do interior. Mostra, ainda, o alcance dos fatores discutidos por Althusser ao discutir a postura autoritária do Estado, apresentando ainda o pensamento sobre as manifestações inconscientes pesquisado por Cerqueira Filho, mas também pelas obras desenvolvidas por autores que discutem o “não reconhecimento do outro”.

Para tal, faz-se uma observação sobre fatores ideologizados (intrínsecos)⁸

4. nARENDR, op. cit., p. 27.

5. LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. Companhia das Letras: São Paulo, 1988. p. 48

6. BARROS, Luitgar de Oliveira Cavalcante. **Juazeiro do Padre Cícero: A Terra da Mãe de Deus**. Fortaleza: Editora Imeph, 2008

7. CALAZANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da campanha de Canudos**. Salvador: EDUFBA, 2002

8. Cerqueira Filho discorre sobre o papel dos fatores ideologizados como manifestações proporcionadas pela vida em sociedade. Este conceito se contrapõe ao de fatores externos que se consomem nas estruturas criadas de

presentes no entendimento de Marx na falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Dentro desta acepção, a ideologia é uma crença falsa, pela aceitação inapropriada de uma convicção política. A perspectiva da fonte ideologizada considera uma visão além da representação ilusória, que combina abstração e inversão. Estas são consideradas como dificuldades próprias na percepção da pessoa humana sobre as reais condições de existência social, e pela representação das relações da realidade de modo invertido, entendida a pessoa humana como vítima da realidade social.

A discussão dos fatores intrínsecos considera a ilusão associada também à alusão (práxis sociais), discutida como pensamento e representações. Esta análise transcende a discussão proposta na leitura inicial da obra de Marx e Engels sobre o papel da ideologia como alienação, mas busca também, na prática das representações, o entendimento do comportamento social como efeito de uma falsa codificação da sociedade.

Busca-se uma aproximação com o entendimento proposto por Bobbio do conceito de ideologia em Marx, como desmascaramento da opressão e exploração. Busca-se em um elemento, a “Intolerância”, o entendimento de um comportamento como falsa consciência, presente no pensamento de Locke, Eco, Chauí e Cerqueira Filho.

Locke é apresentado como um marco importante na discussão do trato do tema, ao discutir na obra “Uma carta acerca da Intolerância” a tolerância como uma questão política que deveria tornar-se uma preocupação do Estado. Locke cita: “Nenhuma opinião contrária à sociedade humana ou às regras morais que são necessárias à preservação da sociedade civil deveria ser tolerada pelo magistrado.”⁹

O conceito de tolerância surge como uma resposta na luta para negar a diferença. Para Eco¹⁰ :

Educar para tolerância adultos que atiram uns nos outros por motivos étnicos e religiosos é tempo perdido. Tarde demais. A intolerância selvagem deve ser, portanto, combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tem início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais.

Sendo assim, é fundamental que ao se tratar de tolerância, seja pensada a natureza, nas causas e nas consequências da intolerância. Entender este último conceito não significa, contudo, entender só elementos doutrinários, presentes no tradicionalismo cristão por exemplo. Para Eco¹¹:

submissão na vida em sociedade. CERQUEIRA FILHO, op. cit., e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Autoritarismo Afetivo**: a Prússia como sentimento. São Paulo: Escuta, 2005.

9. LOCKE, John [1689]. **A Letter Concerning Toleration**. New Haven and London: Yale University Press, 2003.

10. ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 23

11. Ibid., p.58.

o antissemitismo pseudocientífico surge no decorrer do século XIX e transforma-se em antropologia totalitária e prática industrial do genocídio apenas no nosso século. Porém, não poderia ter nascido se não existisse há séculos, desde os tempos dos pais da Igreja, uma polêmica antijudaica e, junto ao povo comum, um antissemitismo prático que atravessou os séculos em qualquer lugar onde houvesse gueto.

Para aquele autor, ainda, “... a intolerância mais perigosa é exatamente aquela que surge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões anteriores”¹².

Menezes afirma que “a intolerância não rejeita só as opiniões alheias, mas também sua existência, ou ao menos o que faz o que valha a pena viver: a dignidade e a liberdade da pessoa”.¹³ A intolerância diante do diferente tem imposto uma quantidade de maus tratos e massacres impiedosos a grupos que sustentam um estigma, um suposto sinal vergonhoso e socialmente rejeitado. Entender este fenômeno traz uma perspectiva importante na compreensão dos elementos que moldam as relações sociais na atualidade.

O outro aspecto a ser considerado é o de se tratar a intolerância como o “não reconhecimento do outro”, pela leitura de Todorov. O autor acredita que o humanismo moderno deve ser observado a partir dos campos de concentração: “O humanismo contemporâneo, distante de ignorar Auschwitz e Kolim, parte deles; não é nem orgulhoso nem ingênuo”.

Para estudar o conceito do outro, Todorov se cerca da Antropologia e da História, investigando algo que, para ele, é um momento paradigmático: a conquista do império asteca pelos espanhóis. “A Conquista da América” não se detém sobre os atos de crueldade, mas na maneira como os espanhóis e astecas conceituam a novidade do outro.

A conclusão de Todorov¹⁴ é que os astecas não sucumbiram por inferioridade militar, ao contrário, poderiam ter massacrado os espanhóis sem maior esforço. Sucumbiram porque não lograram entender a significação do aparecimento de outros homens em suas terras. Depois de uma fase de grande confusão, chegam a crer que se trata de algo que havia sido predito. Cortés, ao contrário, dedicou muito esforço a entender o que pensava Montezuma. Para Todorov, a conquista do México aponta a influência que os aspectos psicológicos exercem sobre a conduta social.

A discussão sobre intolerância também pode ser observada na principal obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, na sensibilidade com os fatores sociais e humanos, dos quais saliento: a força social da obra, a relevância do sertanejo, a influência da Igreja e de movimentos religiosos na conformação da fé pela população local. Estes elementos seriam sintomáticos para a apreciação de uma visualização

12. Ibid., p.58.

13. MENEZES, Paulo. Tolerância e Religiões. In: TEIXEIRA, F, (org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.

14. TODOROV, Tzvetan. **A conquista da America**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

comprometida com o entendimento das forças vitimadoras para a população sertaneja.

A narrativa de Euclides da Cunha contrapõe-se às abordagens dos jornais da época, que caracterizavam a resistência em Canudos como uma ameaça à República. Aqui, “ilusão e alusão” se manifestam pela criação de um imaginário coletivo de insurretos.

O reconhecimento do sertanejo como raça inferior mostra como a obra “Os Sertões” se inicia apresentando a dificuldade de atentar para o “outro”. A obra de Euclides da Cunha ajuda a discutir um momento onde se valorizava a intolerância como pseudociência, pela desconstrução no contato com a alteridade presente no sertão e a reedificação da figura do sertanejo. Trata-se de uma visão que se solidificaria na recepção da obra.

Segundo Nascimento¹⁵, o discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, proferido por Silvio Romero em 1906, permitiria o aprendizado do sentido político da recepção de Os Sertões. Ainda para Nascimento, a interpretação do livro se constituía em um libelo contra a situação política e social do país. A eleição de Euclides da Cunha como imortal seria para aquele autor a ilustração do pequeno mundo dos letrados e mais que isso, a indicação da força social de Os Sertões no contexto intelectual brasileiro à época da sua publicação.

Citando Silvio Romero¹⁶:

[...] como um trabalho de sociologia - não como obra exclusivamente literária ou como panfleto político – voltado para a descrição da população de trabalhadores que sustenta materialmente, segundo ele, os embevecimentos de uma elite chique, ociosa e disposta nas magníficas cidades da franja litorânea brasileira.

Ressalta Romero ainda¹⁷:

[...] a intelectualidade local, para exorcizar a denúncia que contém, definiu a obra [Os Sertões] como arte literária [...] a crítica indígena [...] não vos compreendeu cabalmente. Tomou o vosso livro por um produto meramente literário [...]. Viu nele apenas as cintilações de estuki [...] considerou-o ao demais como uma espécie de oposição política [...]. Vosso livro não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos inquietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo.

Em 1960 é publicada uma reportagem no jornal Correio do Povo de Porto Alegre, em que Caio Prado Jr. trata do caráter irreal das descrições presentes em “Os Sertões”. A Casa Euclidiana escreve ao intelectual, solicitando uma apreciação sobre o livro. Caio Prado Jr. elabora sua crítica, explicando a expressão literária da obra, em contraposição à análise da realidade¹⁸:

15. NASCIMENTO, José Leonardo do. **Juízos críticos**: Os sertões e os olhares da sua época. São Paulo: Nankin Editorial/Editora da UNESP, 2003.

16. ROMERO apud NOGUEIRA, Nathália Sanglard de Almeida. **Margear o outro**: viagem, experiência e notas de Euclides da Cunha nos sertões baianos. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p.12.

17. Ibid, p. 12

18. FLAVIANO, Giovana Beraldi. Caio Prado Júnior e Os sertões de Euclides da Cunha. **Revista IEB**, nº54, set./

[...] a grande contribuição de Euclides foi o desassombro e a coragem com que, em meio à hipocrisia característica do seu tempo, ele denunciou as mazelas sociais do país. O impacto emocional que isso produziu teve o mais largo efeito, pois as ensinou as novas gerações a olharem diferentemente para o Brasil e suas coisas. Elas já não procurarão mais, como fora em regra no passado, imitar a cultura europeia, escondendo envergonhadas tudo que nos distingue daquela cultura. O pensamento brasileiro, com Euclides da Cunha, começa a adquirir maioridade.

Os elementos apresentados no tocante ao caráter literário¹⁹ da perspectiva de Euclides da Cunha, a força social da obra, a relevância dada ao sertanejo e a religiosidade²⁰ são alguns dos conformadores das forças presentes que suportaram a vitimização na área conflagrada²¹. As obras de autores como José Calazans reforçaram o drama vivido pela população em Canudos²². Visando à compreensão da interação daqueles elementos com o conflito de Canudos, faz-se necessário o entendimento das vítimas e do conflito social presentes.

No tocante à vitimização, cabem referências à observação da postura das tropas federais, bem como a presença de mulheres, crianças e vitimados no conflito.

Desde Salvador, Euclides da Cunha comentava sobre o número de canudenses e soldados feridos, a tática de ambos os lados, a expectativa da população quanto aos destinos do embate, conversar com os oficiais.

Muitas cenas do conflito foram retocadas, para serem expedidas ao jornal, talvez porque interessassem, mais imediatamente, ao público leitor. Euclides da Cunha manteve e acentuou a noção de registro circunstanciado a regular a que nada escapava.

Além de coletar as narrativas locais em suas andanças e sondar os moradores mais velhos, “procurando tirar uma média das opiniões que aqui circulam”, como reportou, em Salvador, nas correspondências de 10 e 16 de agosto, Euclides da Cunha participou de alguns interrogatórios a soldados e sertanejos feitos prisioneiros.

O autor, junto a outros militares, indagou o menino Agostinho, em 19 de agosto, conforme sua correspondência a “O Estado de São Paulo”. Ao jornal deu ciência de que um jagunço adolescente, Agostinho, entregava chaves importantes para decifrar a sociabilidade do arraial, com descrições de João Abade, o braço direito de Conselheiro, o comerciante Villa Nova, Pedrão, Pajéu, Manuel Quadrado,

mar, 2012, p.193

19. Segundo Vitor Silva, o caráter literário pode ser observado pela plurissignificação, ficcionalidade, aspecto subjetivo e ênfase na função poética da linguagem. SILVA, Vitor M. de A. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1982.

20. NEDER, Gizlene. **Direito, religião e cultura política: variações**. In: NEDER, Gizlene, SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

21. José Calazans e Luitgarde Barros promovem um aprofundamento do entendimento da realidade presente em Canudos, discutindo outros autores que apresentaram uma visão mais amplificada daquela discutida na obra “Os Sertões”, citando Ataliba Nogueira e Odorico Tavares. NOGUEIRA, Ataliba. **Antonio Conselheiro e Canudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. (Coleção Brasileira, v. 355). TAVARES, Odorico. **Canudos: Cinquenta Anos Depois [1947]**. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

22. CALAZANS, op. cit.

o curandeiro de Canudos, José Félix, o guarda das igrejas, Macambirra e seu filho, além de Antônio Mendes Maciel²³. Além disso, esclarecia a dinâmica local, abordando os trabalhos agrícolas e a precariedade existente, a obtenção de armamento e a atmosfera religiosa.

À medida que se envolvia nas movimentações do conflito, tanto através de relatórios militares e de jornais, quanto de sua própria visão, Euclides da Cunha defrontava-se com uma estranha robustez e dignidade dos sertanejos na luta. Em meio à amabilidade do tratamento às tropas, reconhecia, porém, a bravura dos jagunços que não se deixavam render com facilidade. A maneira como suportavam a fadiga, a fome e o cerco de militares impressionava Euclides da Cunha e certificava alguns itens identificados na sua caderneta de notas²⁴.

Tem a mais sólida, a mais robusta têmpera, essa gente indomável. Ainda não consegui lobrigar a mais breve sombra de desânimo em seus rostos, onde se refletem privações de toda a sorte, a miséria mais funda; não tremem; não se acovardam e não negam as crenças ensinadas pelo evangelizador fatal e sinistro que os arrastou a uma desgraça incalculável. (...) Era um traço firme de altivez selvagem com que se arrojavam à luta os jagunços, que, afinal, não tinham abastança tal qual justificasse tais atos. Afeitos, porém, às parcimônias de frugalidade sem par, os rudes lidadores, que nas quadras benignas atravessavam o dia com três manelos de paçoca e um trago d'água, haviam refinado a abstinência disciplinadora, na guerra, ostentando uma capacidade de resistência incomparável. Os nossos soldados não a tinham. Não podiam tê-la.

A face dilacerada da criança, a horripilante magreza das mulheres, a brutalidade das mortes e a firmeza dos insurretos esmaeciam as certezas sobre a campanha e o fervor republicano se retorcia em enternecimento pelos sertanejos. Na página 32 da caderneta, bosquejou um pedaço da correspondência de 1º de outubro, que encerraria a contribuição em Canudos de um observador que começara convicto e terminava trôpego, diante de uma guerra que computava a perda de cinco mil soldados e o massacre de dez a vinte e cinco mil sertanejos.

Segundo Zilly²⁵:

A Europa fazia décadas tinha preparado os paradigmas teóricos e interpretativos para comportamentos considerados bárbaros, atrasados e desviantes, de coletividades rurais, radicalmente religiosas ou consideradas criminosas, aparentemente incompatíveis com a modernização - uma ciência, psiquiatria e antropologia que funcionavam como uma continuação da guerra com meios intelectuais.

O insulamento das populações descritas por Euclides da Cunha permite a sua compreensão do distanciamento e do abandono do interior. A postura de resistência dos sertanejos apresenta-se como um misto de firme posicionamento daqueles que dominavam o seu habitat, com a vulnerabilidade presente em uma realidade de

23. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984. p. 585

24. *Ibid.*, p. 586.

25. ZILLY, Berthold. Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois. **Revista Outros Sertões**, Salvador, ano 3, dezembro, 2009, p.33

esgotamento. Aliados ao *mainstream* posto pelo pensamento dos colonizadores, o Brasil vivia um momento de revigoramento de um arcabouço autoritário. O nascimento da república brasileira representou a presença de uma elite positivista e anticlerical, com a permanência de controles autoritários dentro da vida nacional.

A dificuldade de compreensão pelas elites brasileiras da situação dos sertanejos se consubstancia no amadurecimento de Euclides da Cunha ao se dar conta da realidade do conflito social implícito. Para Berthold Zilly²⁶:

Quando a República, no seu fanatismo civilizador, extermina o sertanejo ela cumpre uma lei da evolução, mas também pratica um ato de fratricídio e automutilação nacional – numa guerra de assédio, cuja sombria grandiosidade lembra a Ilíada, a que alude a metáfora da Troia de taipa.

Pode-se agora observar o entendimento crescente sobre a área do conflito, considerando o sujeito a partir da ótica do autor. Os trabalhos de Calazans²⁷ e Barros²⁸ mostram uma sociedade deslocada, resistente às pressões ideologizadas das classes dominantes, distanciadas do sertão baiano.

A abordagem sobre a obra de Hannah Arendt e a discussão proporcionada a partir do livro “Os Sertões” permitem o entendimento da intolerância vivida por populações barbarizadas por questões presentes nos direitos humanos. Esta realidade pode ser também observada em autores contemporâneos, como será visto a seguir na discussão de elementos que implicam na vulnerabilidade de populações em áreas de conflito.

VULNERABILIDADE

As obras de Hannah Arendt e Euclides da Cunha suplantam o tempo, não pelo conhecimento do futuro da natureza das guerras ou da antevisão de tendências para os conflitos sociais, mas pela percepção sobre as vítimas, com elementos que perduram no tempo e espaço, em diversas regiões do globo, produto de continuados choques de forças sociais e ideológicas, bem como pela presença da intolerância para a vitimologia.

Segundo Van Creveld²⁹, conflitos de baixa intensidade têm sido recorrentes desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Os embates entre hindus e muçulmanos, no período de 1947-1949, mataram mais de um milhão de pessoas. Na Guerra Civil da Nigéria de 1966 a 1969 o número de pessoas mortas foi de três milhões. Durante o conflito no Afeganistão, no início da década de 80, cerca de um milhão de pessoas morreram e cinco milhões de pessoas se tornaram refugiados. Van Creveld

26. Ibid., p. 41

27. CALAZANS, op. cit.

28. BARROS, op. cit.

29. VAN CREVELD, Martin. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991, p.53.

menciona, ainda, que um número próximo de vinte milhões de pessoas morreram em diversas localidades como Filipinas, Tibete, Tailândia, Sri Lanka, Sudão, Etiópia, Uganda e Angola.

O segundo aspecto apontado por Van Creveld diz respeito às falhas na implementação dos sistemas de armas em combate, dadas as condições onde os conflitos de baixa intensidade ocorrem. Para ele, as mais potentes forças armadas são largamente irrelevantes para a guerra moderna, já que a importância desta guerra está inversamente proporcional a sua modernidade, pelo desconhecimento da conduta e do cenário onde os embates serão travados. A explicação para tais acontecimentos estaria, segundo Van Creveld, no fato das forças regulares considerarem no seu cálculo a trindade clausewitziana (povo, forças armadas e governo). Contudo, muitas forças em várias regiões do terceiro mundo não têm um exército e seu governo não representa claramente o seu povo.

O rompimento da trindade clausewitziana é percebido por Euclides da Cunha, ao discorrer sobre as características não-convencionais de combate do sertanejo e ao discutir o insulamento das populações. Estas características se apresentam na contemporaneidade descrita por Van Creveld, em regiões com baixo institucionalização e com disposição de forças governamentais.

Boaventura de Sousa Santos discorre sobre a ausência do Estado e as estruturas que se reinventaram em uma comunidade denominada “Pasárgada”. A pesquisa participante permitiu perceber as carências presentes em comunidades pobres do Rio de Janeiro, em 1970³⁰. Entender a realidade da vila de Canudos, em 1897, ou da comunidade carioca descrita por Boaventura Santos, mostra o grau de dificuldades presentes na elaboração de uma relação social de valorização de direitos básicos como vida, educação e saúde por exemplo. A realidade descrita em “Pasárgada” também demonstra uma alienação proporcionada pelos aparelhos ideologizados de poder e estimula a discussão das condições adequadas para proporcionar cidadania.

O aumento dos danos sofridos pela população civil leva ao estabelecimento de normas internacionais, pela comunidade de nações, a partir de 1864, que se consumaram nas Convenções de Genebra de 1949, dados não só o grande número de malefícios proporcionados à população civil, quanto à ocorrência de experiências biológicas e o assassinato em massas, praticados durante a II Guerra Mundial.

Na atualidade, a discussão sobre o papel dos Direitos Humanos se apresenta como uma realidade, agora como fruto da dispersão da violência presente em múltiplas regiões do mundo.

O tema se constitui em uma discussão contemporânea, na busca do

30. SANTOS. Boaventura de Souza Santos. **Construindo as Epistemologias do Sul**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, v. 1.

entendimento das causas que vulnerabilizam as oportunidades de inserção social.

Entender a vulnerabilidade é buscar a compreensão das dificuldades vividas por populações na atualidade, que vivenciam exclusão, repressão e intolerância. Estes são alguns dos fatores que alijam de oportunidades populações de densas áreas demográficas no mundo atual, nas Américas, na Ásia, Europa e África.

A vulnerabilidade decorrente da intolerância pode ser observada na vitimização presente na Libéria em 2003, e trata de um processo histórico de intolerância perpetrado por anos de predominância de uma classe dominante na exploração da borracha e de metais preciosos. A queda do presidente Samuel Doe e a tomada pelo poder pela liderança de Charles Taylor em 1989 criou uma grande dispersão humanitária com cerca de 800.000 refugiados e 600.000 deslocados internos, o que corresponde a cerca de 2/3 da população da Libéria. O fenômeno social de expurgo é tratado por autores como Martin Van Creveld e Peter Paret ao discutirem a quebra do monopólio do uso da força e a dispersão da violência³¹. Van Creveld cita a Índia em 1948, e a Nigéria em 1966. Cito ainda Kosovo em 1999, Afeganistão em 2001, Serra Leoa em 2002, Libéria em 2004, Chade em 2006, Somália em 2008 e Síria em 2011. A presença de elevado grau de estupros de crianças por soldados e a grande dificuldade de reabilitação e inserção social ressaltam as dificuldades presentes após dois mandatos da Presidente Elen Johnson Silearf (Prêmio Nobel da Paz 2011), finalizado em 2016³².

Hannah Arendt ressalta que os depoimentos de Eichmann mostram a incapacidade do mesmo em pensar do ponto de vista da outra pessoa³³. Associa-se a discussão apresentada pela autora que trata de uma estrutura paralela, inteiramente diverso do quadro organizacional, mas que desempenha enorme papel na execução da deportação e na “solução final”. Trata-se de uma rede de comandantes superiores da SS e da polícia que estavam no comando das organizações regionais. Sua cadeia de comando não os ligava à estrutura formal. O posto de Eichmann acabou sendo importante só porque a questão judaica adquiria uma importância ideológica a cada dia.

O International Crisis Group³⁴ e o Tribunal Penal Internacional citam as atrocidades cometidas pelo regime de Charles Taylor após 2004, desenvolvendo um aparato paramilitar que visava disseminar atrocidades contra a pessoa humana e crimes de guerra, através da Frente Revolucionária Unida. Cito: terror,

31. HOBBSAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.134

32. ARMANINO, Mauro. *Africa/Liberia – Distribution Of Food Resumes To War Exhausted People. Banditry A Problem In Many Areas*. **Agencia Fides**, 1 set. 2003. Disponível em: http://fides.org/en/news/588-AFRICA_LIBERIA_DISTRIBUTION_OF_FOOD_RESUMES_TO_WAR_EXHAUSTED_PEOPLE_BANDITRY_A_PROBLEM_IN_MANY_AREAS. Acesso em: 25 set. 2019.

33. ARENDT, op. cit., p.49

34. INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Liberia: Resurrecting the Justice System**. Dakar, 6. Abr. 2006. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/liberia/liberia-resurrecting-justice-system>. Acesso em: 18 out. 2019.

assassinatos, escravidão sexual, pilhagens e atrocidades contra a população civil, tortura e recrutamento de crianças-soldados, mutilação de pessoas e canibalismo. Foi condenado por 11 acusações pelo Tribunal Especial para a Serra Leoa em 2012, com 1520 elementos de prova e a acusação de 94 testemunhas.

Mauro Armanino cita que o secular domínio dos afro-americanos, descendentes dos ex-escravos norte-americanos cessou pela deposição realizada por Samuel Doe em 1980. Ainda segundo Armanino: “nos anos 90, o colapso do Estado traduziu-se em uma criminal e capilar rede onde o povo foi sistematicamente excluído ou manipulado”, além de um contexto regional para o aliciamento de recursos: diamante, ferro, madeira e ouro³⁵. Tal aspecto permite a compreensão do nível de influência que a intolerância proporcionou na vulnerabilização da população da Libéria. Produto de um processo de estruturação de uma sociedade opressora, que visava utilizar seus meios materiais (diamantes, ouro, látex e madeira) para o aumento de ganhos de monopólios internacionais. O incremento da desigualdade estimulou os conflitos civis a partir da década de 1980 com a queda do presidente Samuel Doe. A ascensão do líder guerrilheiro Charles Taylor revelou uma sistemática destruição das abaladas estruturas de apoio a população e a disseminação da violência em favor de um determinado grupo de combatentes.

A consciência contra a criminalidade e os crimes contra a humanidade foi possível graças ao empenho das igrejas, bem como das organizações Global Witness, Internacional Crisis Group e Human Right Watch.

Michel Foucault trata na obra “Vigiar e Punir” e nas suas aulas no *Collège de France* do conceito de “biopoder” através da regulação da organização dos espaços, tempo, comportamento e a vigilância. A discussão presente na abordagem realizada por Gisálio Cerqueira Filho ressalta o papel da abstração, inversão e alusão como elementos intrínsecos a um processo de dominação social. O estudo de sociedades como a da Libéria mostra a caixa de pandora que se abre após longos períodos de dominação. Mais que isso, discute uma abordagem da obra de Foucault sobre poder como uma relação. Compreender o fenômeno social do conflito da Libéria mostra a continuada presença desta relação.

Os corpos dilacerados e a tortura praticada revelam como o poder era exercido em todo o corpo social, e sua onipresença. O Centro Regional de Informação das Nações Unidas apresenta os desafios de desenvolvimento na sociedade liberiana, em 2005, após anos de conflitos³⁶: a diminuição do PIB em 90% de US\$1269,00 em 1980 para US\$163,00 em 2005. Taxa de desemprego de 80%; a ausência de um sistema judicial fora da capital Monróvia, perpetuando uma cultura da impunidade.

35. ARMANINO, op. cit.

36. UNIC. Arquivo da tag: Libéria. **UINIC – Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://unicrio.org.br/onubrasil/liberia/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

Após 2016, com a assunção do Presidente George Weah, constata-se ainda³⁷: uma fraca atividade econômica, concomitantemente ao surto de ebola entre 2014 e 2015; alto grau de Analfabetismo: 44,5%; elevada presença de população subnutrida: 40%, baixa longevidade: 45,1 anos, e níveis elevados de desemprego e a insegurança alimentar possuem grande impacto principalmente após o surto de ebola, com 50% dos trabalhadores ficaram desempregados.

A Embaixadora Lígia Maria Spencer³⁸, que foi subsecretaria para Região Subsariana no Ministério das Relações Exteriores de Portugal, ressaltou as recorrentes dificuldades estruturais e o baixo nível de assistência social como elementos catalizadores das dificuldades de políticas públicas, aliadas a um processo histórico de vulnerabilização na sociedade liberiana.

A vulnerabilidade presente na Libéria faz parte de um mosaico de intolerância e desigualdade que permite a discussão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de um aparato de inclusão e de oportunidades, observando a obra de Althusser³⁹, mas também de mudança de posturas na conduta social, considerando as obras de Bourdieu⁴⁰ e Arnaud⁴¹. Esta mudança só é possível pela ampliação de uma prática de discussão da realidade das sociedades apresentadas.

Althusser discute o papel dos aparelhos ideologizados do Estado pela preponderância das classes dominantes, dentro de uma perspectiva marxista. Já Bourdieu analisa as posturas sociais influenciadas pela subordinação de parte da população dentro da abordagem de dominância. André-Jean Arnaud discute governança para além do monopólio de uso da força e a existência de estruturas que se flexibilizam, exatamente pela complexidade presente na sociedade. As três abordagens justificam a necessidade de entendimento da malha social presente e a necessidade de valorização das classes oprimidas. Uma abordagem que valoriza o discurso dessas classes permite que se criem oportunidades de rompimento da vulnerabilização presente, por ausência de suportes básicos.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentou a influência do conceito de intolerância sobre o Direito Humanitário e a cidadania, considerando a abordagem de Hannah Arendt e elementos de vulnerabilidade política presentes em conflitos armados. Abordou

37. Ibid.

38. SPENCER, Lígia Maria Firmino do Rosário da Luz. **Perfil de País: Libéria**. 2014. Dissertação (mestrado em gestão de empresas) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10880/1/Perfil%20de%20País%20-%20Libéria_Ligia%20Spencer.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

39. ALTHUSSER, Louis. **Idéologie e appareils idéologiques d'État**. Paris: Le edition sociaux, 1976.

40. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Russel, 1989.

41. ARNAUD, André-Jean. **Crique de la raison juridique** 1. OÙ v ala sociologie du droit. Paris: LGDJ, 2003

a obra “Eichmann em Jerusalém”, a percepção sobre a guerra de Canudos e o fenômeno da vulnerabilidade presente no conflito armado da Libéria em 2003. O problema de pesquisa tratou do entendimento do grau de influência da intolerância para as questões humanitárias com recorte para a proteção de vítimas, e de cidadania aos vitimados em guerras e conflitos armados contemporâneos. Buscou compreender a relevância da intolerância para o aumento dos danos à população civil, bem como o grau de vulnerabilidade presente nos casos observados. Discute a questão a partir de Hannah Arendt, Franz Fanon, Michel Foucault, Louis Althusser, Pierre Bourdieu, André-Jean Arnaud, Gizlene Neder, Gisálio Cerqueira, Marilena Chauí, Martin Van Creveld e Michael Howard. Realizou-se uma pesquisa qualitativa mediante a revisão bibliográfica e documental. O trabalho mostrou a intolerância partindo da observação das obras de Hannah Arendt e de “Os Sertões” de Euclides da Cunha e teve como recorte a discussão sobre a vulnerabilidade o conflito da Libéria, entre 2003 e 2016, considerando o impacto da guerra civil para a população civil, apresentando os principais dados levantados sobre o nível de vulnerabilidade presente naquela sociedade. Concluiu que a presença da intolerância amplificou a intolerância para as populações carentes na Libéria, o que foi agravado com as crises sanitárias e econômicas presentes na região. Trata-se de uma referência para o entendimento da realidade presente em questões humanitárias para o século XXI.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Idéologie e appareils idéologiques d'État**. Paris: Le edition socials, 1976.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMANINO, Mauro. Africa/Liberia – Distribution Of Food Resumes To War Exhausted People. Banditry A Problem In Many Areas. **Agenzia Fides**, 1 set. 2003. Disponível em: http://fides.org/en/news/588-AFRICA_LIBERIA_DISTRIBUTION_OF_FOOD_RESUMES_TO_WAR_EXHAUSTED_PEOPLE_BANDITRY_A_PROBLEM_IN_MANY_AREAS. Acesso em: 25 set. 2019

ARNAUD, André-Jean. *Criquet de la raison juridique 1. Où va la sociologie du droit*. Paris: LGDJ, 2003.

BARROS, Luitgarde de Oliveira Cavalcante. **Juazeiro do Padre Cícero: A Terra da Mãe de Deus**. Fortaleza: Editora Imeph, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Russel, 1989.

CALAZANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA, 2002.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Análise Social da Ideologia**. São Paulo: EPU, 1988.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento**. São Paulo. Escuta. 2005

- CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. Revisor: José E. Andrade. 1980
- CUNHA, Euclides da. Caderneta de Campo. Olímpio de Souza (Org). São Paulo; Brasília: Cultrix. 1975.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.
- CUNHA, Euclides da. **Rebellion in the Backlands**. Translated and with a Introduction by Samuel Putman. Chicago: University of Chicago Press, 1944.
- ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FLAVIANO, Giovana Beraldi. Caio Prado Júnior e Os sertões de Euclides da Cunha. **Revista IEB**, nº54, set./mar, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Liberia: Resurrecting the Justice System**. Dakar, 6. Abr. 2006. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/west-africa/liberia/liberia-resurrecting-justice-system>. Acesso em: 18 out. 2019.
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. Companhia das Letras: São Paulo, 1988.
- LOCKE, John [1689]. A Letter Concerning Toleration. New Haven and London: Yale University Press, 2003.
- MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MENEZES, Paulo. Tolerância e Religiões. In: TEIXEIRA, F, (org.). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. Juízos críticos: **Os sertões e os olhares da sua época**. São Paulo: Nankin Editorial/Editora da UNESP, 2003.
- NEDER, Gizlene. **Direito, religião e cultura política: variações**. In: NEDER, Gizlene, SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antonio Conselheiro e Canudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. (Coleção Brasileira, v. 355).
- NOGUEIRA, Nathália Sanglard de Almeida. **Margear o Outro: viagem, experiência e notas de Euclides da Cunha nos sertões baianos**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SANTOS. Boaventura de Souza Santos. Construindo as Epistemologias do Sul. Buenos Aires: CLACSO, 2018. 2 v.
- SILVA, Vitor M. de A. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1982.

SPENCER, Ligia Maria Firmino do Rosário da Luz. Perfil de País: Libéria. 2014. Dissertação (mestrado em gestão de empresas) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10880/1/Perfil%20de%20País%20-%20Libéria_Ligia%20Spencer.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

TAVARES, Odorico. **Canudos**: Cinquenta Anos Depois [1947]. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da America**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. PEYTRIGNET; Gérard. SANTIAGO, Jaime Ruiz de. **As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana**: Direitos Humanos, Direito Humanitário. San José; Brasília: Instituto Interamericano de Direitos Humanos: Comitê Internacional da Cruz Vermelha: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1996.

UNIC. Arquivo da tag: Libéria. **UINIC – Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://unicrio.org.br/onubrasil/liberia/>. Acesso em: 12 jul. 2019

VAN CREVELD, Martin. **The Transformation of War**. New York: The Free Press, 1991, p.53.

ZILLY, Berthold. Uma construção simbólica da nacionalidade num mundo transnacional: Os sertões de Euclides da Cunha, cem anos depois. **Revista Outros Sertões**, Salvador, ano 3, dezembro, 2009, p.33

A IMPORTÂNCIA DO COMPORTAMENTO SEGURO PARA AMENIZAR OS ACIDENTES E TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS OCASIONADOS PELO TRABALHO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O COMPORTAMENTO SEGURO E SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Data de aceite: 27/03/2020

Jaciara Graciela Dias Trzaskos

Acadêmica do Curso de Psicologia,
UNICESUMAR, Ponta Grossa-PR. Jaciara_
graciela@hotmail.com

Bacharel em Engenharia Civil, UEPG/2006, Ponta
Grossa-PR

Especialização em Engenharia de Segurança do
Trabalho, UTFPR/2015, Ponta Grossa-PR

Ester Caroline Dias Trzaskos

Acadêmica do Curso de Psicologia,
UNICESUMAR, Ponta Grossa-PR.

Tecnologia em Informática, UTFPR/ 2007, Ponta
Grossa-PR. Carolinebdias@hotmail.com

Fernanda Pimentel Santos

Orientadora, Mestre, Professora UNICESUMAR.
Ponta Grossa – PR. fpimentelsantos@gmail.com

RESUMO: A Psicologia vem a tempos estudando e intervindo no comportamento humano, isso também acontece no contexto do trabalho, onde, esta pesquisa tem como finalidade discutir sobre as implicações tanto do trabalhador quanto a do empregador, da importância de um comportamento seguro dentro do ambiente laboral. Aborda sobre a inserção de um profissional da psicologia na área da Saúde e Segurança do Trabalho estando em

contato direto com o trabalhador, entendendo sua função e execução de seu trabalho. Visando contribuir para a diminuição dos atos inseguros, orientando para a importância de um comportamento adequado e seguro por meio de mudanças de hábitos, para que sua saúde e segurança sejam prioritárias.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento, Psicólogo, Segurança.

ABSTRACT: Psychology has long been studying and intervening in human behavior, this also happens in the context of work, where this research aims to discuss the implications of both worker and employer, the importance of safe behavior within the workplace. It discusses the insertion of a psychology professional in the area of Occupational Health and Safety, being in direct contact with the worker, understanding their function and performance of their work. Aiming to contribute to the reduction of unsafe acts, guiding the importance of proper and safe behavior through changes in habits, so that your health and safety are prioritized.

KEYWORDS: Behavior, Psychologist, Safety.

INTRODUÇÃO

“Como a Psicologia pode contribuir para prevenir os riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais?”

Desde a revolução industrial, a Psicologia vem estudando e intervindo no comportamento humano, e também no contexto do trabalho (BLEY,2014). Com a evolução da Psicologia, veio surgindo estudos mais aprofundados e específicos sobre determinadas abordagens e assuntos, como por exemplo a Psicologia do Trabalho, a Psicologia Organizacional, mais recentemente a Psicologia da Segurança vem sendo estudada e tendo um crescimento no interior das empresas.

A psicologia dentro das empresas, deve vir para contribuir com seu conhecimento, no que diz respeito ao acompanhamento do trabalhador no seu ambiente laboral, no que se refere à saúde mental e ao estudo do comportamento seguro.

Existem normas regulamentares brasileiras que orientam sobre a importância do uso adequado dos equipamentos de proteção e na prevenção de acidentes no trabalho, as chamadas NR's (Normas Regulamentares), que normatizam os diversos setores e atividades laborais (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1978).

A legislação brasileira traz a definição sobre acidente de trabalho, onde pode ser entendido como aquele que ocorre com o trabalhador exercendo sua atividade e a serviço da empresa, o qual provoca lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991). Essa definição mostra que o acidente vem influenciado pelo comportamento inseguro, e o comportamento tem uma íntima relação com a Psicologia.

Para compreender melhor o conceito de comportamento seguro, se faz a correlação entre os conceitos de comportamento e segurança, onde segundo Todorov (2007), que fez críticas à simplificação deste termo dentro da psicologia, podemos dizer que o comportamento altera o meio ambiente pelas ações mecânicas e suas propriedades ou dimensões que se relacionam frequentemente. Contudo essa alteração ambiental e com seus efeitos, atrelado ao que diz a Constituição Federal no art 7, no inciso XXII, que define segurança do trabalho como a “Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Assim afirma-se que, em relação aos fatores relativos aos acidentes, que neste caso chamados de psicológicos, cabe enormemente a influência do comportamento humano na prevenção desses acidentes (BLEY, 2014). Seria, em situações práticas, o relacionamento do comportamento do trabalhador com o uso adequado de equipamentos e o conhecimento das normas para que a conduta segura seja eficaz.

Há mais de 50 anos iniciaram-se estudos relacionando o exercício profissional e a saúde física, psíquica e mental do trabalhador, suas relações e como um fator pode afetar o outro (MORAES. et al, 2006), há um tempo não muito distante, o desejo de inserir um psicólogo no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) era considerado modismo (BLEY, 2014).

As iniciativas e programas de prevenção de acidentes requerem não somente um treinamento teórico e prático, mas também necessitam de um processo de humanização, e a Psicologia como participante na segurança ajuda a desenvolver práticas relacionadas a este processo (BLEY,2014).

Em seu artigo *Medición y Métodos de Intervención en Psicología de la Seguridad y Prevención de Accidentes*, (Medição e Métodos de Intervenção em Psicologia da Segurança e Prevenção de Acidentes), José L. Meliá esclarece os aspectos que levaram a psicologia da segurança do trabalho a se desenvolver:

A Psicologia da Segurança desenvolveu-se particularmente como uma Psicologia da Segurança Ocupacional por duas razões. Por um lado, a crescente consciência social de que acidentes de trabalho e doenças ocupacionais não devem ser aceitos como uma consequência inevitável do trabalho. Por outro lado, os enormes custos econômicos que estes danos à saúde e aos bens supõem para as empresas, as seguradoras, o sistema sanitário e o tesouro público (MELIÁ, 1999, p. 238).

A atuação do psicólogo deve envolver as diversas áreas como a engenharia, administração, labor braçal (advém do movimento de nosso corpo) do colaborador que presta seu serviço direta e indiretamente dentro da empresa (MERINO, 2011).

Em conjunto, os diferentes profissionais podem e devem colaborar com o que é primordial dentro da empresa: a saúde, e a segurança do trabalhador, garantindo uma qualidade de vida e de trabalho para que os direitos assegurados pelo Estado, que garante a regulamentação de direitos e políticas sociais e econômicas, visando sempre à redução do risco de doenças entre outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços (BRASIL, 1988).

As demandas sociais foram, com o passar do tempo, modificando as diferentes formas de intervir e estudar os problemas humanos nas relações do trabalho, tanto no Brasil como fora dele, assim a Psicologia e a segurança do trabalho, ajudam a compreender essas mudanças (ZANELLI, 2014).

Assim entendemos que a evolução do trabalho se deu junto com as necessidades de cada cultura, essa evolução leva a crer na importância de um Psicólogo levar para o sistema de trabalho a cultura de segurança.

A Psicologia tem um amplo espaço de ação, que poderia ser chamada de missão ou tarefa central, que seria a de explorar, compreender e analisar como as múltiplas dimensões se interligam e interagem, o qual caracteriza a vida das pessoas, grupos e organizações (ZANELLI, 2014).

A discussão em que Albornoz (1988) traz sobre o trabalho onde afirma que o esforço aplicado a produção de obras de arte ou alguma utilidade, até mesmo a produção de discursos ou dissertações, significa o conjunto das discussões e deliberações de uma assembleia convocada ou mesmo de uma sociedade que trata dos interesses públicos, coletivos ou mesmo particulares (ALBORNOZ, 1988).

Psicólogos iniciaram o uso de novas técnicas, abrindo portas para a importância da psicologia junto ao trabalho, utilizando a educação, treinamentos, entre outros, ou seja, leva em conta o *Zeitgeist* do momento, o avanço da indústria e comércio (LEÃO, 2012). Assim os teóricos dão uma direção de que a manipulação do ambiente, seja o de trabalho, social ou organizacional, leva o psicólogo à uma avaliação da subjetividade do trabalhador e do ambiente em que está inserido.

O próprio trabalhador pode alterar seu comportamento, muitas vezes inconscientemente, e podendo leva-lo a correr riscos de acidentes desnecessários. Tanto o ato inseguro, que é entendido como comportamentos de risco, e as condições inseguras, que são condições ambientais inadequados para o trabalho, contribuem e são grandes responsáveis pelos acidentes (GESTÃO E PREVENÇÃO, 2014).

Assim o ato como as condições inseguras impactam grandemente nos acidentes e são bastante conhecidas, tanto pelo trabalhador quanto pelo empregador. No que se refere às condições inseguras, geralmente são eliminadas facilmente, porém, o ato inseguro é humano, depende do trabalhador executor e merece muito nossa atenção (MORAES, et. al, 2006).

O ambiente seguro no trabalho é um assunto muito debatido dentro das empresas, a imposição por força da lei e das NR's (normas regulamentadoras) (MINISTERIO DO TRABALHO, 1978). Os cursos, palestras, obrigatoriedade do uso de EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's (equipamentos de proteção coletiva), a adequação do maquinário, experiência no manejo de máquinas (MINISTERIO DO TRABALHO, 1978). Entre muitas outras obrigatoriedades que são debatidas em normatização própria para cada atividade, assim levando a tecnicidade ter um controle sobre a obrigatoriedade, mas não sobre a subjetividade de cada ser humano.

Segundo Di Lascio (2001, citado por MORAES, et. al, 2006) a maior parte dos acidentes fatais ou com sequelas são causados, especificamente, por falhas humanas. Deixando a desejar muitos desses ensinamentos oferecidos para o funcionário, os treinamentos têm um objetivo muito mais quantitativo do que qualitativo. Deve ser observado o quanto aquele trabalhador, que fez o treinamento, absorveu o conteúdo e qual a efetividade para a internalização dos conhecimentos.

As mudanças tecnológicas, a globalização com uma grande competição internacionalizada, os clientes com novas demandas e as remodelagens nas relações de trabalho, são transformações que reestabeleceram as políticas de

gestão de pessoas e também modificaram o ambiente do trabalho (ZANELLI, 2014). Essa gestão de pessoas leva a análise de que a introdução do conhecimento e, principalmente, o cuidado da sua própria segurança, depende muito daquilo que o trabalhador adquiriu e absorveu, de todo o conhecimento que lhe foi passado.

O acidente de trabalho, que para a Previdência Social é considerado como doença profissional, assim entendida e produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho (BRASIL, 1991), muitas vezes é desencadeado não por falta de qualificação, mas sim, pelo não entendimento de suas obrigações e da importância de cuidar da sua própria saúde e segurança.

Atualmente, existem técnicas de análise para um comportamento seguro na área de segurança do trabalho, entre elas está a BBS (*Behavior Based Safety*) – Segurança baseada no Comportamento) e a OBM (*Organizational Behavior Management* – Gestão de comportamento Organizacional) (RODRIGUEZ, 2015, WILDER, AUSTIN, CASELLA, 2009). Parte da problemática apresentada, tem como objetivo o estudo e análise do comportamento humano, ou seja, um conjunto de contingências que podem prever e corrigir falhas, visando uma contribuição para a queda do número de acidentes ou mesmo a eliminação dos riscos que levam o trabalhador a se acidentar.

Discutimos como objetivo geral, a ideia de inserção do Psicólogo dentro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do trabalho (SESMT), com a possibilidade de prevenir acidentes e doenças psicológicas relacionadas ao trabalho.

Assim os objetivos específicos alçados neste trabalho, são:

- Conhecer estudos já realizados sobre a intervenção de psicólogos em medidas preventivas de acidentes de trabalho.
- Discutir sobre o trabalho do Psicólogo dentro das empresas.
- Discutir sobre as possibilidades de prevenção de acidentes e doenças psicológicas relacionadas ao trabalho.
- Levantar aspectos dos contextos sociais, econômicos, políticos e tecnológicos, que marcaram a trajetória da inserção da psicologia nas organizações e segurança do trabalho.

A justificativa para este tema encontra-se explicado com a ajuda de Merino (2011), que destaca o aumento da industrialização e a precarização do trabalho.

Com o advento de novas tecnologias, novas formas de gestão, da globalização econômica e da precarização do trabalho, em um mundo onde o “chão de fábrica” cada vez mais centralizado nos países que não tem restrições à exigência de condições de trabalho, e que as pessoas, pelos novos modelos de gestão, se expõe cada vez mais à exploração cruel de sua energia, leva a segurança na execução das funções como primordial para a prevenção de acidentes (MERINO, 2011, p.92).

Com uma tentativa de reduzir os acidentes, a inserção de um profissional da Psicologia pode auxiliar, junto com outros profissionais que atuam na área de saúde e segurança do trabalho, diminuindo ou eliminando os acidentes.

A importância dos antecedentes sociais e culturais é levantado por Zanelli, que vincula essas bases ao desenvolvimento dos conceitos e técnicas para lidar com os desafios (ZANELLI, 2014).

Os conceitos e técnicas, aplicados no ambiente laboral pode vir a prevenir os diversos comportamentos que podem afetar e levar o trabalhador a correr algum risco, contribuindo para a reflexão sobre intervenções que proporcionam uma maior segurança, evitando os acidentes.

Uma jovem ciência, datada na primeira metade do século XX, passou a figurar entre as disciplinas que apoiam e legitimam os métodos administrativos e suas correspondências práticas, se voltando para a compreensão e intervenção nas relações e procedimentos relacionados ao trabalho e organizações (ZANELLI, 2014).

Segundo Merino (2011), existe uma desconstrução psíquica do trabalhador, onde a primeira percepção em relação aos danos que o trabalho pode causar é relacionada ao seu bem-estar físico, e isso afeta as questões de segurança e da medicina do trabalho. Mas atualmente, vemos que os aspectos psicológicos estão adoecendo o trabalhador, o estresse é um fator de grande preocupação dentro das empresas.

Assim o trabalho do psicólogo inserido no ambiente laboral, levado ao cuidado com o ser humano trabalhador, pode levar a diminuição não apenas dos acidentes que decorrem do trabalho, mas também as doenças desenvolvidas por conta do meio ambiente de trabalho.

Priorizamos um conjunto de dados bibliográficos, o qual consiste no levantamento de referências já publicadas e analisadas por meios impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de internet (FONSECA, 2002).

Os autores como *Juliana Bley*, *José Augusto Della Coleta*, *Wanderley Codo*, *José Carlos Zanelli*, que são referências no estudo da psicologia e segurança do trabalho. Priorização dos autores o qual foi relacionado assuntos ligados a psicologia e segurança do trabalho, datados a partir do ano 2000 até a atualidade.

Com o levantamentos das informações, alcançamos resultados já esperados, ou seja, um psicólogo dentro do ambiente laboral, inserido na equipe de Saúde e Segurança do Trabalho, pode auxiliar na mudança de comportamentos inseguros, conseguindo avaliar o trabalhador de uma maneira mais humanizada, menos tecnicista, com um olhar para as emoções, valores, relacionamentos, cultura tanto do trabalhador, como da empresa, assim, o psicólogo possui um conjunto de avaliações e conhecimentos necessários para entender a subjetividade do trabalhador.

METODOLOGIA

A metodologia a ser priorizada neste projeto é um conjunto de dados bibliográficos, o qual consiste no levantamento de referências já publicadas e analisadas por meios impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de internet (FONSECA, 2002).

A abordagem a ser usada será a qualitativa, onde a coleta de dados, interpretação de fenômenos e a atribuição de significados será de grande importância para o estudo e entendimento de ideias a respeito do ambiente, da tarefa a ser executada, entre outros (PRODANOV, 2013). Segundo Severino (2016), podemos dizer que essa investigação científica qualitativa é de caráter subjetivo do objeto analisado, e tendo as suas próprias experiências particulares e individuais.

As técnicas de pesquisa, os instrumentos utilizados neste projeto é a documentação, ou seja, é onde se reúnem as informações, registros, dados e os colocam em condições de análise por parte do pesquisador (SEVERINO, 2016).

Os autores como *Juliana Bley*, *José Augusto Della Coleta*, *Wanderley Codo*, *José Carlos Zanelli*, que são referências no estudo da psicologia e segurança do trabalho.

Após essa coletânea de dados, foram classificados os assuntos relacionados a segurança do trabalho e psicologia do ano 2000 até a atualidade, priorizando autores como os já citados. Dentre as publicações em livros pesquisados, nos forneceram informações relevantes, como o livro “Fator humano, contribuições da psicologia do trabalho, atividades de prevenção” (DELA COLETA, 1991).

O livro “Comportamento Seguro – Psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes” (BLEY, 2014), traz discussões atuais sobre o comportamento humano e os acidentes de trabalho.

Bley cita o Psicólogo José Augusto Dela Coleta que se destaca como um dos precursores do estudo do comportamento seguro, e da responsabilidade do psicólogo em atuar dentro das empresas, na área de saúde e segurança do trabalho.

Os artigos selecionados trazem diferentes profissionais discutindo o comportamento seguro e saúde mental dentro das empresas, as informações, e dados quantitativos mais relevantes serão de grande valia para a pesquisa, assim toda informação adquirida irá contribuir para a construção do conhecimento relativo à saúde mental e o comportamento seguro que leva a segurança do trabalhador.

CATEGORIA TEÓRICA

O profissional da Psicologia, inserido dentro do SESMT (Serviço Especializado de Saúde e Medicina do Trabalho), saindo da área administrativa ou recursos

humanos, participando ativamente da observação do comportamento, intervindo quando necessário, aplicando técnicas de abordagens para construir comportamentos adequados e seguros, entendendo as normas e obrigatoriedades que a legislação impõe, eleva a segurança na execução do trabalho e a confiança do trabalhador no profissional, deixando de lado a ideia de que o psicólogo é coisa de pessoas loucas, garantindo que essa proximidade acarrete em uma qualidade de vida e diminuição de prejuízos a saúde mental dentro das organizações.

-Profissional da Psicologia: As grandes empresas avançam diariamente na consolidação das suas políticas de saúde e segurança do trabalho, muitas ferramentas são utilizadas para a prevenção e promoção da segurança no ambiente laboral, os gestores atualmente possuem uma conscientização de suas responsabilidades e valorização da prevenção como um de seus valores mais importantes dentro da empresa.

Porém, ainda existem muitas falhas e lacunas a serem sanadas, as exigências legais muitas vezes são apenas números enviados ao ministério do trabalho, ou por muitas vezes o ambiente recebe uma “maquiagem” na hora da vistoria, e é essa mudança de cultura interna e prevencionista que o psicólogo pode e deve inserir no ambiente laboral.

A subjetividade humana vem sendo estudada e desvendada a muito tempo, desde os tempos de Aristóteles, onde o estudo da alma era uma incógnita e ainda é (BLEY, 2014).

Assim aos poucos nasce a Psicologia, e com o passar do tempo, a Psicologia do trabalho, a Psicologia organizacional, as especialidades foram se desenvolvendo, isso ocorre devido a própria necessidade do mercado de trabalho e da necessidade de cuidado do ser humano.

A participação do psicólogo dentro da área de saúde e segurança do trabalho, como área científica e de conhecimento, levam um processo mais humanizado onde a valorização do trabalhador é de fundamental importância (BLEY, 2014).

A administração se tornou o equivalente a coordenar as capacidades de ação, onde se busca a continuidade de desempenho e padrões, então, assim a psicologia se enquadra nessas novas demandas, onde o comportamento aparece como uma nova responsabilidade. O profissional da psicologia se enquadra numa nova plataforma de trabalho com consultorias e assessorias, aplicando procedimentos e muitas vezes a mudanças no comportamento, ou até mesmo nos procedimentos implementados pela organização, portanto a preocupação esta na nova perspectiva de construir um todo a partir de pequenas partes, ou seja, o trabalho da equipe é fundamental, o cuidado de um com o outro se transforma em um trabalho em grupo, e o conhecimento do psicólogo mobiliza e modifica, transformando o que é necessário (ZANELLI, 2014).

A psicologia organizacional, que esta ligada a SST (saúde e segurança do trabalho), chegou na tentativa de dar um caráter científico no controle dos processos organizacionais, observando os contextos sociais, políticos, tecnológicos, os quais seguem e marcam toda uma trajetória de desenvolvimentos humano e conseqüentemente da Psicologia como ciência, passando a figurar dentro das disciplinas que auxiliam os métodos administrativos e fenômenos que rodeiam o mundo do trabalho (ZANELLI,2014).

O Psicólogo, com seu olhar mais humanizado, consegue analisar e perceber a saúde mental do trabalhador, e analisando como isso pode vir acarretar danos e muitas vezes se transformando em conseqüências de risco dentro do ambiente de trabalho, assim, como é de comum conhecimento a subjetividade de cada sujeito afeta o seu ambiente laboral, Codo (2002) discute sobre a saúde mental do trabalhador, levando em consideração o fato de ansiedade que pode levar a ocorrência de riscos dentro do seu trabalho.

Entre algumas coisas que se sabe sobre a saúde mental é o fato de que a consciência do risco comparece o fator ansiogênico , o que potencializa o próprio risco, um trabalhador que seja obrigado a atuar em condições de alto risco de acidente, por exemplo, carrega também uma carga maior de ansiedade, que muitas vezes tem o efeito de ampliar as possibilidades daquele acidente (JAQUES E CODO, 2002, p.26)

Com essa ideia os autores apresentam que a preocupação do trabalhador com o resultado final é maior que a sua própria saúde e bem-estar. Muitas vezes o automatismo e a autoconfiança desse trabalhador, fazem com que ele realize o trabalho sem uma análise previa dos riscos, fazendo apenas aquilo que está treinado a fazer, sem utilizar o pensamento crítico e o devido cuidado.

Uma grande dificuldade é o de entender o papel do psicólogo dentro do ambiente de saúde e segurança do trabalho, então o autor Dela Coleta, que é citado por Bley (2014) discute que um dos principais aspectos é o de ampliar as produções científicas a respeito, investigando situações e cenários onde existe a possibilidade de ocorrer um acidente, ou seja, dentro das áreas de risco, demonstrando assim, a necessidade e importância das produções científicas na área, com isso, a reafirmação do psicólogo da segurança seria levado a um aspecto mais importantes dentro das empresas e da própria profissão.

Meliá (1999), define a Psicologia da segurança como uma parte da psicologia que se preocupa com componentes que elevam a segurança e com a conduta humana, ou seja, com o comportamento, e essa Psicologia existe, principalmente devido a impossibilidade de existir um ambiente plenamente seguro.

Esse ambiente seguro é construído pelos trabalhadores, pelos gestores, pelo ambiente, enfim, pelos responsáveis por cada ponto da execução do trabalho, levando em consideração que a responsabilidade pela vida esta nos detalhes

anteriores a execução do trabalho, a atenção, o comportamento seguro e o cuidado são aspectos que devem ser inseridos no comportamento do trabalhador, e é um papel do psicólogo, essa mudança de comportamento.

-Comportamento Seguro: Incontáveis variáveis fazem parte do acidente de trabalho, bem como as variáveis pertencentes ao meio em que o trabalhador atua, resultando em uma resposta e suas consequências, esse conjunto de contingências, como Skinner chamava em sua teoria, se caracteriza por pelo relacionamento de acontecimentos antecedentes a ação, no caso o acidente, o resultado dessa ação e o acontecimento posterior a ação, portanto, comportamento humano, poderia ser chamado de uma interligação e variações de diferentes fenômenos, devem ser levantadas e estudadas anteriormente a ocorrência de um evento.

Onde existe uma identificação e um controle de riscos, relacionados a atividade laboral, conseqüentemente, terá uma diminuição de respostas e conseqüências indesejadas, tanto para o trabalhador, quanto para a equipe de trabalho, isso seria um comportamento seguro (BLEY, 2014).

Segundo Della Coleta (1991), a complexidade dos acidentes, como o envolvimento de incontáveis variáveis, faz com que exista a necessidade de um aumento de cuidados, interpretações adequadas e uma boa avaliação da metodologia a ser usada na execução, garantindo a confiança na operacionalização.

O aumento do envolvimento pessoal de cada trabalhador, ou seja, colocar responsabilidades em cada um, implicando o envolvimento no processo da organização, é sem dúvida, um dos mais importantes papéis do psicólogo da segurança (BLEY, 2014). O psicólogo consegue inserir esse comportamento por meio de mudanças estratégicas e capacitação do trabalhador.

As empresas muitas vezes, por força da legislação, tentam ensinar através de cursos, palestras, vídeos institucionais, reuniões e treinamentos, os riscos existentes dentro do ciclo de trabalho que ele executa, pois bem, pode-se verificar facilmente com uma conversa com o trabalhador, o que realmente foi absorvido desses treinamentos, e se de fato foi inserido o comportamento seguro no trabalhador, houve uma mudança na prevenção da realização de suas atividades, essas questões são muito importantes nas estratégias de aplicação de promoção da segurança e prevenção de acidentes.

As inserções de contingências preventivas estão presentes nas estratégias de âmbito educativo, construindo dia a dia um ambiente saudável e seguro, respeitando a subjetividade de cada um, pensando que os trabalhadores são pessoas, que construíram sua vida cada um diferente do outro, assim o aprendizado e a resposta para a inserção de novas contingências serão diferenciadas para cada pessoa.

A tríplice atitude de cuidado, cuidar do outro, deixar-se cuidar pelo outro e cuidar de si mesmo, é uma característica prevencionista que está presente nos mais diferentes processos de organização (BLEY, 2014).

Outro aspecto importante a ser observado dentro do comportamento humano, são os chamados de sentimentos obscuros, inatingíveis e inexpressíveis muitas vezes, ou seja, um sofrimento que se apodera do trabalhador, onde sinaliza em expressões verbais, comportamentos neuróticos e enfermidades psicossomáticas, quando os sintomas aparecem devido a esse sofrimento psicológico (MORAES et al, 2006).

Segundo Bley (2014), o comportamento humano e prevenção deveria ser chamado de segurança comportamental, no campo do conhecimento científico, isso não tem simplicidade nenhuma, pois o fenômeno de alta complexidade e que leva em conta um grande número de variáveis, que requer um profissional para entender, quantificar essas variáveis, examiná-las e intervir de forma assertiva nas mudanças comportamentais.

O senso comum, pode chamar de estresse, loucura, mas um psicólogo pode encontrar a causa e atenuar o sofrimento, acarretando qualidade de vida e de trabalho, alavancando a produtividade e a segurança dentro do ambiente organizacional.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Uma das variáveis levantadas foi o quanto é importante a presença do psicólogo dentro do ambiente laboral e como ele pode auxiliar na reeducação do comportamento para que os acidentes sejam evitados, utilizando ferramentas para que isso aconteça.

A inserção do profissional da psicologia dentro do SESMT (serviço especializado em saúde e medicina do trabalho) da empresa, eleva a valorização e aproxima o sujeito da psicologia, visto que para muitos, um psicólogo trabalha apenas no seu consultório. A psicologia do trabalho e a organizacional leva um novo contexto de estudos da psicologia, tentando mensurar e controlar comportamentos e atos inseguros, atualmente já se considera a Psicologia da segurança, como cita Bley(2014).

Bem como uma boa prevenção, além de salvaguardar aquilo que é primordial para a empresa, a vida humana, diminui os gastos com afastamentos, custos com remédios, sistemas de saúde públicas e privadas, diminui os gastos da previdência social com afastamentos e indenizações, visto também que acidentes muitas vezes acarretam sofrimento para toda família. Desse modo, os resultados obtidos a partir das evidências teóricas aproximaram-se das hipóteses elaboradas pelo grupo.

Observando que as hipóteses estão diretamente interligadas, assim a maior segurança está presente onde o maior cuidado com a prevenção está claramente instalada, a ideia que o funcionário é apto para evitar os atos e condições inseguras, essa relação de comportamento seguro e a extinção de acidentes, pode vir a diminuir o sofrimento, também os custos dos colaboradores saudáveis e a produção se torna mais eficaz.

Os teóricos são enfáticos em afirmar que um profissional da Psicologia não deve estar presente apenas no setor de contratações, ele detém um conhecimento muito maior a ponto de ajudar a prevenir os custos de uma vida ceifada, a hipótese inicial está clara e confirmada, pois a inserção do psicólogo juntamente com um conjunto de profissionais preventivistas, eleva a probabilidade de que o funcionário tenha um comportamento seguro e eficiente na realização de seu trabalho, consciente dos perigos que lhe rodeiam, mais preparado e ciente de cada passo que deve ser executado, com cautela e cuidado.

CONCLUSÃO

Com a pergunta inicial: “Como a Psicologia pode contribuir para prevenir os riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais?” Fica bem claro em nosso estudo a procura de respostas de teóricos para responder sobre o papel do psicólogo na prevenção dos riscos de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.

As principais características a serem apresentadas são, primeiramente uma grande importância da Psicologia da segurança e o de como aumentar a responsabilidade e o envolvimento pessoal de cada membro da organização com a segurança, fazendo crescer uma cultura global de segurança de cada membro, outro aspecto levantado foi o de aumentar os estudos científicos a respeito do comportamento seguro, levando em consideração a diminuição de atos inseguros anteriores a execução do trabalho, com isso o psicólogo poderá auxiliar na redução de acidentes e afastamentos por lesões ou doenças psicológicas.

Os métodos que foram escolhidos para a coleta de dados foram um conjunto de dados bibliográficos, o qual consiste no levantamento de referências já publicadas e analisadas por meios impressos e eletrônicos.

A evolução da Psicologia como ciência, vem crescendo a cada tempo e desde a revolução industrial, a Psicologia vem estudando e intervindo no comportamento humano, e também no contexto do trabalho (BLEY,2014). Portanto, a psicologia dentro das empresas, deve vir para contribuir com seu conhecimento, no que diz respeito ao acompanhamento do trabalhador no seu ambiente laboral, no que se refere à saúde e segurança bem como a observação e intervenção, quando necessário da

mudança de comportamentos que se julguem inadequados e inseguros.

A produção científica também fica a cargo dessa interação, Psicologia x Organização, pois é de extrema importância estudos tanto qualitativos quanto quantitativos para a evolução, compreensão e confirmação do viés científico das abordagens aplicadas pelo profissional.

A segurança do trabalho é tecnicista, está voltada a obrigatoriedade, seja de cursos ou de uso de equipamentos de segurança, muitas as vezes o trabalhador não sabe para que serve e o seu manuseio correto, se tornando um fator de risco para o acontecimento de um acidente, o psicólogo tem a liberdade e o conhecimento de observar o comportamento inadequado do funcionário e tentar sanar o desequilíbrio entre o comportamento adequado e o mal uso do conhecimento.

O profissional da psicologia inserido no conjunto profissional da área de Saúde e Segurança do Trabalho nas empresas leva um conhecimento mais humanizado para com o colaborador, um olhar mais crítico a respeito de comportamentos inadequados, aplicando técnicas e sugestões, assim ampliando a capacidade técnica de prevenção juntamente com os outros profissionais. O Psicólogo não deve ser visto pela empresa como mais um gasto, e sim um investimento que não tem preço, visto que a vida, a saúde, a qualidade do trabalho devem ser vistos com prioridade pelos responsáveis, cabe também ao psicólogo demonstrar isso, sua capacitação técnica e humanizada, para que sua inserção seja prioritária e não apenas mais um número para a empresa.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S.L. **O que é Trabalho**. Tatuapé: Editora Brasiliense, 1988.

BLEY, J. Z. **Comportamento seguro** – Psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 12 set. 2018.

BRASIL: MINISTÉRIO DO TRABALHO: **Normas Regulamentadoras, 1978**. Disponível em <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-rabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>> Acesso em 03 de maio de 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA **Casa Civil - Planos de Benefícios da Previdência Social e de outras providências**, Lei n. 8213, de 24 de Julho de 1991 alterada em 2015, Brasília DF, Planalto da Republica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm> Acesso em 22 de junho de 2018.

DELA COLETA, J. A. **Fator humano, contribuições da psicologia do trabalho, atividades de prevenção**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

INTER SABERES. **Gestão e Prevenção**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014. 119 p. Inclui índice. ISBN 978-85-8212-927-2.

JAKUES, M.G.; CODO, W. **Saúde Mental e Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEÃO, L. H. da Costa, Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **Ecos**, v.2, n. 2, p.291-305, 2012. Disponível em: < <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/1008/722>> Acesso em 12 set. 2018.

MELIÁ, J.L. Medición y métodos de intervención em psicología de la seguridad y prevención de accidentes. **Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones**. Madrid, Espanã, n.15, v.2, p.237-266, 1999. Disponível em: < <https://www.uv.es/~meliajl/Segur/ArtMedyMetInt.htm>> Acesso em 12 set de 2018.

MERINO, L.T. **A eficácia do Conceito de Trabalho Decente nas Relações Trabalhistas**. 2011. 216 f. Tese Doutorado em Direito do Trabalho e Seguridade Social - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-21082012-111453/pt-br.php>> Acesso em 12 set de 2018.

MORAES, G. T. B.; PILLATI, L. A.; KOVALESKI, J. L. Acidentes de Trabalho: Fatores e Influencias Comportamentais, **Tecnologia & Humanismo**, Curitiba, v.20, n.31, p. 155 – 166, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.utfpr.edu.br/rth/article/view/6404/4055>> Acesso em 12 set 2018.

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: **Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUEZ, Manny: **Aviso... Segurança 2.0 está vindo Baseada em Comportamento**, 2015. Disponível em <<http://bsci21.org/warningbehavior-based-safety-20-is-html/>> Acesso em 08 de maio de 2018.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TODOROV, J.C. A Psicologia como o Estudo de Interações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, p. 057-037, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23nspe/10.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

WILDER, David A., AUSTIN, John, CASELLA, Sarah: **Applying Behavior Analysis in Organizations: Organizational Behavior Management, Psychological Services**, v. 6, n. 3, p. 202-211, 2009. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/232529712_Applying_Behavior_Analysis_in_Organizations_Organizational_Behavior_Management> Acesso em 08 de maio de 2018

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O SABER CIENTÍFICO E OUTROS SABERES COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO

Data de aceite: 27/03/2020

Luciano Tadeu Corrêa Medeiros

RESUMO: O texto traz uma análise das propostas de formação do Pedagogo – que são voltadas para o ensino de Ciências na Educação Básica – em uma Universidade pública. O objetivo é identificar a importância do processo formativo do professor que irá atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e quais as tendências propostas nessa formação para o ensino de Ciências na referida etapa do ensino escolar. Para a realização do trabalho, utilizou-se o método qualitativo, realizado através de uma pesquisa bibliográfica e observações das atividades desenvolvidas no componente curricular: *Abordagem Teórico-metodológica do Ensino de Ciências*, no quinto período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (Br), no segundo semestre do ano de 2019. Os resultados apontam um direcionamento teórico diversificado, mas que busca valorizar o ensino do conhecimento científico, sem, no entanto, desprezar os saberes prévios dos alunos, adquiridos através de suas relações cotidianas com o mundo, onde pesam suas vivências e experimentações por ele proporcionadas.

Indicam um processo formativo voltado para discussões e desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam capazes de preparar o pedagogo para atuar em meio aos processos educativos voltados para o ensino de Ciências nas séries iniciais do Ensino fundamental.

PALAVRAS CHAVE: Formação Docente, Ensino de Ciências, Séries Iniciais, Saber Científico, Saberes Prévios.

THE FORMATION OF THE PEDAGOGUE FOR TEACHING SCIENCES IN THE INITIAL SERIES OF ELEMENTARY SCHOOL: SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND OTHER KNOWLEDGE AS AN EDUCATION PROJECT

ABSTRACT: The text brings an analysis of the pedagogical training proposals - which are aimed at teaching Science in Basic Education - at a public University. The objective is to identify the importance of the teacher training process that will act in the initial grades of Elementary School and what are the tendencies proposed in this formation for the teaching of Sciences in the referred stage of school education. For the accomplishment of the work, the qualitative method was used, accomplished through bibliographic research and observations of the

activities developed in the curricular component: *Theoretical-methodological approach of Science Teaching*, in the fifth period of the Pedagogy course of the Federal University of Pará (Br), in the second half of 2019. The results point to a diversified theoretical direction, but which seeks to value the teaching of scientific knowledge, without, however, disregarding the students' prior knowledge, acquired through their daily relations with the world, where they weigh his experiences and experiments provided by him. They indicate a formative process aimed at discussions and development of pedagogical practices that are capable of preparing the pedagogue to work during educational processes aimed at teaching Science in the early grades of elementary school.

KEYWORDS: Teacher Education, Science Teaching, Initial Series, Scientific Knowledge, Prior Knowledge.

INTRODUÇÃO

As descobertas científicas e os estudos realizados a partir da formalidade que o saber científico determina têm contribuído de forma essencial para o desenvolvimento da humanidade, pois a Ciência produz um conhecimento na maioria das vezes inovador, sendo o responsável pela solução de problemas pelos quais a humanidade não seria capaz de superar sem a ajuda da pesquisa científica e do rigor investigativo que a mesma demanda. A produção do conhecimento científico deve ser aceita não como a única, mas como uma das referências do saber, visto que a Ciência se traduz em um rigoroso processo de investigação de um objeto na tentativa de compreendê-lo e explicá-lo, dentro das relações que o envolvem.

Neste trabalho, nosso foco é refletirmos sobre a formação inicial dos Pedagogos e a relação dessa com o ensino de Ciências proposto para os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, além de investigar se esses estão pautados unicamente sobre os saberes desenvolvidos pela Ciência formal, pois reconhecemos que essa se apresenta como uma das propostas para a formação escolar. Colocamos em questionamento, também, se essa formação valoriza os saberes prévios dos alunos, adquiridos por suas experiências cotidianas em meio a suas realidades, como um componente de formação de identidade dos alunos, e, ainda, se os graduandos são estimulados a perceber os saberes dos alunos como um elemento essencial na sua formação, visto que a escola não é a única instituição envolvida no processo formativo. Por isso, reconhecemos que há necessidade de um processo formativo inicial, voltado para que os Pedagogos, depois de formados, possam identificar as relações desses saberes prévios com o aprendizado e desenvolvimento dos sujeitos que estão sendo formados pela escola, pois compreendemos que os saberes científicos exercem sua função e importância para a educação desses

sujeitos, por serem desenvolvidos exatamente dentro do rigor exigido pela Ciência. Entretanto, todos os outros saberes, principalmente àqueles que estão relacionados à realidade social ou a cultura de um grupo, não podem ser desprezados, pois a existência dos mesmos se estabelece como essencial na construção sociocultural, e se encontram para além daqueles que só são reconhecidos pela validade do rigor científico, porém findam por se tornarem elementos tradicionais em meio às diversidades dos saberes constituídos e que para os grupos e elementos envolvidos comportam inúmeros significados.

Este trabalho tem caráter qualitativo e utiliza uma pesquisa bibliográfica que subsidiou o embasamento teórico do mesmo, contando com observações e análises de aulas ministradas em um curso de Pedagogia de uma Universidade pública. O objetivo é verificarmos a importância dos momentos no processo de formação do professor que irá atuar na educação básica, e, dentro daquilo que é materializado nas aulas das disciplinas propostas no desenho curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), identificarmos quais as tendências propostas nessa formação para o ensino de Ciências na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo a segunda o foco de nossa investigação. Para tanto, trazemos uma reflexão a partir de observações feitas em algumas das discussões e atividades desenvolvidas durante as aulas da disciplina *Abordagens Teóricas Metodológicas do Ensino de Ciências – ATM de CIÊNCIAS*, no quinto período do curso.

A partir das experiências com a disciplina ATM de Ciências e seus desdobramentos no processo formativo dos Pedagogos que irão atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e com base nos dois segmentos de saberes, o científico e os saberes prévios dos alunos, buscamos construir uma discussão sobre como se pode pautar a educação escolar, no sentido de que a Ciência ensinada por ela não permita, nos educandos, a descaracterização dos seus saberes prévios construídos através de suas vivências e experiências pessoais com a cultura, os fatores sociais que o envolvem e com o mundo, mas que esta esteja aliada um ensinamento científico, que seja capaz de proporcionar o aprendizado de novos conceitos sobre as questões ligadas à Ciência e suas formalidades.

FORMAÇÃO PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS: MEMÓRIAS E REFLEXÕES

A formação do Pedagogo para o ensino de Ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental traz, à discussão, uma série de abordagens (GABINI, FUTURA, 2018), visto que os alunos dessa etapa de ensino são sujeitos em fase de desenvolvimento e, portanto, adquirem saberes antes mesmo de entrar para a escola, pois a escola não é a única instituição responsável pela educação desses sujeitos. Por isso, no

decorrer da disciplina, buscou-se inserir os graduandos de Pedagogia em situações que os fizessem estar próximos ao que acontece na realidade de cada aluno das séries iniciais do Ensino Fundamental, através do desenvolvimento de atividades onde os mesmos pudessem refletir sobre essas realidades.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) enfatizam que, para se ensinar Ciências no Ensino Fundamental, deve-se considerar alguns fatores:

Numa sociedade que se convicia com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia-a-dia, não é possível pensar na formação de um cidadão crítico á margem do saber científico. Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino da área na escola fundamental. (BRASIL, 1988, p. 23-25).

A primeira experiência com a disciplina foi, além do diálogo inicial de apresentação, o desenvolvimento de uma narrativa individual dos alunos a respeito de si mesmos. A atividade a ser desenvolvida consistia na produção de um desenho, no qual o aluno pudesse adicionar as características que ele reconhece apresentar, não as físicas, pois a ideia era a de que os alunos pudessem identificar o que eles carregavam consigo em termos de vivências, experiências e experimentações, as quais haviam sido construídas ao longo de sua trajetória de vida (GABINI, FUTURA, 2018) e que poderiam ser reconhecidas como a *bagagem* que cada um carrega consigo. A intenção era de provocar o entendimento de que cada uma das pessoas possuem personalidades, experiências e uma história individual que se desassemelha uma das outras, assim, reconhecer os alunos como sujeitos com essas capacidades e possibilidades, reafirma a necessidade de se compreender a diversidade de opiniões, saberes, vivências, aprendizados e histórias que tornam as pessoas ímpares e que determinam o individual de cada sujeito, que também deve ser compreendido e respeitado dentro do coletivo. Segundo Caniato (1987), o professor deve:

Oferecer uma “leitura” do mundo com um ideário que inclui outros ingredientes, além da Ciência: o exercício da iniciativa em suas diferentes modalidades, o prazer de descobrir e de saber mesmo uma visão da beleza da Vida, a solidariedade entre indivíduos e entre nações. (CANIATO, 1987, p. 14).

Outro momento que destacamos na disciplina foi a exibição da longa metragem *And the band played on* (1993), que, em português, recebe o título de: *E a Vida Continua*, do diretor Roger Spottiswoode, (MENEHEL, 2016). O filme conta a história do surgimento de uma epidemia no final da década de setenta e início da década de oitenta, provocada por um vírus até então desconhecido, que provocou uma disputa científica entre pesquisadores franceses e americanos, fazendo com que esses grupos entrassem em uma corrida na busca dos méritos, créditos e patente sobre a descoberta e isolamento desse novo vírus, denominado

com a sigla em inglês HIV (Human Immunodeficiency Vírus) (SANTOS, SCHEID, 2011), que, em português, se traduz para Vírus da Imunodeficiência Humana. O desenvolvimento da infecção causada por ele ficou conhecida pela sigla AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome) (MENEGHEL, 2016), que, em português, passou a ser conhecida como SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

O uso do cinema como instrumento pedagógico pode ajudar no ensino de questões ligadas à Ciência. Segundo Santos e Schaeid (2011, p. 27):

Os filmes podem ser importantes instrumentos para contribuir na elaboração de uma adequada concepção de natureza da ciência, colaborando para um melhor entendimento da mesma por parte dos alunos e professores. O uso do cinema pode contribuir para estabelecer um elo entre a Concepção de Ciência e a História da Ciência, buscando desmistificar o conceito de ciência infalível.

Trazer à compreensão dos alunos questões que envolvem as descobertas proporcionadas pelas pesquisas científicas, que aparentemente têm o interesse no benefício da humanidade, é importante (MENEGHEL, 2016), mas o que se objetivou com essa aula instigou os alunos a identificarem os elementos que se encontram nas entrelinhas desses acontecimentos (GABINI, FUTURA, 2018), pois existem, em meio a tudo isso, relações que envolvem a indústria farmacêutica, os méritos pretendidos pela vaidade profissional de muitos cientistas e o capital, que requerem o retorno de investimentos aplicados, sendo que esse retorno é proporcionado através do lucro extraído do comércio dessa medicina e de tratamentos onde são aplicados os medicamentos produzidos para esses fins (SANTOS, SCHEID, 2011). As reflexões a partir desses questionamentos também devem servir de base no momento de ensinar as crianças sobre as pesquisas científicas, pois o objetivo da educação não pode perder seu foco emancipador e libertador, que desenvolva nos sujeitos a crítica e a reflexão (FREIRE, 1996).

Reconhecemos a importância do ensino de ciências para as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental (MACHADO, 2013), e uma das aulas da disciplina provocou, nos graduandos, uma questão interessante sobre o ensino de ciências para essas crianças, pois propôs o seguinte questionamento: O que ensinar? E, ainda, por que ensinar? Considerando uma reflexão sobre a realidade de quem está sendo ensinado (GABINI, FUTURA, 2018).

Para instigar os alunos sobre essas reflexões, a professora da disciplina ATM de Ciências propôs a leitura do texto *Joãozinho da Maré*, extraído do livro *Com Ciência na Educação*, do autor Rodolpho Caniato, que narra um episódio de um menino, morador da Comunidade da Maré, no Rio de Janeiro (RJ-Br), que, com base em suas vivências e experiências adquiridas através de sua relação real com o mundo (GABINI, FUTURA, 2018), questiona a professora sobre seus ensinamentos, por esses não estarem vinculados a sua realidade experienciada no cotidiano. Assim, o

aluno provoca uma reflexão sobre suas perspectivas e práticas educativas através do ensino de Ciência, que finda por reconhecer a necessidade de reformular essas práticas, pois essas muitas vezes se encontram ultrapassadas e desalinhadas com a realidade vivida pelos alunos (CANIATO, 1987).

Retomamos a ideia de que as crianças também trazem na *bagagem* as vivências e experiências adquiridas em sua vida cotidiana e que as fazem compreender o mundo e refletir sobre sua realidade a partir dessas experimentações (GABINI, FUTURA, 2018). O professor não deve desprezar o que a criança carrega de aprendizados adquiridos através dessas experiências, a ciência e a natureza estão presentes em sua vida e são construídas através de uma realidade (MUNDIM, SANTOS, 2012) percebida por elas, por isso deve-se reconhecer seus saberes prévios (GABINI, FUTURA, 2018), pois os mesmos carregam um valor único para as crianças que estão sendo escolarizadas, que têm materializados, em seus aprendizados extraescolares, aquilo que conseguem formular e estabelecer como saberes e que julgam necessário para aplicarem nas práticas diárias de sua vida (MUMDIM, SANTOS, 2012), por isso, introduzir o ensino de matérias científicas no contexto dos alunos deve ser uma tarefa que contribua na reformulação dos conceitos dos mesmos, que também se encontram carregados de senso comum. (MACHADO, 2013).

As atividades se conectavam umas às outras e as aulas se interligavam com assuntos pertinentes, que provocavam uma reflexão extremamente necessária para os alunos do curso de Pedagogia (GABINI, FUTURA, 2018), pois é preciso que os mesmos compreendam que o ensino de Ciências a partir dos saberes científicos exerce uma influência extraordinária no desenvolvimento dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, mas incorporar esses saberes com caráter de Ciência aos saberes tradicionais também exerce importância na formação científica dos alunos (MUMDIM, SANTOS, 2012), pois o conhecimento empírico é culturalmente adquirido e carrega valores que são vivenciados pelos grupos sociais onde se originam esses ensinamentos, portanto, é um exercício que deve ser desenvolvido constantemente (GABINI, FUTURA, 2018), por isso, a partir da leitura de textos teóricos nessa perspectiva, foram desenvolvidas discussões que permitiram um entendimento mais amplo sobre o significado dessas relações (CANIATO, 1987).

O conteúdo desses textos, trabalhados à luz de diversas teorias, traziam as abordagens de como as várias tendências teórico-metodológicas são identificadas no ensino de Ciências, desenvolvidos pelos professores. Uma dessas produções textuais, a de autoria de Luiz Marcelo de Carvalho, intitulada: *Para que ensinar ciências no mundo contemporâneo?* do ano de 1988, traz uma análise sobre as mudanças históricas que o ensino de Ciências sofreu ao longo do tempo, trazendo um questionamento sobre o significado do que é realmente fazer Ciência (CARVALHO,

1988).

Estabelecer uma relação entre o aluno e o conhecimento científico é uma tarefa que o professor irá exercer durante sua atuação profissional nas escolas (MACHADO, 2013), por isso, o autor sugere que o ensino de Ciências na atualidade deve ser pensado a partir da sociedade que se pretende formar e de como essa sociedade reconhece os conhecimentos científicos (CANIATO, 1987), visto que esses saberes devem ser compreendidos pelos educadores como um elemento que abrange também elementos sociais e a cultura existente, e que essa, em sua essência, está carregada de sentidos (GABINI, FUTURA, 2018).

Convém considerar que outro importante momento no decorrer da disciplina foram as propostas do desenvolvimento de atividades relacionadas à alimentação, que foram realizadas da seguinte maneira: na primeira, foi proposto que a turma se dividisse em grupos, para então ser feita a leitura do artigo: *Cotidiano e Educação em Química*, do autor Lutfi Mansur (1988). Após a leitura, os grupos receberam uma tarefa intitulada *O alimento nosso de cada dia e a química em nosso cotidiano*, cujo objetivo era identificar os conhecimentos prévios dos alunos (GABINI, FUTURA, 2018) sobre as questões nutricionais e compostos químicos presentes em alimentos de seu consumo diário (RODRIGUES, PINO, 2017). Na mesma aula, foi entregue aos alunos um questionário para que fosse feita uma pesquisa sobre os componentes químicos que estão presentes na alimentação industrializada consumida diariamente por seus integrantes (MANSUR, 1988). Os resultados das pesquisas feitas pelos discentes do curso de Pedagogia desencadearam uma nova discussão sobre a questão da indústria e do comércio de alimentos produzidos por ela (RODRIGUES, PINO, 2017).

Introduzir informações sobre questões de alimentação é extremamente necessário para que as crianças do Ensino Fundamental comecem a desenvolver sua compreensão sobre a relação existente entre a indústria de alimentos e o que consumimos diariamente como alimentação para nossa sobrevivência (MANSUR, 1988), mas devemos levar em conta a realidade social e cultural dessas crianças quando falamos em termos alimentícios, pois esses fatores nem sempre permitem o acesso a certos alimentos, que podem não estar dentro da realidade econômica desses alunos (GABINI, FUTURA, 2018), embora estejam dentro da realidade dos professores proponentes. Entretanto, é necessário estimular os alunos a refletirem sobre a intenção da produção de alimentos em larga escala e da indústria de alimentos, cuja finalidade é obter lucro com a venda de produtos alimentícios industrializados (RODRIGUES, PINO, 2017), ricos em adição de componentes químicos e que causam um grande malefício à saúde. Assim, para que isso seja possível, essas indústrias alimentícias detêm um sistema de divulgação de seus produtos, capaz de envolver os consumidores através da propaganda que

fazem dos mesmos, nas quais oferecem tais produtos sem esclarecer que esses oferecem um baixo valor nutricional (MANSUR, 1988), excesso de açúcar, corantes, conservantes e quantidades acima da média de sódio, e que todos esses elementos não contribuem para uma alimentação adequada e, por consequência, tornam esses alimentos nada saudáveis (RODRIGUES, PINO, 2017).

Convém destacar um dos pontos de grande relevância na disciplina ATM de Ciências, que tratou de assuntos ligados ao tema sociocientífico. Esse segmento teórico aborda as questões baseadas nos conhecimentos científicos e faz uma relação com os saberes cotidianos adquiridos pelos alunos em suas vivências (MUNDIM, SANTOS, 2012). O texto utilizado como subsídio para as discussões foi o intitulado: *Ensino De Ciências No Ensino Fundamental Por Meio De Temas Sócio científicos: Análise De Uma Prática Pedagógica Com Vista À Superação Do Ensino Disciplinar* dos autores Juliana Viégas Mundim e Wildson Luiz Pereira dos Santos, que trata da análise de uma pesquisa feita em uma escola da rede pública do Distrito Federal, em uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental, onde se experimentou a utilização da tendência sociocientífica na proposição de temas ligados ao ensino de Ciências.

Esse tipo de abordagem teórico-metodológica traduz a participação do aluno de forma ativa na construção e execução dos temas a serem estudados, tudo elaborado a partir da própria realidade do aluno, sendo que esses são estimulados pelo professor a serem os construtores do próprio conhecimento produzido (MUNDIM; SANTOS, 2012). Tratar assuntos a partir dessa abordagem foi uma experiência interessante e, ao mesmo tempo, satisfatória para os professores, pois inicialmente o tema escolhido foi Alimentação e Vida Saudável, onde os alunos discutiram questões sobre alimentação, saúde e bem-estar a partir de suas realidades, que, na maioria das vezes, encontram-se distantes da realidade constituída pela Ciência ensinada a eles na escola (GABINI, FUTURA, 2018).

As discussões desenvolvidas sobre as diversas tendências teórico-metodológicas que abarcam o ensino de Ciências é um fator positivo na formação do Pedagogo (LIBÂNEO, 2012), pois, a partir destas abordagens teóricas, o professor amplia seu acervo teórico e reconfigura as bases de seu conhecimento sobre o desenvolvimento de práticas que o auxiliem nas ações do seu fazer enquanto professor de Ciências.

Em uma das aulas, os alunos foram direcionados para o *Núcleo de Astronomia da Universidade Federal do Pará* (NASTRO), onde participaram de uma palestra sobre temas como gravidade, sistema solar, fase lunar, movimento das marés, dentre outros assuntos ligados à astronomia, em um momento próprio do processo de formação (GABINI, FUTURA, 2018). Durante a apresentação, foram utilizados diversos materiais, como maquetes, projetor de sombras e outros materiais de

demonstração, para trazer, à compreensão, a movimentação dos planetas e da terra. O material didático utilizado foi primordial para a apresentação (LIBÂNEO, 2012), pois facilitou o desenvolvimento da palestra e dinamizou os ensinamentos propostos pelos palestrantes. Dessa forma, reconhecemos que os instrumentos didáticos utilizados pelo professor de Ciências podem auxiliá-lo na ministração de aulas, potencializando o aprendizado e dinamizando o desenvolvimento de atividades com os alunos em sala (GABINI, FUTURA, 2018). Outro momento com um grande significado para os discentes de Pedagogia foi o convite para que os alunos do curso fizessem a observação de alguns planetas do sistema solar, feitas através de telescópio, onde foi possível, através desse instrumento, fazer observações dos planetas Marte, Júpiter e Saturno.

Em uma reflexão mais ampla sobre o aprendizado adquirido através da visita ao NASTRO, evidenciou-se a necessidade do professor de Ciências das séries iniciais buscar fazer com que os alunos se percebam como parte integrante do universo existente e atuante (CANIATO, 1974). Isso é essencial na construção das identidades enquanto sujeitos ativos e responsáveis pelas transformações de seu meio e da construção de sua história (FREIRE, 1986), pois todos se constituem parte desse universo e compreendê-lo é um fator essencial para o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre o universo e o sujeito, ou vice-versa. De acordo com Caniato, “O estudo do Céu sempre se tem mostrado de grande efeito motivador, como também dá ao educando a ocasião de sentir um grande prazer estético ligado à ciência: o prazer de entender um pouco do Universo em que vivemos” (CANIATO, 1974, p. 39-40).

Durante uma das aulas ministradas em sala de aula, os graduandos de Pedagogia desenvolveram uma atividade interessante sobre o consumo de energia elétrica a partir de cálculos feitos pelos alunos. A proposta inicial era que cada aluno compreendesse a relação entre as ciências e a interdisciplinaridade (FAZENDA, 2011), que pode ser proporcionada nos ensinamentos sobre Ciência, fazendo com que os alunos visualizassem a relação entre o consumo de energia elétrica e o valor pago à concessionária que faz a distribuição dessa energia, através de cálculos matemáticos. Assim, de uma forma didática (LIBÂNEO, 2012), foi possível proporcionar que os mesmos pudessem também identificar que o desperdício pode ocasionar um custo a mais nos gastos com o consumo de energia elétrica e o consumo consciente pode trazer um benefício de economia perceptível para o orçamento familiar.

Sabemos da importância que a produção da energia elétrica traz para a vida contemporânea, mas não podemos deixar de pontuar as entrelinhas que envolvem a produção e o consumo dessa energia, pois sabemos que a sua produção em larga escala envolve outros fatores, dos quais podemos destacar as questões ambientais,

sociais, culturais, políticas, orçamentárias, industriais, comerciais e financeiras (RODRIGUES, PINO, 2017).

Reconhecemos que na formação inicial do Pedagogo há certa precariedade e insuficiência (GABINI, FUTURA, 2018), mas reforçamos a compreensão de que essa formação deve abarcar todas as possibilidades possíveis, para que esse esteja pronto para atuar no processo formativo dos alunos que estarão sob seus cuidados educativos (LIBÂNEO, 2012). Por isso, é importante que, durante esse momento de formação, o aluno do curso de Pedagogia esteja envolvido em atividades que possibilitem o desenvolvimento de práticas de ensino que farão parte de seu fazer docente durante sua trajetória profissional (GABINI, FUTURA, 2018).

Em uma das atividades da disciplina ATM de Ciências, a turma foi estimulada a planejar e simular o desenvolvimento de aulas relacionadas às questões sobre os ensinamentos que são aplicados para os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental. A tarefa foi proposta da seguinte maneira: os alunos deveriam formar grupos e escolher um tema a ser trabalhado com os alunos em sala de aula, identificar a etapa de ensino e o ano em que se aplicaria a atividade, e, a partir da escolha destes quesitos (LIBÂNEO, 2012), o grupo deveria elaborar um plano de aula para organizar seu desenvolvimento.

O tema escolhido pela equipe da qual éramos partícipes foi: *Os componentes químicos dos produtos de limpeza*, cujo objetivo era o de desenvolvimento de uma aula interdisciplinar (FAZENDA, 2011), que envolveria conhecimentos de Ciências, Matemática e Língua Portuguesa. Os conhecimentos científicos teriam por base a química e se dariam a partir da utilização de instrumentos pedagógicos alternativos (LIBÂNEO, 2012), pois faríamos o detalhamento e estudo de alguns elementos químicos contidos nos produtos de limpeza, os cuidados e precauções com a manipulação dos mesmos, os riscos em consequência da manipulação e uso feitos de forma incorreta, assim como os cuidados a serem tomados em caso de acidentes e intoxicação causadas por esses produtos. A proposta era fazer uma relação com o uso de materiais que pudessem dar sentido ao ensino do conteúdo de outras disciplinas e seus segmentos (FAZENDA, 2011), pois a relação com a matemática se daria por meio do trabalho com grandezas e medidas e, para tanto, seriam utilizados os frascos para evidenciar questões matemáticas de quantidade e cálculos de adição e subtração dessas quantidades (LIBÂNEO, 2012). A Língua Portuguesa ficaria encarregada do estudo do significado das novas palavras que seriam incorporadas ao dicionário dos alunos. Essa proposta de aula era destinada aos alunos do quarto ano do Ensino Fundamental.

A proposta colocada pela docente ministrante da disciplina não era a de avaliar os alunos e seus planos de aula, mas que a turma desenvolvesse uma discussão após cada uma das apresentações, para que todos pudessem dar

sua contribuição no que poderia ser feito para que essas aulas, juntamente com os temas desenvolvidos, pudessem ser aprimoradas (LIBÂNEO, 2012). Essa construção conjunta levou os alunos a compreenderem que a coletividade é um elemento essencial na construção dos projetos educativos, nas práticas de ensino, na produção do conhecimento e na formação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos de Educação Escolar, retomamos à ideia da propagação de um saber elaborado segundo os rigores da investigação científica, visto que a escola é um agente essencial na propagação desses saberes. Em contrapartida, entendemos que há, nos saberes prévios dos educandos, alguns elementos incorporados pelo conhecimento da realidade com a qual eles convivem diariamente, que não se utilizam do rigor da ciência, mas que trazem significados para esses sujeitos e, na grande maioria das vezes, ajudam os mesmos a resolverem problemas de forma prática e precisa.

É importante que se proponham discussões que reconheçam a necessidade de se incorporar, ao saber científico ensinado as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, àqueles existentes nas realidades vividas pelos alunos e que a ciência muitas vezes não reconhece como conhecimento válido, porém, para professores e educadores, esse é um ponto que também se deve entender como importante e essencial para a Educação Escolar, pois o educar, não está limitado apenas ao ato de aprender conhecimentos científicos, mas de proporcionar meios para que os sujeitos se desenvolvam integralmente e, dentro desses processos educativos, a valorização da cultura e de elementos que produzam identidade nesses sujeitos também devem ser trabalhada, pois os mesmos se constituem como saberes existentes e carregados de significados para as crianças – e todos nós.

A importância dessas discussões e de atividades desenvolvidas pelos alunos do curso de Pedagogia, dentro dessa proposta, são elementos essenciais no processo formativo docente e discente, pois é através desses momentos que o mesmo consegue identificar as possibilidades que os segmentos teórico-metodológicos podem desenvolver, sendo esses os norteadores das práticas de ensino que serão exercidas pelos professores após sua formação.

Embora reconheçamos a insuficiência da formação inicial do pedagogo, visto a precariedade existente nas propostas atuais dos cursos de Pedagogia, ao investigamos, podemos contatar o programa de graduação referido nesta pesquisa, em princípio, como um curso estruturado no que diz respeito ao estímulo do pensar o ensino de Ciências pelos graduandos, pois a disciplina ATM de Ciências não se

mostrou ligada a um único segmento, mas possibilitou aos alunos o pensar sobre o que se ensina, para quem se ensina e, ainda, qual o objetivo de se ensinar ciências para os alunos, além de discutir sobre o que, na verdade, podemos caracterizar como Ciência.

As relações existentes entre as teorias educacionais e as práticas educativas que são trabalhadas pelos professores através de discussões em sala de aula ajudam o graduando a entender quais segmentos teóricos podem ser identificados como aqueles que se adéquam às suas metodologias de ensino, para que o seu fazer como docente produza êxito no desenvolvimento dos alunos a partir do ensino dos saberes propostos em cada uma das disciplinas ministradas nessas etapas de ensino, levando em conta as experiências vivenciadas pelos alunos e seus saberes adquiridos através de suas vivências e experimentações do mundo.

A ATM do Ensino de Ciências seguiu exatamente dentro dessa proposta formativa e conseguiu fazer com que os alunos se envolvessem através não só de discussões teóricas e metodológicas de ensino, mas do desenvolvimento de práticas, pois entendemos que essas ações proporcionaram o exercício que envolvem tanto as questões teórico-metodológicas, quanto questões de desenvoltura prática enquanto futuros professores. Nessa perspectiva, entende-se que essas ações são tidas como essenciais durante o processo formativo do Pedagogo, pois podem ampliar as possibilidades desse aluno – e futuro docente – de desenvolver suas habilidades como professor e ampliar sua percepção sobre todas as questões ligadas à sua atuação nos processos educativos, conduzindo o graduando ao aprimoramento profissional, que será extremamente necessário após sua formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília – DF: MEC/SEF, 1998.

CANIATO, R. **Um Projeto Brasileiro Para o Ensino de Física**. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas – SP, 1974.

CANIATO, R. **Com Ciência na Educação**; editora Papyrus – Campinas – SP, 1987.

CARVALHO, L. M. **Para que Ensinar Ciências no Mundo Contemporâneo? Atas do I Encontro de Formação Continuada de Professores de Ciências**. Campinas, 1997. In: CUNHA, C. A. Luís e AMORIM, Antônio, C. R. (editores). Campinas – SP: UNICAMP, 1998. p. 29-47.

FAZENDA, I. C. A. **Desafios e Perspectivas do Trabalho Interdisciplinar no Ensino Fundamental: Contribuições das Pesquisas Sobre Interdisciplinaridade no Brasil: O Reconhecimento de um Percorso. Interdisciplinaridade**, v.1, n. 1, São Paulo, out. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. 31ª Ed. São Paulo, Paz a terra, 1996.

GABINI, W. S; FUTURA, C. R. A. P. **O Ensino de Ciências e a Formação do Pedagogo: Desafios e Propostas** – Ciências em Foco, v. 11, n. 2, p. 2-13, Campinas – SP, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: Velhos e novos Tempos**. Editora Cortez- São Paulo, 2012.

MACHADO, V. M. **Análise das Orientações Didáticas dos PCN de Ciências: Enfoque Sobre a Problematização** – *Horizontes – Revista de Educação*, n.1, v1, Dourados – MS, janeiro a junho de 2013.

MANSUR, L. **Cotidiano e Educação em Química**. Editora Unijuí – Ijuí- RS, 1988.

MENEGHEL, S. T. **“E a Vida Continua...”: Um Debate Sobre um Filme Epidemiológico** – Boletim da Saúde, v. 25, n. 2, p. 163-168, jul./dez. Porto Alegre – RS, 2016.

MUNDIM, J. V; SANTOS, W. L. P. **Ensino de Ciências no Ensino Fundamental por Meio de Temas Sociocientíficos: Análise de uma Prática Pedagógica com Vista à Superação do Ensino Disciplinar**. *Revista Ciência e Educação* v. 18, nº 4, p. 787-802, Bauru – SP, 2012.

RODRÍGUEZ, A. S. M; PINO, J. C. D. **Abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (Cts): Perspectivas Teóricas Sobre Educação Científica e Desenvolvimento na América Latina** – Tea: *Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, v.6, n.2, Canoas, 2017.

SANTOS, G. E; SCHEID, N. M. J. **A problematização da Concepção de ciência no Ensino médio: Contribuições do Filme “E a Vida Continua”** – *Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista* – Vol. 1, n. 2. jul./dez. Santo Ângelo – 2011.

EL DERECHO DE LAS MUJERES A LA PROPIEDAD AGRARIA, UN CONTEXTO DE USOS Y COSTUMBRES EN EJIDOS Y COMUNIDADES EN MÉXICO

Data de aceite: 27/03/2020

Marcial Reyes Cázarez

mreyes@itspa.edu.mx

Investigador Independiente del Estado de
Michoacán

REIM_RECM81HMGE02

Daniel Reyes Cázarez

danielyerandy@hotmail.com

Universidad Michoacana de San Nicolás de
Hidalgo
México

RESUMEN: A través de la historia de México, la participación de la mujer en el ámbito agrario ha sido constante y efectivo, ya que las mujeres han luchado en igualdad de condiciones en diversos conflictos armados de tipo social, en las que se han recuperado grandes extensiones territoriales, siendo estas repartidas de forma igualitaria entre los jefes de familia, y la ley agraria descontextualizada de una realidad igualitaria y determinada para las condiciones de la década de los 50's, apertura el criterio de las comunidades y ejidos a regirse por ley de usos y costumbres, potenciando la exclusión y discriminación de forma más radical. Basándose en una Ley agraria sexista donde el termino propietario, poseedor, hijos se considera desde

un punto preferencial al varón en donde se nulifican los derechos de las mujeres, se toma en cuenta que la mujer únicamente puede acceder a la propiedad si es jefa de familia, pero ante los ojos de la ley Agraria y los usos y costumbres, solamente cuando esta enviuda, se considera posesionaria hasta que uno de sus hijos varones llega a la mayoría de edad y si esta no tuviera un hijo varón las condiciones de sus derechos se verían mermados ya que sería excluida del núcleo ejidal y/o comunal. Derivado de esta realidad las Mujeres son excluidas de la tenencia de la tierra debido a la vulnerabilidad, al interior de los núcleos de posesión, la Ley Agraria, excluye y deja vulnerable a las mujeres debido a que el derecho a la propiedad no se ejerce. Con lo anterior y acorde a los acuerdos internacionales de los que el estado mexicano es parte, se propone, el empoderamiento de las mujeres violentadas de sus derechos humanos y a la tenencia de la tierra, ya que el derecho agrario en su autonomía derivado del artículo 27 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, emite que se deben crear leyes agrarias especiales que deroguen las normas comunes (Usos y costumbres), de las que podría depender el derecho agrario.

PALABRAS CLAVE: Igualdad, Derecho a la propiedad, Usos y costumbres.

INTRODUCCIÓN

Los ejidos y comunidades agrarias, así como la pequeña propiedad, son las formas de tenencia de la tierra en la república mexicana, constituyendo y abarcando principalmente las áreas agrícolas productivas de importancia económica en el país.

La superficie constituida por ejidos y comunidades representan las áreas productivas de una gran diversidad en cuanto a producción agropecuaria se refiere, así mismo en el entorno de la vasta diversidad de recursos naturales tanto bióticos como abióticos de importancia y riqueza natural derivan, la diversidad de suelos y climas permiten la adaptabilidad de muchas especies y variedades agropecuarias. (Gamiz 2001)

La participación de la mujer en el contexto agrícola, ha sido fundamental para el desarrollo, cuidado y conservación de esta actividad y a su vez para la subsistencia de los seres humanos, ya que durante la evolución de la especie, la mujer ha sido proveedora de la alimentación de sus semejantes, siendo primordial el de origen vegetal, ya que de acuerdo a las actividades que desempeñaban en el periodo paleolítico se caracterizaban por ser recolectoras y existen datos en los que se le atribuyen créditos de ser las primeras trabajadoras de la tierra. (Vicent 1988)

Así mismo durante este periodo Paleolítico, cabe destacar que en las economías no existían excedentes, siendo este principio la mejor opción de igualdad social y de conservación de los recursos, en donde cada miembro del grupo era capaz de hacer lo que fuera necesario para sobrevivir, no importando la diferencia ni rol de género, simplemente determinando actividades por rango de edad, ya que no se especializaba el trabajo solo en algunos casos se debía de tener ciertas habilidades para ser chamanes y artesanos. (Martínez 2000)

Posteriormente conforme al desarrollo evolutivo de las diversas civilizaciones en México fueron modificadas algunas características propias del trabajo, el sustento social y la apropiación de los territorios colectivos.

La cultura Mixteca se refería en su propia lengua al territorio como Nuudzahui que significa pueblo de la lluvia. Nuu: es la tierra, lugar o pueblo. Dzahui: es lluvia. La historia de la cultura mixteca tiene raíces originadas en Yanhuitlan Oaxaca, hace aproximadamente 9000 años a.C. en esta época sus habitantes y se dedicaban a la cacería y la recolección.

Posteriormente entre los años 9000 a.C. – 1500 a.C., en la etapa de los nómadas, transcurrieron miles de años para que estos crearan comunidades aldeanas en donde comenzó la domesticación de especies con una agricultura experimental.

En los años 1500 a.C. – 600 a. C., progresivamente las aldeas fueron creciendo y floreciendo grandes ciudades denominándosele a esta la etapa de los

centros urbanos. Así mismo del periodo 600 a. C. – 800 d.C., los pobladores fueron abandonando estos centros y se fueron fundando los señoríos o cacicazgos.¹

A través de la historia, la participación de la mujer en el ámbito agrario ha sido constante y efectivo, ya que las mujeres han luchado en igualdad de condiciones en diversos conflictos armados de tipo social en las que se han ganado grandes extensiones territoriales siendo estas repartidas de forma igualitaria entre los jefes de familia siendo estos una mayoría arrasadora, ya que la ley agraria así lo considera para su interpretación y cuando no se interpreta de esa forma, apertura el criterio de las comunidades y ejidos a regirse por ley de usos y costumbres potenciando la exclusión y discriminación de forma más radical. Basándose en una Ley agraria sexista donde el termino Propietario, poseedor, hijos se considera desde un punto de de vista dirigido al varón en donde se nulifican los derechos de las mujeres.(Riva Palacio 1972)

Tomando en cuenta que la mujer únicamente puede acceder a la propiedad si es jefa de familia, pudiéramos considerar que la mujer es jefa de familia ante los ojos de la ley Agraria y los usos y costumbres, solamente cuando esta enviuda y se le considera posesionaria hasta que uno de sus hijos varones llega a la mayoría de edad y si esta no tuviera un hijo varón las condiciones de sus derechos se verían mermados ya que sería excluida del núcleo ejidal y/o comunal y su propiedad pasa a convertirse en tierras de uso común.

En controversia existe la evolución jurídica respecto al derecho de las mujeres a la propiedad ejidal o comunal justificando que este es un derecho constitucional emanado en el artículo 27 de la promulgación de 1917, en donde se presume se considera el derecho a la propiedad por mujeres que se encuentren solteras o viudas con familia a su cargo, observando que en la actualidad las principales decisiones, en cuanto al futuro del patrimonio de los núcleos ejidales o comunales, se encuentra en el seno de los comisariados ejidales en el caso de los ejidos o bien en la representación de bienes comunales respecto a las comunidades indígenas. (Rivera 2003)

En este contexto las mujeres son excluidas de la tenencia de la tierra debido a prácticas de discriminación generadas desde la conquista de nuestro país en donde algunos indígenas decidieron no heredar las tierras o propiedades a sus hijas mujeres debido a que si se casaban con un español las tierras pasarían a ser propiedad de este, siendo las luchas armadas sociales de independencia y de la revolución mexicana tanto hombres como mujeres han peleado por el derecho de las mismas en igualdad de condiciones.

En este caso la ley agraria, excluye y deja vulnerable a las mujeres debido a

1. Cuadernillo informativo del templo y exconvento de Santo Domingo Yanhuítlan Oaxaca. Comisión de Vigilancia y Gobierno Municipal de Yanhuítlan. Pag. 1 párrafos 3 al 6.

que el derecho a la propiedad no se ejerce siendo la mujer únicamente resguardarte de la tenencia de la tierra, hasta el momento que su hijo varón cumpla la mayoría de edad esto en caso de que exista esta posibilidad y si no cuenta con hijos varones, la tenencia de la tierra queda acorde a los usos y costumbres del ejido o comunidad, en donde casi siempre son despojadas de la propiedad. (Tovar 2005)

Es importante argumentar que las mujeres son violentadas de sus derechos humanos y constitucionales con frecuencia y repetidamente ya que el derecho agrario en su autonomía derivado del artículo 27 constitucional emite que se deben crear leyes agrarias especiales que deroguen las normas comunes (Usos y costumbres) de las que podría depender el derecho agrario.

En el presente trabajo que se ha desarrollado durante la última década en la República Mexicana, se prioriza la importancia de visibilizar este problema ya que el derecho a la propiedad de las mujeres indígenas en el ámbito rural primordialmente depende de las decisiones de los hombres en los núcleos ejidales y tiene como objetivo; Identificar los diversos contextos de usos y costumbres que intervienen en el derecho a la propiedad de las mujeres en los núcleos ejidales y comunales en México para garantizar este derecho humano en apego a la protección constitucional del estado Mexicano y los compromisos internacionales en la materia de los que forma parte.

DESARROLLO

Un conocimiento fundamental en la evolución de la historia de la humanidad ha sido la actividad agrícola, desde la recolección, en apego al cuidado manejo y aprovechamiento de los recursos naturales como medio de subsistencia para su alimentación, cobijo y refugio.

Como parte esencial en el desarrollo de la humanidad ha sido la convivencia con otros seres, tales como relaciones entre seres vivos, en donde se comenzaba analizar ciertos comportamientos de los otros humanos y de animales y plantas a las cuales fueron identificando y experimentando propiedades y usos que proporcionaban en las labores diarias, y en el caso de la fauna observaban su comportamiento y los desplazamientos territoriales que estos realizaban para poder dominarlos y alimentarse de ellos posteriormente. (Vicent 1988)

Conforme pasó el tiempo y fueron generando habilidades y desarrollando sus capacidades de observación, dejaron de ser nómadas, al lograr reproducir técnicas específicas de plantas en las que solo recolectaban, pero ahora estableciéndolas en condiciones similares a donde se encontraban naturalmente y en el caso de algunas especies animales domesticándolas y convirtiendo granjas que a su vez proveían de alimento y vestido. Siendo lugares geográficos específicos cercanos a

grandes ríos, lagos o lagunas para disponer del recurso hídrico para el desarrollo de sus grupos, que posteriormente se convirtieran en grandes civilizaciones. (Weigand 1997)

Estas civilizaciones comenzaron a determinar grandes extensiones territoriales para su establecimiento y desarrollo, debido a que cada vez se generaba una mayor población. Recalcando que aquellas civilizaciones que por su nivel de desarrollo, organización y productividad, generaban mayor cantidad de recursos y cabe destacar que se presume que la mujer fue la primera trabajadora de la tierra en términos de agricultura.

A partir del establecimiento de estas civilizaciones en el planeta tierra, comienza la disputa por los territorios, en donde aquellos que desde estas épocas, hasta nuestra actualidad tienen mayor valor e interés adquisitivo aquellas superficies en donde son más abundantes los recursos naturales tales como los bosques como fabricas de conservación del agua y aquellos territorios que se ven favorecidos con la formación natural de vasos de agua mejor conocidos como lagos o lagunas en donde el agua es constante pero se encuentra en movimiento de un lugar geográfico a otro.

Siendo estos privilegios geográficos y la productividad de cada civilización un factor de constantes conflictos entre estas civilizaciones, por estos tres elementos; el recurso agua, la madera y frutos que producen los bosques, pero el principal botín de una confrontación o guerra eran las grandes extensiones territoriales que se ganaban dominando a la civilización derrotada o conquistada.

En México cuando comienzan estas civilizaciones, el pueblo azteca es uno de los referentes en materia de derechos agrarios ya que se respetaban estos derechos de forma igualitaria sin distinción de sexo, pero no se respetaba la clase a la que pertenecían, ya que si una mujer tenía mayor clase o abolengo tenía mayor derecho a la tenencia de la tierra. (Arias 1821)

La conquista de los españoles vino a quebrantar los derechos agrarios de los que gozaban las mujeres en el calpulli, siendo despojadas de los mismos, lo que significó una doble explotación de las mujeres en todo el periodo colonial. Ya que los padres no les heredaban las tierras a sus hijas indígenas por que los españoles las tomaban como botín de guerra, las despojaban de sus tierras y abusaban sexualmente de ellas para procrear su propia descendencia, quienes posteriormente serían los dueños y poseedores de esas tierras. (De la Torre 2004)

En el movimiento Armado de la Guerra de Independencia de 1810, tanto hombres como mujeres vuelven a luchar sin distinción de género para recuperar esas tierras de las que fueron despojados de la colonia, el que no tuvo éxito y por el contrario agudizó este problema, por lo que se generó el establecimiento de las compañías deslindadoras quienes se encargaron de un sinnúmero de irregularidades,

que trajo consigo un despojo indiscriminado de tierras a las comunidades indígenas. (Arango 2005)

El problema Agrario fue empeorando hasta que se desato un nuevo movimiento armado en 1910, la Revolución Mexicana, nuevamente la historia se repite y hombres y mujeres en igualdad de condiciones se dispusieron a luchar por su derecho a una superficie de tierra donde poder cultivar. Como una esperanza de esta lucha armada surge en 1917 la promulgación de la constitución y la promesa de que en esta se incluirían el reconocimiento de la dotación y restitución de los derechos parcelarios propiedad de las comunidades indígenas. (Bocanegra 1982)

No todo fue favorable en cuanto quienes lucharon ya que esta constitución en el artículo 27 las leyes que esta deriva, limita los derechos de la mujer no fueron atendidos y dentro de los usos y costumbres de los ejidos y las comunidades tampoco fueron validos en cuanto a tres principios fundamentales, la cesión, donación y herencia de derechos parcelarios, a pesar de que el derecho agrario de la mujer se seguía ejerciendo al interior de las comunidades indígenas.

Los códigos agrarios de 1934 y 1942, excluyen nuevamente los derechos agrarios de las mujeres, bajo la figura de jefes de familia la personalidad de aquellos que tuvieran derechos para la tenencia de la tierra. En 1971 la Ley federal de la reforma agraria le da la facultad de ser retenedora o depositaria de los derechos, hasta que el primer hijo varón tuviera la mayoría de edad. (De la Torre 2004)

La Ley Agraria que reglamenta el artículo 27 constitucional en 1992, arrebató la posibilidad legal de acceder al derecho de la tierra por la única manera legal, aunque se da personalidad a la mujer, pero al igual se incluyen ejidos y comunidades al mercado de la oferta y la demanda, existiendo tratos turbulentos y desproveyendo de derechos a los sectores más vulnerables y marginados que principalmente hasta este momento eran la mayoría de dueños y poseedores de las tierras nacionales.

Como parte fundamental de este trabajo considero esto antecedentes, en donde los roles de género en el tiempo de recolección y construcción durante el asentamiento de las poblaciones nómadas no se tenían definidos ni estereotipados mucho menos sexuados, hasta que comienzan las grandes batallas por la lucha de poderes y extensiones territoriales.

Pareciera ser que hemos olvidado este referente de nuestros antepasados ni las luchas históricas de hombres y mujeres en México en donde en pleno siglo veintiuno, realizamos acciones discriminatorias, tales como desconocimiento de una mujer sino representa ser jefa de familia, para heredar un título de propiedad o certificado parcelario, engaños o contratos turbulentos para despojar al indígena de su propiedad, desconocer la propiedad hereditaria de niños, ancianos o personas con capacidades diferentes por gente corrupta, deshonesto y oportunista llena de ambición, siendo estas acciones recurrentes a nivel internacional, nacional y local.

(Díaz Gordillo 2008)

Es importante entonces revisar tal como lo presentamos a continuación que dentro de la carta magna de los Estados Unidos Mexicanos, cuyo documento se expresa como la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, la cual fue promulgada el lunes 5 de febrero de 1917, en el Diario Oficial por el Órgano del gobierno provisional de la república mexicana, en el tomo V, 4^{ta} época, número 30. En donde el Artículo 27 constitucional establece:

“La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la Nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el derecho de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada”.

En este párrafo de la constitución original la cual aun no ha sido reformada habla de la propiedad de las tierras y aguas de forma general en donde no se especifica, ni se da acceso o derecho a la propiedad ni a hombres ni mujeres siendo una disposición general y que en términos jurídicos se aplicaría bajo tal efecto.

Posteriormente en el párrafo tercero de la misma constitución, analizamos que los principios constitucionales determinan la relación entre la propiedad y la apropiación de los recursos disponibles en las tierras y aguas Nacionales la cual contempla los siguientes principios:

“La Nación tendrá en todo tiempo el derecho de imponer a la propiedad privada las modalidades que dicte el interés público, así como el de regular el aprovechamiento de los recursos naturales susceptibles de apropiación, para hacer una distribución equitativa de la riqueza pública y para cuidar de su conservación. Con este objeto se dictaran las medidas necesarias para el fraccionamiento de los latifundios; para el desarrollo de la pequeña propiedad, para la creación de nuevos centros de población agrícola con las tierras y aguas que les sean indispensables; para el fomento de la agricultura y para evitar la destrucción de los elementos naturales y los daños que la propiedad pueda sufrir en perjuicio de la sociedad. Los pueblos rancherías y comunidades que carezcan de tierras y aguas, o no las tengan en cantidad suficiente para las necesidades de su población, tendrán derecho a que se les dote de ellas tomándolas de las propiedades inmediatas, respetando siempre la pequeña propiedad. Por tanto, se confirman las dotaciones de terrenos que se hayan hecho hasta ahora de conformidad con el Decreto de 6 de enero de 1915”.

En el marco de este principio jurídico que establece el párrafo anterior se especifica que todo se apega a lo establecido en el Decreto de 6 de enero de 1915, el cual especifica:

“CONSIDERANDO Que una de las causas más generales del malestar y descontento de las poblaciones agrícolas del país, ha sido el despojo de los terrenos, de propiedad comunal o de repartimiento, que les habían sido concedidos por el gobierno colonial como medio de asegurar la existencia de la clase indígena, y que, a pretexto de cumplir con la ley de 25 de junio de 1856 y demás disposiciones que ordenaron el fraccionamiento y reducción a propiedad privada de aquellas tierras entre los vecinos del pueblo a que pertenecían, quedaron en poder de unos cuantos especuladores; Que en el mismo caso se encuentran multitud de otros poblados de diferentes partes de la República, y

que, llamados congregaciones o rancherías, tuvieron origen en alguna familia o familias que poseían en común extensiones más o menos grandes de terreno, los cuales siguieron conservándose indivisos por varias generaciones, o bien en cierto número de habitantes que se reunían en lugares propicios, para adquirir y disfrutar mancomunadamente, aguas, tierras y montes, siguiendo la antigua y general costumbre de los pueblos indígenas”.

Como podemos apreciar en el Decreto anterior, se expresa textualmente en los últimos renglones, la limitante que la general costumbre de los pueblos indígenas para la toma de decisiones, respecto al derecho a la propiedad no es la más adecuada.

Respecto a la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, que actualmente rige a la Nación genera aun mayor incertidumbre respecto a la propiedad, no solo de las mujeres sino de todas las personas, en donde se limita el acceso a la propiedad, ya que su principio vigente el párrafo tercero ha sido modificado con tres diferentes reformas y dicta lo siguiente:

“La nación tendrá en todo tiempo el derecho de imponer a la propiedad privada las modalidades que dicte el interés público, así como el de regular, en beneficio social, el aprovechamiento de los elementos naturales susceptibles de apropiación, con objeto de hacer una distribución equitativa de la riqueza pública, cuidar de su conservación, lograr el desarrollo equilibrado del país y el mejoramiento de las condiciones de vida de la población rural y urbana. En consecuencia, se dictarán las medidas necesarias para ordenar los asentamientos humanos y establecer adecuadas provisiones, usos, reservas y destinos de tierras, aguas y bosques, a efecto de ejecutar obras públicas y de planear y regular la fundación, conservación, mejoramiento y crecimiento de los centros de población; para preservar y restaurar el equilibrio ecológico; para el fraccionamiento de los latifundios; para disponer, en los términos de la ley reglamentaria, la organización y explotación colectiva de los ejidos y comunidades; para el desarrollo de la pequeña propiedad rural; para el fomento de la agricultura, de la ganadería, de la silvicultura y de las demás actividades económicas en el medio rural, y para evitar la destrucción de los elementos naturales y los daños que la propiedad pueda sufrir en perjuicio de la sociedad. Párrafo reformado DOF 06-02-1976, 10-08-1987, 06-01-1992”

Respectivamente la Ley Agraria, siendo reglamentaria de lo establecido en la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos establece lo siguiente:

“Artículo 1o.- La presente ley es reglamentaria del artículo 27 Constitucional en materia agraria y de observancia general en toda la República”.

“TITULO TERCERO DE LOS EJIDOS Y COMUNIDADES Capítulo I De los Ejidos Sección Primera Disposiciones Generales Artículo 9o.- Los núcleos de población ejidales o ejidos tienen personalidad jurídica y patrimonio propio y son propietarios de las tierras que les han sido dotadas o de las que hubieren adquirido por cualquier otro título”.

En este párrafo anterior de la Ley Reglamentaria, es importante visualizar que se expresa la personalidad jurídica a los núcleos de población y el derecho a la propiedad de sus extensiones territoriales adquiridas.

Artículo 10.- Los ejidos operan de acuerdo con su reglamento interno, sin más

limitaciones en sus actividades que las que dispone la ley. Su reglamento se inscribirá en el Registro Agrario Nacional, y deberá contener las bases generales para la organización económica y social del ejido que se adopten libremente, los requisitos para admitir nuevos ejidatarios, las reglas para el aprovechamiento de las tierras de uso común, así como las demás disposiciones que conforme a esta ley deban ser incluidas en el reglamento y las demás que cada ejido considere pertinentes.

En este párrafo anterior se faculta a las autoridades ejidales a regirse bajo su reglamento interno, dejando a libre albedrío, la interpretación Constitucional, de los términos de la Ley Reglamentario y del mismo Reglamento de la Ley, propiciando un problema de discriminación y de limitación del derecho a la propiedad ejidal de la mujer.

Artículo 11.- La explotación colectiva de las tierras ejidales puede ser adoptada por un ejido cuando su asamblea así lo resuelva, en cuyo caso deberán establecerse previamente las disposiciones relativas a la forma de organizar el trabajo y la explotación de los recursos del ejido, así como los mecanismos para el reparto equitativo de los beneficios, la constitución de reservas de capital, de previsión social o de servicios y las que integren los fondos comunes”.

Es importante establecer que en estos artículos expuestos anteriormente se faculta a la asamblea a la resolución de los acuerdos internos de la vida comunitaria y del desarrollo interno tanto del ejido como de la comunidad. Así mismo y revisando esta misma Ley reglamentaria establece en el diversos artículos:

“Artículo 12.- Son Ejidatarios los hombres y las mujeres titulares de los derechos ejidales”.

Artículo que pende de un hilo muy delgado, hablando en términos de derecho a la propiedad ya que acorde a lo establecido en el reparto agrario en México, con base en los artículos de esta propia Ley que siguen vigentes establecen lo siguiente:

“Artículo 15.- Para poder adquirir la calidad de ejidatario se requiere: I. Ser mexicano mayor de edad o de cualquier edad si tiene familia a su cargo o se trate de heredero de ejidatario; y II. Ser vecindado del ejido correspondiente, excepto cuando se trate de un heredero, o cumplir con los requisitos que establezca cada ejido en su reglamento interno”.

Esta Ley a pesar de la enmienda que se le realiza como anteriormente lo vimos en el artículo 12 donde se reconoce a la mujer como ejidataria, durante el transcurso del reparto agrario se entregaron los certificados parcelarios, únicamente a los jefes de familia, siendo muy pocas excepciones y acorde a las condiciones de cada entidad federativa, el entregar a las viudas de los hombres caídos durante la lucha armada de la Revolución Mexicana, siendo muy limitados estos certificados y bajo la restricción de que estas mujeres fueran posesionarias, hasta que un hijo varón cumpliera la mayoría de edad para que ejerciera dichos títulos de propiedad y se convirtiera en el jefe de familia y por ende en ejidatario.

Siendo que si por cualquier otra situación la mujer que tuviera títulos de

propiedad y su condición de madre no le permitiera tener un hijo varón al momento de su fallecimiento esa fracción del ejido o comunidad pasaría a ser parte de las áreas comunes del núcleo ejidal o comunal. Esta situación prevalece en gran medida en el territorio nacional y las mujeres derivado a la baja preparación académica en zonas rurales, desconocen de los principios legales de derecho a la propiedad.

Así mismo es importante mencionar que la Ley Reglamentaria del artículo 27 Constitucional “Ley Agraria y su Reglamento”, aun se encuentran bajo una redacción discriminatoria, ya que en todo momento se expresa dirigida al ejidatario, es decir sin perspectiva de género.

CONCLUSIONES

La propiedad social en el estado mexicano, la tenencia de la tierra es conformada por las propiedades privadas individuales llamadas pequeña propiedad, los ejidos y las comunidades agrarias, designándose a estas dos últimas como propiedad social o núcleos agrarios. Los ejidos y comunidades constituyen modalidades de propiedad de la tierra exclusivas del país y son producto de la reforma agraria (1934 y 1992).

La propiedad social abarca 198.5 millones de hectáreas; de ellas, las posesiones sociales cubren una extensión cercana a 102 millones de ha (los ejidos 84.5 millones y las comunidades 17.4 millones), equivalente a 53.4 % de la superficie. A la propiedad privada (incluyendo las colonias agrícolas) pertenecen cerca de 79 millones de hectáreas, 39.8 % de la extensión del suelo nacional, mientras que los terrenos nacionales ascienden a 7.7 millones de hectáreas (3.9 %). (PROCEDE 2004)

Los núcleos agrarios se conforman de 5 653 637 ejidatarios, comuneros y poseionarios: los dos primeros representan 74.5 % y los poseionarios, 25.5% del total. La titularidad de los derechos parcelarios entre los ejidatarios expresa una fuerte masculinidad pues 80.2 % de sus titulares son hombres y 19.8 % mujeres. (INEGI 2007)

Ante estas cifras es importante mencionar que dentro de las autoridades y toma de decisiones en los núcleos agrarios la participación de las mujeres aun es más limitada ya que ni el 1% de aquellas que tienen la fortuna de tener una titularidad, participan ni en el Comisariado Ejidal ni en la Representación de los Bienes Comunales.

Esta tendencia transgrede a los principios de la Convención Sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Contra la Mujer CEDAW, de la cual el estado mexicano forma parte desde el 17 de julio de 1980 y entrada en

vigor el 3 de septiembre de 1981. Cuyos artículos 1; Art. 2 incisos a, b, c, e y f; Art. 5 inciso a; Art. 7 incisos b y c; Art. 10; Art. 11 apartado 2 inciso c; Art 14 Apartados 1 y 2 incisos f, g, h; Art.15 Apartados 1, 2 y 4 y finalmente el Art. 16 Apartado 1 inciso h, los cuales están siendo violentados ya que se fundamenta en el presente trabajo que se transgreden en diversos aspectos los derechos de la mujer y se limita el derecho a la propiedad de las mismas.

También es importante describir que de acuerdo a las disposiciones de la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer o Convención de Belém do Pará, se ve trasgredida en los siguientes artículos: Art. 4 incisos f, g, j; Art. 5 inciso b, Art. 7 incisos c, d, f, g y h estos tres últimos de vital importancia de recalcar; Art. 8 incisos a, b, e, i; Artículos 11 y 12.

Finalmente es importante recalcar que la misógina distribución de la propiedad y la actual legislación vigente en la materia, limitan el acceso y derecho a la propiedad de las mujeres en México por un contexto de Usos y Costumbres, misóginos y descontextualizados que impiden el empoderamiento de la mujer en los núcleos agrarios y deja a la mujer distante de la toma de decisiones y la participación en representación de los núcleos agrarios, dejando en situación de vulnerabilidad a sus hijos e hijas, pareciendo que por el hecho de haber nacido mujeres no tienen el derecho a tener una propiedad de la cual puedan echar mano para la autoproducción de sus insumos para la autoalimentación. (Banco Mundial 2006)

REFERÊNCIAS

Banco Mundial. (2006). Reposicionando la nutrición como prioridad para el desarrollo. Una estrategia para intervenciones de gran escala. Washington: Banco Mundial.

INEGI. (2007). Anuario estadístico. Michoacán de Ocampo. Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, Gobierno del Estado de Michoacán de Ocampo.

PROCEDE. (2004). Núcleos agrarios. Tabulados básicos por municipio. Michoacán de Ocampo. Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares, abril de 2002 a agosto de 2004.

SRA. (1998). La transformación agraria. Origen, evolución, retos, testimonios. Secretaría de la Reforma Agraria. México.

Arango, J.C. (2005). Desigualdad y exclusión en Colombia (1990-2000). Los problemas nutricionales desde una aproximación del enfoque de las capacidades humanas. Tesis de maestría obtenida no publicada. Universidad de Antioquia, Colombia.

Arias, J. D. (1821). "México independiente." . En: México a través de los Siglos. México. Tomo VII. Editorial Cumbre. p. 158.

Avila, T. O. (2007). Caracterización de Tres Sistemas de Manejo de Recursos Naturales en un Ecosistema Templado de México. *Resumen del 2do Congreso Brasileño de Agroecología* (págs. 241-243). Rio de Janeiro: Revista Brasileña de Agroecología.

Bocanegra, J. M. (1892). *Memorias para la Historia de México Independiente*. México: NEHRM, 1985, pp. 444-445.

De la Torre Villar, E. (2004). *Religión, Poder y Autoridad en la Nueva España*. *Serie Historia Novohispana* 72, 446.

Delgado, A. S. (2011). *Escuela de Formación Integral para la Promoción del Desarrollo Local Sustentable* (primera ed.). Morelia, Michoacán, México: Morevalladolid, S. de R. L. de C.V

Díaz Gordillo, M. C. (2008). Una Ley Agraria para el futuro *El Cotidiano* [en línea], 23 (enero-febrero) : [Fecha de consulta: 11 de mayo de 2016] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32514703>> ISSN 0186-1840.

Gamiz, M. (2001) *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos comentada*, 4ª Ed. Noriega Editores, México 2001.

Martínez A., Rentería C. (2000). El patrimonio arqueológico de México como recurso turístico: riesgos, ventajas y condiciones de explotación turística. En: *Sitio del Museo Arqueológico Nacional (Madrid, España)*; búsqueda: Congresos. http://www.man.es/archivos/congresos/arqueologiayturismo/textos/conferencias/martinez%20muriel/martinez%20muriel_intro.htm. Consultado el 27 de diciembre de 2004.

Riva Palacio, V. (1972) “La mal casada”. En: *El Correo del Comercio*, Segunda época. Núm. 486, 21.

Rivera, I. (2003). “Tenencia de la tierra y derechos agrarios”; en: *Sitio oficial de SAGARPA (Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación)*: <http://ganaderia.sagarpa.gob.mx>; en el vínculo: http://www.sagarpa.gob.mx/sdr/evets/sm_jovenes/pdfs/1_eirr_sra.pdf. Consultado el 28 de diciembre de 2004.

Tovar, J. O. (2005). *Manual Práctico del Derecho Agrario* (segunda ed.). Morelia, Michoacán, México: Secretaría de Difusión Cultural y Extensión Universitaria UMSNH.

Vicent García, J.M. (1988) El origen de la economía productora. Breve introducción a la historia de las ideas, en LOPEZ, P., *El neolítico en España*, p.11-58.

Weigand, P., Williams, E. (1997). “Adela Bretón y los inicios de la arqueología en el occidente de México”, en *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, vol. XVIII, primavera, núm. 70, 1997, 127-256.

A PEDAGOGIA EM ALTERNÂNCIA E A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 10/01/2020

Walter Roberto Marschner

Universidade Federal da Grande Dourados -

UFGD - Dourados - MS.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7912-0341>

RESUMO: A educação do campo é uma política pública que completa 20 anos no Brasil. Por meio de seus diversos programas (ensino médio e superior) possibilitou a inserção de milhares de jovens do campo nas universidades públicas. Esse histórico de educação nos assentamentos e comunidades possibilitou reafirmar o campo não mais como espaço subalterno ou pretérito, mas como espaço de protagonismo pedagógico e de recriações de identidades. Centrado a análise na pedagogia de alternância, presente em todos os programas de Educação do Campo, o presente artigo pretende apresentar indicadores do que aqui chamamos de recriação do campesinato, substanciadas em novas identidades, projetos de vida e perspectivas de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude do campo, Educação do campo, Identidades, Pedagogia

da alternância

PEDAGOGY OF ALTERNATION AND THE RECREATION OF THE PEASANTRY

ABSTRACT: Rural education is a public policy that has been in Brazil for 20 years. Through its various programs (high school and college), it made possible the insertion of thousands of rural young people into public universities. This history of education in the settlements and rural communities made it possible to reaffirm the countryside no longer as a menial space or linked to the past, but as a space of pedagogical protagonism and recreations of identities. Focused on the analysis of the pedagogy of alternation, which is present in all Rural Education programs, this article intends to present indicators of what we call here the recreation of the peasantry, in the form of new identities, life projects and local development perspectives.

KEYWORDS: Rural youth, Rural education, Identities, Pedagogy of Alternation.

1 | INTRODUÇÃO

O ponto de partida de nosso artigo é a

compreensão de que a luta pela terra, seja pela conquista e assentamento seja pelas ocupações e posses – representa um processo de reinvenção do rural e da sociedade. Esta recriação não se restringe a uma simples justaposição social e cultural do arcaico e do moderno (em uma suposta desordem pós-moderna), mas se constitui em uma novidade. A reinvenção de *rural* em *campo* é aqui também chamada de ressignificação, pois incide no contexto da linguagem e do imaginário, logrando inverter a hierarquização de espaços e de atores.

Ainda que a realidade analisada se apresente bastante complexa ao pesquisador, a perspectiva teórica deste ensaio centra-se em abordagens contemporâneas que podem ajudar a interpretar essa ressignificação do rural em campo. Teóricos da “modernização tardia” como Beck (1986) e Giddens (2003) ou da “modernidade flexível” como Baumann (2001) analisam o conjunto de mudanças do fim de século, seus impactos, como uma demanda interpretativa imposta aos sujeitos sociais, abrangendo mesmo aqueles localizados em comunidades supostamente isoladas e tradicionais. A globalização - aqui entendida como uma “técnica” que age sobre as categorias de orientação das pessoas (Giddens, 2003; Santos, 2002) - traz como uma consequência fundamental o desafio imposto aos atores sociais de reformular constantemente seus pontos de referência. Sobretudo lhes é exigido um alto nível de *reflexividade* no cotidiano. A perspectiva “pós-tradicional” de Giddens, Beck e em parte, Castells (2003) sustentam que não é possível apostar em sistemas de pertença duradouros, tais como tradição, classe, família ou religião para se formular identidades. Como sujeitos “deslocados” de suas tradições, se impõe cada vez mais sujeitos a necessidade de reflexividade como atitude cotidiana e existencial para fazer frente aos desafios do mundo global.

A Educação do Campo (E. do C.) figura aqui como processo exemplar de reflexividade sobre um espaço constituído na tensão entre tradição e modernidade. Por tornar-se um eixo aglutinador dos debates sobre o esse espaço social específico, a E. do C. tem sustentado uma análise social de amplo espectro que permite articular a discussão sobre o imaginário, produção de conhecimento, conceito de desenvolvimento de sociedade num projeto coeso e integrador.

O objetivo deste ensaio é trazer alguns indicadores sobre as transformações do campesinato¹, a partir da implantação de políticas de E. do C. baseadas na pedagogia da alternância nos cursos de licenciatura nas universidades públicas, em especial no Paraná e Mato Grosso do Sul. Trazendo dados desde pesquisa qualitativa, procuramos aqui apontar como a alternância torna-se uma dinâmica de

1. Camponês, campesinato serão usados neste texto como conceitos generalizantes, já que, empiricamente, verifica-se uma diversidade de identidades que designam diferentes modos de vida e formas de ocupação territorial, tais como, agricultores familiares, assentados, colonos, meeiros, povos tradicionais, etc... A opção por estes conceitos é assim teórica, destacando o processo reflexivo de construção de uma identidade coletiva, muita mais verificada em contextos formativos- formais ou não - destes grupos. Sobre a diversidade do campesinato e o problema conceitual veja Wanderley, 2001.

reflexividade do campesinato tentando caracterizar essas transformações.

2 | O RURAL COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO

Se considerarmos três os principais ativos estruturantes do desenvolvimento do campo - terra, crédito e educação - então veremos que este último sempre fora relegado a papel secundário pelas políticas públicas. Historicamente o assim conhecido “espaço rural” fora marcado pela ausência de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem a organização e funcionamento da escola neste espaço. Como resultado da histórica ausência de políticas públicas para o campo, evidencia-se hoje o problema estrutural da injusta escolarização no país.

Destaca-se a ausência histórica de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem a organização e o funcionamento da escola do campo. Até a década de 40, a escola do campo estava ligada ao patronato – financiamento privado. As iniciativas governamentais, como as missões rurais e a recém criada EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, primavam por uma prática de extensionismo rural, balizadas nas perspectivas desenvolvimentistas da época, segundo as quais o subdesenvolvimento se combatia pela “difusão” de matrizes tecnológicas concebidas no primeiro mundo. Com as Leis e as Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61), a educação rural ficou ao encargo dos municípios, com a oferta de vagas escolares alcançando apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental. Os municípios, por sua vez, passaram a adotar estratégias da nuclearização, pondo fim nas escolas existentes nas comunidades rurais. A idéia de estudar associava-se à necessidade de ir para a cidade. A juventude, ao ir diariamente de ônibus para a escola da cidade, passa por um processo de negação de sua referência cultural, o que reforça ainda mais o êxodo rural.

No espaço rural ficou um “vazio” que se expressa não só no progressivo fechamento das escolas do campo, mas, sobretudo, na ausência dos temas da vida no campo na educação. Um vazio que reflete o processo de desterritorialização dos camponeses pelo avanço do agronegócio, o êxodo rural e o envelhecimento das comunidades.

Salvo alguns movimentos de educação nas décadas de 60 e 70, organizados a partir da sociedade civil (como os Centros Populares de Cultura da UNE, da “formação sindical” pela CONTAG e Federações) e também pelo governo (como o MEB – Movimento de Educação de Base e os Círculos de Cultura Popular de Paulo Freire), o Campo só se tornou centro de atenção das políticas públicas em meados da década de 1990, com o lançamento de programas de desenvolvimento rural sustentável, em parte articulados pelos movimentos sindicais, estes ainda bastante

centrados no desenvolvimento econômico.

Segundo um estudo da UNESCO sobre exclusão escolar a nível nacional, entre as pessoas que completaram 45 anos em 2009 (IBGE/PNAD, 2009), apenas cerca de 20 milhões - por volta de um terço da população com essa idade - lograram completar o ensino obrigatório (UNESCO, 2012). Entre os que têm entre 15 e 19 anos, somam 5,9 milhões (35% da faixa etária) os camponeses que ainda não concluíram o ensino fundamental, e desses, 65,3% continuam na escola. Ao avanço da idade correspondem menores probabilidades de voltar a estudar, evidenciado pela taxa de 59,6% dos que tem mais de 40 anos. São índices muito inferiores aos existentes em décadas anteriores, o que é resultado da pronunciada expansão do ensino público e gratuito no país. Contudo, mesmo a exclusão escolar entre jovens e adultos segue ainda expressiva, especialmente no contexto dos grupos em desvantagem, como as populações rurais, migrantes, indígenas, afro-descendentes, pessoas privadas de liberdade e deficientes. Coroando o problema da baixa escolarização dá-se o fechamento das escolas do campo nas redes municipais e estaduais. Os dados do Censo Escolar 2019 aponta o fechamento de quase 80 mil escolas do campo fechadas entre 1997 e 2018, quase 4 mil escolas por ano².

Partindo do contraste cidade e campo, segundo os mesmos dados da UNESCO, nas faixas etárias de 20 a 29 anos, 30 a 39 e acima de 40 anos, o percentual de pessoas com menos de 8 anos de escolarização atinge respectivamente 51,7%, 73,3% e 86%. Em termos de acesso a educação superior, segundo dados do INEP de 2012, a taxa de escolarização neste nível de ensino (3,2%) é cinco vezes menos que no meio urbano (19,8%) Esse quadro estatístico reforça o estigma do campo como naturalmente atrasado, um espaço carente.

A situação que todo esse movimento traz consigo é muito preocupante e nos leva há várias reflexões, se observamos os dados apresentado pelo DIEESE³ em 2013, que a baixa escolarização atinge a maioria dos trabalhadores rurais, (58,0%) na idade de até 39 anos. Uma vez que o mercado acredita que pessoas mais jovens possuem vigor para trabalhos braçais, conforme se comprova, por exemplo, o aumento significativo no corte da cana que passou de 4 para 12 toneladas/dia. Juntamente com isso, é comprovado que a baixa escolarização, conseqüentemente acarreta também na baixa remuneração.

Esses baixos percentuais geralmente resultam de fatores como a necessidade de dedicação ao trabalho e dificuldades de conciliar os estudos com essa e outras atribuições da idade adulta, além das dificuldades dos educandos com currículos que pouco ou nada correspondem ao seu contexto específico.

O fracasso das políticas de educação do campo é explicado majoritariamente

2. Veja <http://educacenso.inep.gov.br/censobasico>

3. Dados da DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em 22/08/2018.

pelo fato destas não formarem os educandos para viabilizar seus projetos de vida em suas famílias e comunidades, mas formarem mão-de-obra para as empresas agropecuárias e, no limite, para o mercado de trabalho urbano. Nesse sentido são políticas que cumprem o que reza o preconceito, de que “se estuda para não sofrer mais na roça”. Além disso, os programas formativos vinculam os educandos a um projeto de desenvolvimento incompatível, típico do agronegócio, marcado por alta concentração tecnológica e fundiária.

Essa escolarização acaba por agravar o problema de auto-estima nas comunidades. Basta apontar o fato de que, a nível nacional, o aumento de vagas no ensino médio e nos cursos de nível superior regulares aumentou o êxodo rural nas gerações mais novas. Isto porque a proposta de educação em vigor nestes espaços reproduz esquemas estigmatizantes contra as pessoas do campo que freqüentam o ensino médio ou têm uma vaga no ensino superior. Falta uma educação que esteja ligada ao seu contexto local, que seja capaz de devolver significado ao campo e contribuir para seu desenvolvimento.

3 | A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A educação por alternância é um modelo inspirado na prática das *Maison Famille Rural* (MFRs - Casas Família Rural) francesas que, desde de sua fundação, em 1935 em Lozum, estabelecia uma relação íntima entre educação e desenvolvimento local.

Há que se considerar as grandes diferenças na formação histórica do campesinato em ambos países bem como as condições político-econômicas que determinam o grau de dependência de camponeses frente a sociedade global⁴. Mesmo assim tanto no Brasil quanto na França, os programas de formação de agricultores por alternância visam o desenvolvimento territorial, procurando assegurar um caráter endógeno com um certo grau de autonomia dos atores - camponeses, populações tradicionais, como uma resposta ao grande problema do êxodo rural, especialmente entre as novas gerações. Ao explicar a intenção das associações familiares ao assumirem as MFRs na França e no mundo, o objetivo, como define Jean Claude Daigney (Presidente da UNMFREO - União Nacional das

4. Na relação entre formação em alternância e recriação do campesinato pode-se ver aproximações e contrastes com o desenvolvimento do espaço rural francês. Este, tal como analisado por sociólogos de referência como Henri Mendras (1978) e Marcel Jollivet (2003), é resultado de uma profunda mudança na identidade do campesinato. A “morte do campesinato” preconizada por Mendras é o movimento de modernização do campesinato francês, no sentido de sua diferenciação social, demandada pela sociedade industrial européia. Nesse processo o camponês deixa um modo de vida tradicional, assumindo cada vez mais o perfil de um trabalhador especializado em seu “meio sócio-profissional”. A atividade produtiva deixa de orientar-se por valores morais, mas demanda competência técnica. Nesse processo a educação desempenha um papel crucial, uma vez que a nova geração de camponeses surge de uma opção profissional dos jovens, entre outras possíveis. É o que a experiência da maioria das MFRs, composta cada vez mais de egressos da cidade.

MFRs), aponta para uma escola que “...permita que seus filhos encontrem seu lugar em uma sociedade que eles mesmos ajudaram a construir”.

No Brasil a pedagogia da alternância começa a se estabelecer em 1968, primeiramente no Espírito Santo através das primeiras Escolas Família Agrícolas (EFAs). Hoje totalizam mais de 130 EFAs, todas elas com caráter institucional híbrido - nem entidade pública, nem privada - mantidas por associações de agricultores, zelosos por uma autonomia curricular das escolas, que assegure uma formação específica para a permanência dos jovens no campo.

O parecer 1/2006 do Conselho Nacional de Educação institucionalizou a alternância como possibilidade de calendário escolar e dinâmica pedagógica. Desde então também as escolas da rede pública e as universidades passam a criar programas em alternância que se tornam uma das características fundamentais da E. do C. ..

Majoritariamente os programas de E. C. estão pautados nos princípios da Pedagogia da Alternância, concretizando uma proposta pedagógica que favoreça a inclusão das pessoas que vivem no campo, no ensino médio e superior. Assim, facilitam e criam alternativas para minimizar as dificuldades de acesso e de permanência na universidade, principalmente por considerar o “tempo universidade” e o “tempo comunidade” como dois tempos e espaços dialeticamente interligados e complementares do processo da produção do conhecimento. No caso dos programas de alternância oferecidos na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cada semestre letivo é dividido entre o tempo presenciais (tempo universidade) com 70% da carga horária e o tempo de inserção na comunidade de origem do/a educando/a com 30% da carga horária. Esta dinâmica evita também que o ingresso de jovens camponeses na universidade signifique deixar o campo para poder estudar. Enquanto o tempo universidade acontece, na maioria dos casos, em regime intensivo e de internato, no tempo comunidade são desenvolvidos trabalhos de pesquisa, orientados por uma equipe de docentes envolvidos com o projeto. No tempo comunidade, além dos docentes, é comum a presença de lideranças locais e representantes dos movimentos sociais, assumindo também o acompanhamento dos acadêmicos durante todo o processo.

Mas a relação entre tempo comunidade e tempo universidade não é uma mera sucessão de etapas⁵ ou uma forma mais elaborada de ensino à distância. Para se entender a relação entre estes tempos e espaços pedagógicos, dentro do sentido amplo que os movimentos sociais conferem à alternância, faz-se referência aqui a, pelo menos, três perspectivas pedagógicas: a centralidade do trabalho (partindo da pedagogia socialista, em especial Pistrak) e a organicidade na formação dos

5. Os debates sobre alternância protagonizados pelas EFAs distinguem três tipos de alternância: (sgdo Queiroz, 2004): **Justapositiva** – mera sucessão de tempos, **Associativa** – relação entre atividades formativas e profissionais, **Integrativa** – ressignificação mútua entre ensino e prática sócio - profissional

intelectuais coletivos (em Gramsci) a relação teoria e práxis (Freire).

Optamos aqui pela análise na perspectiva do diálogo de saberes, defendido por Paulo Freire, por perceber que há inúmeras convergências entre o pedagogo brasileiro e a discussão gramsciana de escola. A proposta da alternância desde a perspectiva freireana (FREIRE, 1992), é compreendida como uma articulação entre teoria e práxis, possibilitando a relação ação – reflexão – ação num processo de formação continuada. Rompe-se, dessa forma, com a dicotomia entre o fazer e o pensar, o sentir e o conhecer, o conceber e o atuar. Para os educandos destes programas, a concretude de seus cotidianos – não raro marcados pela luta constante pela sobrevivência e contra a exclusão – torna-se um critério de refutação do saber mistificado baseado na dicotomia entre o acadêmico e o prático, trabalho e escola, formação técnica e humanista. Seguindo a mesma dinâmica da realidade que se constrói em referência à totalidade, desenha-se para a pedagogia da alternância uma relação dialética entre universidade e assentamento.

A reflexão teórica desenvolvida no tempo universidade desafia os/as educandos/as a assumirem uma inserção diferenciada em suas práticas no tempo comunidade, sejam elas nas escolas, nos movimentos sociais, nas cooperativas ou nas estruturas comunitárias. Busca-se, a cada etapa, avançar no sentido de sistematizar criticamente as ações cotidianas, no sentido de construir um conhecimento novo acerca do social em seu contexto imediato.

4 | A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO COMO LEITURA DO MUNDO

A demanda por educação nos assentamentos não se limita à escolarização, mas diz respeito a todo o esforço dos movimentos sociais do campo em dar um novo significado ao espaço que conquistaram. Com a terra conquistada e a escola no assentamento, a educação foca o campo e o seu contexto como espaço pedagógico.

Por outro lado todo o incremento em educação diferenciada nestes segmentos populacionais revela uma notável capacidade de mudança. No contexto dos assentamentos e comunidades camponesas do Mato Grosso do Sul, são freqüentes os casos de jovens e adultos que, ao superar a barreira do analfabetismo funcional, não só se mostram aptos a desenvolver projetos de desenvolvimento em sua unidade familiar como também passam a assumir papéis de liderança e representação dos seus respectivos grupos.

As licenciaturas em E. do C. pautaram-se numa práxis que constrói conhecimentos construindo sujeitos, reinventando a relação de subordinação entre saberes, onde o científico subordinava o tradicional. Na perspectiva do conhecimento formulado a partir práxis dos movimentos sociais populares, a educação do campo

representa uma oposição à concepção positivista de conhecimento, firma-se a unidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento, unidade entre o que sabe e o que atua: só faz melhor quem melhor compreende e compreende não só no contexto da intervenção imediata, mas também do horizonte, sustentando projetos de longo prazo.

Na contramão das perspectivas universalistas e homogenizadoras de educação que vigoraram nos projetos de desenvolvimento das décadas passadas, a E. do C. propõe concretamente a afirmação de especificidades, construção de saberes locais, o fortalecimento de identidades e relações de pertença.

Os depoimentos coletados em parte apontam que predomina ainda o senso comum, de que E. do C. é um instrumento para *fixação* das pessoas, para “mostrar a importância de ficar no campo”. Mesmo assim a E. do C. figura como formação para uma nova relação com seu espaço, educação para a cidadania. Neste sentido ela deve extrapolar o âmbito das atividades agropecuárias. Partindo da ênfase aos saberes locais - “voltado para as nossas raízes” – deve buscar por uma formação ampla sobre o campo, condição para que se alcance uma vida digna. A E. C. deve permitir que “o campo se imagine, se pense”, processo que é base de toda criatividade e autonomia.

As propostas formativas assumidas pelos programas de E. do C. têm em comum o aspecto do ensino e pesquisa como intervenção social. Vale destacar que a grande maioria dos acadêmicos conclui sua formação com trabalhos de pesquisa tendo como objeto análises da problemática nos respectivos contextos locais. Partindo sempre do registro da história dos assentamentos e comunidades de inserção, valendo-se, não raro, de escassas fontes orais e documentais, os trabalhos logravam a “leitura” (no sentido freireano) atenta dos espaços, concretizada nas histórias de acampamentos, assentamentos, áreas quilombolas, escolas do campo (Veja exemplos em MARSCHNER e FAISTING, 2015) .

Diante do acúmulo da produção de conhecimento, a diversidade de abordagens que a interdisciplinaridade desafia, é preciso questionar o exclusivismo epistemológico que caracterizou os primórdios da implantação dos programas de E.C. Neste tocante é preciso assinalar os limites e possibilidades de assumir-se o materialismo histórico dialético enquanto perspectiva teórico-metodológica dogmática e exclusiva, ignorando outras grandes heranças e vertentes interpretativas da qual a E.C. se nutre, como a educação popular, a pedagogia freireana, a teologia da libertação, a perspectiva de gênero, as abordagens sistêmicas que balizam a agroecologia, entre outras, hoje grandes temas e desafios pedagógicos nas licenciaturas do campo que, ao lado do materialismo histórico, compõe o robusto arcabouço teórico metodológico em construção.

5 | TRANSFORMAÇÕES NA JUVENTUDE DO CAMPO – A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Sobre a capacidade do campesinato brasileiro reinventar-se, Otávio Ianni descreve uma identidade em devir histórico constante:

Eu estou pensando a comunidade que o camponês está inventando. Não é a que ele vive, é a que ele está inventando. Que não é o modo de trabalhar ou a terra, é tudo junto, inclusive, a sua religião, o seu misticismo, a sua poética, as suas estórias. É tudo uma coisa complicada. É um conjunto, é uma totalidade dialética que está em questão. (IANNI, 1985)

Seguindo o pensamento de Ianni, entendemos aqui a juventude do campo como identidades em movimento, sujeitos em constante (re)formulação de seus projetos de vida. As abordagens sociológicas acerca da juventude - em especial a juventude do campo - assumem, não raro, um caráter funcionalista. Segundo essa abordagem o jovem é explicado como um sujeito incompleto, ainda não adulto, vivendo na perspectiva de assumir-se num futuro indefinido como sujeito produtivo. Para Weisheimer (2005) a identidade atribuída ao jovem é burguesa, uma vez que, via de regra, este ator encontra-se no período de formação na escola ou liceu, preparando-se para assumir seu papel profissional, num futuro próximo, como vivendo numa moratória no desempenho de seu papel social. A juventude do campo, seguindo esse padrão, vive da impossibilidade desta moratória, uma vez que a unidade familiar não pode prescindir da força de trabalho dos filhos para conceder-lhes o período de formação, típico de outras classes sociais. Assim a superação da condição subalterna do jovem em relação ao adulto, significa percebê-lo não como um futuro, mas sim como um presente atuante e dinâmico.

Projetos de vida - Uma das amarras que dificulta entender a juventude do campo e a própria reprodução do campesinato, é a ideia clássica de *sucessão* da propriedade familiar, a rigor hereditária, através da qual a unidade (empreendimento) familiar se reproduz. Segundo essa tradição camponesa o jovem depende da transferência da parcela ocupada pelos pais para realizar com autonomia seu projeto de geração de renda. Tradicionalmente a agricultura familiar o número de filhos sucessores é superior as terras disponíveis, levando à crise do modelo sucessional. A partilha da terra ocasiona a fragmentação da área, inviabilizando o empreendimento. Ao mesmo tempo que o atrela as restrições da estrutura fundiária, a sucessão restringe o futuro e limita pensar o desenvolvimento pessoal em um quadro essencialista, uma vez que a biografia se explica a partir dos condicionantes do projeto da unidade familiar. Ricardo Abramovay dedica interessante pesquisa ao assunto apontando, de forma exemplar, as características do processo sucessional da propriedade no estado de Santa Catarina (SILVESTRO, M et alii, 2001). Ao lado do êxodo para as áreas urbanas, o processo migratório acaba representando uma

alternativa, uma a válvula de escape para a pressão da demanda de terras, fazendo mover a fronteira agrícola.

Os movimentos camponeses trazem aqui a perspectiva da conflitividade para compreensão da crise e transformação do processo sucessório. Entrar na luta pela reforma agrária reinventa a sucessão: “Entregar a lona preta aos filhos” para que estes disputem novas áreas juntando-se aos acampamentos dos movimentos camponeses.

Para a juventude do campo abre-se aqui uma diversidade de estratégias “entre ficar e sair” (CASTRO, 2005). Aqui decisões de “ficar” ou de “sair” não são pensados em termos absolutos, mas como movimentos de uma itinerância, na busca de recursos para a reprodução social⁶. A autora identifica, entre outras, a crescente participação dos jovens em movimentos sociais, como uma atuação que não só reformula suas identidades mas também recria o perfil das entidades, frequentemente caracterizadas por hierarquizações, por um monopólio patriarcal e geracional.

Aqui a proposta de formação em alternância se destaca como uma alternativa ao camponês, justamente porque possibilita alternar tempos, espaços, permanências necessárias para construção de projetos de vida.

Então pensar biografias fora do quadro interpretativo essencialista ou funcionalista, significa assumir um *projeto* aberto e reflexivo assumido pelo educando. Tal processo é parte fundamental da metodologia de alternância e da E. do C. como um todo. Trata-se de um exercício coletivo, que trama identidades e itinerâncias comuns construindo a percepção de classe, de etnia de gênero e geração social, entre outros pertencimentos.

- **Os projetos de desenvolvimento e compreensão de território** - A presença dos cursos e programas de E.C. na UFGD permitiu o acúmulo de pesquisas sobre os assentamentos do Mato Grosso do Sul, territórios até então pouco contemplados, cuja análise era restrita à discussão tecnológica, não raro pautada pelo “paradigma do agronegócio” (FERNANDES, 2006). Destaca-se, nas pesquisas dos educandos a perspectiva interdisciplinar e multisetorial que a análise dos territórios camponeses assume. Uma interdisciplinaridade que tem no cotidiano dos assentamentos seu ponto de partida e que tem pautado a produção de conhecimentos no tempo universidade, dentro da perspectiva de formação nas grandes áreas de conhecimento (ciências humanas e ciências da natureza, no caso das Licenciaturas da UFGD).

A leitura desses territórios só é possível na perspectiva interdisciplinar,

6. Destaca-se aqui a crítica de Simone Weil (2007) à visão fixista de identidade subjacente a ideia de “enraizamento”, como uma resposta aos problemas do campesinato francês de seu tempo. Mutatis mutandis a expressão “fixar o homem no campo” como objetivo da reforma agrária também é solução frequentemente atribuída ao campesinato no Brasil.

uma interdisciplinaridade não de justaposição - dos acordos tácitos de áreas de conhecimentos e disciplinas e sem articulação - mas uma interdisciplinaridade a partir da materialidade do cotidiano. Para Fernandes (2012) há aqui a superação de um concepção unidimensional da terra, avançando para um visão ampla, multidimensional de “território”, construído na conflitividade.

Na alternância os acadêmicos não só articulam as teorias e conhecimentos das áreas específicas, mas também produzem conhecimento sistematizado das diversas dimensões que integram a realidade dos assentamentos rurais, nos quais vivem os/as acadêmicos/as do curso.

Por estar imbricada no constante movimento entre teoria e prática, universidade e comunidade, cidade e campo, a formação em alternância convida a pensar o desenvolvimento como territorialidade dinâmica, multidimensional.

“... implica em repensar a posse e uso da terra; implica em revalorizar socialmente a produção de alimentos diante do contexto da fome; em equacionar a falta de moradia; a cultura e a recuperação da memória; em democratizar o conhecimento; implica, por fim, em acessar os bens sociais do transporte, da comunicação, da informática” (depoimentos em encontro de formação municipal, Sidrolândia - MS).

Partindo da perspectiva étnico-cultural do território, o “espaço rural” é redescoberto como “campo”, um lugar para a geração e manutenção de identidade. Já a partir da perspectiva política, o “espaço rural” alvo de políticas públicas descontinuas e clientelistas é repensando como campo, como lugar da ampliação de uma nova prática dos movimentos sociais com as lutas por terra e com a promoção de uma política local mais democrática e efetiva. O campo é entendido como o lugar para o exercício de uma dinâmica sócio-econômica e territorial, onde as pessoas, através de relações horizontais, criam diversas alternativas econômicas, exercitando uma espécie de *governança* a partir do local, oferecendo-lhes uma saída às pressões da globalização. Um território onde as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais são consideradas de forma integrada, compondo a complexidade do desenvolvimento territorial, que se materializa na sustentabilidade e soberania alimentar, na utilização de práticas agroecológicas. Entendendo-se as relações humanas mais horizontais e transparentes, a participação popular se dá tanto no processo de produção quanto na escolha de tecnologias agroecológicas e no desenvolvimento a partir dos recursos locais.

“Quando a gente fala de organização, desenvolvimento, a gente não fala da cidade necessariamente. Estamos falando da distribuição injusta dos bens que a humanidade tem. A nossa reflexão tem mostrado que se você concentra [bens e serviços] na cidade, você racionaliza os recursos, mas de forma excludente. Porque o processo de exclusão não se resolve pela lógica só de organizar. Isso não resolve o problema do desenvolvimento. Por outro lado tem toda essa outra discussão que a reconciliação do espaço do campo tem relevância para o desenvolvimento da sociedade como um todo. E isso é como nadar contra a corrente. Estamos na contramão porque existem idéias que negam o campo

como lugar possível. As pessoas pensam no máximo na cachoeira ou no lugar para passar o final de semana. Então de fato a gente tem trabalhado essa discussão do desenvolvimento que a gestão dos recursos pode ser descentrada, não precisa ser pulverizada. (...) A organização que falamos tem uma lógica que admitir que comunidade local tem uma organização, um acompanhamento, uma capacidade de reflexão, planejamento e, enfim coordenação do trabalho (Assessor de Organização Não Governamental, Francisco Beltrão, PR)

=Como “*lugar alternativo à cidade*”, o campo na formação por alternância, se diferencia claramente da cidade. As relações entre esses dois espaços são determinadas reflexivamente. O conceito “qualidade de vida e trabalho” como o objetivo geral de diversos projetos de desenvolvimento locais aponta para uma nova concepção de desenvolvimento, para além da produção agropecuária, com a inclusão de aspectos até então só disponíveis na cidade como cultura e tempo de lazer, por exemplo. A “*roça*” não é lugar de trabalho penoso, nem espaço de produção cada vez intensa, a *roça* é, antes sim, um lugar alternativo a cidade, lugar de outro estilo de vida mais saudável e pode incluir também outras formas de geração de renda, abrigar alternativas de lazer e de promoção da cultura camponesa.

Contudo, essa identidade por oposição é dinâmica e pode desenvolver-se em discursos e representações que apontem para projetos convergentes entre cidade e campo. Este é sem dúvida um dos impactos que a E. do C. traz para a discussão do desenvolvimento local, a saber, que a construção de conhecimento traz consigo, necessariamente a diferenciação social e trabalha projetos de vida, para além dos marcos da tradição familiar. Assim a E. do C. impulsiona os sujeitos a ampliar seu marcos temporais e espaciais pensando o desenvolvimento “da porteira para fora”, ou seja na busca de alternativas que se traduzem, não raro, em vincular atividades externas que, além de viabilizar o lote familiar a longo prazo, são entendidas como atividades vinculadas ao mundo de relações da agricultura familiar. “*Um projeto de vida ligado à agricultura, no sindicato, nas cooperativas de crédito solidário e de comercialização por ex*”. “*Precisamos, por um período, contribuir também para as nossas organizações*”. Desenvolvimento “*da porteira da fora*” aponta assim para o conjunto de redes de informação e cooperação possíveis numa relação solidária com o meio urbano, revelando um aspecto fundamental do desenvolvimento territorial. Iniciativas no contexto da comercialização direta, feiras livres, cooperativa de crédito solidário, cooperativa de consumo cidade e campo, iniciativas dentro dos princípios da economia solidária, são algumas destas iniciativas que abrigam a ampliação do território da agricultura familiar e camponesa. O sucesso dessas estratégias e o vínculo duradouro dos jovens nas unidades produtivas dependerá, entre outros fatores, do diálogo na família sobre em torno de um projeto comum que englobe também estratégias campo-cidade.

6 | CONCLUSÃO

A E. do C. é uma política pública que completa 20 anos no Brasil. Por meio de seus diversos programas (desde alfabetização até ensino superior) possibilitou a inserção de milhares de jovens do campo nas universidades públicas. Contrariando a clássica relação entre formação superior como superação de uma cultura rural e conseqüente urbanização, esse histórico de educação nos assentamentos e comunidades possibilitou reafirmar o campo não mais como espaço subalterno ou pretérito, mas como espaço de protagonismo pedagógico e de recriações de identidades.

Herdeira do acúmulo de experiências das escolas família agrícolas desde a França até o Brasil, a E do C. traz como característica fundamental em todos os seus programas a pedagogia da alternância, uma dinâmica pedagógica que estabelece uma relação integrada entre tempo escola/universidade e tempo comunidade (espaço vivencial do educando), estabelecendo também uma relação dialética entre teoria e prática, saber popular e conhecimento científico. Resulta dessa relação integrada a produção de um conhecimento orgânico à realidade dos educandos, gerando pesquisas com enfoque na história local e nos processos societários imediatos. Uma educação para que o campo “se pense e se transforme”. Na experiência dos educandos das licenciaturas em E. do C. alia-se a formação acadêmica com formação política com claros ganhos em termos de empoderamento individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

BAUMANN S. Sociedade Líquida. São Paulo: Zahar, 2001.

BECK, U. Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne. Frankfurt/M: Suhrkamp1986

CASTELLS M. A era da informação: Economia, Sociedade, Cultura. V.3 – A sociedade em rede. 4a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTRO, E.G. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FERNANDES, B. M. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M.C. (Org) Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Território Camponês. In: CALDART et alii (Orgs) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 10A ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

GIDDENS A. A constituição da Sociedade. São paulo: Martins Fontes 2003

IANNI, Otávio. A Utopia Camponesa. São Paulo, Anais do IX Encontro Anual da ANPOCS – CT Estado e Agricultura – Aspectos teóricos dos movimentos sociais no campo. , (1985)

MARSCHNER W. , FAISTING, A. (Orgs) Olhares sobre os assentamentos em Mato Grosso do Sul. Resultados da Experiência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – UFGD/PRONERA. Dourados: Editora UFGD, 2015. (Disp. em <http://omp.ufgd.edu.br/> acesso 10.10.2020)

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SILVESTRO, M et alii. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar / Milton Luiz Silvestro et alii, Florianópolis : Epagri; Brasília : Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 9a ed., Rio de Janeiro: Editora Record,2002

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: UPF, 2001, 405 p.

WEIL, Simone. Enraizamento. Petrópolis: Vozes, 2007

WEISHEIMER, N. Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico. Brasília: MDA/Nead, 2005.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DA AGENDA GOVERNAMENTAL PIAUIENSE

Data de aceite: 27/03/2020

Data de Submissão: 23/12/2019

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima

Universidade Federal do Piauí

Teresina – Piauí

hilzianebrito@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1803841698954901>

RESUMO: A violência de gênero têm sido intensamente debatida na cena contemporânea, mormente devido aos índices elevados de feminicídio, o que requer uma postura ativa por parte do Estado a fim de se resguardar socialmente as mulheres em situação de violência. Este artigo pondera a respeito da formatação das políticas públicas na agenda governamental do Estado do Piauí sob a perspectiva do gênero e da raça. O objetivo consiste em verificar a presença e estrutura de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres negras em situação de violência no cenário neoliberal. A partir de um estudo descritivo e qualitativo, o trabalho se desenvolveu mediante revisão bibliográfica sobre o tema e através da análise documental de arquivos disponíveis no site oficial do

Governo do Estado do Piauí. Aponta-se ao final a carência de políticas públicas no Estado do Piauí destinadas especialmente à mulher negra em situação de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Gênero. Raça.

GENDER AND RACE PERSPECTIVE IN PUBLIC POLICIES IN THE NEOLIBERAL SCENARIO: AN ANALYSIS OF THE PIAUIENSE GOVERNMENT AGENDA

ABSTRACT: Gender violence has been intensely debated in the contemporary scene, mainly due to the high rates of femicide, which requires an active stance on the part of the state in order to socially protect women in situations of violence. This article considers the formatting of public policies in the governmental agenda of the State of Piauí from the perspective of gender and race, with the objective of verifying the presence and structure of public policies aimed specifically at black women in situations of violence in the neoliberal scenario. . From a descriptive and qualitative study, the work was developed through systematic literature review on the subject and through documentary analysis of archives available on the official website of the State of Piauí Government. At the

end, the lack of public policies in the State of Piauí aimed especially at black women in situations of violence is pointed out.

KEYWORDS: Public Policies. Genre. Race.

1 | INTRODUÇÃO

Os elevados índices de violência de gênero têm demandado a atuação estatal através de implementação e execução de políticas públicas que visem resguardar socialmente as mulheres, promovendo a equidade de gênero nas políticas públicas e exigindo um reconhecimento das diferenças entre as mulheres em situação de violência.

A violência invisível provocada pela superioridade da “branquitude” no imaginário da sociedade promove efeitos negativos na subjetividade de mulheres negras, afetando suas relações de ordem ocupacional, relacional e até mesmo sexual. Esses efeitos evidenciam a necessidade de se criar ou remodelar algumas práticas afetadas pelo neoliberalismo político, que pressupõe uma igualdade entre todos, transferindo a responsabilidade social do Estado para os indivíduos.

As demandas das mulheres pela equidade de gênero foram levadas à esfera pública, apontando para a necessidade de se ponderar sobre “equidade de gênero” nas políticas públicas. Esse processo de participação e reivindicação remete ao conceito de cidadania e democracia com a participação cada vez mais frequente na agenda pública em torno de questões gerais relativas à democratização, como de uma pauta específica de reclamações por serviços públicos. Os movimentos sociais feministas tiveram participação relevante neste processo pela busca pelos interesses das mulheres.

Desta feita, este artigo analisa a formatação da questão de gênero e raça nas políticas públicas na agenda governamental do Estado do Piauí como referência no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres negras no cenário neoliberal.

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa se desenvolveu a partir de um estudo descritivo e qualitativo. O artigo é fruto de uma revisão bibliográfica, utilizando-se como parâmetro as obras de autores que abordam sobre interseccionalidade, democracia e a violência de gênero.

Em um segundo momento, realizou-se uma análise de conteúdo por meio de pesquisa no site oficial do Governo do Estado do Piauí, a fim de verificar as ações que guardam relação com as políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres negras no estado piauiense na era neoliberal.

Não obstante o Estado do Piauí, objeto desta pesquisa, tenha se destacado nacionalmente nos últimos anos pela elaboração e implementação de políticas

públicas destinadas ao amparo da mulher piauiense em situação de violência, não se é possível vislumbrar, a partir da análise documental realizada, uma ação governamental voltada mais especificamente para tratar a violência de gênero em face da mulher negra, ainda vista e analisada no conjunto da totalidade.

2 | METODOLOGIA

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa foi realizada a partir de um estudo predominantemente descritivo e qualitativo. A opção pela abordagem qualitativa se ajustou na afirmação que esta abordagem responde a questões muito particulares e comporta o aprofundamento de questões no âmbito das definições e valores que se expressam no campo das relações e reproduções sociais, de acordo com Minayo (2001).

A análise foi desenvolvida em dois momentos, o teórico e o documental. Partiu-se de uma pesquisa teórica por meio de uma revisão bibliográfica, a fim de se oportunizar a compreensão de conceitos relevantes sobre tema. Para tanto, foram utilizados como parâmetro os estudos de autoras que ajudaram a compreender a interseccionalidade entre eixos de poder e como se caracteriza essa discriminação interseccional.

Posteriormente, foi realizada a pesquisa documental, mediante o método de análise de conteúdo. Para Bauer (2000, p. 212) a análise de conteúdo “[...] foi desenvolvida, na pesquisa social, para a análise de materiais textuais, especificamente material impresso”. Bardin (2016, p. 125), por sua vez, explicita as fases da análise de conteúdo em torno de “três polos cronológicos: pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretação”.

Dessa forma, a análise de conteúdo foi desenvolvida com a pesquisa de documentos públicos a nível estadual que guardam relação com as políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero, a fim de verificar a presença e estrutura de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres negras em situação de violência no Estado do Piauí.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Atlas da Violência de 2019 revelou que 87% das vítimas de homicídios do Estado do Piauí foram negros. Pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres de Teresina – PI (SMPPM), apresentada no início do ano de 2018, aponta que em 2017 foram registrados mais de 8 (oito) mil casos de violência contra a mulher no Piauí.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco essencial na instituição

da cidadania e dos direitos humanos das mulheres no Estado brasileiro, pois deu importância ao cumprimento das políticas sociais:

A partir da Constituição de 1988, as políticas sociais brasileiras têm como finalidade dar cumprimento aos objetivos fundamentais da República, conforme previsto no seu art. 3º. Assim, por intermédio da garantia dos direitos sociais, buscou-se construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e promovendo o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação (CASTRO, 2009, p. 93).

Apesar de muitos avanços internos e externos, ainda persistem elementos discriminatórios com relação às mulheres no pensamento social do brasileiro. Não obstante, o reconhecimento por parte dos governos da situação peculiar em que vivem muitas mulheres é considerado um grande progresso na pauta de reivindicações de políticas públicas de gênero.

Para Castro (2009), a partir do Governo Lula essa pauta passou a ser inserida de forma mais concreta na agenda governamental:

O governo Lula, logo em seu início, reconheceu que eram inúmeros os problemas sociais a serem enfrentados pela sociedade brasileira. [...] Com o intuito de enfrentar esses desafios, o governo do presidente Lula desencadeou, em seu início, uma série de medidas político-administrativas, que podem ser agrupadas da seguinte forma: [...] a política de promoção da igualdade de gênero, impulsionada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (CASTRO, 2009, p. 103)

As políticas públicas são compreendidas como a forma pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais, constituídas do relacionamento e dos interesses que permeiam as diversas facetas da sociedade. Dessa forma, as políticas públicas representam a execução de ações pelo Estado. Rodrigues (2010) aponta que:

Políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 53).

Os elevados índices de violência de gênero têm demandado a atuação estatal através de implementação e execução de políticas públicas que visem resguardar socialmente as mulheres, promovendo a equidade de gênero nas políticas públicas e exigindo um reconhecimento das diferenças entre as mulheres em situação de violência.

Para Scott (1989) o conceito de gênero é utilizado para apontar relações sociais entre os sexos, rejeitando justificativas biológicas, sendo uma ferramenta para indicar construções sociais:

“Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o

mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1989, p. 7).

Contudo, vive-se contemporaneamente em um estado neoliberal que transfere para o particular a responsabilidade social que lhe cabe, o que repercute negativamente nas técnicas governamentais. A ausência de um recorte de raça, de ausência de um olhar para as diversas clivagens sociais marcadoras da diferença, afeta de sobremaneira a adoção e implementação de políticas para aqueles mais afetados pelas mazelas sociais, à revelia de todo um processo histórico criador de inúmeras desigualdades.

Muitas das desigualdades e opressões pelas quais sofrem algumas mulheres perpassam facilmente os muros do elemento gênero e da classe social a que pertencem, situando-as em posição inferior a das mulheres brancas na comparação entre marcadores sociais da diferença.

Hooks (2015) relata sua própria experiência como mulher negra em convívio com algumas mulheres brancas:

Como “objetos”, continuamos desiguais, inferiores. Mesmo que elas possam estar sinceramente preocupadas com o racismo, sua metodologia sugere que ainda não estão livres do tipo de paternalismo endêmico à ideologia branca hegemônica (HOOK, 2015, p. 205).

A localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural promovem a exclusão racial decorrente do universalismo das políticas públicas de enfrentamento à violência, não se observando o fato de que as mulheres negras estão localizadas em um ponto de subordinação recorrente se comparadas às mulheres brancas.

Akotirene (2019) destaca que a interseccionalidade instrumentaliza as instâncias de proteção aos direitos humanos a lidarem com as necessidades e reivindicações das mulheres negras:

A despeito dos direitos humanos permitirem acesso irrestrito, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição, as mulheres negras se veem diante dos expedientes racistas e sexistas das instituições públicas e privadas por lhes negarem primeiro trabalho e, depois, o direito humano de serem reclamantes das discriminações sofridas (AKOTIRENE, 2019, p. 62).

Para Crenshaw (2002), é conferido um grau de invisibilidade às questões referentes a mulheres marginalizadas, dificultando a identificação da discriminação interseccional em conjunturas onde forças econômicas, culturais e sociais discretamente amoldam o pano de fundo, posicionando as mulheres em um ponto onde são afetadas por outros sistemas de subordinação. E complementa:

Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas. É especialmente importante descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas (CRENSHAW, 2002, p. 182).

Logo, as políticas e as normas nem sempre são capazes de prever que as mulheres são ao mesmo tempo negras e mulheres (CRENSHAW, 2002). Daí decorre a necessidade de se analisar as experiências das mulheres marginalizadas, de modo a refletir sobre suas múltiplas identidades, promovendo-lhes visibilidade e desvendando as formas de subordinação que convergem para oprimir. Urge-se garantir que a discriminação racial e de gênero que afeta mulheres negras sejam consideradas simultaneamente, sem exclusão. A autora assim conceitua o termo interseccionalidade:

“[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Quanto à adoção de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, especificamente a violência contra a mulher, o Estado do Piauí tem assumido posto de destaque a nível nacional, desenvolvendo várias ações de fortalecimento das políticas públicas para a proteção da mulher. Tanto é que o estado foi escolhido em 2016 para elaborar as diretrizes em comemoração a um ano da Lei de Femicídio (Lei n. 13.104/2015).

Uma das políticas criadas pelo Governo do Piauí com o escopo de facilitar denúncias de casos de violência contra a mulher é o aplicativo “Salve Maria”, lançado em 2017, um aliado da polícia que permite o envio sigiloso de mensagens que chegam até o servidor público responsável para a tomada de providências cabíveis.

Importante destacar a parceria com o Governo Federal em dois programas de sua iniciativa: o “Pró-equidade de Gênero e Raça” e a “*Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência*”. O primeiro tem como fim promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas. O segundo, desenvolvido a partir de unidades móveis e adaptadas que percorrem mensalmente diversos municípios, promove ações de orientação, informação e enfrentamento à violência contra as mulheres

(Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/coordenadoria-de-mulheres/coordenadoria-da-mulher-desenvolve-acoes-de-enfrentamento-a-violencia-em-municipios-do-piaui-1785.html>> Acesso em: 01 de jul. 2019).

Em 2004 foi criada a “Casa Abrigo Mulher Viva”, mantida pelo Governo do Estado através da SASC (Secretaria da Assistência Social e Cidadania) e da CEPM (Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres). A Casa protege mulheres vítimas de violência doméstica e familiar durante o período de até três meses em que estejam em situação de violência e risco de morte (Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em: 26 de jun. 2019).

Já o “Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Francisca Trindade”, por sua vez, criado em 2007, se volta à promoção do bem estar e à cidadania da mulher, fornecendo atendimento psicossocial e jurídico e realizando campanhas de orientação e informação às mulheres quanto a seus direitos (Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em 26 de junho de 2019).

Implementado em 2004, o Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS), disponibiliza às mulheres uma equipe multiprofissional que ampara as mulheres vítimas de violência sexual, em âmbito estadual, incluindo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da gravidez indesejada (Disponível em: <<http://www.mder.pi.gov.br/conheca/samvvis/>> Acesso em 30 de jun. 2019). Aludido serviço funciona 24 horas por dia e oportuniza a feitura do exame de corpo de delito na própria Maternidade Evangelina Rosa, na cidade de Teresina, a fim de humanizar o atendimento.

De suma importância também os vários Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Ademais, o Estado ainda conta com o funcionamento de quatro Delegacias de Proteção dos Direitos da Mulher na capital Teresina e, no interior do Estado, em Parnaíba, Campo Maior, Piri-piri, Picos, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato, Bom Jesus e Corrente.

Possui três Defensorias Públicas da Mulher (Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência) e o Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (NUPEVID), desenvolvido pelo Ministério Público Estadual (Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/coordenadoria-da-mulher/rede-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>> Acesso em: 30 de jun. 2019).

O Município de Teresina tem colaborado de forma considerável nas atividades de enfrentamento à violência contra a mulher com duas relevantes políticas públicas: o Centro de Referência Esperança Garcia e o Programa Amor de Tia, que contam com uma rede especializada de atendimento às mulheres vitimadas

pela violência.

De fato, evidencia-se um certo destaque do Estado do Piauí na implementação e execução de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, motivo pelo qual tem recebido comitivas de outros governos, a fim de que possam levar a experiência desenvolvida aqui.

Todavia, não se vislumbrou a existência de políticas públicas específicas ao enfrentamento dessa questão que tenha recortes, ao mesmo tempo, de gênero e raça. As políticas públicas mencionadas se voltam à mulher em geral, não se delimitando categorias identitárias. Ou seja, não se verificou política pública que seja capaz de reconhecer e tratar de discriminações entrecruzadas de gênero, raça, classe ou outras categorias de identidades.

São, portanto, marcadores sociais que diferenciam as mulheres em diversos aspectos, seja pela sua cor, pela sua opção sexual, pela sua classe social. Estes elementos precisam ser analisados em conjunto com outros elementos na implementação e execução de políticas públicas, possibilitando a observação específica de que um determinado grupo pode sofrer mais discriminação do que outro, abrindo vantagem de oportunidades para este último.

4 | CONCLUSÃO

É digno de reconhecimento a presença da pauta de reivindicações de políticas públicas de gênero na agenda dos governos. Contudo, da análise realizada, conclui-se que, não obstante ser utilizado como parâmetro por outros estados da federação no quesito enfrentamento à violência contra a mulher e a presença da questão de gênero na agenda governamental piauiense, não se verificou a existência de uma política pública específica, com recorte de gênero e raça, que se volte a enfrentar os marcadores sociais da diferença que oprimem as mulheres negras.

Dados de que a maior parte das mulheres que sofre violência de gênero são negras exigem uma relação mais estreita entre o que se vive e como as políticas públicas tratam essa vivência. Eis um dos grandes desafios da interseccionalidade em uma sociedade universalista e de perfil neoliberal.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Atlas da violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São

Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Política social alguns aspectos relevantes para a discussão**. In: MDS/UNESCO. Concepção e gestão de proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acessado em: 05/04/2019.

HOOKS, B. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/coordenadoria-de-mulheres/coordenadoria-da-mulher-desenvolve-aco-es-de-enfrentamento-a-violencia-em-municipios-do-piaui-1785.html>> Acesso em: 01 de jul. 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em: 26 de jun. 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.sasc.pi.gov.br/noticia.php?id=799>> Acesso em 26 de junho de 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.mder.pi.gov.br/conheca/samvvis/>> Acesso em 30 de jun. 2019.

PIAUÍ. **Coordenadoria de Estado de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/coordenadoria-da-mulher/rede-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>> Acesso em: 30 de jun. 2019.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press.1989.

EDUCAR OU ENSINAR: CONFLITO ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E SOCIEDADE - NOVOS CONTORNOS SE FOR TRABALHADO EM CÍRCULOS DE PAZ

Data de aceite: 27/03/2020

Suzana Damiani

Doutora pela Universidad Del Salvador, Argentina; Mestre em Letras pela PUCRS; docente na Universidade de Caxias do Sul, onde cursou Letras e Direito e aluna especial do Doutorado em Direito Ambiental da Universidade de Caxias do Sul. Colaboradora do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E- mail:sudamiani@gmail.com.

Claudia Maria Hansel

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul, onde também leciona. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E-mail:hanselclaudiamaria@gmail.com.

Victória Antônia Tadiello Passarela

Bolsista (BIC-UCS), acadêmica do 5o semestre do Curso de Direito, bolsista do Projeto de Pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, apoio CNPq e edital Universal. E-mail: vatpassarela@ucs.br.

A pesquisa Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, com apoio CNPq trabalha com o tema Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz.

1 | INTRODUÇÃO

Tendo em vista a dialética da história, constatou-se a necessidade de analisar as mudanças que ocorreram no modo de educar as crianças. Hoje em dia, na sociedade, se tem estipulado delimitações sobre a quem cabe o dever e obrigação tanto de educar, como de ensinar as crianças.

Neste trabalho foram estudadas legislações, como o ECA, a LDB, bem como os dados coletados pela CIPAVE - Caxias do Sul, entre outros referenciais. As obras que fundamentam o estudo inicial são a História Social da Criança e da Família, de Philippe Ariès, que trata do desenvolvimento da criança desde seu nascimento, até o momento que ela vai, ou não, para escola. A partir disso, ele passa a discutir sobre o progresso da disciplina e dos efeitos da divisão de classes perante a educação infantil, que segregou parte das crianças e deu grandes oportunidades às que já nasciam em berços privilegiados (ARIÈS, 1981). Outra obra analisada foi Processos circulares: teoria e prática, de Kay Pranis, que descreve como são e funcionam os Círculos de Paz, que trazem uma nova visão sobre a resolução de conflitos e seu possível uso

no ambiente escolar (PRANIS, 2010). A obra *Direito à educação: requisito para o desenvolvimento do país*, da Eliane Ferreira de Sousa, ressalta a necessidade de respeito aos direitos mínimos e fundamentais, e a devida proteção que o Estado deve exercer sobre eles, principalmente da educação, embasado no princípio constitucional da proibição do retrocesso social (SOUSA, 2010).

A metodologia utilizada foi a analítica, devido à necessidade de estudo de dados da CIPAVE - Caxias do Sul e do ECA, bem como das diversas imagens que circulam nas redes sociais, com ênfase às que estão no Facebook. Também utilizou-se dos métodos quantitativo e qualitativo, ao verificar o conteúdo de cerca de 40 imagens, as quais traziam, de um modo ou de outro, as diferenças elencadas entre educar e ensinar, que, normalmente, estabelecem que “quem educa é a família e quem ensina é a escola”.

O fato de que a violência no ambiente escolar é uma preocupação que vem ganhando cada vez mais destaque, não apenas no próprio ambiente escolar, mas também junto à sociedade, pode estar sendo sinalizada pelas manifestações presentes nas redes sociais. Com o foco nas mensagens em que está em destaque a afirmação de que “a família educa e a escola ensina” parece haver a necessidade de uma reflexão sobre as possíveis leituras das postagens, não somente quanto ao entendimento geral, mas à luz da legislação que orienta as ações dos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes dentro e fora do ambiente escolar.

Resgatar elementos do Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelecer um diálogo entre o que a legislação estabelece e o que está sendo difundido nos posts sobre o tema é o foco deste trabalho.

O trabalho busca explorar as previsões legais e comparar com o discurso presente, em especial, nas redes sociais, em posts em que está registrada a distinção entre educar e ensinar, bem como a vinculação aos responsáveis por cada uma delas.

2 | FAMÍLIA, CRIANÇA-ADOLESCENTE E O ORDENAMENTO JURÍDICO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve uma evolução significativa, uma vez que reconheceu como entidade familiar também aquela não constituída pelo casamento, passando a acolher outros modelos orientados pelo afeto. Nessa diretriz, em seu art. 226, parágrafo 4º, prevê que: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) refere à família natural, em seu art. 25, e define como “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Essa referência existe para fazer distinção com a família substituta quando dos casos de adoção.

Essa previsão permitiu que a jurisprudência reconhecesse um leque de modelos de família tais como: matrimonial, parental ou anaparental, monoparental, união estável, paralela ou simultânea, poliafetiva, etc. Cada uma destas denominações possui um conjunto de mecanismos de coesão e características que permitem aclarar a sua identidade ou diferenciação. Convém destacar que o ambiente familiar está convencionado como o espaço da convivência para a infância, ou melhor, nessas configurações familiares importa o afeto e a solidariedade.

Somado a isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, surgiu com a intenção de assegurar e exigir os direitos preconizados pela nossa Constituição Federal. O Estatuto busca mostrar que a infância e a juventude devem ser dispensados cuidados e atenção especial, para que tenham suas garantias e seus direitos fundamentais devidamente assegurados.

Além disso, o Estatuto inovou ao instituir o uso de políticas públicas e sociais com o fim de estabelecer pleno atendimento às necessidades de desenvolvimento da criança e do adolescente, não os negligenciando mais como antes acontecia como, por exemplo, o Código de Menores, que só olhava para eles quando, de algum modo, estavam a “importunar” a sociedade. O artigo a seguir exemplifica como o grau de preocupação mudou:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, ECA, 1990, sp)

Desse modo, o artigo supracitado, que se encontra em uma relação direta com o art. 227 da CF/88, incorpora à doutrina da proteção integral o princípio constitucional da prioridade absoluta de proteger os direitos e garantias fundamentais da criança ali enunciados, que se trata de dar uma prioridade à pessoa em condição de desenvolvimento. Este artigo impõe, também, uma responsabilidade solidária na qual todos devem atuar conjuntamente para obter o melhor resultado de proteção da criança: Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante,

vexatório ou constrangedor. (BRASIL, ECA, 1990, sp).

Já o art. 18 do ECA explicita o caráter essencial da dignidade para os menores. Ele se encontra em perfeita sintonia com o princípio da dignidade inerente, pois diz ser "dever de todos velar pela dignidade", indicando, assim, uma realidade intrínseca que se deve proteger, não uma qualidade a ser construída de fora para dentro da criança ou do adolescente.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família (...) ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente (...);

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente (...).

Art. 18-B. Os pais (...) ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação (...). (BRASIL, ECA, 1990, sp)

Quando se fala dos artigos 18-A e 18-B, deve-se ressaltar que foram inseridos no ECA pela famosa "lei da palmada", de 2014, resultado de um amplo clamor social, com o propósito de assegurar a proteção integral, eis que sujeitos de direitos. Além disso, esta lei trata da adoção de políticas públicas e medidas que promovam e permitam a educação preventiva em relação à violência infantil, bem como as medidas que podem ser adotadas pelo Conselho Tutelar em caso de averiguação de alguma conduta violadora de direitos.

A aplicação destes artigos deve levar em conta as peculiaridades do caso devido à subjetividade da conceituação de tratamento cruel ou degradante, que podem vir a ser questionadas em algum momento (BRASIL, 1990).

3 I “FAMÍLIA EDUCA E ESCOLA ENSINA”: ANÁLISE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A previsão legal em distintos institutos sobre direitos e deveres envolvendo crianças e adolescentes, ou mesmo a consideração à faixa etária sobre a qual recaem determinadas formas de punir jovens, são, reiteradas vezes, questionadas quando esses são o centro ou estão envolvidos em situações conflitivas.

A ambiguidade está instaurada nesse aspecto como um paradoxo, pois de um lado se considera a proteção a sujeitos em desenvolvimento, ou seja, a incompletude, quando não dependência. De outro, importante mencionar ainda que a criança e o adolescente passaram a ser vistos como “sujeitos de direito” e merecedores de ações prioritárias, contribuindo para mudar noções no discurso e nas práticas punitivas e assistencialistas. Todavia, na realidade de uma sociedade que possui em seu cerne o conflito, essa traz consequências para as proposições de proteção e da vigência de sujeitos de direitos. Neste sentido, soam as contribuições de Charlot para um enquadramento do objeto em análise.

Enquanto a agressividade é uma disposição e o conflito uma situação, a agressão é um ato. Etimologicamente, é o ato pelo qual se invade o espaço privativo (físico ou psíquico) do outro, para agredi-lo. Sempre a agressão pressiona quem é agredido, por atos físicos ou ameaças. Mas pode ficar racional; neste caso usa-se a pressão até o ponto em que o agredido deixa de resistir e entrega o que o agressor quer obter. Todavia, ocorrem, cada vez mais, casos em que a pressão exercida sobre o agredido ultrapassa o que é racionalmente requerido, até matá-lo, embora não resista, como se o uso da violência fosse fonte de prazer e se tornasse mais importante do que o objeto a ser roubado ou o acordo a ser extorquido. Neste caso, o prazer de machucar, humilhar, destruir leva a considerar essa violência como um sintoma, e não apenas um instrumento. (2006, p. 21)

Para o observador atento, fica evidenciado que existe nessa reflexão o desenho de um ideal, de meta ou utopia. Se, de um lado, afirma o dever de participação de crianças e adolescentes quanto ao seu destino, na compreensão de adultos que formulam tais proposições, de outro, no desenvolvimento de sua vontade política, uma diversidade de alternativas se apresentam em face do exercício da liberdade de participar. Nesse sentido, asseveram Santos e Knecht (2013) em uma investigação sobre os percalços junto aos processos educacionais.

Especificamente, temos exercido o diálogo e a reflexão conjunta com os alunos sobre suas posturas e relações. Algo muito frequente que observamos durante as aulas são os alunos que não querem participar de algumas atividades, preferem ficar quietos e sozinhos. Isto tem sido mote de nossas reflexões (...). (SANTOS; KNECHT, 2013, p. 1191).

Ao comparar a realidade da pesquisa empírica e as formulações acima a respeito de sujeitos de direitos, desponta algo paradoxal: quanto mais se destacam as dimensões dos direitos, do diálogo, da democratização das relações nos procedimentos educativos, tanto mais parece que se avolumam os obstáculos à

educação e à cultura para os direitos humanos.

Isso é possível de perceber em postagens que circulam em redes sociais, com organização discursiva enfática estabelecendo os limites do que compete a cada instituição: família e escola, mas também é objeto de textos legais, como a Constituição Federal de 1988 que elenca, no art. 227, que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito (...) à educação (...)”, ou seja, parece ser de responsabilidade de todos a tarefa de educar.

Nesse sentido, surgem indagações em relação a esses conceitos quando se pensa o educar relacionado a modos de agir no meio social, como, por exemplo, dizer “Bom dia!”, “Muito obrigado!” e “Com licença!”, e o ensinar no sentido da apropriação de conteúdos vinculados a disciplinas teóricas ou práticas trabalhadas na escola. É comum ouvir de educadores/professores que os pais não vêm fazendo seu papel: educando. Quanto à escola, pergunta-se se sua tarefa consiste em ensinar a resolver situações do cotidiano, da vida, inclusive a resolução de conflitos, ou se está limitada a ensinar tópicos de teoria relacionados às matérias, como, por exemplo: português e matemática.

Dados obtidos junto à CIPAVE (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar) do município de Caxias do Sul revelam situações complexas quando há conflitos vivenciados no ambiente escolar e expectativas quanto a formas de se portar ou reagir frente à sociedade, em especial, de parte dos estudantes. Parece haver a expectativa de que os estudantes apresentem comportamento social, de relação com os pares, vinculada a um modelo em que todos tenham passado por uma educação, talvez, nos moldes daquelas vivenciadas nos internatos. Vale lembrar, praticamente todas de cunho religioso, regidas e orientadas sob a égide dos princípios de uma única crença e de um único padrão de família a ser seguido, provavelmente, um ideal a ser buscado.

Se analisadas as famílias monárquicas, é sabido que a monogamia e a fidelidade não imperavam. A fidelidade não era o que regia a organização tampouco das famílias dos grandes senhores de engenho, dos escravocratas, tanto o é que os filhos bastardos, pelo Código Civil de 1916, não contavam com os mesmos direitos dos filhos legítimos, frutos da união casamento, tamanha a quantidade de filhos tidos das relações extraconjugais. Além disso, em época em que os escravos ainda eram res, coisa, não sabiam o que era a organização familiar, não viviam a estrutura, ao que parece, idealizada, procriavam e seus filhos não eram seus, eram mercadoria, eram comercializados pelo senhor, seu dono, da mesma forma que as crias dos animais que viviam no curral... Uns tratados como animais, viviam na senzala. Outros, no curral, no pasto (SOUZA, 2000).

Caso o cristianismo resolva tomar o texto bíblico como parâmetro para

sustentar um modelo de organização familiar e a escola, por sua vez, torná-lo o ideal, é relevante lembrar que Jesus teve um pai socioafetivo¹, a saber, José. (A BÍBLIA: LUCAS, 1:28) José assumiu a paternidade de Jesus, sem ter sido, ao longo dos últimos 2018 anos, reconhecido como o pai biológico. A história bíblica de Jacó também revela que nem todas as famílias podem ser concebidas como, por vezes, pode-se entender o que se ouve no ambiente escolar como modelo de “família estruturada” (A BÍBLIA: GENÊSIS, 29-30).

Parece que há diversas estruturas familiares e que a educação que se espera, talvez, não tenha sido, ao longo do tempo, recebida somente em casa e pautada somente pelo respeito, mas, por vezes, condicionada pelo medo. O medo de quem podia castigar, de quem estava imbuído de poderes para impor castigos, penas. A quem, por vezes, os “pecados” eram confessados ou por quem as travessuras eram descobertas ou mesmo a quem eram delatadas (FOUCAULT, 2002).

A liquidez que se instaurou no mundo com as transformações do séc. XX também envolve o entendimento do que seja “família” (BAUMAN, 2004). Parece que não mais seja viável falar sobre “a família”, mas é necessário que se pense sobre “as famílias”. Há famílias organizadas por perdas, pessoas que morreram, que abandonaram o lar, que estão presas, que estão longe do cotidiano dos filhos por questões laborais ou outros fatos da vida.

A educação que se espera, que é desejada, precisa, em algum momento, ter sido recebida, ter sido conhecida. Parece difícil ensinar o que não se sabe, ensinar a usar o que não se usa. Há muitos pais que não usam as “palavras mágicas” (por favor, com licença, desculpe) em casa, nem com os pares, nem com os filhos. Como esperar que os filhos as usem na escola ou na sociedade se não há o hábito de uso no lar.

A escola poderia refletir sobre as razões pelas quais a universalização do ensino, da educação, abriu as portas da escola para todos. Por que a legislação estabelece que estar na escola, além de um direito, tornou-se uma obrigação (BRASIL, 2009). Isso fez com que muitos estudantes que não desejassem estar na escola e pudessem optar pelo mercado de trabalho tornou-se uma realidade inviável, pois seu lugar é a escola, desejando ou não estudar.

Outra questão é como estão sendo preparados os profissionais, agora leigos, não mais vestindo hábitos ou fardas, para trabalhar, em ambiente escolar, um mesmo ambiente no qual estão os que querem e os que não desejam estar na escola, os que entendem e os que não entendem que é importante o que a escola tem a oferecer (BAGNO, 2007). Como “conquistar respeito”, pois já não podem

1. Para Dias (2018), em um sentido biológico, filho é aquele proveniente de relações sexuais entre homem e mulher, todavia, de acordo com a autora, o Direito, precisa acompanhar as mudanças da sociedade; desse modo, filho e pais precisam ser afastados do entendimento atrelado ao simples “fato natural” e partir para uma “desbiologização” das relações. Com isso, passar a abranger todas aquelas que envolvem e são constituídas na socioafetividade.

mais “impor” medo.

Os desafios apresentados pelo século XX estão presentes em posts que parecem deslocar a tarefa que é de todos para parte dos responsáveis. Destaca-se que não pode ser perdido de vista a possibilidade de relativização da vida, fragilizando-se, ainda mais, a observância com o cuidado com as crianças e os adolescentes, fazendo com que, aparentemente, os deveres de cada um fiquem de certa forma camuflados ou não estejam sendo observados conforme a legislação vigente: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) também.

Uma forma de tentar resolver incompatibilidades, conflitos, ou mesmo de abrir um espaço para reflexões e possíveis mudanças de postura frente à tarefa de educar (complexa e de responsabilidade de todos) pode ser vislumbrada com a realização de círculos de construção de paz, metodologia usada pela justiça restaurativa.

Os círculos, organizados e conduzidos por um facilitador capacitado, oportunizam às partes uma situação de diálogo que possibilite, com a escuta, buscar um consenso, a fim de solucionar o conflito (PRANIS, 2010). Um dos estudos do Observatório de Justiça Restaurativa do Município de Caxias do Sul, a presente proposta de investigação, está em estágio inicial de coleta e análise de dados. Buscar alternativas pode ser um caminho além da constatação do problema que são os conflitos reiterados no ambiente escolar.

À luz dos direitos fundamentais, Sousa (2010) estabelece os deveres do Estado e sua responsabilidade frente ao desafio de cumprir as previsões legais. A construção da história social da criança (ARIÈS, 1981) vem sendo retomada para que novas leituras possam ser feitas quanto aos papéis sociais, conforme as previsões legais, das crianças, dos pais, dos professores (atualmente, professores) e da própria comunidade na qual estão inseridos. O estudo demanda ainda análises para o encaminhamento de respostas mais consistentes quando a questão é: A quem compete educar?

4 | ANÁLISE DE RESULTADOS: SELEÇÃO DE POSTS

No momento em que se passa a estudar concepções como “família educa” e “escola ensina” é importante ter em mente que família não se baseia em um único e idealizado, por alguns, modelo tradicional. A Constituição Federal traz, em seu art. 226, que se caracteriza por ser uma cláusula geral de inclusão, o reconhecimento das entidades familiares como instituição básica da sociedade.

Desse modo, a regra é a de que exista proteção especial do Estado para todas as estruturas familiares, pela razão de ser permitida a interpretação extensiva de modo a incluir as demais entidades implícitas, ressaltando a questão de que é

vedado qualquer tipo de discriminação. Entre as mais diversas estruturas existentes, podem ser citadas: a família monoparental, a pluriparental, a unipessoal, a formada por casal homossexual, a família de união estável, a e até mesmo a paralela, existindo, ainda, diversas outras.

Ao fazer essas primeiras considerações, deve-se olhar de um modo mais cauteloso, além do que já se olhava, às concepções de que “quem educa é a família” e de que “quem ensina é a escola”, pois fica constatado que não é possível a generalização em um assunto tão delicado e passível de grande atenção como a família e a sua relação com a educação.

Quando se analisa as imagens reunidas, percebe-se que todas abordam o ideal de formação familiar “tradicional” e o que se aprende(ria) nessas famílias.



Fonte: Família... (2018)



Fonte: Xaluan (2009)



Fonte: Curso... (2018).



Fonte: Pais... (2015).

Apesar de a previsão de a educação ser de responsabilidade de todos, as imagens revelam a segmentação do que a sociedade reproduz como o entendimento de um modelo de agir de cada instituição, em especial, família e escola, não

mencionando o papel da sociedade como um todo. As imagens também revelam o ideal de família “feliz”, com famílias todas de origem caucasiana, imagina-se europeias, e escolas limpas, equipadas, com toda a infraestrutura necessária para cumprir o que estabelece a legislação nacional. Receber crianças e adolescentes “educados”, passivos, sem vontade própria, que desconhecem ou vivem longe de conflitos, parece povoar o imaginário de muitos profissionais da “educação”.

Além dos posts repetidamente veiculados, reforçando o discurso de a quem compete cada uma das atribuições, merece destaque que há um curso sendo ofertado com o título “Família Educa, Escola Ensina”, mesmo título da obra escrita pelo palestrante. Por vezes, replicar o título, sem, necessariamente, conhecer o conteúdo, pode gerar leituras ainda mais equivocadas. A obra não foi objeto de estudo até este momento, razão pela qual, apenas faz-se menção à sua existência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam para um expressivo número de compartilhamentos por parte de profissionais das áreas das licenciaturas, evidenciando a crença de que a responsabilidade do professor está circunscrita às tarefas atinentes ao ensino, aos conteúdos trabalhados pelas distintas áreas do conhecimento científico. Fica o registro nos posts de que a educação é responsabilidade da família, independentemente, de que condições e de que saberes são vivenciados em cada família, se são ou não correspondentes aos esperados pela escola.

Parece oportuno que, em algum momento, seja objeto de questionamento se, em família, nos lares, há harmonia, há a educação esperada, se os conflitos não existem e se são solucionados a partir do diálogo. Imaginar que todas as famílias resolvam seus conflitos de forma dialogada pode ser ilusório. Há que se considerar que, por vezes, se aprende em casa a solucionar os conflitos de forma beligerante, de fora agressiva, com os devidos reflexos no ambiente escolar.

Promover círculos de construção de paz é abrir um espaço para a escuta, para conhecer a realidade vivenciada pelos estudantes. Conhecer o outro, suas dificuldades, suas limitações, a forma como foi educado, o ambiente em que vive, pode permitir um olhar diferente, assim como uma forma de intervir e de promover ações frente à situações conflitivas, educando para uma nova forma de proceder diante das frustrações e dos desentendimentos que a vida em sociedade sempre oportunizam.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Anúncio do nascimento de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2014. Lucas: 1:28. 1543 p. Tradução Antônio Carlos Frizzo.

_____. **Jacó, Lia e Zelfa, Raquel e Bala.** São Paulo: Paulus, 2014. Gênese: 29-30 cap. 1543 p. Tradução Antônio Carlos Frizzo.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279 p. (Antropologia social) ISBN 8524500360.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação lingüística. São Paulo: Parábola, 2007. 238 p. (Educação linguística; 1) ISBN 9788588456624.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 190 p. ISBN 9788571107953.

BRASIL. Constituição (1990). Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Código civil.** 48. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. XXXI,1264 p. (Legislação brasileira) ISBN 8502022105.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59,** de 11 de novembro de 2009. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

CHARLOT, Bernard. Prefácio, in ABRAMOVAY, Miriam (coord.). **Cotidiano das Escolas:** Entre Violências. Observatório de Violência, MEC: Brasília: UNESCO, 2006.

CURSO “**Família Educa, Escola Ensina**”. 2017. Disponível em: <http://atilalemos.com.br/2017/08/curso-familia-educa-escola-ensina/>. Acesso em: 01 out. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Quem é o pai?** Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/2_-_quem_%E9_o_pai.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

FAMÍLIA **educa escola ensina.** Disponível em: <https://stalktr.com/tag/escolaensina>. Acesso em: 08 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 262 p. ISBN 8532605087.

PAIS educam. **Professores ensinam!** 2015. Disponível em: <https://www.quemamaeducaeduquenaobata.com.br/2015/01/pais-educam-professores-ensinam.html>. Acesso em: 25 set. 2018.

PRANIS, Kay. **Processos circulares: teoria e prática.** Palas Athena. São Paulo, 2010.

SANTOS, Gabriela D.; KNECHT, Mariana L. **Docência compartilhada no ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental em uma Escola Aberta.** Revista Latino-Americana de História, v. 2, n. 6, p. 1188-1196, 2013.

SOUSA, de, E. F. Série IDP - **Direito à Educação: Requisito para o desenvolvimento do País.** 1ª edição. 2010 [Minha Biblioteca]. Obtido de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502146655/>

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva.** Brasília: Unb, 2000. 276 p.

XALUAN. **Na escola em 1969 e em 2009....** 2009. Disponível em: <https://economiaparapoetas.wordpress.com/2009/11/24/na-escola-em-1969-e-em-2009/>. Acesso em: 08 out. 2018.

A SAÚDE DA MULHER PESCADORA ARTESANAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO SANTO

Data de aceite: 27/03/2020

Quéren da Silva Martins

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória, Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/5842265322551927>

Gilsa Helena Barcellos

Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/7598012513061378>

RESUMO: Este trabalho trata das questões ligadas ao estado de saúde de mulheres pescadoras do município de Conceição da Barra, Espírito Santo. Buscou-se compreender os determinantes no processo saúde-doença em mulheres que atuam na pesca artesanal e de como tais condições impactam as relações sociais de gênero no interior das famílias e das comunidades pescadoras. Para a realização da investigação foram utilizadas a revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa de campo com mulheres pescadoras artesanais. Também foram realizados grupos focais com mulheres pescadoras. Esta pesquisa realizou-se no ano de 2012 e integrou a pesquisa financiada pelo CNPq intitulada “O papel da mulher na atividade pesqueira

artesanal no Espírito Santo: Discutindo gênero, trabalho, meio ambiente, políticas públicas e desenvolvimento local”. Constatou-se, por meio da pesquisa, que as atividades laborais desenvolvidas pelas pescadoras no processo produtivo da pesca influenciam diretamente o seu processo de adoecimento, sendo que os problemas mais comuns de saúde são: pressão alta, diabetes, infecção urinária, doenças de pele e dos olhos. Outro fator que afeta a vida dessas mulheres é a violência doméstica. Também foi possível observar que não há políticas de atenção às mulheres pescadoras no município de Conceição da Barra, forçando-as a buscarem tratamento de saúde fora do município; e ainda que lidam com sobrecarga de trabalho, porque, além das atividades da pesca, são responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado da prole. Intencionou-se com essa investigação ampliar os estudos sobre o processo de adoecimento de mulheres pescadoras artesanais. Também objetivou a produção de dados que pudessem nortear a elaboração de políticas públicas de atenção à pescadora na região norte do Espírito Santo.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Processo Saúde-Doença. Trabalho. Comunidades Pescadoras.

ABSTRACT: This paper addresses issues related to the health status of female fishers in the municipality of Conceição da Barra, Espírito Santo. We sought to understand the determinants of the health-disease process in women engaged in artisanal fishing and how these conditions impact social gender relations within families and fishing communities. To carry out the investigation, literature review, documentary research and field research with artisanal fisher women were used. Focus groups were also held with women fishers. This research took place in 2012 and was part of the research funded by CNPq entitled “The Role of Women in Artisanal Fishing in Espírito Santo: Discussing Gender, Work, Environment, Public Policy and Local Development”. It was found through research that the work activities developed by fishermen in the fishing process directly influence their disease process, and the most common health problems are: high blood pressure, diabetes, urinary tract infection, skin diseases. And the eyes. Another factor that affects these women’s lives is domestic violence. It was also possible to observe that there are no policies of attention to women fishermen in the municipality of Conceição da Barra, forcing them to seek health treatment outside the municipality; and yet they deal with work overload, because, in addition to fishing activities, are responsible for household chores and care of the offspring. This research was intended to broaden the studies on the disease process of artisanal fisher women. It also aimed the production of data that could guide the elaboration of public policies of attention to the fisherwoman in the northern region of Espírito Santo.

KEYWORDS: Woman. Health-Disease Process. Job. Fishing Communities.

1 | INTRODUÇÃO

As atividades laborais relacionadas à pesca são inúmeras assim como os riscos que oferecem. “As condições duras e difíceis de trabalho e de vida dos pescadores e a falta de assistência em vários níveis tornam esta profissão uma das mais perigosas e menos reconhecidas profissionalmente pela sociedade” (BRASIL, 2007, p. 7). No que se refere à sua saúde, pescadores e pescadoras estão sujeitos a diversos riscos, como a cinetose; o aparecimento de neoplasias cutâneas provocadas pela ação dos raios ultravioletas; ceratites¹, catarata, pterígio² e a cegueira provocada pelo reflexo dos raios do sol no espelho d’água (BRASIL, 2007); hepatite e verminoses devido ao contato com água contaminada por esgotos domésticos. Também ameaçam a saúde de pescadores poluentes químicos despejados pela atividade industrial, levando-os a ter contato com

1. **Ceratite** é a inflamação da córnea que pode ser causada por bactérias, vírus, fungos, drogas, etc

2. **Pterígio** é um espessamento vascularizado da conjuntiva de forma triangular que se estende do ângulo interno (nasal) do olho em direção à córnea. Não é infeccioso, mas pode afetar a visão.

substâncias tóxicas lançadas nos rios, estuários e mares, tais como: agrotóxicos: organofosforados, BHC³, DDT⁴; e metais pesados (BRASIL, 2007).

No caso das mulheres pescadoras no Brasil, entre as doenças mais citadas por elas estão: “câncer de pele, cegueira, escamação, dor de cabeça, doenças de coluna e pulmonar, ginecológicas e vulnerabilidade aos animais peçonhentos” (RODRIGUES, 2010, p. 6).

Outro fator que pode levar a mulher pescadora ao processo de sofrimento e adoecimento é a violência doméstica. O fato de pescadores fazerem uso da “cachaça” de forma habitual leva ao aparecimento, com o passar dos anos, da dependência alcoólica, contribuindo para o aumento da violência física contra mulheres (BARCELLOS, 1998).

No mais, de acordo com o Relatório Global da Situação sobre Álcool e Saúde da OMS, de 2011, apesar de ser menos consumidora do que os homens, as mulheres estão cada vez mais fazendo o uso do álcool, passando de uma taxa de 8,2%, em 2007, para 10,1%, em 2011. Ainda, de acordo com o Relatório, cerca de 2,5 milhões de pessoas morrem anualmente, no mundo, por causas relacionadas ao álcool (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

Enfrentar os problemas que contribuem para o adoecimento das comunidades e, particularmente das mulheres pescadoras, constitui um desafio já que, segundo Rodrigues (2010), a maioria dos lugares onde vivem não conta com a assistência básica de saúde.

Não existe atenção à saúde sexual e reprodutiva destas mulheres, nestas comunidades, sendo que há aí um alto índice de câncer de colo do útero. O exercício da atividade da mariscagem é por demais insalubres, pois muitas destas mulheres trabalham mergulhadas na lama e na água por horas. A posição do trabalho das marisqueiras (envergadas) por muitas horas e o esforço repetitivo para capturarem os moluscos na praia lhes garantem no futuro problemas de coluna e até Lesões por Esforço Repetitivo (LER). (O DIREITO DAS MULHERES..., 2009, p. 1).

Apesar de terem sido identificados importantes fatores de sofrimento e adoecimento das mulheres pescadoras, no Brasil, não se identificam políticas públicas específicas de prevenção e tratamento destinadas a elas. Dessa forma, elas são igualadas a outras mulheres, urbanas e rurais, não sendo observados os aspectos que levam ao seu processo de sofrimento e adoecimento tanto físico quanto psíquico decorrentes do trabalho que desenvolvem. Toda essa vulnerabilidade exige atenção específica, adequada à realidade, porém nem o Sistema Único de Saúde (SUS) nem o INSS reconhecem esses problemas.

No Espírito Santo, os estudos sobre mulheres pescadoras são quase inexistentes, no entanto, sabe-se que as mulheres representam mais de 20% do

3. O BHC é um inseticida fitossanitário organoclorado persistente.

4. O diclorodifenil tricloroetano (DDT) é o mais conhecido dentre os inseticidas do grupo dos organoclorados.

conjunto de pescadores artesanais do estado (IBGE, 2000; BRASIL; CECOPES, 2005), com destaque para a região norte do estado capixaba, que concentra o maior percentual de mulheres pescadoras, com 34,4% do universo de pescadores. Nesta região, os municípios de Conceição da Barra e São Mateus destacam-se com os maiores percentuais de mulheres na atividade pesqueira, respectivamente 43,9% e 38,5%. (BRASIL; CECOPES, 2005). Os dados tendem a confirmar a hegemonia masculina na pesca oceânica e maior presença das mulheres na pesca de água doce, mangues e estuários, no entanto, devido ao fato do não reconhecimento de atividades ligadas à cadeia produtiva da pesca como atividades próprias da pesca, particularmente aquelas desenvolvidas pelas mulheres, supõe-se haver uma subnotificação de mulheres pescadoras no estado. A invisibilização da mulher pescadora por parte dos dados, da pesquisa e das ações governamentais dificulta a elaboração de políticas públicas com recorte de gênero para o setor. Segundo Kumar (2005), as mulheres desempenham papel central, porém permanecem invisíveis e muito pouco documentadas.

Tomando como referência as informações e análises supracitadas, este trabalho buscou sistematizar informações no campo das ciências sociais que ajudassem na melhor compreensão da realidade das mulheres pescadoras. Na perspectiva de compreender o estado de saúde de mulheres pescadoras do município de Conceição da Barra, o objetivo que norteou esta pesquisa foi investigar os determinantes do processo saúde-doença vivenciado pelas pescadoras.

Para a realização deste trabalho foram adotados alguns procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, que foram eles: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental, e, no que tange à pesquisa de campo, foram realizados grupos focais com mulheres pescadoras de Conceição da Barra.

A realização de grupos focais se deu por meio de um Seminário, intitulado “I Seminário sobre Saúde e Políticas Públicas das Comunidades Pesqueiras do Norte do Espírito Santo”. Este evento ocorreu nos dias 16 e 17 de setembro de 2011 na cidade de São Mateus, ES, e contou com a participação de 137 mulheres pescadoras. Nesta oportunidade, formulou-se a organização de um grupo focal composto por nove mulheres pescadoras de Conceição da Barra, ES, conduzido pela autora desse estudo.

A escolha do grupo focal se deu pelo fato de através desta técnica extrair e analisar as informações em profundidade, com o intuito de levantar as questões postas pelos sujeitos de pesquisa, assim como, as suas diferentes percepções, a partir das interações possibilitadas durante a realização do grupo focal. Além da preocupação de estimular um clima de interação entre os participantes do grupo, também foi adotado um roteiro que norteou as questões postas pelo facilitador. Além do registro das informações que aconteceram por meio do relator com sua

observação e da gravação e transcrição das fitas, respeitando o sigilo e identidade dos participantes.

A inserção dos sujeitos de pesquisa se deu pelos critérios ser maior de dezoito anos e declarar ser pescadora de Conceição da Barra. Todos os participantes do grupo focal, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, e tiveram suas identidades preservadas, tendo sido nomeados por nomes de flores na análise aqui posta. Todo o material de pesquisa está lacrado e resguardado pelo pesquisador por cinco anos.

2 | MULHERES PESCADORAS ARTESANAIS – QUESTÕES DE SAÚDE NO CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL

Contextualizando o local da pesquisa – Conceição da Barra, ES

Conceição da Barra está localizado na região norte do Espírito Santo, há 254 Km da capital do estado, fazendo divisa com o estado da Bahia e com o município de São Mateus. De acordo com dados do IBGE atualizados em 01 de julho de 2011, a estimativa populacional do município é de 28.600 habitantes (IBGE, 2011).

O Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da população pesqueira do litoral capixaba realizado em Conceição da Barra pelo Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (2005) divulgou que o município é organizado em Associações de pescadores, maricultores, folclore, agricultores, moradores e em cooperativas de artesãos. Apesar de o município ser característico pelo trabalho da pesca, não conta com uma Secretaria de Pesca que estruture as ações neste setor (BRASIL, CECOPE, 2005).

Atrativa para os turistas, Conceição da Barra abriga o maior Parque ecológico do Estado - a Vila de Itaúnas, com exuberantes dunas de areia branca tombada como patrimônio histórico pelo seu valor arqueológico. Em Vila de Itaúnas está o Parque Estadual de Itaúnas com trilhas, um grande incentivo ao ecoturismo. Também são atrações turísticas da cidade a Floresta Nacional do Rio Preto e a Foz do Rio Cricaré. O prestígio da cidade está também na Praia do Riacho Doce, eleita a segunda praia deserta mais bonita do país. (BRASIL, CONCEIÇÃO DA BARRA, 2011).

Conceição da Barra é uma cidade conhecida pelas festas que promove, destacando-se a festa de São Pedro, o padroeiro dos pescadores. Um dos eventos que mais movimentam a economia da região é a Tenda Cultural, que ocorre no período do verão com apresentações teatrais, folclóricas e venda de artesanatos, comidas típicas e oficina de arte. A Roda de congo é um movimento tradicional da cidade, com mais de 60 anos de história. O grupo se apresenta em igrejas

e festas e visa manter a expressão cultural e religiosa dos participantes, embora não receba incentivo do poder público, fator preocupante para o grupo que receia o término da Roda. Todos os participantes do grupo são pescadores. Também as manifestações culturais como Ticumbi, Alardo, Rei de Boi, Pastorinhas e Jongo e o Forró Pé de Serra, além do carnaval de rua são grandes atrações na cidade. (BRASIL, CECOPES, 2005).

Um dos grandes problemas que a população de Conceição da Barra enfrenta é o processo de erosão marítima; muitas construções próximas à praia causaram prejuízos na vegetação de restinga. Outro fator que colabora para o processo de erosão na região é o assoreamento do Rio Cricaré, que não tem força suficiente para empurrar as correntes marítimas que passam próximo da orla, fazendo com que as correntes levem para o alto-mar sedimentos⁵.

Conceição da Barra conta com a presença de comunidades negras rurais que estão lá desde o período da escravidão e que ocupam o chamado Sapê do Norte, localizadas entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Atualmente vivem no Sapê do Norte 33 comunidades quilombolas que lutam bravamente pela retomada do seu território tradicional que se encontra nas mãos da agroindústria Suzano desde a década de 1970. Por causa da presença da Suzano na região, o município de Conceição da Barra, de acordo com os dados do IBGE de 2008, tem 34,55% da sua área total tomada por plantio de eucalipto. Também, as usinas de álcool têm um papel relevante político e economicamente. Se somadas as monoculturas de eucalipto e cana-de-açúcar (para fins de produção de álcool), estas ocupam 51,97% da área dos estabelecimentos agropecuários em Conceição da Barra (BARCELLOS, 2012).

Há grande fluxo migratório de trabalhadores em períodos do corte da cana-de-açúcar. Esses trabalhadores temporários têm sido motivo de preocupação para as comunidades da região, que veem crescendo o número de adolescentes grávidas, de contaminação por DSTs/Aids, de prostituição infantil e de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba - município de Conceição da Barra (BRASIL, CECOPES, 2005) revelou o perfil dos pescadores em Conceição da Barra. A faixa de idade predominante dos que desenvolvem a atividade pesqueira artesanal no município está entre 21-40 anos (a faixa etária entre 21-25 anos representa 15,1%; 26-30 anos, 14,3%; e 36-40 anos, 14,3%). Foi constatado que 13,6% dos/as pescadores/as estudaram até a 4ª série, e 13,6%, até a 5ª série; e 0,4% possui ensino superior completo ou incompleto. Os/as pescadores/as que se dizem católicos correspondem a 43,4%, 23,9%, são evangélicos e 27,6% se dizem não ter nenhum vínculo religioso. Constatou-se

5. Ver site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=484641>.

também na pesquisa realizada pelo Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista e Secretaria de Aquicultura e Pesca (2005) que quase 100% das famílias têm acesso à energia elétrica e 84%, à água tratada, porém ligação direta à rede de saneamento somente 10%; cerca de 78% utiliza fossas.

Do conjunto dos pescadores, 64% contribuem com a Previdência Social. Dos 49% que participam de grupos organizados, 90% são da Colônia e 10% de alguma associação. Os instrumentos de pesca mais utilizados pelos pescadores na região Norte são: rede (59,9%), tarrafa (19%), linha (13,7%) e anzol (7,2%). Como meio de transporte, o barco (27,5%) e o bote (25,9%) são os mais usados (BRASIL, CECOPES, 2005).

Panorama da realidade de saúde das mulheres pescadoras artesanais de Conceição da Barra, ES

Refletir sobre as doenças que afetam as mulheres pescadoras de Conceição da Barra reporta aos estudos de Leitão et al. (2011), no qual as autoras relacionam a saúde das mulheres pescadoras com o trabalho por elas desenvolvido. Nas suas investigações acadêmicas, as autoras puderam identificar as principais queixas de saúde de mulheres pescadoras pernambucanas, constataram, por exemplo, que os fatores de adoecimento das mulheres, em sua maioria, estão relacionados ao trabalho; coceira vaginal, dor nos ossos, unheiros, sarna, problemas de visão e de coluna, doenças de pele, problemas de estômago, corte nas mãos, pés e pernas, enfarto por causa de trabalho excessivo, pressão alta, hérnia por carregar e transportar materiais pesados integram o rol de reclamações das pescadoras artesanais (LEITÃO et al., 2011).

No caso das pescadoras de Conceição da Barra, os problemas de saúde mais comuns apresentados por elas são: dores na coluna, na cabeça, nos braços, pressão alta e artrose.

Segundo as pescadoras entrevistadas, as doenças que lhe acometem são causadas pela dinâmica que o trabalho exige de cada uma delas, referindo-se tanto ao trabalho da pesca quanto ao trabalho doméstico, como observa-se na fala de Lírio:

A gente pega muito peso menina, no final do dia, não tem braço que aguentar. É o peso na peixaria, por causa das caixa de isopor tudo, é os movimentos com as mãos pra descascar e limpar os peixes, e quando a gente chega em casa trabalha também limpando e arrumando a casa, quer dizer, chega uma hora que o corpo da gente não vai aguentar, é movimento o tempo todo, daí vem as artrose, artrite da vida, porque também é os movimento todo no gelo né, a frialdade acaba com nós, é muita dor mesmo (LÍRIO).

As atividades da pesca implicam em esforço repetitivo dos movimentos. O manejo com a faca para a limpeza dos peixes, por exemplo, é uma atividade que demanda tempo, pois segundo Lótus: “pra vender 1 quilo de camarão limpo,

você tem que trabalhar descascando ele quase que seis horas do dia. É trabalho descascar camarão”. Ou seja, o fato de terem que ficar por horas se dedicando a um trabalho que exige os mesmos movimentos contribui para que, ao longo dos anos, as pescadoras adquiram doenças advindas do processo de trabalho, como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER).

As atividades das pescadoras, em especial, das marisqueiras e limpadoras de camarão são caracterizadas por movimentos repetitivos. O esforço excessivo e repetitivo para o desenvolvimento de atividades laborais afeta o sistema musculoesquelético, levando a manifestação de sintomas, como dores e dormências nos membros superiores são sugestivos da doença de LER e são por muito desconsiderados.

Segundo Neves (2006), as lesões por esforço repetitivo (LER), caracterizada também como Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), compreendem um conjunto de síndromes que afetam principalmente os membros superiores. A característica mais comum da doença é sua relação com o trabalho. Aspectos como organização laboral, longas jornadas sem intervalos, a alta velocidade e pressão constante intensificam a possibilidade de lesões por esforço repetitivo, podendo levar o trabalhador à perda total de sua capacidade para o trabalho e até a perda de atividades cotidianas, do dia-a-dia.

Outro problema de saúde relatado pelas mulheres diz respeito à inflamação das articulações. Camélia afirma sofrer de artrite:

Com muito tempo de pesca, chega uma hora que a gente não desenvolve igual. Eu sinto dor hoje que não sentia quando comecei na pesca. Avaliando mim mesma, eu acho que fiquei com essa dor por causa da frialdade e dos movimento com as mãos. Daí minha mãos diz o médico que tem artrite, é tanto intê que essa mulherada pega (risos). (CAMÉLIA).

Sobre a artrite: Varella (s/d)⁶ diz ser uma doença inflamatória crônica nas articulações e órgãos internos podendo comprometer os movimentos. Como chamada, a artrite reumatoide (AR) pode afetar homens e mulheres em qualquer idade, porém afeta principalmente mulheres entre 50 e 70 anos. Entre os sintomas mais comuns da doença estão inchaço nas juntas das mãos, punhos, joelhos e pés que se deformam com a evolução da doença e cansaço acompanhado de febre baixa. O tratamento da artrite se dá através de medicamentos para controle da progressão das deformidades que a inflamação causa, porém não há recursos para cura definitiva da doença. O inchaço nas juntas acompanha as mulheres pescadoras em seu trabalho e sobre isso comenta Girassol:

O inchaço nos pés também é demais, porque de ficar em pé, se entra 07:00 na peixaria e ficar até de noite ou fim de tarde assim, e em pé, sem sentar, desfiando siri, descascando camarão, lavando, pondo a mão no gelo, é muita coisa de dor, o gelo queima. Então a gente sempre tem dor nas pernas, e acho que vai tudo de

6. Ver site: <http://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/artrite-reumatoide/>

saúde embora (GIRASSOL).

A atividade de limpeza e o beneficiamento do pescado dependem das pescadoras enorme energia. Além de ficarem por horas descascando com a faca o camarão, exigindo das mãos e dos braços esforço incessante, na maioria das vezes trabalham em pé, o que prejudica consideravelmente a coluna das pescadoras.

Os problemas de coluna nas comunidades pescadoras são os mais frequentes, segundo Prosenewicz et al (2012). O fato de pegarem caixas de gelo extremamente pesadas e armazenar o produto nelas, faz com que as pescadoras sofram inflamação na coluna ou deslocamento de alguma vértebra. A posição de ficar em pé por horas contribui para que aumente a dor na coluna e pernas.

Outra queixa recorrente nas falas das pescadoras diz respeito à saúde mental que carece de atenção. Relatos de uso de medicamentos psicotrópicos na busca de solucionar problemas como dor de cabeça, dificuldades no sono, crises nervosas, foram relevantes. Sobre isso relata Rosa:

A saúde não tá boa não, a gente que adoce nem sabe falar direito o que tem né, mas eu acho que é do nervo mesmo, deu depressão, acho que por causa das preocupação, perco o sono, o apetite, morro de medo, e sinto muita dor de cabeça. Eu tomo muito remédio, agora pra dor de cabeça e dormir to tomando fluoxetina (ROSA).

Segundo o psiquiatra Galeno Alvarenga⁷ uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde mostrou que, no Brasil, 500 milhões de psicotrópicos diferentes são consumidos anualmente. Desta enorme quantidade, 70% são ansiolíticos, medicamentos que agem no alívio da sensação de ansiedade, depressão, tensão ou medo.

Dentre os problemas de saúde relatados pelas mulheres pescadoras de Conceição da Barra, de nove participantes, cinco afirmam ser portadoras de hipertensão, à exemplo de Violeta que diz: *“Eu tenho pressão alta desde os 25 anos, mamãe, vovó todo mundo tinha lá em casa. Tomo remédio direitinho, não tenho problema não”*. Tulipa também associa o fato de ter adquirido hipertensão a outros fatores, como excesso de sal, e diz:

Eu gosto mesmo é de uma comida bem temperada. O médico falou pra mim que se eu parar com o sal, vou ficar boa, tenho que continuar tomando o remédio, tomo atenolol, mas vou ter a pressão controlada. Só que eu não consegui ainda tirar o sal, a comida fica ruim demais (...) (TULIPA).

Indagada sobre a saúde das mulheres pescadoras que pescam, Camomila disse:

É pressão alta, dor na coluna, dor de cabeça. Muitos tem que ir no remo, então tem muita dor nos ossos, nos ombros, no braços, por causa da frieldade, tem dor no pé da barriga, inflamação. A maioria sente isso de doença, eu tenho pressão

7. Ver site: <http://www.galenoalvarenga.com.br/medicamentos/benzodiazepinicos-rivotril-diazepan-lexotam-frontal-e-outros>

Segundo Santos et al (2005) as causas mais conhecidas da hipertensão em 90% dos casos é má-alimentação, obesidade, uso de medicamentos, fatores genéticos, estresse e sedentarismo. O tratamento para hipertensão é medicamentoso e deve ser aliado a exercícios físicos e boa alimentação, que implica controle no consumo de gordura e sal.

A chamada “frieldade, termo utilizado pelas pescadoras para se referir ao impacto que o contato com a água gelada ou gelo causa na pele, é diretamente relacionado as queixas de saúde relatadas pelas pescadoras. Muitas delas dizem sair com as mãos “queimadas” por causa do gelo, provocando hipersensibilidade. O trabalho da limpeza do pescado fura as suas mãos, chegando a causar sangramentos. Afirmam Gérbera e Orquídea: *“Olha a mão de um pescador e de uma pescadora, é tudo furada, vai tudo pro pau”* (GÉRBERA); *“A frieldade principalmente, artrose, minhas pernas são congeladas, endurecido”* (ORQUÍDEA).

O fator bebida alcoólica é encontrado em muitas famílias de pescadores. A maioria das mulheres pescadoras diz não fazer uso, restando uma parcela pequena de mulheres que dizem beber cerveja socialmente. Azaléa fala do porquê que faz uso da cerveja:

Eu tenho que me confessar, eu bebo umazinha no finais de semana. Mas sabe porquê? A vida já é tão difícil, é tanto problema de depressão, eu bebo porque eu canto, eu me divirto, eu fico mais alegre, mas não é nada demais. Eu danço, a gente fica mais feliz, você percebe isso, afasta a depressão, então eu bebo no forró, mas acabou, acabou. (AZALÉA).

O relato de Azaléa aponta uma das estratégias de enfrentamento ao processo de adoecimento vivido pelas mulheres pescadoras de Conceição da Barra. Tradicionalmente conhecido como o município do forró do Espírito Santo, em Itaúnas está concentrado o maior forró pé-de-serra do estado. Estudos comprovam que as atividades recreativas, que expressem maior sensação de liberdade, como a dança, por exemplo, contribuem para a recuperação de pessoas com depressão. O fato de a pescadora ter dito que a dança afasta a depressão e é por isso que ela dança, confirma ser a dança um mecanismo de prevenção da doença (CHAVES et al 2002).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres pescadoras artesanais do município de Conceição da Barra, ES, têm uma expressão social e política. Elas são sujeitos importantes dentro das comunidades pescadoras, porém, a sua carga de trabalho gerada tanto pela atividade da pesca quanto pela divisão sexual do trabalho, que a coloca como, na

maioria das vezes, como a única cuidadora do lar, tem levado ao seu adoecimento. As principais queixas dessas mulheres são dores nas costas, dores de cabeça, ansiedade, a hipertensão e artrite são as doenças que mais afetam essas mulheres.

O processo de adoecimento, para Laurell (1982), revela-se de maneiras diferentes e com particularidades. Como fruto das desigualdades sociais as mulheres em situação de vulnerabilidade têm suas vidas expostas às condições precárias do trabalho o que contribui consideravelmente no impacto em seu estado de saúde.

As reais condições de vida e de trabalho de mulheres pescadoras, assim como as desigualdades de gênero presentes em suas comunidades impactam a saúde dessas mulheres.

Os fatores de risco do qual as mulheres estão expostas, como ambientes de trabalho insalubres, sem condições mínimas de higiene, as longas jornadas exigidas pelo processo produtivo além das responsabilidades com o lar, se expressando em outra jornada de trabalho, são desencadeadoras de doenças nas pescadoras, sendo lesões por esforço repetitivo (LER), problemas na coluna, artrite, enxaqueca, hipertensão e doenças de pele.

O completo bem-estar das pescadoras é comprometido quando sofrem abalos emocionais advindos das preocupações, dificuldades econômicas, problemas nas relações familiares, afetando então a saúde dessas mulheres que receiam com muito medo em ficarem doentes de forma que a impossibilitem para o trabalho.

Nesse sentido, temos uma visão de que o processo saúde-doença de mulheres pescadoras está diretamente relacionado ao processo de trabalho que por sua vez, reforça a subordinação feminina. A saúde das pescadoras se agrava ainda mais quando não encontram no poder público suporte para o tratamento, sendo as políticas públicas ainda muito falhas.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Gilsa H. et al. **Estudo e relatório de Impactos em Direitos Humanos de grandes projetos: o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala.** Conceição da Barra/São Mateus, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH), 2011, p. 394. Disponível em: http://cddh.com.br/43D8346E-5ED4-41FE-A433-49D39D0A3C70/FinalDownload/DownloadId666707906B5021549865A761F125C9C8/43D8346E5ED441FEA43349D39D0A3C70/eridhgp_mococultura_eucalipto_norte_es.pdf 394. Acesso em: 28 jun. 2012.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Violência física/sexual contra a mulher na relação conjugal: estudo de casos de violência conjugal denunciados às delegacias da mulher do Estado do Espírito Santo.** 1998. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

BRASIL; CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR DOM JOÃO BATISTA. **Diagnóstico sócio-cultural-econômico da população pesqueira do litoral capixaba.** Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, 2005.

BRASIL. Saúde e Segurança do Pescador. Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República. **Série Formação e Valorização do Pescador**. Brasília, 2007.

CHAVES, E. C.; CADE, N. V. **Enfrentamento e sua relação com a ansiedade e com a depressão em mulheres com hipertensão**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. 2002, v.4, n.1, pp. 1-11.

CONCEIÇÃO DA BARRA. Secretaria de Saúde de Conceição da Barra. **Relatório Anual de Gestão**. 2011.

DIREITOS DAS MULHERES PESCADORAS. Blog O pirá do Rio Oporá. s/l. jul. 2009 Disponível no site: <<http://opiradorioopara.blogspot.com/>> Acesso em 04 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

KUMAR, K.G. **Women in fisheries: a collection of articles** In: Gender Agenda, SAMUDRA Report, Índia, ICSF, 2004.

LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social**. Revista Latinoamericana de Salud. México, 1982, 22p. Trad. E. D. Nunes.

LEITÃO, M. R.; VERAS, D. B. **O labor da maré: gênero, trabalho e cotidiano das mulheres pescadoras em Pernambuco**. In: III SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, OLHARES DIVERSOS SOBRE A DIFERENÇA, 3., 2011, João Pessoa, Anais. João Pessoa, 10p. 2011.

NEVES, I. R. **Ler: trabalho, exclusão, dor, sofrimento e relação de gênero**. Caderno de Saúde pública. Rio de Janeiro, v. 5, 2006.

PROSENEWICZ, I; LIPPI, H. **Acesso aos Serviços de Saúde, Condições de Saúde e Exposição aos Fatores de Risco: percepção dos pescadores ribeirinhos do Rio Machado de Ji-Paraná, RO**. Saúde & Sociedade. São Paulo, v.21, n.1, 2012. p.219-231.

RODRIGUES, Matilde. **Situação das mulheres pescadoras no Brasil**. Documento elaborado a partir do II Encontro Nacional das Pescadoras, realizado pela Articulação Nacional de Pescadoras. Fortim, Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras, maio 2010. Disponível em: <<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomar-bd/files/2010/08/pescadoras-do-Brasil.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2011.

SANTOS, Zélia Maria de Sousa Araújo; FROTA, Mirna Albuquerque; CRUZ, Daniele Moraes e HOLANDA, Samanta Daisy O. **Adesão do cliente hipertenso ao tratamento: análise com abordagem interdisciplinar**. Texto contexto - enferm. 2005, vol.14, n.3, pp. 332-340.

EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406) E AS CARACTERÍSTICAS DAS VIAGENS NA BAIXA IDADE MÉDIA

Data de aceite: 27/03/2020

Sofia Alves Cândido da Silva

Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Departamento de História (DHI)

<http://lattes.cnpq.br/5130423258258279>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Departamento de História (DHI)

<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: A Idade Média configura-se como um período em que ocorreram diversas produções no campo das Letras e das Artes. Dentre estas, destacamos o gênero literário Literatura de Viagens, no qual os homens medievais narravam seus deslocamentos, motivados tanto por motivos religiosos (peregrinos), quanto por motivos relacionados com a troca e venda de produtos (mercadores), como para guerrear e buscarem aventuras (cavaleiros), bem como para administrarem suas terras e estabelecerem contatos diplomáticos (reis, nobres e embaixadores). Portanto, o homem do medievo é considerado como *homo viator* pela historiografia, devido ao seu caráter de indivíduo que empreende viagens. Com isso, a partir da leitura do livro de viagens intitulado *Embaixada a Tamerlão* (1406), foi possível

observar alguns elementos essenciais para que uma viagem fosse realizada na Baixa Idade Média. Sendo assim, neste texto destacaremos quais eram os perigos, riscos e necessidades enfrentados pelos viajantes medievais. Além disso, também será apresentado como estes homens efetivavam seus deslocamentos pelas vias terrestres e marítimas. Dessa forma, o enfoque desta produção será uma discussão acerca dos meios necessários para a realização dos deslocamentos no contexto da Europa medieval.

PALAVRAS-CHAVE: Deslocamentos; Idade Média; Literatura de Viagem.

EMBASSY TO TAMERLANE (1406) AND THE CHARACTERISTICS OF LATE MIDDLE AGES TRAVELS

ABSTRACT: The Middle Ages is configured as a period in which several productions occur in the field of Letters and Arts. Among these, we highlight the literary genre Travel Literature, in which medieval men narrated their displacements, motivated both by religious reasons (pilgrims), as well as by reasons related to an exchange and sale of products (merchants), such as warfare and seeking adventures (knights), as well as to administer

their lands and establish diplomatic contacts (kings, nobles and ambassadors). Therefore, the medieval man is considered *homo viator* by historiography, due to his individual character of undertaking travels. Thus, from reading the travel book entitled *Embassy to Tamerlane* (1406), it was possible to observe some essential elements for a trip made in the Late Middle Ages. Therefore, in this text we will highlight what were the dangers, risks and needs faced by medieval travelers. In addition, it will also be presented how these men effected their travel by land and sea. Thus, the focus of this production will be a discussion of the means necessary for the realization of the displacements in the context of medieval Europe.

KEYWORDS: Displacements; Middle Ages; Travel Literature.

1 | INTRODUÇÃO

A partir da compreensão de que a Idade Média configurou-se como um período histórico em que houve uma diversidade de produções nos campos das Letras e das Artes, é possível discorrermos acerca da Literatura de Viagem. Apesar de este gênero literário ter grande expressão no medievo e na Idade Moderna, esse trabalho teve como enfoque as produções dos livros de viagens medievais em um primeiro momento. Posteriormente, de modo mais específico, trataremos apenas do livro *Embaixada a Tamerlão* (1406), no qual é possível observarmos algumas características das viagens na Baixa Idade Média.

Segundo Antonie Bouba Kidakou (2016), a denominação “Literatura de Viagem” refere-se a um *corpus* composto pelos livros de viagens e pelos relatos de viagem. Os relatos descrevem viagens reais e os livros usam técnicas dos relatos, mas descrevem viagens imaginárias. Contudo, neste texto, quando adotamos os termos livros e relatos, os utilizamos enquanto sinônimos para o vocábulo “obra literária”.

Antes de abordarmos a Literatura de Viagem em si, devemos compreender o homem medieval enquanto componentes de uma sociedade na qual os homens se deslocavam de maneira intensa. Tal proposta ocorre porque ao observarmos quem realizava as viagens é possível entender de modo mais amplo as viagens. Com isso, podemos realizar um trabalho de afunilamento, no qual partimos de uma ideia ampla das viagens e dos viajantes na Idade Média e evidenciamos os deslocamentos e os homens que os realizavam na Baixa Idade Média.

Devido a grande quantidade de deslocamentos realizados pelos homens medievais, estes foram caracterizados como *homo viator*, aqueles que seguem um caminho. Segundo José Ángel García de Cortázar (1994), estes caminhos podem ser classificados em: físicos, imaginários e simbólicos. Estas três qualidades, em diversos momentos, convergiam no homem medieval, que se movimentava para realizar algum tipo de comércio em feiras (físico), praticava a leitura de alguns

exemplares em busca de conhecimento (imaginário) e apresentava certo desapego de suas terras, devido à ideia de “viagem” ao céu e/ou ida ao paraíso (simbólico).

Entretanto, a característica supracitada sofre uma evolução – que acompanha a sociedade medieval – no sentido de que há uma “[...] paulatina desagregação dos três elementos, com o distanciamento do sujeito e dos objetos de sua atenção. [...] passa-se do movimento à quietude. Da peregrinação à estabilidade” (GARCÍA DE CORTAZÁR, 1994, p. 12). Isso ocorre devido ao processo de mudança na sociedade das três ordens – *laboratore, oratore, bellatore* –, uma vez que, grupos como os mercadores e os burgueses iniciam um processo de solidificação frente a um período de forte estratificação social. Dessa forma, há certa diminuição das viagens realizadas por diversos grupos e um aumento das viagens realizadas pelos mercadores.

Outro fator que pode ser ressaltado é a formação, disseminação e constituição das cidades medievais. Tal relevância ocorre, a partir de Jacques Le Goff (1992), pois as cidades assumem diversos papéis, como o econômico, o cultural e até mesmo de segurança. Sendo assim, há uma diminuição na necessidade dos deslocamentos até feiras longínquas, que eram motivados pela venda, por exemplo, das pequenas produções e realizado para a compra de artigos comuns (ferramentas, produtos alimentícios, roupas, etc.).

Com isso, é possível observar que as razões para a realização das viagens também se altera. Dessa forma, os deslocamentos com pretextos religiosos, caracterizados como viagens de peregrinação, são volumosos até o século XII. A mudança ocorre, neste caso, não no destino, pois os viajantes ainda dirigem-se aos locais com relíquias e para os santuários. Entretanto, o caráter da viagem passa a ser mais turístico do que de peregrinação, sendo que ser peregrino consistia em realizar um empreendimento que englobava, de certa forma, o sofrimento e os motivos para tal são religiosos e de devoção.

Sendo assim, eram comuns as viagens religiosas, realizadas por peregrinos e os percursos efetivados por mercadores, devido ao fator comercial. Apesar das mudanças nas viagens ocorridas na Idade Média, podemos elencar algumas causas, – que serão mais exploradas ao decorrer do texto –, para que os deslocamentos fossem realizados e por quem estes eram empreendidos.

A partir de algumas dessas viagens foram redigidos livros, os quais apresentavam em sua narrativa o itinerário percorrido pelos viajantes. Dessa forma, tais obras foram aglutinadas entorno da Literatura de Viagens. Esta modalidade é considerada um gênero literário de ampla produção e disseminação na Idade Média, uma vez que, como supracitado, o homem medieval pode ser caracterizado como *homo viator*. Como exemplo da grande difusão deste gênero, podemos citar o livro *Viagens de Jean de Mandeville*, produzido entre os séculos XIV e XV, o qual

foi traduzido para diversas línguas e tornou-se uma das obras mais publicadas nos anos finais da Idade Média.

Devido à heterogeneidade do grupo que compõe os homens considerados “viajantes medievais”, as produções dos relatos de viagens destes viajantes também são heterogêneas, tanto no sentido da temática, como nos modos utilizados pelos autores para redigirem seus livros. Sendo assim, a Literatura de Viagem – enquanto gênero literário – aglutina obras que, em um primeiro momento, parecem díspares entre si. Porém, é possível elencarmos algumas características que os livros de viagens medievais possuem em comum, as quais permitem classificar tais fontes no gênero em questão.

De acordo com Miguel Ángel Pérez Priego (1984), são elementos constitutivos do gênero: o itinerário, componente estrutural fundamental, que articula a narrativa; uma ordem cronológica, que confere legitimidade e verossimilhança à viagem; uma ordem espacial, associada ao itinerário, pois, há a descrição do espaço que foi percorrido; a redação da obra ocorre em primeira pessoa, com ênfase nos fatores externos e não em elementos pessoais do autor; por fim, a presença de *mirabilia*, que pode ser definida, segundo Jacques Le Goff (2015), como o termo em latim que indica o que hoje nós chamamos de “o maravilhoso”.

A partir das características supracitadas, podemos observar que algumas destas propriedades também são encontradas em outros gêneros, como nas biografias e nas crônicas. Em decorrência desta constatação, Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Moraes Cunha (2012) apresenta a Literatura de Viagem como um gênero fronteiro. Entretanto, alguns elementos distanciam tais gêneros literários. Uma vez que, nas crônicas há o predomínio do relato de feitos e sucessos da personalidade em questão, com isso estaria subordinada à função descritiva inerente ao caráter informativo. Já nas biografias, podemos observar uma distinção mais clara, pois, os processos de evolução narrativa se concentram no desenvolver de uma única pessoa.

Segundo José Antonio Ochoa Anadón (1990), após atribuímos as características ao gênero literário e com isso, enquadrarmos as obras na tipologia Literatura de Viagem, podemos subdividir os livros classificados em duas categorias, as literaturas reais e as imaginadas. A primeira consiste na elaboração de uma narrativa, na qual a viagem foi realizada de fato por um ou mais viajantes. Sendo assim, é descrito pelo autor um itinerário que foi realmente percorrido, podendo ser citado como exemplo o *Livro das Maravilhas*, de Marco Polo.

Já a segunda categoria é redigida por um autor, que a partir de um amplo repertório de textos a respeito de viagens e até mesmo sobre geografia, consegue unir diversas informações e compor um relato de viagem. Dessa forma, o trajeto descrito não foi realizado fisicamente pelo autor, esse é o caso do livro já citado,

Viagens de Jean de Mandeville.

Sendo assim, é a partir da Literatura de Viagens produzida no medievo que fomos capazes de observar algumas características das viagens empreendidas na Baixa Idade Média. Com isso, elencamos *Embaixada a Tamerlão* (1406) como obra norteadora, uma vez que, esta enquadra-se na tipologia Literatura de Viagem. O livro foi redigido por Ruy González de Clavijo e narra a viagem de uma embaixada, formada por Enrique III, soberano de Castela e Leão. O itinerário destes viajantes começa em Cadiz e tem como destino Samarcanda. Tal empresa foi proposta, pois Enrique III buscava estabelecer acordos diplomáticos com Tamerlão, imperador mongol.

Desse modo, a narrativa castelhana apresenta diversas passagens nas quais são descritos os elementos necessários para que uma viagem fosse realizada nos anos finais da Idade Média. A obra foi redigida em 1406 e narra um percurso realizado por Ruy González de Clavijo (autor da obra), Frade Alonso Páez de Santa María e Gómez de Salazar, entre os anos de 1403 e 1406. Além destes três homens que são apresentados na obra, também compunham a embaixada cerca de catorze homens, responsáveis pelo transporte dos presentes enviados por Enrique III à Tamerlão.

2 | OBJETIVOS

Buscamos observar as características das viagens realizadas na Baixa Idade Média a partir da literatura de viagens, mais especificamente do livro *Embaixada a Tamerlão* (1406). Ao situarmos os elementos necessários para realizar uma viagem no medievo, procuramos compreender os perigos enfrentados por estes homens que empreendiam tais deslocamentos e os cuidados necessários para que uma viagem fosse realizada. Com isso, elencamos quais eram os meios de transporte utilizados, com enfoque nas conduções apresentadas na narrativa castelhana, tanto pelas vias terrestres como pelas marítimas.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Como embasamento teórico, são utilizados preceitos da História Cultural, uma vez que, a partir de um debate historiográfico, pautamos as características das viagens na Baixa Idade Média em uma fonte primária. Dessa forma, buscamos compreender, como defendido por Roger Chartier (2002), o modo como tal realidade social foi construída, apresentando certa diferença entre as viagens ocorridas na Idade Média.

A despeito da realização de um resgate das viagens na Idade Média como um

todo, nosso enfoque recai sobre os deslocamentos nos séculos finais do medievo. De acordo com Lucien Febvre (1953),

A história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos, quando eles existem; e, até mesmo, na sua falta, ela pode e deve fazer-se. A partir de tudo o que a engenhosidade do historiador pode lançar mão para fabricar seu mel, na falta de flores usuais. Portanto, a partir de palavras e sinais; de paisagens e pedaços de argila; das formas de campos e de ervas daninhas; dos eclipses de lua e das coleiras de parrelha; da perícia de pedras feitas por geólogos e da análise de espadas metálicas feitas por químicos. Em suma, a partir de tudo o que, pertencente ao homem, depende e está a serviço do homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, as preferências e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1953, p. 428).

No entanto, para compreendermos tal período, foi necessário realizarmos um trabalho de contextualização, tanto a respeito da tipologia da fonte, quanto das questões acerca do contexto a qual a obra castelhana estava inserida no momento de sua produção. Para isso, foram utilizados textos de autores comentadores, como Philippe Wolff (1988), Elisa Ferreira Priegue (1994) e José Ángel García de Cortázar (1994).

4 | METODOLOGIA

Para a resolução dos objetivos foram realizadas diversas leituras. Dentre elas, destaca-se o enfoque na obra castelhana *Embaixada a Tamerlão* (1406). A partir do fichamento desta fonte, foram lidos textos de autores comentadores que auxiliaram na análise e compreensão do livro redigido por Ruy González de Clavijo. Além disso, tais textos forneceram bases acerca do contexto de redação do relato, bem como, a respeito da tipologia de fontes à qual ele faz parte.

Em um terceiro momento, entrelaçamos as duas primeiras etapas e, com isso, foi possível redigir um texto síntese, o qual aglutina elementos da fonte castelhana e informações contextuais. Sendo assim, a natureza deste trabalho pode ser descrita como teórica.

5 | DESENVOLVIMENTO

Os deslocamentos na Idade Média, em geral, ocorriam motivados pelas guerras e em razão das crenças religiosas. Sendo assim, a imagem comum do viajante no medievo é a dos peregrinos e dos cruzados. Os primeiros, segundo José Ángel García de Cortázar (1994), empreendiam uma viagem que era realizada de modo individual ou coletivo, que tinha como destino algum local santo, como Santiago de Compostela ou Jerusalém, dessa forma, tinham motivações religiosas.

Além disso, a categoria “peregrinos” era composta por um grupo heterogêneo

de indivíduos. Ou seja, poderiam ser considerados peregrinos: reis, nobres, mercadores, camponeses, artesãos, desde que estes homens percorressem caminhos embasados pela fé e pela devoção. Entretanto, os motivos para que uma peregrinação ocorresse poderiam ser distintos, sendo que a maioria era promovida por razões pessoais. Dessa forma, podemos elencar como motivadores: a busca por milagres, o cumprir de alguma promessa e até mesmo o desejo por purificação.

Já os cruzados, também podem ser inclusos na categoria dos peregrinos, uma vez que, tinham como destino Jerusalém e possuíam um caráter penitencial em seu deslocamento. As razões de tal empreendimento também são próximas aos motivadores dos peregrinos desarmados, pois em ambos os casos as viagens poderiam ter por base a busca de indulgências, que no caso dos cruzados, haviam sido fornecidas pelo papa Urbano II.

Entretanto, podemos observar que havia uma maior quantidade de viajantes na Idade Média, que não remetiam apenas ao caráter peregrino das viagens. Sendo assim, foram viajantes no medievo: mercadores, camponeses, reis, senhores feudais, homens do clero e até mesmo estudantes. Sendo que as viagens empreendidas por eles possuíam causas distintas.

Elisa Ferreira Priegue (1994) sintetiza o porquê destes homens medievais se deslocarem. Dessa forma, os mercadores realizam suas viagens para que comercializassem os produtos que estavam em sua posse. Já os camponeses, dirigiam-se às feiras e mercados para venderem os excedentes de suas produções e comparem provisões.

Os reis, senhores feudais e os membros do clero colocavam-se em movimento devido ao caráter itinerante das administrações na Idade Média, sendo assim, viajam para controlar os territórios e pessoas que estavam sob suas respectivas tutelas. Os estudantes, por sua vez, empreendiam as viagens para adquirirem conhecimento em regiões que eram consideradas expoentes no ensino, pois, é característica do medievo a existência de “polos” de aprendizagem.

Contudo, a partir da sedentarização do homem medieval, promovida em grande parte pelo apogeu das cidades, as viagens e os viajantes na Baixa Idade Média adquiriram um caráter mais específico. Com isso, a imagem de quem eram os viajantes passa dos peregrinos e cruzados para os mercadores. Isto ocorre, como defendido por Philippe Wolff (1988), devido ao avanço promovido nas áreas de cultivo, fabricação, transportes e nos negócios.

Sendo assim, as viagens “menores”, exemplificadas pelas realizadas por camponeses, tornam-se diminutas quando comparadas às grandes viagens promovidas pelos mercadores. Tal fato decorre do aumento na produção e, por consequência deste, ocorreu um acréscimo no volume dos transportes. Sendo assim, foram ampliados os deslocamentos com razões comerciais.

Outras áreas na Baixa Idade Média também apresentaram um aumento nas viagens, como por exemplo, os empreendimentos realizados por motivos políticos, como é o caso do itinerário narrado em *Embaixada a Tamerlão* (1406). Uma vez que, Ruy González de Clavijo, autor da obra, discorre acerca de uma viagem pautada em razões diplomáticas. Pois, Enrique III (soberano de Castela e Leão) buscava firmar acordos com Tamerlão (imperador turco-mongol), para que fossem cooptados auxílios e recursos contra os turco-otomanos, os quais estavam constituindo um império e, conseqüentemente, ameaçando a hegemonia cristã no Oriente Próximo (representada pelo Império Bizantino).

Além disso, ao final da Idade Média, foram ampliadas as viagens, conseqüentemente as guerras, que tinham como finalidade a conquista de territórios, uma vez que, estavam sendo delineadas as fronteiras dos reinos que, posteriormente, iriam formar os Estados Nacionais na Idade Moderna. Devido à melhora nos transportes, também era possível a realização de pequenas viagens para a resolução de conflitos, como é o caso narrado em *Embaixada a Tamerlão* (1406), no qual João VII navega pelo mar Egeu, da ilha de Metellin à Tessalônica, para reconquistar esta última região, que havia sido tomada de seus domínios por seu tio, Manuel II.

Independente de quem estava se deslocando, desde peregrinos a mercadores, os meios para que as viagens fossem realizadas dependiam das informações obtidas previamente acerca das regiões que seriam enfrentadas. Com isso, podemos ressaltar a disparidade no uso dos mapas, que aumentaram sua frequência de fabricação e utilização na Baixa Idade Média. Isto ocorreu principalmente devido aos avanços tecnológicos, representados, por exemplo, pela imprensa, que permitiram a disseminação de conhecimentos geográficos.

Elisa Ferreira Priegue (1994) comenta que nos séculos XIV e XV não havia uma cartografia terrestre minimamente funcional, que representasse as populações e os caminhos que as comunicavam. Entretanto, segundo a autora, nestes mesmos séculos “[...] foram elaborados excelentes mapas de navegação para o uso de navegadores” (PRIEGUE, 1994, p. 48). Sendo assim, podemos observar que durante a Baixa Idade Média foram produzidos mapas, mas em sua maioria eram destinados aos deslocamentos por vias marinhas.

A despeito do aumento na quantidade de mapas disponíveis, podemos observar a partir da autora supracitada, que a execução do itinerário não dependia das representações visuais. Sendo assim, os mapas auxiliavam em determinados momentos, mas não configuravam-se como elemento principal para a elaboração de uma viagem.

Conforme exposto anteriormente, as rotas e itinerários traçados dependiam de informações obtidas previamente. Uma vez que, era interessante, antes da

realização das viagens, compreender quais eram as melhores estações para atravessarem determinadas áreas, quais eram os povos que habitavam as regiões pelas quais seria necessário passar e se eles eram hostis ou amigáveis, quais eram os melhores trajetos, onde estavam situadas as paradas para reabastecimento, dentre outras informações. Com isso, a produção de obras classificadas como Literatura de Viagem se mostrava relevante para os homens medievais, já que poderiam ser utilizadas como guias, que ensinavam a respeito dos elementos comentados anteriormente.

Após reunir informações, os viajantes preparavam a viagem. Sendo assim, organizavam os instrumentos (armas e materiais para acampamento) necessários para enfrentarem o itinerário proposto, além de dinheiro, bem como, os carregamentos que iriam levar consigo. Esta última preparação pode ser exemplificada pelo transporte dos presentes enviados por Enrique III a Tamerlão, descritos na obra *Embaixada a Tamerlão* (1406).

Os meios de transporte utilizados pelos homens medievais para realizarem suas viagens podem ser divididos em dois grupos: os utilizados em empreendimentos terrestres e os usados em deslocamentos por vias marítimas. De acordo com Elisa Ferreira Priegue (1994), as viagens por terra eram em sua maioria efetivadas a pé, com o auxílio de algum animal equino no carregamento das cargas.

A montaria de animais nos percursos não era usual, pois os cavalos eram caros de se obter e também era necessário gastar um grande montante de dinheiro para sua alimentação. Na obra *Embaixada a Tamerlão* (1406), Ruy González de Clavijo narra, durante o percurso realizado entre Pera e Trebizonda, determinado momento em que os viajantes tentam conseguir cavalos para transporte.

[...] se os turcos conseguiram fornecer cavalos para transportarmos nossos produtos nós pagaríamos a eles um bom aluguel. A isto, os turcos responderam que nós poderíamos ter os cavalos no dia seguinte, mas não para este dia, prometendo enviar mensageiros para as aldeias ao redor e, portanto, tudo deveria ser arranjado (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2006, p. 54).

Para as viagens em rotas terrestres, na Idade Média já existiam alguns carros utilizados para a locomoção, entretanto, devido aos terrenos acidentados, não eram tão recorridos, sendo empregados com maior frequência em regiões do antigo Império Romano, uma vez que, nestas áreas houve a pavimentação de vias.

Nos mares, era comum a utilização de embarcações de pequeno e grande porte, dependendo do trajeto realizado e da disponibilidade na região em que os viajantes estavam. Na obra castelhana podemos observar a presença de Galés, Carracas, Galiotes e pequenas embarcações em diversas passagens do relato redigido por Ruy González de Clavijo. Sendo que, os embaixadores, diversas vezes optaram por capitães genoveses, pois este povo era conhecido por sua cultura

navegante.

Além disso, devido à formação e fixação dos mercadores enquanto categoria relevante na Baixa Idade Média, diversas embarcações eram comerciais. Com isso, era comum que as viagens fossem realizadas nestes barcos junto às mercadorias. Dessa forma, a viagem ficava à mercê das ancoragens realizadas para a compra e venda dos produtos que estavam sendo carregados. Isto pode ser observado em *Embaixada a Tamerlão* (1406), quando os viajantes ancoram na ilha de Malaga.

Sexta, que era dia 25 de Maio, quando o dia amanheceu limpo nós nos encontramos em Malaga, e ancoramos neste porto. Aqui o navio permaneceu aquele dia, também Sábado, Domingo, Segunda e a Terça subsequente, porque o capitão teve que desembarcar alguns jarros de azeite de oliva e outras mercadorias (GONZÁLEZ DE CLAVIJO, 2006, p. 14).

Acerca dos perigos que afligiam os viajantes, podemos elencar os relacionados aos climas extremos, que poderiam ocorrer tanto nas viagens por vias terrestres quanto por vias marítimas. Sendo assim, o mau tempo (chuvoso), por exemplo, poderia atrapalhar as embarcações, ocasionando naufrágios ou atrasar as viagens a pé, pois era comum acontecerem deslizamentos nas rotas percorridas pelos homens medievais.

Com isso, é possível encontrar no gênero Literatura de Viagens, dicas dos autores para os próximos viajantes, como observamos em *Embaixada a Tamerlão* (1406) no momento em que os viajantes naufragam a embarcação que haviam “fretado” para atravessar o Mar Negro. Isto ocorreu porque os embaixadores tentaram realizar a viagem no inverno, estação em que o Mar Negro não era propício a navegações.

Outra problemática enfrentada pelos homens que se deslocavam no medievo refere-se às questões de saques e roubos. No mar eram efetivados por piratas e em terra por saqueadores. Dessa forma, era aconselhado que as viagens por terra fossem realizadas em grupos ou em caravanas. Philippe Wolff (1988) comenta que nas questões relativas à pirataria e ao corso (guerras entre embarcações) “[...] era possível premunir-se contra esses riscos através da formação de comboios, acompanhados de navios de guerra. Em geral isso era muito eficaz” (WOLFF, 1988, p. 152).

Além disso, também havia o risco do itinerário dos viajantes cruzar uma determinada região dominada por inimigos, este fato ocorria principalmente nas viagens por vias terrestres. Sendo assim, era comum a contratação de guias locais para que os territórios inimigos fossem contornados, ou tentavam evitar tais localidades ao planejarem o roteiro. Tal hostilidade pode ser observada quando os enviados de Enrique III, ao naufragarem no Mar Negro, foram levados pela maré para uma ilha sob domínio turco. Para sobreviverem, os viajantes mentiram acerca

de suas origens, afirmando que eram genoveses.

6 | CONCLUSÕES

As viagens sempre ocorreram na Idade Média, por esta razão é possível categorizar o homem medieval como *homo viator*. Entretanto, houve uma alteração nos viajantes, ou seja, em quem empreendia e realizava a viagem. Com isso, ao utilizarmos *Embaixada a Tamerlão* (1406) como base da discussão acerca das características dos deslocamentos na Baixa Idade Média, fomos capazes de exemplificar com trechos da obra certos elementos que representavam particularidades das empresas realizadas nos anos finais do medievo.

A obra castelhana, *Embaixada a Tamerlão* (1406), pode ser utilizada como representação das peculiaridades dos deslocamentos presentes na Baixa Idade Média, pois foi produzida neste período e narra uma viagem que partiu de Cadiz (nos domínios de Enrique III) e teve como destino Samarcanda (capital do Império Timúrida, atualmente situada no Uzbequistão). Sendo assim, devido ao trajeto do itinerário, os embaixadores enviados por Enrique III percorreram caminhos que perpassavam por diversos reinos e impérios. Dessa forma, tiveram contato com distintas maneiras de deslocamentos, a depender dos meios disponíveis e possíveis. Além disso, os viajantes também presenciaram diferentes acontecimentos que podem ilustrar como as viagens eram empreendidas na Baixa Idade Média.

REFERÊNCIAS

ANADÓN, José Antonio Ochoa. El valor de los viajeros medievales como fuente histórica. **Revista de literatura medieval**. Madrid, n. 2, p. 85-102, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Ed. Difel, 2002.

DA CUNHA, Paula Ribeiro Cristina. Apontamentos Teóricos sobre Literatura de Viagens. **Caracol**, v. 3, p. 152-174, 2012.

FEBVRE, Lucien. Ver uma outra história. In _____. **Combates pela história**. Paris: Armand Colin, 1953.

GARCÍA DE CORTAZÁR, José Ángel. El Hombre Medieval como “Homo Viator”: Peregrinos y viajeros. **IV Semana de Estudios Medievales**. Najera, 1993. Instituto de Estudios Riojanos, Lograño, p. 11-30, 1994.

GONZÁLEZ DE CLAVIJO, Ruy. **Embassy to Tamerlane**. Abingdon: RoutledgeCurzon, 2006.

KIDAKOU, Antonie Bouba. **Leyendas, maravillas y mitos en la literatura de viajes en lo Siglo de Oro: usos y recursos**. Madrid: Cultiva Libros, 2016.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Edições 70: Lisboa, 2015.

LE GOFF, Jacques. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. Estudio literario de los libros de viajes Medievales. **EPOS**: Revista de filología. Madrid, n.1, p. 217-239, 1984.

PRIEGUE, Elisa Ferreira. Saber viajar: arte y técnica del viajen en la edad media. **IV Semana de Estudios Medievales**. Najera, p. 45-69, 1994.

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?** Martins Fontes: São Paulo, 1988.

O NASCIMENTO E RENASCIMENTO DO *BALÉ LA SYLPHIDE* E A CRIAÇÃO DO TUTU ROMÂNTICO

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 10/01/2020

George Ricardo Carvalho Monteiro

Escola de Artes Ciências e Humanidades da
Universidade de São Paulo
São Paulo - SP

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6560221735031612>

Francisca Dantas Mendes

Escola de Artes Ciências e Humanidades da
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5767250736806527>

RESUMO: A estreia do balé *La Sylphide* de Philippe Taglioni, em 1832, na Ópera de Paris, inaugurou a era do balé romântico, transformando de forma profunda e definitiva a concepção e encenação de balés e canonizando um traje de cena inovador: o tutu romântico. O sucesso imediato levou a obra para diversos palcos da Europa e América, mas na segunda metade do século XIX deixou de ser encenada. Em 1972, o bailarino, coreógrafo e pesquisador francês Pierre Lacotte recriou o bailado original e o devolveu ao repertório da Ópera de Paris. A reconstrução de Lacotte foi remontada em diferentes companhias de

dança espalhadas pelo mundo e, em 1990, incorporada ao repertório do Corpo de Baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Este artigo tem como objetivo realizar um estudo bibliográfico e documental da trajetória histórica do balé *La Sylphide*, desde sua versão original, coreografada por Taglioni, em 1832, passando por sua reconstrução assinada por Lacotte, em 1972, e finalizando com sua remontagem para o Corpo de Baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1990. A pesquisa também contempla aspectos históricos e estéticos do traje de cena da personagem Sílfide, dessa mesma obra. As principais fontes de pesquisa são a bibliografia especializada em história da dança e do *design* de figurinos para balé, entrevistas semiestruturadas, bem como documentos do acervo da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O artigo pretende disseminar e preservar a memória da história da dança e do traje de cena para balé.

PALAVRAS-CHAVE: Balé. Traje de cena. Sílfide. Pierre Lacotte. Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

THE BORN AND REBORN OF THE *BALLET LA SYLPHIDE* AND THE CREATION OF ROMANTIC TUTU

ABSTRACT: Philippe Taglioni's *La Sylphide* ballet debut in 1832 at the Paris Opera inaugurated the era of romantic ballet, transforming the design and performance of ballet in a deep and definitive way and canonizing an innovative stage costume: the romantic tutu. The immediate success took the work to various stages in Europe and America, but in the second half of the nineteenth century was no longer staged. In 1972, French dancer, choreographer and researcher Pierre Lacotte recreated the original ballet and returned it to the Paris Opera repertoire. Lacotte's reconstruction was traced back to different dance companies around the world and, in 1990, incorporated into the repertoire of the Ballroom of the Municipal Theater of Rio de Janeiro. This article aims to conduct a bibliographical and documentary study of the historical trajectory of *La Sylphide* ballet, from its original version, choreographed by Taglioni, in 1832, through its reconstruction signed by Lacotte, in 1972, and ending with its reassembly to the Body of Ball of the Municipal Theater of Rio de Janeiro, in 1990. The research also contemplates historical and aesthetic aspects of the scene costume of the character Sylph, of that same work. The main sources of research are bibliography specializing in dance history and ballet costume design, semi-structured interviews, as well as documents from the Rio de Janeiro Municipal Theater Foundation and Rio de Janeiro National Library. The article aims to disseminate and preserve the memory of the history of dance and ballet costume.

KEYWORDS: Ballet. Costume. Sylph. Pierre Lacotte. Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte de um estudo realizado pelo autor para a confecção de uma dissertação de mestrado intitulada "O traje de cena da Sílphide do balé *La Sylphide* de Philippe Taglioni e Pierre Lacotte: um estudo dos aspectos formais do design e das técnicas de construção", vinculada ao Programa de Pós-graduação em Têxtil e Moda da Universidade de São Paulo e defendida em setembro de 2019.

2 | ANTES DE *LA SYLPHIDE*

O balé surgiu na Itália renascentista sob a tutela da burguesia abastada e da aristocracia. O *ballet ou balletto* era uma forma de dança erudita e metrificada, ensinada pelos mestres de dança e encenado como entretenimento de corte em festas temáticas ostentosas, no final do século XV. Esses festejos foram conhecidos com vários nomes como momos (*momeries*), mascaradas (*mascherate*) (Figura 1)

e interlúdios (*intermedii* ou *intermezzo*). A erudição, metrificacão e o ensino regular da dança marcou o fim da espontaneidade e a divisão definitiva entre dança cortesã e dança popular. Tal processo foi grandemente influenciado pelas características dos trajes das classes dominantes que inviabilizavam a execucao de uma dança expansiva e livre. A indumentaria da época era constituída fundamentalmente por calças apertadas, sapatos enormes e gibões para os homens, e longas anáguas, espartilhos bem ajustados e saias para as mulheres (PORTINARI, 1989; CAMINADA, 1999; HOMANS, 2010).



Figura 1 – Mascherate na Corte do Imperador Maximiliano I

Fonte: Dürer (1517).

Ao casar-se com o Duque de Orleans (1519-1559), futuro Rei Henrique II da França, Catarina de Médicis (1519-1589) implantou e foi grande incentivadora da tradiçao dos *ballettos* na corte parisiense. Sob sua tutela nasceu em 1581 o *Ballet Comique de la Reine*, primeira obra do gênero balé de corte; considerada a expressao inaugural do balé como espetáculo. Luis XIV (1638-1715), o rei bailarino, foi um amante dedicado do balé de corte e, durante seu reinado, criou a Academia Real de Dança; iniciativa que gerou a codificacão e profissionalizacão do balé. Na França do século XVII o balé de corte inspirou novos gêneros de espetáculos, como a comédia-ballet, a tragédia lírica e a ópera-ballet (BOURCIER, 1987; HOMANS,

2012). O balé de corte foi o primeiro gênero de bailado a transformar o traje do bailarino em um elemento expressivo, que comunicava as características e emoções do personagem pelo uso de elementos visuais simbólicos. Apesar de estar integrado à narrativa dramática e, algumas vezes, adaptar a forma para privilegiar a performance, estes trajes ainda preservavam elementos da moda do vestuário de corte dos séculos XVI e XVII (MENDES, 2015). A obra-prima do gênero balé de corte foi o *Ballet de la Nuit*, dançado por Luís XIV (Figura 2) e encenado em 23 de fevereiro de 1653 na sala do Petit-Bourbon, no Louvre.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 2 – Luís XIV como Apolo no *Ballet de la Nuit*, 1653

Fonte: Gisse (1653).

Em nome do decoro, havia sérias restrições à participação da mulher em espetáculos e os papéis femininos nos balés de corte eram sempre representados por homens mascarados e travestidos. As damas participavam no *grand ballet* do final, que incluía todas as damas do palácio e tinha, assim, uma conotação social (ELLMERICH, 1988; PASI, 1991, MENDES 2015). Foi somente no final do século XVII que as mulheres passaram a ter participação no balé-espetáculo (ELLMERICH, 1988).

No final do seu reinado, em 1713, Luís XIV criou uma companhia de dança profissional permanente vinculada à Academia Real de Dança e constituída por

dez homens e dez mulheres. A ação marcou a profissionalização definitiva dos bailarinos e o começo da ascensão da figura feminina nos espetáculos de balé. Um grupo de bailarinas ganhou destaque, em especial: Marie Thérère de Subligny (1666-1735), Marie Sallé (1707-1756) e Marie Camargo (1710-1770) (PORTINARI, 1989; CAMINADA, 1999; MENDES, 2015).

À medida que os bailarinos da academia desenvolveram técnica cada vez mais brilhante e virtuosa, os pesados trajes de cena foram simplificados para proporcionarem maior liberdade de movimentos. Marie Sallé e Marie Camargo contribuíram para a reforma do figurino feminino encurtando as saias e suprimindo os saltos dos sapatos (HOMANS, 2012; MENDES, 2015).



Figuras 3 e 4 – Marie Sallé e Marie Camargo

Fonte da Figura 3: Lancret (1732). Fonte da Figura 4: Lancret (1730).

Durante o século XVIII ocorreu uma ampla e radical reestruturação das artes na Europa. A revigoração do balé foi protagonizada por muitos agentes, que compartilhavam o desejo de repensar a herança aristocrática francesa, povoada por personagens mitológicos e heroicos, e tornar a dança à imagem do próprio homem (HOMANS, 2012). Jean-Georges Noverre (1727-1810) foi o mais influente dos reformadores desse período e o pai de um novo gênero: o balé de ação. Reuniu ideias claras sobre o balé de ação em um corpo doutrinário e impôs tais ideias por meio de um numeroso e célebre conjunto de obras, cento e cinquenta balés no total. O conjunto de ideias desenvolvido por ele em *Lettres sur la danse et sur les ballets*, é regido por dois princípios: 1) o balé deve narrar uma ação dramática, sem interrompe-la com *divertissements*; 2) a dança deve ser natural e expressiva (BOURCIER, 1987). Na elaboração de um novo gênero, Noverre fez críticas e

sugestões a vários aspectos fundamentais da dança cênica de sua época: trajes de cena, técnica, organização da Ópera, formação dos bailarinos, estilo e composição dos balés.



Figura 5 – Jean-Georges Noverre

Fonte: Perronneau (1764).

Sobre as máscaras e a importância da expressão do rosto Noverre escreveu:

‘Tive coragem de proscrevê-las do teatro [...] Sempre considerei as máscaras de madeira ou cera como um invólucro espesso e grosseiro que abafa os afetos da alma e que não lhe permitem manifestar as impressões que sente...’ [...]. ‘O rosto [...] é o órgão da cena muda, é o intérprete fiel de todos os movimentos da pantomima: é o suficiente para banir as máscaras da dança’ (BOURCIER, 1987, p. 171).

Escreveu também sobre os trajes de cena inadequados:

‘No ano de 1762, declarei guerra às enormes perucas da Ópera [...]’. A variedade e a verdade nos trajes... são tão raras quanto na música, nos balés e na dança simples. O ouro por toda a parte: o camponês, o marinheiro, o herói estão sempre sobrecarregados; quanto mais um traje é ornado de bugigangas, lantejoulas, filó e rendas, mais adquire mérito diante do autor e do espectador sem gosto. Não queria mais esses toneletes rígidos que, em certas posições, colocam, por assim dizer, as ancas nos ombros e que eclipsam todos os contornos... Diminuiria em três quartos as crenolinas ridículas de nossas dançarinas; impedem também a liberdade, a rapidez e a ação pronta e animada da dança... Diminuem a graça dos braços; na verdade, enterram a graça...’ (BOURCIER, 1987, p. 171).



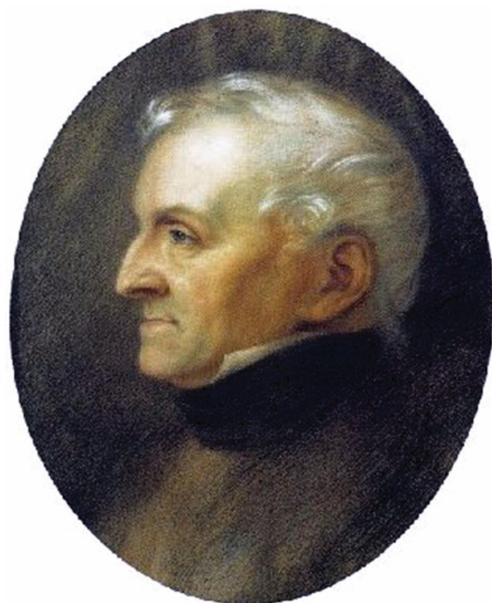
Figuras 6 e 7 – Croquis dos figurinos dos personagens Sultan e Sultane de balé não identificado de Noverre.

Fonte da Figura 6: Boquet (1791a). Fonte da Figura 7: Boquet (1791b).

As *Lettres sur la danse et sur les ballets* foram amplamente difundidas e criaram um forte movimento de ideias renovadoras. Seu conceito de balé como um gênero artístico completo foi replicado em toda a Europa por intermédio de seus alunos Dauberval e Gardel, admiradores como Vestris e Le Picq e discípulos indiretos, como Bournonville, Aumer e Vigano (BOURCIER, 1987). Seus conceitos estão vivos até hoje e influenciaram grandemente a criação do balé romântico (HOMANS, 2012).

3 | LA SYLPHIDE E O TUTU ROMÂNTICO

A era do balé romântico foi inaugurada com a estreia de *La Sylphide*, de Philippe Taglioni (Figura 8) em 12 de março de 1832, no *Théâtre de l'Académie Royale de Musique*, em Paris. O bailado em dois atos obteve triunfo imediato e exerceu uma influência imensa na forma de produzir e encenar balés. Nasceu com libreto de Adolphe Nourrit, música de Jean Madeleine Schneitzhoeffter, coreografia de Philippe Taglioni, cenários de Pierre Ciceri e figurinos de Eugène Lami. O elenco da estreia foi encabeçado por Marie Taglioni (a Sílphide), Joseph Mazilier (James) e Lise Noblet (Effie) (BEAUMONT, 1953; BOURCIER, 1987).



Figuras 8 e 9 – Philippe Taglioni (1777-1871) e Marie Taglioni (1804-1884)

Fonte da Figura 8: Balletto [...] (sem data). Fonte da Figura 9: Kriehuber (1839).

O libreto da obra baseou-se em *Tribby* ou *Le Lutin d'Argail*, publicado em 1822, conto de Charles Nodier inspirado em uma lenda escocesa. Portinari (1989, p. 86-87) sintetiza o enredo da seguinte forma:

A história se passa na Idade Média em brumosa aldeia da Escócia onde seres de mundos opostos – o real e o irreal – vivem amor impossível. No dia de seu casamento com Effie, o jovem James é atraído pela aparição de uma sílfide que só ele pode ver. Deixando noiva e convidados, o rapaz acompanha a sílfide a um bosque. Apaixonado pela visão, James esquece o compromisso. Mas a sílfide sempre escapa, brincando e voando, confundindo-se com as companheiras. Uma feiticeira aparece e dá ao rapaz uma estola mágica que impedirá a sílfide de voar. [...] James envolve a sílfide com a estola. Ela perde as asas e morre entre suas companheiras. A feiticeira exulta diante do sofrimento do rapaz. Ao longe, ele avista um cortejo nupcial. Cansada de esperar, Effie se casa com outro aldeão.

La Sylphide refletiu de forma incontestável os ideais do Movimento Romântico pela atenção à natureza, ao exotismo, ao sobrenatural, ao espiritual e ao irracional, expressos no enredo, na coreografia, na cenografia e no figurino (BOURCIER, 1987; FARO, SAMPAIO, 1989; CAMINADA, 1999). Estabeleceu a mística da bailarina, Marie Taglioni (Figura 9) foi aclamada sacerdotisa e o balé se tornou domínio feminino, um feminino sobrenatural que encantava um masculino terreno. Bailarinas de carne e osso se transformaram em criaturas espirituais, cujos corpos delicados e fluidos, de formas transparentes, se dissolviam na luz, conquistando o ar e o espaço. O habitat destes seres estava na natureza selvagem e indomada, ideia exaltada pelo Movimento Romântico, metáfora para o irracional e a liberdade do mental da causalidade. O efeito de super-realidade teatral foi alcançado pela associação de diversos recursos: trajes de cena com saias longas de camadas

vaporosas de tule se tornaram o uniforme da bailarina, as sapatilhas de pontas e a técnica extrema da dança aérea e de elevação simularam a ausência de peso e gravidade, a iluminação cênica a gás e a cenografia criaram ambientações suprarreais, os alçapões no palco proporcionaram efeitos mágicos de entradas e saídas de cena do elenco (KIRSTEIN, 1984; HOMANS, 2012).

Beaumont (1953, p. 85) fornece uma descrição do traje da Sílfide (Figura 10):

Eugène Lami, o desenhista do guarda-roupa deste bailado, criou um traje de musselina branca que sugeria a vaporosidade da sílfide. Consistia esse vestido num corpete justo, que deixava nus os ombros e pescoço, uma saia em forma de sino que chegava até o meio da perna, *maillot* rosa pálido e sapatos de cetim; os únicos enfeites eram uma fita azul claro na cintura, um par de minúsculas asas entre as omoplatas, um ramallete no seio, pulseiras e um colar de pérolas, e uma guirlanda de convólculos para prender os cabelos.



Figura 10 – Marie Taglioni como a Sílfide

Fonte: Chalon (1845).

La Sylphide marcou uma revolução na indumentária teatral ao estabelecer o uniforme da bailarina e sua silhueta em forma de sino, agora conhecida como tutu romântico (BEAUMONT, 1953; KIRSTEIN, 1984; GUEST, 2012). A absoluta simplicidade do traje da Sílfide foi uma novidade para a época, mas seu significado não foi imediatamente percebido e com o passar do tempo adotado como um modelo para as cenas etéreas, que se tornaram muito populares (GUEST, 2012).

A tradição atribui a criação do figurino da Sílfide, usado por Marie Taglioni, à

Eugène Louis Lami (Figura 11), um pintor, aquarelista, litógrafo, ilustrador e *designer* francês, responsável pelo desenho do guarda-roupa de *La Sylphide* (LEMOISNE, 1912; POTTER, 2005; GUEST, 2012). Tornou-se um pintor muito conhecido na capital francesa durante a Monarquia de Julho e no Segundo Império francês, por suas pinturas com temática histórica e gravuras para livros. Algumas de suas obras estão em exposição no *Musée du Louvre* e no *Château de Versailles* (LEMOISNE, 1912).



Figura 11 – Eugène Lami (1800-1890)

Fonte: Delaroche (1834).

Beaumont (1946) e Guest (2012) afirmam que não há qualquer evidência documental que sustente o crédito à Lami da criação do traje da Sílfide, uma vez que os projetos dos figurinos do pintor para o guarda-roupa de *La Sylphide* estão preservados na *Bibliothèque de l'Opéra* e o croqui para o traje da Sílfide não é encontrado. Guest sugere que a ausência deste desenho na série incompleta do projeto do guarda-roupa do bailado pode indicar que ele não foi desenhado como os demais, mas criado pelo departamento de figurinos a partir da instrução de se confeccionar um figurino totalmente branco.

Guest questiona também a reivindicação de ter sido o primeiro traje com saia em forma de sino usado no balé. Esclarece que na estreia, em 1832, a saia não era tão volumosa e muito semelhante na forma às usadas em balés anteriores como a do traje de Pauline Montessu na cena da sonâmbula de *La somnambule*, de 1827 (Figura 12). Antes disso, Carlo Blasis escreveu em seu manual técnico

Traité élémentaire, théorique et pratique de l'art de la danse, editado em 1820, que “A roupa usada pelas alunas em suas aulas [...] é composta por corpete e saia de musselina branca, uma faixa preta é colocada em volta da cintura” (POTTER, 2005, p. 8). Barbieri (2017) sugere que estas saias que se tornaram o uniforme dos *ballet blanc*, uma sobreposição de oito camadas de tarlatana, possam ter sido concebidas a partir das anáguas da década de 1830.



Figura 12 – Pauline Montessu na cena da sonâmbula de *La somnambule*
Fonte: Rouargue; Lacauchie (1827).

Guest (2012) acredita que o motivo do figurino da Sílfiide não ter causado sensação em sua estreia foi pelo fato de não apresentar qualquer inovação em seu *design*. Ele se apoia também no fato de que o desenvolvimento da saia em forma de sino foi gradual e seguiu os padrões da moda da época, crescendo em circunferência até atingir o máximo de volume durante o Segundo Império, com o apogeu da crinolina. Fischer (1931) relata que Eugène Lami falava livremente do seu passado e do trabalho na *Opéra*, no entanto nunca confidenciou sobre a invenção do tutu, algo que ele teria direito de se orgulhar e não teria motivos para negar. Nenhuma pessoa do seu círculo de relações pôde confirmar se ele desenhou ou confeccionou com suas próprias mãos o primeiro tutu romântico com muitas camadas de gaze e tarlatana, mas concordaram que ele seria capaz fazê-lo.

Sobre a trajetória do bailado no século XIX, Beaumont (1953, p. 88) escreveu:

O bailado [...] foi constantemente montado e reencenado na maioria das capitais europeias, algumas vezes com a coreografia original, doutras em novas versões compostas por outros *maîtres de ballet*.

O bailado de Philippe Taglioni, em sua versão original, foi apresentado em Londres e em Berlim (1832), Estados Unidos (1835), Viena (1836), São Petersburgo (1837) e Milão (1841). Após a despedida dos palcos de Marie Taglioni, em 1847, *La Sylphide* continuou no repertório da *Opéra de Paris* até 1858, totalizando 146 apresentações. Em sua última temporada na capital francesa, a obra foi escolhida para a estreia da protegida de Marie, Emma Livry (Figura 13), então com 16 anos de idade (FARO, SAMPAIO, 1990; BOURHIS, 1996; HOMANS, 2012; SMITH, 2012).



Figura 13 – Emma Livry como a Sílfige

Fonte: Bibliothèque [...] (1855-1875).

La Sylphide sobreviveu até o século XX em outras versões, no entanto a mais duradoura e mais dedicada à memória desse bailado francês foi a do bailarino, coreógrafo e diretor de balé dinamarquês Auguste Bournonville. A versão nórdica de *La Sylphide* estreou em 28 de novembro de 1836 no Teatro Real Dinamarquês, em Copenhague, com Lucile Grahn como a Sílfige e o próprio Bournonville como James (FARO, SAMPAIO, 1990; GUEST, 2012; HOMANS, 2012).

Cem anos depois de sua última apresentação na *Opéra*, o bailarino, coreógrafo e pesquisador francês, Pierre Lacotte, devolveu a *La Sylphide* de Taglioni ao repertório do *Ballet de l'Opéra National de Paris*, em uma versão reconstruída em

1972 a partir de uma longa e profunda pesquisa documental (FARO, SAMPAIO, 1990; HAMMOND, 2012).

4 | PIERRE LACOTTE E A RECONSTRUÇÃO DE *LA SYLPHIDE*

Pierre Lacotte (Figura 14) formou-se na *École de Danse de l'Opéra de Paris*, ingressou no corpo de baile dessa casa em 1946 e foi promovido a primeiro bailarino em 1951, antes de seguir como artista convidado para Nova Iorque, Londres, Alemanha e Suíça. Fundou em 1955 sua própria companhia de balé, *Les Ballets de la Tour Eiffel* e dirigiu os *Ballets Jeunesses Musicales de France*, em 1963 (PIERRE ..., 2013).

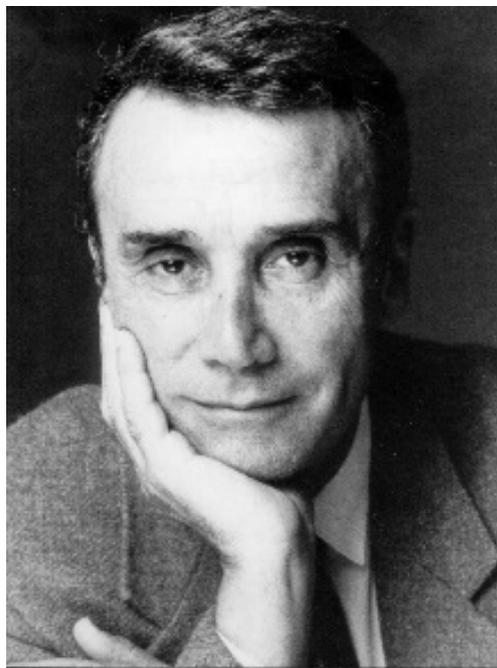


Figura 14 – Pierre Lacotte (1932)

Fonte: Pöhn (sem data).

O interesse de Lacotte pelo lendário balé *La Sylphide* nasceu em sua juventude quando ainda era aluno da *École de Danse de l'Opéra*. Ele frequentava a Biblioteca da Ópera entre aulas e ensaios e lá descobriu documentos sobre Marie Taglioni e *La Sylphide*, tornando-se obcecado por esta obra-prima perdida e também pela figura de Marie. Em 1946 assistiu a uma versão incompleta produzida por Victor Gsovsky, com Rolant Petit e Nina Vyroubova nos papéis principais. Continuou pesquisando com o objetivo de reconstruir as partes que faltavam, coletando dados em todos os teatros onde dançou a procura de quaisquer documentos. Aos dezoito anos, a convite de Harald Lander, dançou o papel de James da versão de August Bournonville, em uma exibição para a televisão, o que incitou ainda mais Lacotte a

voltar às fontes da versão original (LACOTTE, 2013a; BOISSEAU, 2013).

A descoberta de objetos e documentos de Marie Taglioni depositados no *Musée du Louvre* por seu neto, Auguste Guilbert de Voisins, em 1968, indicou o nome e o endereço dos arquivos de sua avó, que na ocasião estavam espalhados em coleções particulares. À medida que as investigações avançavam, Lacotte coletou as críticas publicadas em todos os países onde o bailado de Philippe Taglioni fora encenado, algumas das quais escritas por ex-bailarinos e continham descrições detalhadas das sequências de passos, dando-lhes nomes. Ele conseguiu os desenhos e anotações registradas pelo coreógrafo, bem como a partitura do “violino condutor” que pertencera ao próprio Taglioni, em que passos e *mise en scène* estavam meticulosamente descritos (LACOTTE, 2013a; BOISSEAU, 2013). Obteve os cadernos de aula de Paul Taglioni (filho de Philippe Taglioni) e os cadernos de anotações de Antoine Titus, mestre de balé em São Petersburgo, encarregado da montagem de *La Sylphide*, em 1839 (MURACHCO, 1990). Consultou os arquivos da *Bibliothèque de l’Opéra de Paris* onde encontrou preservados o inventário detalhado dos figurinos de Lami e as maquetes do cenário desenhadas por Ciceri, bem como todos os projetos das máquinas de cena, utilizadas nos efeitos de palco (MURACHCO, 1990; LACOTTE, 2013a).

Lacotte leu os testemunhos de bailarinos que trabalharam na Rússia com Marie, que evocavam sua maneira de dançar, quando ele apresentou *La Sylphide* em São Petersburgo. Ele também foi instruído por Lubov Egorova (que trabalhou com Christian Johansson, um dos últimos *partners* de Marie Taglioni) e Carlotta Zambelli sobre a pantomima da cena em que a Sílfide aparece na janela, as sequências de passos de Effie e uma parte das danças escocesas. (LACOTTE, 2013a, BOISSEAU, 2013). Embora Lacotte tenha coletado uma quantidade enorme de documentos, faltaram algumas peças para completar seu quebra-cabeça. Sobre a reconstrução da coreografia, ele confidenciou:

Foi necessário reconstruir a coisa toda como um afresco antigo, do qual faltavam fragmentos. Eu coreografei sequências inteiras no espírito da época. Com muita sinceridade e sem ostentação. Eu confiei no meu trabalho e nas minhas intuições. Um exemplo: no começo do Ato II, eu não sabia como a Sílfide entrava em cena. Então, havia essa rocha no planalto e imaginei que a Sílfide poderia aparecer deslizando sobre ela. Algum tempo depois, tive a oportunidade de trabalhar no Teatro Mariinsky, em São Petersburgo. Tive acesso à alguns documentos e a sorte de encontrar um desenho da cena que mostrava a Sílfide sobre trilhos, precisamente, para deslizar sobre esta famosa rocha! (BOISSEAU, 2013, n.p).



Figura 15 – Ghislaine Thesmar, Michaël Denard e corpo de baile em *La Sylphide*

Fonte: Levieux (cerca de 1971).

A pesquisa de seis anos de Lacotte resultou em um especial para a televisão francesa realizado por Yves-André Hubert, em 1 de janeiro de 1972. Um corpo de baile foi constituído por meio de audição e para os papéis dos protagonistas foram convidados Ghislaine Thesmar, primeira bailarina do *Ballet des Jeunesses Musicales de France*, e Michaël Denard, Étoile da *Opéra* (Figura 15) (BOISSEAU, 2013, LACOTTE, 2013a).

Após a exibição do filme, o diretor da Ópera de Paris, Bernard Lefort, propôs a Lacotte a montagem do bailado para sua companhia com os mesmos protagonistas (BOISSEAU, 2013). A *Opéra* apresenta regularmente *La Sylphide* em Paris, mas também em suas turnês internacionais. Lacotte remontou *La Sylphide* em Novosibirsk, Buenos Aires, Roma, nos Estados Unidos, Praga, Monte Carlo, Verona, no Japão, Nanci, Helsinque e Rio de Janeiro (LACOTTE, 2013).



Figura 16 – *La Sylphide* com o *Ballet de l'Opéra de Paris*

Fonte: Ray (2013).

5 | A LA SYPHIDE DE TAGLIONI NO BRASIL

La Sylphide de Philippe Taglioni foi apresentado pela primeira vez no Brasil em 1848 no Teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, com Anna Trabattoni. Retornou à cidade em 1987, no palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro (TMRJ), dançado pelo Ballet do Teatro Colón de Buenos Aires, na versão de Pierre Lacotte de 1972 (THEATRO ..., 1997).

A produção de *La Sylphide* para o TMRJ foi negociada em 1989 para estrear em 1990, período em que a direção do Corpo de Baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro (CBTMRJ) foi exercida por Tatiana Leskova. A intenção de Leskova era incorporar ao repertório da companhia a versão de Pierre Lacotte, uma reconstrução da *La Sylphide* de Philippe Taglioni, de 1832, de grande valor histórico e inédita no Brasil. Os ensaios começaram em fevereiro de 1990 e a estreia estava programada para o início de abril (BOTAFOGO, 2006; BOTAFOGO, 2019).

Em 16 de março de 1990, um dia após Fernando Collor de Mello assumir a presidência do Brasil, foi anunciado e instituído oficialmente o Plano Brasil Novo, conhecido de fato como Plano Collor. O plano deflagrou uma crise cultural ao contribuir para o fim dos patrocínios subsidiados pela Lei Sarney (Lei no. 7.505, de 2 de julho de 1986), impactando imediatamente nos espetáculos com grande infraestrutura de produção. *La Sylphide*, com chancela do coreógrafo Pierre Lacotte, participação de solistas da *Opéra de Paris* e patrocínio do Banco Francês e Brasileiro, era a montagem mais aguardada para aquela temporada e estava em

andamento há quase dois meses sob a supervisão do próprio Lacotte, quando teve seus recursos financeiros congelados pelo Plano Collor e a estreia, programada para o dia 10 de abril de 1990, foi adiada para o segundo semestre, tão logo a verba do patrocínio fosse liberada. Os ensaios prosseguiram sem interrupção até o início de abril, quando aconteceu o ensaio geral e a produção ficou pronta com todos os elementos: figurinos, cenários, música, iluminação e coreografia, supervisionados de perto pelo próprio Lacotte (ARAÚJO, 1990; MUGGIATI, 1990; TRINDADE, 1990; BOTAFOGO, 2006; BOTAFOGO, 2019).

A primeira temporada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro (TMRJ) aconteceu nos dias 28 de agosto a 14 de setembro de 1990 com a participação dos solistas da *Opéra de Paris*: Elisabeth Platel como a Sílfiide, Manuel Legris como James (Figura 17) e Delphine Moussin como Effie. A orquestra do TMRJ foi comandada pelo francês Michel Queval, regente da *Opéra de Paris*. O elenco principal brasileiro também foi integrado por Nina Farah e Aurea Hammerli como Effie, Antonio Gaspar e Dennis Gray como Madge, Hélio Bejani e Rodolfo Rau como Gurn e Irene Orazen como a Mãe (ARAÚJO, 1990; MUGGIATI, 1990; TRINDADE, 1990; THEATRO ..., 1990; BOTAFOGO, 2006; BOTAFOGO, 2019).



Figura 17 – Elisabeth Platel e Manuel Legris no primeiro ato de *La Sylphide*

Fonte: Moraes (sem data).

Clausulas do contrato de patrocínio concediam os direitos de montagem da obra ao TMRJ pelo prazo de dez anos e previa uma turnê por capitais brasileiras, integrada por cerca de 80 bailarinos, orquestra do TMRJ e 45 profissionais da produção e da técnica. *La Sylphide* teve três apresentações em São Paulo, duas

em Belo Horizonte e duas em Brasília, sempre encabeçadas pelo elenco principal de bailarinos franceses. Quando a produção retornou ao TMRJ, nos dias 22, 23 e 25 de setembro, Ana Botafogo, Paulo Rodrigues e Aurea Hammerli assumiram definitivamente a liderança do elenco principal (ARAÚJO, 1990; TRINDADE, 1990; BOTAFOGO, 2019).

No ano de 1997, *La Sylphide* ganhou nova temporada no TMRJ nos dias 7, 8 e 9 de novembro. Pierre Lacotte retornou ao Rio de Janeiro para a remontagem, trazendo Elisabeth Platel como sua assistente. Ana Botafogo e Paulo Rodrigues (Figura 18) foram novamente escalados para interpretar o casal protagonista e, desta vez, dividiram os papéis com Fernada Diniz, Teresa Augusta e Francisco Timbó. No papel de Effie, revezaram-se as bailarinas Teresa Augusta e Renata Versiani. A regência da orquestra do TMRJ estava sob a responsabilidade do italiano Alessandro Sangiorgi. Na ocasião, o francês Jean-Yves Lormeau ocupava a coordenação artística do CBTMRJ (RUBIN, 1997). Esta montagem retornou aos palcos do TMRJ pela última vez na temporada de 1998, nos dias 23, 24, 25 e 26 de julho de 1998 e foi assinada por Elisabeth Platel (MENEZES, 1998).



Figura 18 – Ana Botafogo e Paulo Rodrigues no primeiro ato de *La Sylphide*

Fonte: Divulgação (sem data).

6 | CONCLUSÃO

Percebe-se a importância histórica e artística do balé *La Sylphide* de Philippe Taglioni na trajetória da dança cênica mundial e seu impacto no desenvolvimento

dos processos de produção dessa arte coreográfica. A reconstrução de Pierre Lacotte resgatou do esquecimento uma obra mestra do balé de grande relevância e permitiu que o público tivesse um olhar retrospectivo sobre a história da dança e as contribuições que ele deu para o desenvolvimento:

- da cenografia com a inclusão de maquinário de efeitos especiais complexo e inovador;
- da iluminação cênica com introdução da iluminação a gás, possibilitando a criação de diferentes ambientações;
- na técnica do balé com a consolidação do uso das sapatilhas de ponta que simulavam a ausência de gravidade e o voo das sílfides.
- no figurino com a canonização do tutu romântico como o traje de cena da bailarina que concilia com perfeição a necessidade de liberdade de movimentos com as demandas técnicas e estéticas da caracterização do personagem.

Notória também é a contribuição que a remontagem da obra assinada por Lacotte, realizada com excelência, deixou para o desenvolvimento da dança e das artes cênicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wagner. A montagem brasileira. **Dançar especial: La Sylphide**. São Paulo: Empresa Editorial de Comunicação, 1990. p. 11-12. Edição especial.

BALLETTO.net. **Talioni, Filippo**. Sem data. Retrato de Philippe Talione de artista desconhecido. Pastel sobre papel. Acervo do *Museo del Teatro alla Scala di Milano*. Disponível em: <http://www.balletto.net/magazine/personaggi/taglioni-filippo>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BARBIERI, Donatella. **Costume in performance: materiality, culture, and body**. London: Bloomsbury Academic, 2017.

BEAUMONT, Cyril. **Ballet design: past and presente**. London: Hazell, Watson & Viney, 1946.

_____. **O livro do ballet: um guia dos principais bailados dos séculos XIX e XX**. Tradução de João Henrique Chaves Lopes. Porto Alegre: Editora Globo, 1953.

BIBLIOTHÈQUE Nationale de France. **Artistes dramatiques de Paris**. 1855-1875. Foto de autor desconhecido retratando a bailarina Emma Livry como a Sílfide do balé *La Sylphide*. Acervo da *Bibliothèque Nationale de France*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8438660q/f10.item>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BOISSEAU, Rosita. **La Sylphide, un rêve éveillé**. Paris: Opéra National de Paris Magazine, 2013. Disponível em: <https://www.operadeparis.fr/magazine/la-sylphide-un-reve-eveille> Acesso em 20 de dezembro de 2018.

BOQUET, Louis. **Sultan**. 1791a. Projetos de figurinos de Louis-René Boquet contidos na obra *Habits de Costume pour l'exécution des ballets de Mr. Noverre dessinés par Mr. Boquet premier Dessinateur des enus Plaisirs Du Roi de France, tome II, p. 2*. Acervo da *National Library of Sweden*. Disponível em: <https://www.wdl.org/en/item/17192/>. Acesso em: 14 mar. 2019a.

BOQUET, Louis. **Sultane**. 1791b. Projetos de figurinos de Louis-René Boquet contidos na obra *Habits de Costume pour l'exécution des ballets de Mr. Noverre dessinés par Mr. Boquet premier Dessinateur des enus Plaisirs Du Roi de France, tome II, p. 3*. Acervo da *National Library of Sweden*. Disponível em: <<https://www.wdl.org/en/item/17192/>>. Acesso em: 14 mar. 2019b.

BOTAFOGO, Ana. Apêndice B: entrevista com Ana Botafogo. In: MONTEIRO, George. **O traje de cena da Sílfide do balé *La Sylphide* de Philippe Taglioni e Pierre Lacotte**: um estudo dos aspectos formais do design e das técnicas de construção. 2019. 281 f. Dissertação de mestrado – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. **Na ponta dos pés: a trajetória de uma estrela**. São Paulo: Globo, 2006.

BOURCIER, Paul. **História da dança no ocidente**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BOURHIS, Josseline Le. 1832: *La Sylphide* e o início do Romantismo na dança. In: OPÉRA NATIONAL DE PARIS. **La Sylphide**. Paris: Opéra National de Paris, 1996.

CAMINADA, Eliana. **História da dança: evolução cultural**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

CHALON, Edward. **Theatre and Performance Collection**. 1845. Litografia colorida à mão retratando Marie Taglioni como a Sílfide no bale *La Sylphide*. Dimensões: 56 cm x 43 cm. Acervo do *Victoria & Albert Museum*. Disponível em: <<https://collections.vam.ac.uk/item/O106178/print-collection-print-chalon-alfred-edward/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DELAROCHE, Paul. **Paul Delaroche (1797-1856)**. 1834. Retrato de Eugène Lami. Lápis, carvão e giz colorido sobre papel. Dimensões: 9 pol. x 7 5/8 pol. Acervo da *Terenchin Hudson NY*. Disponível em: <<http://www.terenchin.com/2013/04/18/paul-delaroche-1797-1856/>>. Acesso em: 12 de ago. 2017.

DIVULGAÇÃO. **A montegem brasileira**. Sem data. Dançar Especial: *la Sylphide*, no. 7, São Paulo: Editorial de Comunicação, edição n. 7, 1990. p. 11 Número especial.

DÜRER, Albrecht. Masquerade at the Court of the Emperor Maximilian I. 1517. Xilogravura em preto e branco. Disponível em: <<https://fineartamerica.com/featured/durer-masquerade-1517-granger.html>>. Acesso em 4 ago. 2019.

ELLMERICH, Luis. **História da dança**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1988.

FARO, Antonio José; SAMPAIO, Luiz Paulo. **Dicionário de balé e dança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. 426 p.

FISCHER, Carlos. **Les Costtumes de l'Opéra**. Paris: Librairie de France, 1931.

GISSEY, Henry. **Costumes du Ballet intitulé: "La Nuit," représenté à la Cour en 1653, dans lequel Louis XIV figura habillé en soleil: [dessin]**. 1653. Desenho, medindo 27,2 cm de altura e 17,8 cm de largura. Acervo da *Bibliothèque Nationale de France*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b52502200s/f1.item.r=ballet%20de%20la%20nuit>>. Disponível em: 7 dez. 2017.

GUEST, Ivor. The genesis of *La Sylphide*. In: SMITH, Marian Elizabeth (Org.). **La Sylphide: Paris 1832 and beyond**. Hampshire, UK: Dance Books, 2012.

HOMANS, Jennifer. **Os anjos de Apolo: uma história do ballet**. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa: Edições 70, 2012.

HAMMOND, Sandra. Something old or something new?. In: SMITH, Marian Elizabeth (Org.). **La**

Sylphide: Paris 1832 and beyond. Hampshire, UK: Dance Books, 2012

KIRSTEIN, Lincoln. **Four centuries of ballet.** New York: Dover Publications, 1984.

KRIEHLBER, Josef. **Maria Taglioni Kriehuber.jpg.** 1839. Litografia retratando a bailarina Marie Taglioni. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Marie_Taglioni>. Acesso em: 27 abr. 2019.

LACOTTE, Pierre. À la recherche du ballet perdu... OPÉRA NATIONAL DE PARIS. **La Sylphide.** Paris: Opéra National de Paris, 2013a. p. 53-54.

LANCRET, Nicolas. **Portrait de la danseuse Marie Sallé.** 1732. Detalhe do retrato de Marie Sallé em óleo sobre tela, medindo 42 cm de altura e 54 cm de largura. Acervo do *Château Rheinsberg*. Disponível em: <<https://www.akg-images.fr/archive/Portrait-de-la-danseuse-Maria-Salle-2UMDHUU9I2PW.html>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

LANCRET, Nicolas. **La Camargo Dancing.** Cerca de 1730. Detalhe do retrato de La Camargo em óleo sobre tela. Acervo da *National Gallery of Art*, Washington. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_Camargo_Dancing_by_Nicolas_Lancret,_c._1730,_oil_on_canvas,_view_2_-_National_Gallery_of_Art,_Washington_-_DSC09962.JPG#filehistory>. Acesso em: 5 mar. 2019.

LEMOISNE, Paul-André. **Eugène Lami, 1800-1890, vol. 1.** Paris: Goupil, 1912.

LEVIEUX, Francette. **Je pense que je vais être un tannante.** Cerca de 1971. Tumblr: Aurelie-Dupont. Ghislaine Thesmar (Sílfi), Michaël Denard (James) e corpo de baile durante as filmagens de *La Sylphide* em 1971. Disponível em: <<http://aurelie-dupont.tumblr.com/post/163113771160/ghislaine-thesmar-and-micha%C3%ABl-denard-in-lacottes>>. Acesso em: 23 set. 2018.

MENDES, Francisca Dantas. **A Dança do Corpo Vestido – Um Estudo do Desenvolvimento do Figurino de Balé Clássico até o Século XIX.** São Paulo: Mombak, 2015.

MENEZES, Berenice. **“La Sylphide” volta aos palcos.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1998. B, p. 2. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=217248&Pesq=lacotte> Acesso em 15 de maio de 2019

MORAES, Lewy. **A arte como criação do mundo.** Sem data. *Dançar Especial: la Sylphide*, no. 7, São Paulo: Editorial de Comunicação, edição n. 07, 1990. p. 5. Número especial.

MUGGIATI, Anna. **A mãe do balé romântico.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1990. Programa, ano 5, no. 747, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=14976&Pesq=corpo%20de%20baile%20do%20theatro%20municipal%20do%20rio%20de%20janeiro>

Acesso em 15 de maio de 2019

MURACHCO, Cristina. Pierre Lacotte: arqueólogo ou criador? **Dançar especial: la Sylphide.** São Paulo: Editorial de Comunicação, edição n. 07, 1990. p. 8. Número especial.

PASI, Mario. **A dança e o bailado.** Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

PERRONEAU, Jean-Baptiste. **Portrait of Jean-Georges Noverre.** 1764. Retrato de Jean Georges Noverre em pastel. Acervo do *Musée du Louvre*. Disponível em: <<https://dancadepoisdos20.wordpress.com/tag/jean-georges-noverre/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PIERRE Lacotte. **La Sylphide.** Paris: Opéra National de Paris, 2013. p. 56-57.

PÖHN, Michael. **Pierre Lacotte, la passion de danse.** Foto sem data. Retrato de Pierre Lacotte que ilustra entrevista assinada por Marie-Astrid Gauthier da *ResMusica*. Acervo da *Wiener Staatsoper*.

Disponível em: <<http://www.resmusica.com/2010/11/15/pierre-lacotte-la-passion-de-la-danse/>>. Acesso em: 31 de março de 2018.

PORTINARI, Maribel. **História da Dança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

POTTER, Michelle. **Soft, gauzy ballet dresses**. Brolga, Braddon, v. 23, 6-11, 1 dez 2005. Disponível em: <http://michellepotter.org/wp-content/uploads/2011/12/soft_gauzy_ballet_dresses1.pdf>

Acesso em 15 de agosto de 2017.

RAY, Ann. **La Sylphide, un revê éveillé**. Octave Magazine, 2013. 2013. Corpo de baile da Ópera de Paris em *La Sylphide*. Disponível em: <<https://www.operadeparis.fr/magazine/la-sylphide-un-reve-eveille>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ROUARGUE, Emile; LACAUCHIE, Alexandre. **Jerome Robbins Dance Division**. 1827. Litografia de Emile Rouargue segundo Alexandre Lacauchie, retratando Pauline Montessu na cena da sonâmbula de *La somnambule*. Dimensões: 28,5 cm x 21,5 cm. Acervo da *New York Public Library*. Disponível em: <<https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47e2-0bec-a3d9-e040-e00a18064a99>>. Acesso: 29 nov. 2018.

RUBIN, Nani. **Movimentos românticos**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1997, p. 29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=217248&Pesq=lacotte> Acesso em 15 de maio de 2019

SMITH, Marian Elizabeth (Org.). **La sylphide: Paris 1832 and beyond**. Hampshire, UK: Dance Books, 2012.

THEATRO Municipal do Rio de Janeiro. **La Sylphide**. Programa do espetáculo. São Paulo: Missault Produções, 1990.

_____. **La Sylphide**. Programa do espetáculo. Rio de Janeiro: Fundação Theatro Municipal, 1997.

TRINDADE, Mauro. **O mito da imortalidade**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1990. Cidade, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=14_976&Pesq=corpo%20de%20baile%20do%20theatro%20municipal%20do%20rio%20de%20janeiro> Acesso em 15 de maio de 2019

ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA PARA O PROTAGONISMO JUVENIL

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 30/01/2020

Josegley Andrade de Lucena
Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/8366556444449978>

RESUMO: Este artigo pretende refletir sobre os desafios e as contribuições da disciplina de Filosofia nas escolas em tempo integral do Estado da Paraíba. Tem como problematização analisar qual o lugar do Ensino de Filosofia em meio ao protagonismo juvenil preconizado por essas escolas, e como incentivar nas aulas de Filosofia o “pensar filosófico” na busca de jovens autônomos, competentes e solidários. Para tanto, pressupõem-se que o Ensino de Filosofia contribua para a formação crítica e criativa numa perspectiva do protagonismo de professores e estudantes. Optou-se pela fundamentação teórica em Alejandro Cerletti, pois este estabelece o protagonismo de professores e estudantes para a possível recriação dos seus modos de ensinar e aprender Filosofia. Mas também foram utilizados outros filósofos como referências complementares a esses estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Filosofia; filosofar; protagonismo.

TEACHING PHILOSOPHY AT SCHOOLS
IN INTEGRAL TIME: CHALLENGES AND
CONTRIBUTIONS OF PHILOSOPHY TO
YOUTH PROTAGONISM

ABSTRACT: This article aims to reflect on the challenges and contributions of the Philosophy discipline in integral time schools in the State of Paraíba. Its problematization is to analyze the place of Philosophy Teaching in the midst of the youth protagonism advocated by these schools, and how to encourage “philosophical thinking” in Philosophy classes in the search for autonomous, competent and supportive young people. Therefore, it is assumed that the Teaching of Philosophy contributes to critical and creative training from a perspective of the protagonism of teachers and students. We opted for the theoretical foundation in Alejandro Cerletti, because this establishes the protagonism of teachers and students for the possible recreation of their ways of teaching and learning Philosophy. But other philosophers were also used as complementary references to these studies.

KEYWORDS: Philosophy Teaching.

1 | INTRODUÇÃO

No ano de 2016 foi implantado no Estado da Paraíba o modelo de escola em tempo integral. O projeto piloto deste modelo começou com 8 unidades escolares sendo expandida para 33 em 2017, 102 em 2018, 153 em 2019 e no ano corrente conta com 229 unidades de ensino em tempo integral. O projeto que era uma medida provisória apenas veio a se tornar lei estadual em 2018 com a lei nº 11.100 de 06 de abril de 2018; este fato teve como consequência a mudança da nomenclatura dessas unidades de ensino, a saber: Escolas Cidadãs Integrais Estaduais – ECIE; e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas Estaduais – ECITE. Nesse modelo de ensino os alunos permanecem na instituição no turno da manhã e da tarde, o mesmo ocorrendo com os professores que exercem suas atividades de ensino com dedicação exclusiva.

Mas o que chama atenção dessas escolas públicas é a oferta das disciplinas diversificadas que buscam promover uma educação de excelência com formação para a vida e para as competências do século XXI, além das disciplinas constituintes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Ou seja, um modelo pedagógico embasado na chamada Pedagogia da Presença e na Educação Interdimensional, preconizada pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, onde existe a intenção de colocar o foco do ensino no projeto de vida dos estudantes que, por sua vez, exercem o protagonismo juvenil, sendo este último a principal característica do modelo objetivado pelas escolas integrais.

A origem do termo protagonismo, segundo COSTA, 2011, p. 7, vem do grego, onde Proto quer dizer o primeiro, o principal; e *Ágon* significa luta ou *Agonista*, lutador. Portanto, *Protagonista*, seria o lutador principal. Seu conceito, também segundo o mesmo autor, seria:

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso (COSTA, 2011, p. 7).

Assim, do ponto de vista pedagógico, o protagonismo juvenil tão disseminado nas ECIE e ECITE se refere aos estudantes que se mostram capazes de se autoafirmarem como sujeitos da educação e tomam para si a responsabilidade de atuarem como personagem principal de determinada ação com vistas a uma solução real dos problemas encontrados. Portanto, segundo esta visão, a proatividade é um constructo do jovem no ambiente escolar ou mesmo fora dela. Desse modo, como consequência da prática do protagonismo na escola espera-se que os jovens sejam autônomos, ao mesmo tempo em que busquem ser solidários e competentes.

Entende-se por jovens autônomos aqueles que são capazes de avaliar e decidir baseado nas suas crenças, conhecimentos, valores e interesses; jovens solidários são a fonte de solução, de iniciativa, de ação e de compromisso associado a responsabilidades; e jovens competentes são os capazes de projetar uma visão de si próprio no futuro, amadurecendo gradativamente um processo decisório sobre aquilo que deseja para a sua vida.

Considerando todos esses preceitos que determinam a centralidade do modelo pedagógico para as ECIE e ECITE, uma vez que todas as disciplinas da BNCC devem se embasar por estes critérios em seus planos de ensino, temos que a Filosofia como disciplina ainda constituída no currículo do ensino médio – pois vivemos um tortuoso embate político que coloca em risco sua permanência – se depara com constantes dificuldades entre os educadores para a sua prática de ensino. Dentre muitos percalços, o Ensino de Filosofia ainda busca seu lugar de estabilidade no âmbito do novo modelo de ensino implantado, mas não caberá aqui nos deter nas considerações de ordem político-administrativas (pelo que seria possível e importante discorrer, por exemplo, sobre problemas sérios que envolve a desqualificação de profissionais que se aventuram no ensino da referida disciplina nas escolas integrais). O que nos interessa no momento é a compreensão do lugar do Ensino de Filosofia nesse novo modelo de escola. Se é possível para o saber filosófico contribuir com o protagonismo juvenil. Quais os desafios que a Filosofia enfrenta no cotidiano dessas escolas? E, o mais importante, será possível pensarmos o protagonismo nas aulas de Filosofia?

2 | LUGAR DO ENSINO DE FILOSOFIA NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

Se considerarmos os primórdios da Filosofia veremos que ela não nasce numa instituição de ensino, ela nasce sem lugar; a Filosofia era um saber livre. No tempo de Sócrates ela se manifestava na praça pública, caminhando pelas ruas de Atenas, nas casas dos seus anfitriões; começaram a surgir algumas escolas de Filosofia, como a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles e, logo em seguida, foram aparecendo algumas comunidades filosóficas que não eram propriamente escolas, como a Stoá de Zenão e os Jardins de Epicuro. Enfim, a Filosofia nasce sem instituição e se desenvolve por meio de comunidades filosóficas, ela nasce sem rumo, como alguém que caminha sem direção, um caminhante errante; a própria atividade filosófica é um caminho, pois não se sai nem se chega a lugar nenhum, porque o que importa é o caminhar, o filosofar (KOHAN, 2018). Se assim pensarmos, podemos dizer que sempre existiram muitas possibilidades, ou lugares para a Filosofia porque nunca houve um lugar específico para se filosofar, pelo fato da Filosofia nascer nômade.

Assim, colocadas as questões desta forma podemos nos perguntar: será que é natural fazer filosofia na escola? Ou, especificamente, podemos dizer que não há necessidade de se ter aulas de Filosofia nas escolas? Claro que não! Pois vivemos em outra época, em outros contextos, e o fato da Filosofia estar presente na escola não ser algo tão natural a sua própria natureza, isso já significa que sua presença requer um cuidado bem maior por aqueles que a manipulam, ou seja, os professores de Filosofia.

Portanto, tendo em mente que o Ensino de Filosofia na escola não é algo tão natural, mas é ao mesmo tempo algo de necessário, em virtude da criação de uma cultura filosófica no ambiente acadêmico dos jovens em geral, ou mesmo pelo fato da Filosofia se localizar naquilo que é o impossível, isto é, temos de pensá-la a partir do impossível; os professores de Filosofia devem a todo custo buscar um lugar adequado e estável do saber filosófico ao menos em sua sala de aula. A escola pensada originalmente como espaço de tempo livre é um lugar que se aproxima muito da Filosofia, uma vez que para se filosofar é imprescindível o ócio, isto é, um espaço e um tempo para se executar o pensamento (KOHAN, 2018).

Nas escolas em tempo integral o professor da disciplina em pauta ministra apenas uma aula por semana em cada turma do ensino médio, ou ensino médio e técnico, além de aulas extras que surgem pela necessidade de substituição por falta de professores. Neste caso, o espaço e o tempo adequado ao ensino de Filosofia existe de forma mais concreta se compararmos com as escolas da rede regular de ensino. Além do mais, não são poucos os espaços físicos que o professor pode considerar como ponto de apoio aos estudantes que buscam “tirar dúvidas” sobre as aulas ou até conversar de forma mais aberta sobre temas e assuntos falados durante as aulas que despertaram interesse. Porém, ressaltamos aqui que o primordial é que o docente aproveite ao máximo o espaço e o tempo destinados para as aulas de Filosofia, mesmo porque, na estrutura física das ECIE e ECITE, já existe uma Sala de Aula Temática configurada para as aulas dessa disciplina e que, inclusive, existe a liberdade dos próprios estudantes e professores criarem novas configurações para ambientação deste espaço e assim possibilitar a organização do espaço alinhado aos conteúdos filosóficos, a liberdade e diversificação de metodologias de ensino e aprendizagem e a otimização do tempo.

Contudo, o que se espera é que os professores se façam presentes nesses espaços e que os alunos se sintam atraídos pelo filosofar, porque de nada adianta ter uma sala apropriada e criada para a finalidade de se filosofar e não a utiliza de forma adequada. Se os docentes percebem que existe a busca incessante dos jovens por respostas imediatas aos seus questionamentos, seus desejos, suas angústias, suas alegrias e tristezas, então porque não trazê-las para estes espaços; está aí a importância dos diálogos com os estudantes, pois o pensamento é como

um mar revolto e as vezes nos deixa perdidos; a Filosofia pode servir para nos encontrar nesse mar, mas isso só será possível por meio de um filosofar que nos guie até o porto mais próximo. Assim, o exercício do pensamento incentivado nos lugares propícios da escola e, principalmente, na sala de aula de Filosofia acarreta um lugar de privilégio do saber filosófico nas escolas em tempo integral, um lugar de crítica e de criação peculiares.

3 | CRITICIDADE E CRIATIVIDADE COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE E COMPETÊNCIA

Partimos da premissa de que o exercício do pensar estabelecido clara e objetivamente pelo professor contribui de forma positiva para a formação de estudantes críticos e criativos, conforme as palavras de Sílvio Gallo:

O que justifica a presença da filosofia como disciplina no currículo do ensino médio é a oportunidade que ela oferece aos jovens estudantes de desenvolverem um pensamento crítico e autônomo. Em outras palavras, a filosofia permite que eles experimentem um “pensar por si mesmos” (GALLO, 2007).

Nesse sentido, a Filosofia é reconhecida como uma experiência fundamentalmente do pensamento, que permite elucidar determinado problema, sendo o principal objetivo da aula de Filosofia, oportunizar ao estudante a possibilidade da experiência filosófica, isto é, a experiência com o pensamento conceitual. Assim, o papel do professor do ensino médio pode e deve viabilizar essa perspectiva na disciplina Filosofia através do exercício que todos os filósofos sempre fizeram, isto é, recomeçar para depois avançar.

Temos que esclarecer bem essa questão do pensamento crítico, tendo em vista que não é toda e qualquer crítica que pode ser considerada filosófica. Qualquer pessoa pode ter criticidade, um cientista em relação aos fenômenos, um artista em relação as formas de arte e até mesmo um religioso em relação aos textos sagrados. Mas o que diferencia a criticidade filosófica das outras? O pensamento filosófico critica a realidade banal, o *status quo*, critica o que é *dado* não apenas para questionar e julgar, mas também em virtude da sua inquietude pela mudança, seja uma mudança a nível social quando critica a corrupção política ou mesmo uma mudança a nível pessoal quando o indivíduo poderá se autocriticar para se tornar alguém melhor; por isso, a crítica filosófica não é ingênua ao ponto de criticar sem querer mudanças, uma vez que a filosofia não é neutra, o pensamento filosófico sempre toma um posicionamento, até mesmo se todos forem contra essa posição tomada. Por isso a importância do professor de Filosofia na busca por explorar em suas aulas esse pensamento crítico, na necessidade de se instaurar um ambiente recheado de inquietudes com vistas a uma mudança concreta. Por tudo isso,

estamos reafirmando o que Cerletti escreve em seu livro *Ensino de filosofia como problema filosófico*:

Uma pergunta filosófica premida pela necessidade prática de ser utilitária dará respostas triviais, ingênuas ou, justamente, “inúteis”. A tarefa do professor-filósofo não será abandonar-se a esse constructo de necessidades (...) mas, justamente, desnaturalizá-lo e exibir por que constitui o marco que dá sentido às demandas de “utilidade” e a que se refere com elas. “O filósofo” radica na possibilidade de revisar os supostos que apresentam como óbvio certo estado de coisas e as perguntas que são próprias desse estado de coisas naturalizado. (CERLETTI, 2009, p. 47).

Pois bem, estamos defendendo aqui a contribuição das aulas de Filosofia como merecedoras de um lugar especial na vida dos alunos das escolas em tempo integral como um todo e mais ainda para os estudantes que se destacam como protagonistas, pois se estes ensejam ser indivíduos proativos que não se prendam à banalidade das coisas e sim lancem um olhar mais criterioso sobre os eventos tidos como naturais no próprio ambiente escolar. Cabe aqui dizer sobre o desafio que o Ensino de Filosofia tem em incentivar a participação proativa dos protagonistas, o professor de Filosofia tem que buscar ferramentas para esse incentivo, seja através da melhoria das suas aulas, seja por meio de atividades que atinjam o nível esperado de pensamento crítico.

Entendemos que é através do pensamento crítico que os estudantes se tornam autônomos, uma vez que conceituamos autonomia como a capacidade que uma pessoa tem de determinar ela mesma o modo de organização e as regras às quais se submete. No nosso caso, falamos em “autonomia de um aluno”, ou seja, da sua capacidade de organizar o trabalho sem ajuda ou coação externa. Está aí a importância das aulas de Filosofia, pois através delas os jovens vão percebendo que é preciso verdadeiramente se tornarem pessoas autônomas já na escola. A Filosofia possibilita que os estudantes criem a partir de suas visões de mundo uma realidade diferente, para tanto, a que se instaurar uma ação educativa em conjunto para dar espaço à criação por meio dos próprios alunos. Numa outra linguagem, podemos colocar a palavra sub-versão, utilizada por Aspís e Gallo, conforme afirmam abaixo:

Tal ação educativa dentro da escola seria ela também uma subversão da versão maior praticada nas escolas. Uma ação de instigar nos jovens, de forma rigorosa, a partir do pensamento filosófico, o desejo de criar. Semear desejos de *sub-versões* seria uma fonte geradora de diferenças, cada um buscando ser ele mesmo, contra as obediências em massa. Essa prática pode até mesmo não se restringir ao espaço da sala de aula, ao horário da aula. É possível sugerir uma disponibilidade que os faça praticar mais possíveis interferências filosóficas em seus cotidianos. (ASPIS e GALLO, 2009, p. 16).

Aspís e Gallo acreditam que se o estudante entender que a Filosofia é necessariamente algo voltado ao cotidiano, que ela pode pensar naquilo que os incomoda, poderão acreditar que por meio da reflexão filosófica vivam melhor. E

se podemos exercitar a razão autonomamente podemos filosofar, “[...] a filosofia criativa voltada para os problemas vividos, visando equacioná-los conceitualmente, é potencialmente revolucionária” (ASPIS e GALLO, 2009, p. 66).

Veja que os autores expandem o ambiente de ação do saber filosófico e isso seria de muita contribuição se considerarmos que os problemas vivenciados nas escolas em tempo integral não são novidades e também não são raras as decisões tomadas sem o mínimo de criticidade e criatividade na resolução deles. Assim, se os alunos, protagonistas ou não, se conscientizassem do poder revolucionário que a Filosofia lhes possibilita, então quem sabe ao ver as coisas de outra perspectiva poderiam se envolver mais no cerne das questões que envolvem tais problemas e assim buscar resolvê-los de forma mais criativa. Mas como instigar os estudantes a serem críticos e criativos?

Admitindo que na área de Ensino de Filosofia existe muita discussão sobre o objeto de estudo de muitos professores dessa disciplina, no que tange ao *ensinar Filosofia* ou *ensinar a filosofar* e, por consequência dos diversos trabalhos que defendem o Ensino de Filosofia pautado no *filosofar*, onde muitos se alicerçam na ideia de que o professor de Filosofia deveria de alguma maneira conduzir os estudantes no processo do filosofar e transformar as suas aulas em verdadeiros lugares de investigação, seja dos problemas que a Filosofia trata ou mesmo de temas que podem ser trabalhados a partir de um ponto de vista filosófico; buscamos aqui fundamentar também a defesa do *filosofar* no Ensino de Filosofia desde um protagonismo que deve nascer nas aulas de Filosofia, no contato direto entre professor e estudantes. Caso isto aconteça de forma intensa, acreditamos que o processo crítico e criativo será prolífero.

O que se propõe é o estímulo do “pensar filosoficamente” não apenas partindo do professor para o aluno, como numa via de mão única, mas no conjunto da aula de Filosofia, onde se cria um espaço propício entre professor e estudantes na busca de respostas aos problemas filosóficos criados ou por pensadores já consolidados na História da Filosofia ou por eles mesmos. Essa ideia constata-se no que Alejandro Cerletti afirma como um dos pontos principais para se considerar o processo do filosofar em sala de aula considerando a repetição como possibilidade de criação, como se o diálogo em sala de aula reavivasse um problema discutido por um filósofo anteriormente, fazendo com que haja uma espécie de atualização do assunto em questão. Assim, em suas palavras:

Em toda filosofia há algo de repetição e algo de criação. Algo de instalação na continuidade do que a história da filosofia exige e algo de aparecimento de elementos novos. O que definirá a potência de um filosofar é a preponderância dos elementos de novidade ante os de continuidade (CERLETTI, 2009, p. 33).

Cerletti reafirma que o que fazem os filósofos é re-criação e re-construção

de problemas, rememorando o passado para conectar as respostas para o futuro, uma vez que não é possível se criar conceitos do nada. Isto significa dizer que tanto aluno como professor devem permanecer num diálogo horizontal que garanta o mínimo da atitude filosófica requerida para se estabelecer o questionamento de determinado problema, mesmo que os dois busquem objetivos peculiares no ambiente da sala de aula. O importante aqui é permitir que nessa convivência prevaleça a possibilidade de criação a partir da repetição.

O que se tem aqui é a separação de dois aspectos do ensino/aprendizagem de Filosofia: o objetivo, que seria o material existente, e o subjetivo, que seria o momento de recriação de conceitos. “quem filosofa pensará os problemas de seu mundo em, desde ou contra uma filosofia” (CERLETTI, 2009, p. 33). Por isso, o ato filosófico propriamente dito se caracterizará pela medida em que os saberes são revisados no contexto de uma aula e a partir desses saberes os estudantes juntamente com o professor buscarão contextualizar para sua atualidade os problemas filosóficos já trabalhados em outras épocas e instâncias.

Nesses termos, o processo de criação filosófica também envereda para o auxílio dos prerrequisitos das escolas integrais no sentido de formar estudantes solidários e competentes, pois uma vez criativos buscam compartilhar sua criação com seus colegas e uma vez que aprendem se sentem capazes para disseminar com firmeza os conhecimentos buscando se tornar ainda mais habilidosos naquilo que criaram. O desafio do Ensino de Filosofia, portanto, é tornar esse processo de criação e recriação nessas instituições públicas de ensino uma iniciativa constante, uma luta incansável pela transformação do espaço escolar em verdadeiras comunidades de criação filosóficas fazendo dos estudantes seres verdadeiramente autônomos, solidários e competentes.

4 | PROTAGONISMO FILOSÓFICO DE PROFESSORES E ESTUDANTES

O Ensino de Filosofia se depara com o desafio comum nas escolas em tempo integral, o desafio de lidar com uma juventude imediatista que enseja por um lugar confortável na sociedade, seja por meio de uma profissão digna no mercado de trabalho, seja por uma vaga na universidade no curso que sonhou. Esse é um dos desafios em que o professor de Filosofia tem que chamar para si a responsabilidade de se fazer presente, no sentido de engajar-se na difícil tarefa de emancipação dos seus estudantes.

Há um pensamento de Walter Benjamin que nos faz refletir sobre essa questão. Em meio a crítica que faz ao estudante de Filosofia de sua época, Benjamin afirma o seguinte:

Por um lado, ele deve ser ao mesmo tempo criador, filósofo e professor, de acordo com sua essência e determinação natural. A partir daí resultam a forma da profissão e da vida. A comunidade de homens criativos eleva todo estudo à universalidade, sob a forma da filosofia (BENJAMIN, 1986, p. 155).

Embora essa afirmação seja em referência ao estudante de Filosofia universitária do início do século XX, podemos aqui colocá-la como um ensinamento básico para nossa investigação. Assim, se considerarmos que o professor de Filosofia deve ser o primeiro a manifestar-se como protagonista em sua aula, criando nesse ambiente possibilidades de se filosofar junto com seus estudantes, buscando ser tanto professor quanto filósofo, dessa maneira, se concretizará a forma da sua profissão e a própria forma da filosofia, no sentido vivencial. Tal ambiente, por assim dizer, se transformará numa comunidade de investigação criativa, onde permanecerão vivos os problemas filosóficos colocados pelos grandes pensadores, porém agora, com a atualização dos problemas encontrados na vida de cada protagonista deste filosofar em sala de aula.

Nesse ambiente propício ao filosofar, o desafio antes colocado, da profissão ou da vaga universitária, poderá ser investigado como um problema filosófico: se pelo senso comum temos a ideia de que o estudo se tornou mais uma profissão do que afeição, ou seja, estuda-se por obrigação e não por paixão, pois, quem sabe um dia se consegue uma profissão e, caso não se estude, o aluno não terá um emprego e uma vida segura. Mas, tudo não passa de possibilidades. Do ponto de vista filosófico, o que importa não são as questões práticas de “como” arrumar um emprego ou de “como” se tornar um universitário, senão questões que buscam “qual o sentido do trabalho?” ou “por que importa ser estudante universitário?”.

Assim que, qualquer estudante que aprende algo pode ensinar algo, pode ser autor, ou pode agir “como se fosse”. Em todo caso, ser estudante e ser professor guardam uma íntima relação. Os estudantes sentem diretamente os problemas da vida e os professores devem buscar o engajamento com o saber e assim esse diálogo entre o saber e a vida perfazem a essência da filosofia e garantem um lugar de destaque da disciplina de Filosofia na escola.

Para ficar mais clara essa discussão, devemos destacar dois momentos-chaves do protagonismo na sala de aula de Filosofia. Um deles se refere ao protagonismo do professor e o outro diz respeito ao aluno. Para tanto, em relação a problematização que é imprescindível nas aulas desta disciplina, vejamos a seguinte afirmação:

Quem deve estabelecer quais são os problemas concretos de ensinar filosofia são os que se enfrentam no dia a dia com a situação de ensinar, já que só eles estão em condições de ponderar com justeza todos os elementos intervenientes em cada situação pontual. (...) toda formação docente deverá ser, em sentido estrito, uma constante autoformação. E toda autoformação supõe, em última instância, uma trans-formação de si (CERLETTI, 2009, p. 10).

Nesses termos, o processo de criação filosófica parte primordialmente da transformação do professor de Filosofia em “professor filósofo”, ou seja, aquele docente capaz de problematizar seu próprio ensino, a partir de suas vivências e com seus alunos. O professor de Filosofia que não se autocritica sobre a sua forma de lecionar não passa de um transmissor de conteúdos de História da Filosofia e, o que é pior, seus alunos não passarão por meros expectadores e repetidores sem criação. Assim, “para emancipar um ignorante, é preciso e suficiente que sejamos, nós mesmos, emancipados; isso é, conscientes do verdadeiro poder do espírito humano” (RANCIÈRE, 2002, p. 27).

Assim, o processo do filosofar deve partir do princípio de que o professor se autodenomina um filósofo, por mais humilde que seja sua posição, por mais simples que seja o modo como filosofa com seus estudantes, por mais peculiar que seja sua emancipação, importante apenas que seja consciente de estar emancipado. Assim sendo,

Essa maneira de colocar a questão pretende outorgar aos professores e professoras um **protagonismo central**, uma vez que os interpela, não como eventuais executores de receitas genéricas, mas como filósofos ou filósofas que recriam a própria didática em função das condições em que devem ensinar (CERLETTI, 2009, p. 9-10) Grifo nosso.

Por isso, as vivências com os estudantes serão as matérias-primas para se planejar o Ensino de Filosofia no âmbito da sala de aula do professor filósofo, uma vez que, por intermédio da observação de sua realidade, da realidade da escola, da sociedade ou até mesmo a partir das formas de pensar, agir e falar dos estudantes os professores podem determinar os rumos, as etapas, enfim, a didática para seu ensino de filosofia.

Em se tratando de didática, vemos uma maneira de lidar com o ensino em geral de forma rígida, isto é, como se existisse uma didática única que atingisse todas as peculiaridades do ensino das disciplinas como um todo. No nosso caso, nas escolas em tempo integral, vemos que já existe uma pouca de abertura para mudar essa visão rígida da didática, mas, como estamos colocando aqui, não basta que se modifique o sistema educacional, já que ainda assim muitos professores estão acostumados aos modelos tradicionais da didática e talvez não queiram esta mudança. Nesse sentido, ainda se apoiando em Cerletti, para o filósofo há que se ensinar filosofando e este filosofar é particular de cada professor, uma vez que:

Converter a questão “ensinar filosofia” em um problema filosófico modifica também a sequência tradicional da didática da filosofia (...) O “que” não será simplesmente um tema filosófico, mas (...) envolve uma tomada de posição perante a filosofia e o filosofar. Essa colocação, por sua vez, outorga um **forte protagonismo** aos professores nas decisões sobre as estratégias a desenvolver para levar adiante o seu ensinar, já que tais estratégias resultarão da integração das posições filosóficas e pedagógicas pessoais, com a avaliação das condições e do contexto em que o ensino terá lugar (CERLETTI, 2009, p. 63) Grifo nosso.

Veja que esse posicionamento filosófico e pedagógico parte, também, do protagonismo do docente, mesmo que tais posicionamentos venham a se modificar com o tempo ou de acordo com a realidade que o professor vivencia, ou também a mudança de ano letivo, ou por consequência das novas leituras, estudos e aperfeiçoamento do professor.

O mais importante aqui é perceber o movimento por parte do docente de querer essa mudança de atitude na intenção de colocar-se como agente principal frente a uma missão que parte não apenas do sistema, quando coloca numa lei ou em um manual a importância de formar jovens autônomos, solidários e competentes. Ou seja, é tarefa do professor mudar para que possa exigir uma mudança dos seus alunos.

A ideia é que por meio do movimento protagonista do professor filósofo surja também o protagonismo filosófico dos estudantes de Filosofia. Ou seja, se durante a aula o docente filosofa, seja por meio de texto filosófico ou até por meio de outro texto que não seja filosófico, ou mesmo outros recursos não-filosóficos, então se pressupõe que os iniciantes nesse exercício também o farão. Porém, colocamos aqui uma grande ressalva, no sentido de alertar para a possibilidade da aula se tornar um jogo de pergunta e respostas, uma “brisa” ou uma “viagem”, nas palavras dos próprios alunos; ou seja, queremos deixar claro que o protagonismo filosófico parte de uma centralidade, como dito anteriormente, parte do professor para, em seguida se disseminar aos estudantes. Isso deve ser bem colocado no sentido de avisar sobre a necessidade de que não é qualquer discurso que é filosófico, senão aquele que seja um pensamento acima de tudo crítico, criativo, que seja justificado por argumentos e que seja coerente em suas diversas partes. Assim, como afirma melhor ainda Cerletti:

Será importante analisar, então, o que se pode ensinar em nome do pensar crítico e criativo. Mas, sobretudo, avaliar o que há – ou pode haver – de repetitivo e o que há de criativo em qualquer ensino de filosofia. Em função disso, deveremos refletir sobre o lugar que ocupa quem “aprende” filosofia, que protagonismo tem na própria aprendizagem e qual é a sua relação com quem lhe “ensina” (CERLETTI, 2009, p. 63).

É explícito que a maneira de ensinar e aprender filosofia parte de um protagonismo tanto de professores quanto de alunos e essa interação faz nascer uma nova perspectiva de como se pode modificar a prática de ensino de filosofia. Porém, não podemos cair na ilusão de pensarmos que o professor agindo como propomos, isto é, como professor, filósofo, criador e protagonista, conseqüentemente, arrastará uma imensidade de discentes interessados nas suas aulas, não! Partimos da premissa de que o ensino deve partir da realidade de quem aprende, então, mesmo que o docente mude a forma de ensinar, se ele não percebe nos alunos à sua volta também uma mudança, deverá mudar novamente e novamente... isto porque, como

visto na citação acima: *deveremos refletir sobre o lugar que ocupa quem “aprende” filosofia, que protagonismo tem na própria aprendizagem e qual é a sua relação com quem lhe “ensina”*. Ou seja, o protagonista do aprendizado não é o professor, senão o próprio aluno. Ele quem deve saber que caminho está percorrendo neste saber filosófico, seu pensamento tem que se debruçar sobre si mesmo na medida em que se torna um investigador do mundo e da realidade que ele mesmo deve procurar uma mudança de perspectiva, criando assim sua própria sub-versão que tem do mundo e da realidade que agora é outra.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo que foi afirmado, no âmbito das escolas em tempo integral, o protagonismo filosófico pode contribuir para a melhoria do protagonismo juvenil preconizado por estas instituições públicas, no sentido de ajudar os estudantes a se tornarem indivíduos mais críticos e criativos, investigadores autônomos e, ao mesmo tempo, solidários e competentes no que se refere ao conhecimento. Mas, os desafios para se chegar a esse propósito não são poucos, dentre eles podemos citar como principal desafio à vontade, o querer do professor de Filosofia de se tornar um protagonista, um filósofo, um criador, uma vez que, não são todos os docentes desta área que tomam conhecimento de tal propósito ou, quando o sabem, talvez não coloquem tanta importância nesse empreendimento.

É preciso ter um pouco mais de respeito pelos nossos jovens, pois muitas vezes não é a falta de interesse pela Filosofia que verdadeiramente eles expressam, talvez eles apenas querem ser ouvidos, apenas querem atenção. Os professores em sua maioria sempre permanecem compenetrados no seu “lugar filosófico”, se esquecem de observar aonde se encontra o aluno, ou seja, será que ao menos já se perguntaram que lugar a Filosofia ocupa na vida dos seus estudantes? Apenas o lugar estabelecido para a sua gloriosa aula de Filosofia? Ou nem mesmo nessa hora?

Reafirmamos aqui o preceito colocado de que o professor [filósofo] se faz filosofando com seus alunos e estes, por sua vez, filosofam com seu professor; e dentro desse contexto, dentro desse “barco” o docente e o discente se veem a meditar, se veem a pensar em que lugar se encontram; navegadores de si mesmos em suas próprias águas misteriosas; são nômades e ao mesmo tempo buscam uma direção.

O professor exige do estudante que se localize, que tenha um lugar próprio, ou seja, exige do “outro” um território sem ao menos ter o seu! Exige do aluno que seja autônomo, solidário e competente, que seja protagonista. Mas, sinceramente,

será que ele próprio se considera assim?

Essas questões nos fazem finalizar com a ideia de Deleuze e Guattari sobre o pensamento que precisa abandonar o seu foco no sujeito e no objeto para concentrar-se na terra, no movimento da terra. O pensamento é a relação do sujeito com o solo que habita. E a [geo]filosofia é a maneira de pensar os movimentos de superfície, as migrações, as correntes de ar e de água, os fluxos; é a compreensão profunda das territorializações e desterritorializações que uma vida efetua (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 111-113). Ou seja, as vezes é preciso se perder para poder se encontrar.

REFERÊNCIAS

=ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. **Ensinar Filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BENJAMIN, Walter. **A vida dos Estudantes**, in Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos. Tradução Celeste H.M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo. 1986.

CERLETTI, Alejandro. **O Ensino de Filosofia como Problema Filosófico**. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo**. Publicado em 2011. Disponível em: <http://www.institutoalianca.org.br/Protagonismo_Juvenil.pdf> Acesso em: 31/05/2018.

DELEUZE, Gilles/GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muniz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GALLO, Sílvio (Unicamp) / FAVARETTO, Celso (USP) / ASPIS, Lima (Unicamp); **Filosofia no Ensino Médio (Coleção 4 DVDs)**, Produtora: Atta Mídia e Educação, 2007.

KOHAN, Walter. **Abecedário de infâncias**. UFRJ: CINEAD LECAV. Publicado em 05 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NRNNicNYImU>> Acesso em: 01/06/2018.

PARAÍBA. Poder Executivo. Lei no 11.100 de 06 de abril de 2018. **Cria o Programa de Educação Integral**. João Pessoa, abril de 2018. Disponível em: <<static.paraiba.pb.gov.br/2018/04/Diario-Oficial-12-04-2018.pdf>>. Acesso em: 31/05/2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HABITANDO NO CATIVEIRO DA INCERTEZA: A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN

Data de aceite: 27/03/2020

Raphael Colvara Pinto

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: pe.raphaelcpinto@gmail.com. <<http://lattes.cnpq.br/9509184224022815>>.

RESUMO: Este artigo toma como partida o conceito do sociólogo polonês Zygmunt Bauman de *Modernidade líquida* para compreender a Modernidade e seus desdobramentos. Contudo, faz-se necessário vislumbrar o significado e as implicações desse período histórico e seus desdobramentos, mais precisamente a experiência do sujeito moderno e os elementos que tornaram possível esse *construct* sociocultural, cuja extensão e probabilidade estão desaparecendo, diluindo e desfazendo-se. Essa mudança é marcada pelo fim da história, do sujeito, da metafísica e da transcendência. Tal postura não deixa incólume o discurso das ciências humanas, constituindo-se em um espaço de novas práticas e desafios. O que tentaremos apontar é que a *Modernidade líquida* é antes de tudo, um lugar de mudança social. Partimos da premissa de que o pensamento ocidental não pode mais garantir uma legitimidade de discursos abrangentes e

universalistas, tidos hoje como obsoletos. Com base nessa leitura, propomos identificar alguns desafios nos diferentes níveis.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade. Modernidade líquida. Incerteza.

INHABITING THE CAPTIVITY OF UNCERTAINTY: THE BAUMAN'S MODERNITY LIQUID

ABSTRACT: The article discusses the concept of the Liquid Modernity of Polish sociologist Zygmunt Bauman to understand Modernity and its developments, it is necessary to glimpse the meaning and implications of this historical period and its developments, more precisely the experience of modern subject and the elements that made possible this sociocultural construct, the extent and probability of which is disappearing, diluting and unraveling. This change in world order is marked by the end of history, the subject, metaphysics, and transcendence. Such a stance does not leave the discourse of the human sciences untouched, constituting a space of new practices and challenges. What we will try to point out is that liquid modernity is first and foremost a place of social change. We start from the premise that Western thinking can no longer guarantee

the legitimacy of comprehensive and universalist discourses that are now considered obsolete. Based on this reading, we propose to identify some challenges at different levels.

KEYWORDS: Modernity. Liquid modernity. Uncertainty.

INTRODUÇÃO

O que estamos entendendo por *Modernidade líquida*? Teríamos definitivamente deixado o mundo moderno? Bauman coloca a seguinte pergunta: não seria a Modernidade um processo de liquefação desde o seu começo? Acaso não seria o derretimento dos sólidos a sua maior realização? (Cf. BAUMAN, 2000. p.9). Para tanto, faz-se necessário reconhecer que se vive hoje, um tempo de mudanças sem precedentes, frutos da desordem, causados pelas alterações em cursos, que parecem corroer os alicerces das instituições que garantiam a estabilidade social de outrora e o que parecia sólido e seguro na Modernidade, deu lugar ao líquido. Talvez devêssemos tomar em consideração tais pontos, seja pela possibilidade de apontar para um esgotamento, uma desintegração dos conteúdos culturais da Modernidade: “Essas são razões para considerar “fluidez” ou liquidez como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza de presente fase” (BAUMAN, 2000.p.9).

O sociólogo polonês constata que categorias sólidas como tradição, cultura e religião, que antes definiam as escolhas e ações de indivíduos, tornaram-se “fluidas” num conjunto instável, onde qualquer lugar pode se tornar uma estação temporária e provisória para novas partidas. Isso implicou em reconhecer que as tradições são cada vez mais porosas e as reivindicações cada vez mais frágeis, concebendo a Modernidade como uma condição da cultura que se manifesta tanto em crenças, pensamentos e julgamentos quanto em práticas abertas.

Essa perspectiva pode ser amplamente descrita como um estado de transição, no qual estruturas anteriores, compromissos e valores desintegraram-se, rompendo com as fronteiras fixas da sociedade. Então, o que essa abordagem líquida pode oferecer para repensar as demais ciências sociais, que permanecem fundamentais em lógicas fixas? Quais são os limites dessa abordagem? Quais são os seus pontos críticos?

É verdade que as mudanças em curso não têm deixado ileso o núcleo do contexto social, impactando significativamente todos os setores, criando uma nova consciência, num mundo mais interconectado. Contudo, cabe reconhecer que as novas formas ainda não foram descobertas. É nesse espaço intermediário de um mundo em gestação, mas ainda não pleno, que se encontra o grau de incerteza, atualmente apresentado. Não se trata apenas de reconhecer tal fenômeno, pois este já não pode mais ser catalogado nas “estruturas sólidas” de outrora, e na

medida em que essas entram em crise, surge a necessidade de novas identidades, que permitam fazer travessia em meio e incertezas, em um espaço híbrido, preenchido por papéis cada vez mais autocentrados, numa polifonia e cruzamento de expressões diversas e conflitantes em todos os níveis. Desta forma, a liquidez se tornou complexa e a complexidade em confusão. E o que restou disso? Se é verdade que o planeta se transformou em uma “aldeia global”, é também real que os problemas se tornaram mais amplos, nos quais a diversidade e as diferenças não somente se fundem mas também se colidem trazendo novos desafios.

O que precisa ser compreendido aqui? Trata-se de um sentimento de perda, de vertigem diante do vazio de um presente que parece estranho? Um sentimento de desconforto está no centro dessas observações. O indivíduo livre, esclarecido, soberano, autônomo dá sinais de que seus objetivos, aparentemente, não foram plenamente realizados. O que podemos realmente saber sobre isso? O que podemos fazer? O que podemos esperar ainda? Renovar atualizando o espírito da *Aufklärung*, ou melhor, tender para um cinismo salvador? E, se pensarmos sobre isso, estaríamos no rescaldo novamente da Modernidade?

ENTRE O DESENCAIXE E O HORIZONTE: ADENTRO AO PENSAMENTO MODERNO

Aquilo que se convencionou chamar de Modernidade é também um período histórico situado e sociologicamente questionável. A René Descartes, considerado o pai da Modernidade, se impingiu um credo que foi recitado quase como um mantra pelos teóricos modernos: *Cogito Ergo Sum*, “penso, logo existo”, colocando as bases para uma nova epistemologia. Com ele, tem-se uma virada antropocêntrica que forjou a ideia de um sujeito pensante e autônomo como critério de todas as coisas. Cientistas modernos como Descartes, Leibniz, Newton acreditaram que a razão humana poderia perscrutar a realidade como instrumento para a fundação da certeza, mediante uma linguagem clara e distinta. A crença moderna na razão e o otimismo sobre as possibilidades epistemológicas dos seres humanos são quase ilimitados. Acreditava-se que a humanidade poderia solucionar todos os seus problemas sociais sem religião ou qualquer autoridade moral externa, pois ao homem e à mulher, foi dada a capacidade de livremente escolher e decidir sobre o futuro de suas vidas de forma autônoma.

O pensamento cartesiano tornou-se um consenso das regras da dedução científica, de modo que o “eu” isolado tornou-se o “nós”. Em termos de representação mais ampla, a razão cartesiana é um processo representacional antropocêntrico, cujo sujeito é o “senhor” e “criador” de um mundo.

Contudo, tomemos como referência o Renascimento na Europa Ocidental e a colonização do Novo Mundo como marcos referenciais para compreender esse período: “a época moderna pode ser definida pela emergência de uma nova concepção de ciência e de método, e tanto Locke como Descartes constituem a consciência filosófica desta situação” (SANTOS, 1989, p.22).

A Modernidade pretendeu ser também o espírito da iluminação (*Aufklärung*); este desejo de libertar-se da tradição, crença, do obscurantismo e subjugação por uso livre, consciente, voluntário e, acima de tudo, público da razão. Este é o aprimoramento do chamado kantiano: “*Sapere aude*” (ousa saber), a partir do qual a humanidade se descobriu autônoma, na etimologia da palavra, buscando entender o mundo e o seu funcionamento, não a partir de fora, por uma força extrínseca, mas, sim, da razão e do método científico. E é essa mesma vontade que levou o sujeito a desejar a realização de ideias universais, que se cristalizam para dar forma e substância ao desejo moderno.

Esse movimento instaurou um processo que foi o Iluminismo do século XVIII, baseando-se nos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” da Revolução Francesa e, com isso, o nascimento de três novos horizontes: progresso, razão e felicidade, alimentando a pretensão de criar uma cultura racional, que permitisse a superação de todo atraso científico-tecnológico. Estes marcadores somente foram possíveis por um conjunto de fatores favoráveis que os precederam.

O mundo ocidental foi, gradualmente, apropriando-se das novas descobertas, renovando radicalmente sua visão e o lugar que o indivíduo poderia ocupar. Esses conceitos, pensamentos e discursos estenderam-se até o século XIX, sobretudo a partir das revoltas e revoluções políticas.

O progresso e as inúmeras descobertas científicas fizeram a humanidade sonhar com um futuro promissor. Todo o século XIX tinha visto construir um conjunto de equipamentos e conceitos políticos, utopias de conhecimento para a felicidade da humanidade. Eles tornaram o método científico em vetor do progresso social e o principal aliado da emancipação democrática e cidadã.

PENSAR O FUTURO COMO SOBREVIVENTES DE UMA MEMÓRIA TRÁGICA

Segundo o teólogo mexicano Carlos Mendoza, em sua obra *Deus Ineffabilis* (2016), um espectro assombra a Modernidade.

Estamos aturdidos pelas terríveis consequências do que sobrou do *Sapere Aude* kantiano, depois de sua aventura levada à cabo pela Razão Instrumental: um ego ensoberbecido, mas incapaz de assumir seus limites, até o dia em que precisou confrontar-se com o horror do holocausto que culminou com as câmeras de gás, os fornos crematórios e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Esta foi uma das: “facetas mais árduas para olhar de frente o desafio desta existência é a

do sentido sem sentido que se revela na consciência como seu próprio abismo” (MENDOZA-ÁLVAREZ, 2016, p. 40).

O efeito do espanto e medo que produziu a descoberta da extensão dos malefícios humanos desencadeou um resultado imediato, um desencanto com as promessas de um progresso ilimitado, prometido pelo Iluminismo. Afirma o referido autor: “Encontramo-nos todos na outra margem do abismo da história, como sobreviventes de apaixonadas experiências de lutas agônicas que tantos travaram antes de nós até o último suspiro e que muitos outros padeceram sendo aniquilados” (MENDOZA-ÁLVAREZ, 2016, p. 39). O que se sucedeu foi um sentimento de orfandade náusea, uma espécie de desatenção ao alerta da história, carregada de exaustão e de uma experiência sem precedente.

Uma perspectiva compartilhada com o sociólogo Zygmunt Bauman, numa tensão crítica consciente das limitações e das ambições das políticas fracassadas. Levar em conta os eventos trágicos que se sucederam, como as duas grandes Guerras Mundiais e os campos de extermínio em massa, sobre os quais se construiu a Modernidade ocidental, não atendendo a todos os seus ideais, significados e alcance.

Desde então, multiplicaram-se propostas de interpretações. Se alguém procura identificar a figura filosófica que soou o naufrágio da Modernidade, esse autor foi o filósofo alemão Nietzsche como esse ponto de encruzilhada. Através de seu empreendimento, o autor criticou a “visão apolínica” da cultura ocidental, demonstrando como o discurso moderno moveu-se dentro de um regime de interpretações que redefiniam constantemente o papel da Filosofia.

Segundo o Teólogo Carlos Mendoza: “a emancipação do indivíduo adquiriu sua maior expressão no super-homem de Nietzsche que se ergue orgulhoso neste cenário, como guerreiro da liberdade autônoma, mas isolado de toda e qualquer relação de gratuidade com os outros, sempre situado acima dos escombros das histórias das vítimas” (MENDOZA-ÁLVAREZ, 2016, p. 344). O racismo e os regimes totalitários constituíram-se no principal mecanismo desta engrenagem, encontrando seu fundamento nos discursos religiosos da ciência.

Distanciando-se das várias contorções sedativas que ocorreram, no Ocidente, faz-se necessário uma análise mais detalhada dos processos e das consequências dos malefícios de tal postura. Hoje constata-se que a civilização ocidental, com seu aparato bélico, tem promovido um estado permanente de guerra, onde se deve liquidar os concorrentes, permanecendo competitivos ou desaparecendo sem qualquer perspectiva de paz. Uma guerra com um novo modo de vida, uma invasão e pilhagem da guerra diária, recursos comuns à humanidade para a conquista de mercados, com base no desenvolvimento de pesquisa científica. Uma guerra onde não há prisioneiros, onde são permitidos todos os tiros, desrespeitando o códigos

internacionais, como o que, recentemente, presenciamos no Iraque, Afeganistão, Síria e outros, isso sem falar na manipulação dos preços, acordos e cartéis, espionagem e corrupção endêmica.

A RAZÃO CONTRA AS PRETENSÕES TOTALIZADORAS DA RAZÃO

O fracasso do projeto moderno é o lugar de uma passagem. Essa transição é importante porque, segundo Bauman, os marcadores tradicionais estão desaparecendo e as grandes categorias de referências estão dando lugar a mecanismos mais sutis e fluidos, onde uma leitura mais acurada torna-se necessária. A Modernidade líquida de Bauman aparece como resultado desse fracasso da razão esclarecida. Os grandes ideais universalistas caíram lentamente no final do século XIX. Progresso, velocidade e poder tornaram-se os novos ideais, cânones de uma nova modernidade, que se desdobra em um contexto crescente de urbanização, massificação e burocratização.

As transformações do tipo puramente industrial do capitalismo mostram uma clara tendência para a formação de um novo modo de organização e funcionamento das relações econômicas. A globalização dos mercados, o rápido movimento dos fluxos de capital, a livre concorrência e a abolição de regimes tarifários são fenômenos mais recentes derivados desse processo.

Os vínculos sociais mudaram na medida em que desapareceram os princípios reguladores universalmente compartilhados, aqueles herdados da Modernidade fordista, dos quais a razão universal e o capital industrial eram os princípios reguladores. Nesta vida em movimento acelerado, os indivíduos de hoje navegam por radares e suas ações são pensadas de acordo com requisitos de adaptação aos novos aparatos tecnológicos que dispensam grande parte da mão de obra humana, hoje grande parte computadorizada.

O desenvolvimento das novas tecnologias, do capitalismo especulativo e da globalização financeira que sucederam o período Pós-guerra gestou um processo histórico distinto. Essa mentalidade deu-se pela aceleração sem precedente do consumo efêmero, a qual o antropólogo Gilles Lipovetsky chamou de “era do vazio”, quando nada é certo ou errado, mas tudo é igualmente incerto e aceitável, onde não há uma hermenêutica para julgar qualquer coisa, seja ciência, estilo de vida ou religião.

Essa pluralidade de crenças, valores e estilos de vida desafiaram todas as interpretações monolíticas e o *status quo* de sua época, abandonando a ideia de um universalismo, que segundo tal pensamento, levaria, inexoravelmente, à hegemonia e ao autoritarismo doutrinário: tais reivindicações seriam sempre relativas a uma

tradição particular, não existindo uma norma universalmente válida para medir os conjuntos normativos. É o que Bauman e Lipovetsky chamaram de tirania das escolhas, pela qual os indivíduos, entregues a si, puderam fazer escolhas diante de um espectro de infinitas possibilidades de recursos aos quais chamaram de tradição.

Nesse modelo de sociedade, o indivíduo vive o descompasso diante das incertezas de uma vida líquida. Como diria o sociólogo português Boaventura Santos, “há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não cresceu” (SANTOS, 2011, p. 41). E o que parecia no século XIX um grande oceano a ser desbravado, parece agora encajado em alguns bancos de areia. E o pior, “o desassossego resulta de uma experiência paradoxal: a vivência simultânea de excessos de determinismo e de excessos de indeterminismo” (SANTOS, 2011, p. 41).

Segundo Boaventura Santos, a Modernidade forjou-se sobre dois pilares: o da regulação e o da emancipação e “pretendeu também que esse desenvolvimento se traduzisse indefectivelmente pela completa racionalização da vida coletiva e individual” (SANTOS, 2011, p. 50), resultando em uma maximização do Estado, do mercado e da comunidade. Houve também estetização, a cientifização ou a juridicização da práxis social (SANTOS, 2011, p. 51).

Bauman identificou as novas formas de alienação que, segundo o autor, são desdobramentos ou efeitos da globalização financeira e do consumismo desenfreado como diagnóstico da crise contemporânea de significado. Nesse modelo econômico líquido, que privilegia o lucro em detrimento das pessoas reais, as relações de trabalho são instáveis. A flexibilidade de leis trabalhistas, o receio de ficar desempregado são alguns dos efeitos colaterais da globalização financeira neoliberal: “um resultado fatal, talvez o mais fatal, do triunfo global da modernidade é a crise aguda da indústria de remoção do ‘lixo humano’, pois, a cada novo posto avançado conquistado pelos mercados capitalistas, acrescentam outros milhões à massa de homens e mulheres já privados de suas redes comunais de proteção (BAUMAN, 2007, p. 34). É justamente esse medo que está fragmentando a sociedade, à medida em que todos se tornam uma ameaça para todos e o medo se torna uma história dominante. É justamente a insegurança do presente e a incerteza do futuro que, segundo Bauman, “produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável” (BAUMAN, 2007, p. 32). O sociólogo descreve tais fenômenos como uma incapacidade de recriar as memórias do passado e trazê-las para o presente. Sua ênfase na liquidez, como condição irreversível, tem se apresentado como uma característica da atualidade. Daqui brota o seguinte questionamento: quais são os limites possíveis para a resolidificação dos laços sociais?

Segundo o referido autor, em um mundo profundamente globalizado e, ao

mesmo tempo, individualista, a noção de cidadania moderna não é suficiente para garantir uma sociedade democrática, pois os efeitos emancipadores da Modernidade e da “sociedade de bem-estar” deram lugar a uma perspectiva catastrófica de futuro: “criando uma atmosfera de um estado de emergência, de um inimigo à porta, de tramas e conspirações (BAUMAN, 2017, p. 11). Privados das visões universalistas da segurança dadas pela Modernidade, os indivíduos se reconhecem à deriva em um mundo volátil, híbrido e plural, onde a relação com o mundo é fragmentada, formada pelas peças e pedaços agrupadas a partir da racionalidade singular de cada indivíduo.

A experiência individual e coletiva do tempo presente é, portanto, uma tentativa renovada de recompor o mundo, onde as pessoas aprendem além do discurso e de certas práticas, mais ou menos relacionadas a viver em “comunidades emocionais”, onde a totalidade das referências dissolvem-se nessa sociedade que já não pode pensar-se em uma unidade *a priori*. Bauman entende que a individualização exacerbada, imposta pelo paradigma moderno, é a grande responsável por essa situação calamitosa; isso se dá pelo fato de se ter substituído as esferas comunitárias pelo individualismo-solipcista, pois o “bem-estar de um lugar qualquer, qualquer que seja, nunca é inocente em relação à miséria do outro” (BAUMAN, 2007, p.12).

É neste contexto que almejamos apontar a discrepância entre experiência e expectativa. Numa visão positiva, pensa-se que o presente será excedido pela expectativa do futuro. A esse excesso é dado o nome de progresso. Contudo, diante de prognóstico incerto, constata-se o aumento do caráter caótico que tem resultado em posturas absolutas e totalitárias frente as expectativas frustradas da Modernidade.

Essa abrangente gaiola de ansiedade, tensão e desânimo tem origem em um anseio por segurança em um mundo instável, onde a consciência da história é dada como uma catástrofe enraizada na experiência do sofrimento. Esse ambiente com várias interpretações e múltiplas paisagens contraditórias é também lugares de encontro, campos de batalha, onde preconceitos e compaixão se encontram, mas também pelos quais as mudanças são possíveis e reais que evocam movimento e comportamentos imprevisíveis, nos quais emergem as grandes questões da existência humana.

CONCLUSÃO

Talvez tenha ficado uma visão demasiada negativa da Modernidade. É importante ressaltar que, apesar de todas as dificuldades já mencionadas, não se pode desconsiderar os inúmeros pontos de convergência que nasceram dessa

jornada, sobretudo com a Sociologia. As provocações trazidas por pensadores como Bauman, Carlos Mendoza e Boaventura Santos exigiram uma impostação balizada em meio ao colapso desferido pelas severas críticas e as fissuras provocadas pelo pensamento moderno. Afirma Bauman: “uma coisa que mesmo os mais experimentados e perspicazes mestres da arte da opção não escolhem e não podem escolher é a sociedade onde nascem- e assim estamos todos viajando, quer a gente goste ou não” (BAUMAN, 1998 b, p. 93).

Mapear essas linhas desconhecidas ou pontos de entradas nos ajudou a uma compreensão da natureza fluida e fragmentária, em oposição à fixidez e construção estática que aderem a ideia de rastreamento e reprodução. Neste contexto, a ciência humana não pode ser vista apenas como diletante e abstrata, mas como um saber que se relaciona diretamente com a realidade econômica, do pluralismo e da fragmentação. Com base nisso, foi importante entender as consequências, a abrangência e o significado da fluidez contemporânea, pois: “lançados num vasto mar aberto só nos restam duas opções: ou nos alegramos com as empolgantes perspectivas de novas descobertas ou podemos tremer de medo e morrer afogados” (BAUMAN, 1998 b, p. 93).

De maneira sintética, poder-se-ia caracterizar esse período, como sendo um momento histórico, quando a rigidez, os dogmas e as posições políticas conservadoras foram vistos como perigosos e anacrônicos; rejeitando as instituições e crenças, vistas como intolerantes e totalitárias, pois as pretensões de uma verdade universal são incompatíveis como o novo quadro social, mais flexível e versátil.

REFERENCIAS

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2003.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

_____. *Confiança e medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

_____. *O mal estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 (a).

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar 1998 (b).

_____. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.

_____. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

_____. *Vida para Consumo: a Transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

_____. *Isto não é um diário*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012

LIPOVETSKY, G. *A Tela Global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. *La era del Vacío: ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. 7ª ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1994.

_____. G; CHARLES, S. *Os Tempos Hipermodernos*. Ed. São Paulo, Barcarolla, 2005.

_____. *A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDOZA-ÁLVAREZ, C. *Deus ineffabilis: El lenguaje sobre Dios em tiempos de pluralismo cultural y religioso*. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (org). *Deus na sociedade plural: fé, símbolos e narrativas*. São Paulo: Paulinas, 2013, p.129-153.

_____. *Deus Ineffabilis*. São Paulo: É realizações, 2016.

MENDOZA, V. High Tide and Undertows: Filipinos Seafarers between the paradoxes of development and imagination. In: *Studio Emigrazione*. n. 198. Roma, 2015. p.195-211.

SANTOS, B. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *The end of the cognitive Empire: the coming of age of Epistemology of the South*. Disponível em: <https://www.dukeupress.edu/Assets/PubMaterials/978-1-4780-0015-0_601.pdf>. Acessado em 27/12/2019.

_____. *Introdução a uma ciência Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. MENESES, M. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2017.

MUDANÇAS E CONTINUIDADES PRODUTIVAS E ALIMENTARES NO COTIDIANO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Data de aceite: 27/03/2020

Patricia Fernandes

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Curso de Engenharia Florestal
Dois Vizinhos - Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3499929099030426>

José Marcos da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas
Dois Vizinhos – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9406459547796304>

RESUMO: A produção de alimentos sofreu impactantes modificações a partir da metade do século XX. Desde então, agricultores familiares vêm sendo inseridos em relações produtivas de dependência ordenadas por corporações vinculadas às redes agroalimentares. Tal aspecto refletiu na especialização de processos produtivos, assim como na produção de alimentos para o consumo próprio. Hábitos alimentares que, historicamente, caracterizavam as refeições passaram por gradativos ajustes, com a inserção de alimentos oriundos da indústria. Entretanto, a continuidade de hábitos alimentares, ligados a aspectos socioculturais permanecem na produção (in natura e processada) de

alimentos. Esta produção de caráter artesanal tem proporcionado a comercialização direta ao consumidor. Diante deste contexto, o estudo teve como objetivo compreender o processo de mudanças e de continuidades produtivas e alimentares no cotidiano de agricultores familiares no sudoeste do Paraná, Brasil, bem como verificar de que forma tais continuidades têm resultado na geração de renda alternativa àquela oriunda do vínculo com o agronegócio. A pesquisa foi realizada no município de Dois Vizinhos. O levantamento de dados foi realizado por meio da aplicação de um roteiro simplificado de perguntas com lideranças das comunidades rurais, sindicatos e agentes de assistência técnica e extensão rural. Os dados coletados foram analisados por meio do conceito de impérios alimentares, proposto por Van der Ploeg, que os define como formas de ordenamentos da produção e consumo de alimentos no mundo, através de redes orquestradas por corporações ligadas ao agronegócio. O estudo revelou que os agricultores da localidade analisada passaram a se especializar em atividades produtivas para fornecer matéria-prima a agroindústria. Paralelamente, alimentos produzidos pela indústria passaram a suprir a demanda alimentar dos agricultores. Não obstante, hábitos

alimentares vinculados a trajetória sociocultural de agricultores familiares mantém-se presentes nas residências. Esta herança cultural vem refletindo em produtos que se tornaram objeto de comercialização direta ao consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: impérios alimentares, indústria de alimentos, resistência

CHANGES AND PRODUCTIVE AND FOOD CONTINUITY IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ FAMILY FARMERS

ABSTRACT: Food production has undergone impressive changes since the middle of the 20th century due to the process known as modernization of agriculture. Since then, this process has inserted family farmers into productive dependency relations ordered by corporations linked to agro-food networks. One of the main reflections was the expressive specialization of productive processes that family farming has been passing through. This aspect also reflected in the production of food for own consumption. Food habits that historically characterized family farmers' meals underwent gradual adjustments, with the insertion of food from the industry. However, the continuity of dietary habits, linked to socio-cultural aspects of rural families, remains and is present today, reflected in the production (in natura and processed) of food. This production of artisanal character has provided, in some situations, the direct commercialization to the consumer. In this context, the objective of this study was to understand the process of changes and continuity of production and food in the daily lives of family farmers in the southwest of Paraná, Brazil, as well as to verify how these continuities have resulted in the generation of income alternative to that originated from link with agribusiness. The research was carried out in the municipality of Dois Vizinhos. Data collection was carried out through the application of a simplified questionnaire with leaders of rural communities, trade unions and agents of technical assistance and rural extension. The data collected were analyzed through the concept of food empires, proposed by Van der Ploeg, which defines them as forms of food production and consumption in the world, through networks orchestrated by corporations linked to agribusiness. The study revealed that the farmers of the analyzed locality began to specialize in productive activities to supply raw material to agroindustry. At the same time, food produced by industry began to supply the food demand of farmers. Nevertheless, dietary habits linked to the sociocultural trajectory of family farmers are present in the residences. Such cultural heritage has been reflected in products that have become the object of direct marketing to consumers. Such an aspect may reflect in processes of resistance to hegemonic relation of dependence to the alimentary empires.

KEYWORDS: food empires, food industry, resistance

INTRODUÇÃO

A produção e o consumo de alimentos sofreram impactantes modificações a partir da metade do século XX. No que tange a agricultura brasileira, o processo de industrialização intensificou-se a partir das décadas de 60 e 70, com o financiamento e inserção de pacotes tecnológicos para a agricultura. Neste processo, a produção de alimentos no Brasil passou a inserir-se em um novo ritmo e contexto, no qual a aliança entre agricultura e indústria, além de implantar mecanismos de origem industrial na produção agrícola e pecuária, estreitou também o fornecimento de matéria-prima de origem vegetal e animal a indústria, dando início aos complexos agroindustriais. De acordo com Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), os complexos agroindustriais resultavam na interdependência do produtor com as indústrias de setores produtivos, levando a apropriação da produção de alimentos em seu benefício.

Inevitavelmente, com o processo de industrialização da agricultura e de alimentos, a alimentação tornou-se um mercado de consumo em massa. Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) destacam que os alimentos passaram a ser transformados por procedimentos industriais, garantindo uma produção elevada em curto intervalo de tempo, e garantindo que o alimento tenha um prazo maior de durabilidade.

No que tange aos territórios rurais, observou-se a gradativa especialização de propriedades rurais em processos produtivos específicos de matéria-prima para indústria. A especialização produtiva, por sua vez, levou ao afastamento entre aquilo que se produz e aquilo se consome. Para Ploeg (2008), este contexto de industrialização da produção de alimentos vem sendo conduzido pelos Impérios alimentares, caracterizado principalmente por um processo de expansão continuada. “Esta expansão se processa como a conquista da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura. Ela afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores” (PLOEG, 2008, p. 260).

Diante deste contexto, o estudo teve como objetivo compreender o processo de mudanças e de continuidades produtivas e alimentares no cotidiano de agricultores familiares no município de Dois Vizinhos, região sudoeste do Paraná, Brasil, bem como verificar de que forma tais continuidades têm resultado na geração de renda alternativa àquela oriunda do vínculo com o modelo produtivo hegemônico.

UNIVERSO DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

A presente pesquisa foi realizada no município de Dois Vizinhos, na região sudoeste do Estado do Paraná, Brasil. De acordo com o IBGE (2017), aproximadamente, 55% dos estabelecimentos rurais do município apresentam

área inferior a 50 hectares (IBGE, 2017). O levantamento de dados foi realizado por meio da aplicação de um roteiro simplificado de perguntas com lideranças das comunidades rurais, sindicatos e agentes de assistência técnica e extensão rural. O levantamento também fez uso de dados secundários. Os dados coletados foram analisados por meio de literatura pertinente ao tema proposto pelo estudo, fazendo aferições a partir do conceito de impérios alimentares, proposto por Van der Ploeg, que os define como formas de ordenamentos da produção e consumo de alimentos no mundo, através de redes orquestradas por corporações ligadas ao agronegócio.

APORTE TEÓRICO-REFLEXIVO

A industrialização da agricultura

A modernização da agricultura configurou-se como um dos mecanismos necessários ao avanço da perspectiva de desenvolvimento deflagrada nas décadas que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Navarro (2001), desde então, a noção de desenvolvimento tornou-se aquilo que o autor define como “ideia-força”, a qual passou a orientar debates, programas governamentais, promovendo a ideia de mudança e progresso. No tocante a agricultura, Matos & Salazar (2011) ressaltam que o Estado teve papel fundamental na concretização e expansão do ideário de desenvolvimento.

Goodman, Sorj e Wilkinson (2008) afirmam que a industrialização da agricultura via aparatos tecnológicos foi a solução encontrada pelo capital para confrontar limitações estruturais e naturais do processo de produção agrícola e pecuária, representadas pela conversão biológica de energia e pelo tempo biológico no crescimento das plantas e na gestação animal. Liaudat (2017) ressalta que o estreitamento entre agricultura e indústria se caracterizava por um modelo de globalização que possibilitou a reorganização de processos produtivos, configurando, deste modo, os complexos agroindustriais a nível mundial.

A tecnificação dos sistemas produtivos agrícolas e pecuários permitiu aumentos significativos de produtividade, exigindo, para tanto, dedicação a determinada atividade produtiva. Assim, agricultores foram conduzidos à especialização de suas propriedades rurais em determinada atividade, em detrimento daquilo se produzia para autoconsumo. Neste contexto, a expansão dos complexos agroindustriais transformou o agricultor em consumidor de insumos e demais aparatos produzidos pela indústria. Por outro lado, a especialização dos sistemas produtivos afastou agricultores da condição de produtores de alimentos, tornando-os produtores de matéria-prima vegetal e animal para a indústria. Ao mesmo tempo, transformou o agricultor em consumidor de alimentos produzidos pela indústria. Segundo

Goodman, Sorj e Wilkinson (2008), o surgimento da indústria alimentícia teve papel fundamental na substituição do alimento oriundo da agricultura pelo alimento processado e distribuído pela indústria, fazendo uso da matéria-prima vegetal e animal produzida pela agricultura.

Neste contexto de domínio da indústria sobre a produção de alimentos, Medeiros (2018) destaca que, durante a década de 1990, o Estado brasileiro entrou em um processo de afastamento direto dos setores alimentícios. Com a abertura e a liquidez do capital internacional, houve uma desnacionalização de agroindústrias e da indústria de alimentos brasileira, permitindo que grupos internacionais adquirissem empresas brasileiras de diferentes âmbitos alimentícios. Com isso, corporações transnacionais passaram a impor seu padrão organizacional e a ocupar posições estratégicas nos segmentos de produtos elaborados (laticínios, molhos, queijos, biscoitos), bem como passaram a controlar o fluxo entre a produção e o consumo de alimentos (WILKINSON, 2008; PLOEG, 2008).

Martinello (2009) ressalta que a agricultura tem apresentado gradativo aumento no custo de produção, seguindo os padrões via adoção de insumos industriais. Esse aumento possibilitou a inserção e o consequente domínio de impérios no setor primário. Para Fair (2017), todo este cenário caracteriza-se essencialmente pela expansão política e ideológica do neoliberalismo, que provoca reflexos nos discursos, nas formas de organização de empresas do setor agrícola e alimentício, bem como nos modos de produção e de vida de agricultores, resultando na adoção passiva e, em muitos casos, resignada dos eixos centrais do neoliberalismo.

Segundo Ploeg (2008), os impérios criam redes que influenciam as pessoas em suas tomadas de decisões quanto ao que consumir e como se alimentar. Tal influência afeta tanto grupos sociais urbanos, quanto aqueles presentes em territórios rurais, incluindo agricultores que deixaram de ser produtores de alimentos e dedicam-se a produção de matéria-prima para a indústria alimentícia. Concomitantemente, as redes formadas pelos impérios culminam no bloqueio de estruturas alternativas de comércio e consumo de alimentos, como a eliminação das cadeias curtas de alimentos.

Além de inseridas em um domínio através do mercado, as grandes marcas e empresas (brasileiras ou não) atuam conforme racionalização que impacta negativamente o entorno no qual estão localizadas, ou mais propriamente, no espaço em que se inserem, criam barreiras para outras dinâmicas de uso, acesso e concepção da terra e de práticas de agriculturas e de organização rural não propriamente agroindustrializadas (PLOEG, 2008).

Indústria da alimentação: distanciamento entre agricultura e alimento

Ploeg (2008) afirma que a partir da década de 1990, um novo regime

alimentar passou a se desenvolver a nível internacional, definido pelo autor como “regime alimentar imperial”. Neste regime, políticas públicas, instituições e demais formas de regulação nacionais e internacionais passam a ser desintegradas. Não obstante, novas formas de regulação e hierarquias são introduzidas em diferentes contextos, centradas nos interesses de corporações do agronegócio e da indústria de alimentos. Simultaneamente, mercados alimentares tornam-se globalizados e alinhados aos interesses destes grandes grupos. Ploeg propõe, então, que este regime constitui impérios, definidos pelo autor como modos de ordenamento que tendem a tornar-se dominantes.

Os impérios são constituídos por um intrincado conjunto de instâncias: grupos do agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, além de modelos científicos, padrões tecnológicos, entre outros, formando complexas redes. Estas redes, por sua vez, relacionam-se com a sociedade de forma coercitiva, estabelecendo padrões de produção e de consumo. Trata-se, assim, de um modelo de reordenamento que resulta na reestruturação do mundo natural e social. Este reordenamento se manifesta em diferentes contextos como em universidades, na saúde pública, aparelhos estatais, empresas privadas, além da agricultura e do processamento de alimentos, ressalta Ploeg. Deste modo, o autor elucida que os impérios não apresentam uma origem única, visto que, em parte são oriundos das grandes corporações multinacionais. Porém, os impérios também se manifestam em aparelhos estatais e em acordos entre nações.

Através da proposta analítica de Ploeg é possível vislumbrar com clareza e compreender os padrões de consumo de alimentos característicos da atualidade. Os impérios alimentares definem aquilo que é bom, saudável, seguro e deve ser consumido pela sociedade. Para Ploeg, os impérios alimentares caracterizam-se principalmente por um processo de expansão continuada. “Esta expansão se processa como a conquista da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura. Ela afeta igualmente padrões de consumo, a saúde e a identidade dos consumidores” (PLOEG, 2008, p. 260). Assim, impérios criam redes que afetam as pessoas em suas tomadas de decisões quanto ao que consumir e como se alimentar.

Não é possível falar dos impérios alimentares sem falar de seu papel impressionante na acumulação de riquezas, mas que, contraditoriamente, cria a pobreza generalizada. Isso ocorre muitas vezes pelo fato de que a nova produção de um lugar está interligada com a destruição de outro, como é o caso da apropriação da agricultura camponesa pela agricultura empresarial (PLOEG, 2008). Deste modo, as inovações tecnológicas que geram o processo de industrialização transformam a produção artesanal camponesa em uma agricultura consumidora de insumos, ao mesmo tempo produtora de matéria-prima para a indústria, além de transformar agricultores em consumidores de alimentos industrializados (GOODMAN, SORJ,

WILKINSON, 2008).

Os registros de pobreza e fome mundiais nos espaços rurais confirmam esta perversa inversão de realidades provocada pela maestria dos impérios. Onde se poderia acreditar na existência de produção de alimentos, encontram-se cenários contraditórios de ausência de soberania alimentar. Segundo Martinello (2009), as grandes empresas (brasileiras ou não) impactam negativamente o local em que se inserem, bem como o seu entorno, pois criam barreiras para outras dinâmicas de uso da terra, de práticas de agriculturas e de organização de cadeias e redes não propriamente agroindustrializadas.

Não obstante, diferentes estudos apontam tanto para a necessidade de articulação e fortalecimento de estruturas organizativas que se proponham como forma de contraponto e resistência ao sistema agroalimentar hegemônico (PLOEG, 2008; FAIR, 2017; LIAUDAT, 2017), quanto para exposição de casos e exemplos de resistência impostos por agricultores familiares (PLOEG, 2008; MARQUES, 2009; CRUZ E SCHENEIDER, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região sudoeste paranaense passou por intensas transformações ao longo do tempo em relação ao cenário produtivo agrícola e pecuário. Se as décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se pela concretização da modernização da agricultura e da inserção dos complexos agroindustriais na região, por outro lado, as duas últimas décadas refletiram o contexto macroeconômico caracterizado pela expansão de sistemas produtivos orquestrados pelos impérios alimentares (PLOEG, 2008). Tal arranjo, por sua vez, não seria possível sem o cenário financeiro, no qual a ampliação de acesso ao crédito pela agricultura familiar teve papel preponderante. Relatos de agricultores e lideranças ligadas a entidades representativas da agricultura no município de Dois Vizinhos ilustram este aspecto, ao afirmarem que a expansão e aumento da produção de leite na região sudoeste paranaense se deu a partir dos anos 2000, tornando o referido território uma das principais bacias leiteiras do sul do país na atualidade. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, no ano de 2012 a região sudoeste paranaense atingiu uma produção leiteira próxima a 1 bilhão de litros.

As modificações provocadas pela especialização das propriedades rurais geraram reflexos também na maneira de consumir alimentos pelos agricultores. A necessidade de se especializar na produção de matéria-prima para a indústria de alimentos, fez com que, gradativamente, as atividades cotidianas fossem reservadas para tal propósito, não havendo dedicação majoritária para a produção

voltada ao autoconsumo. Assim, se anteriormente consumiam só o que produziam na propriedade, na atualidade consomem muitos alimentos industrializados.

A expansão da indústria sobre a produção de alimentos reproduziu neste âmbito a mesma lógica da produção em série. Com isso, os alimentos industrializados tornaram-se acessíveis em supermercados e demais pontos de comercialização de alimentos, o que possibilitou o acesso também às populações do campo. Na maioria das famílias, a comodidade, praticidade e condição financeira contribuíram bastante neste processo de mudanças de hábitos. Entretanto, entre os hábitos e preparos alimentares alterados, observam-se continuidades e combinações de alimentos considerados antigos com produtos industrializados. Tal aspecto corrobora o que foi observado por Pinheiro & Rodrigues (2015) em seu estudo junto a comunidades negras no Rio Grande do Sul, no qual as autoras observaram que mesmo o alimento considerado antigo teve seu preparo alterado ao longo do tempo, sofrendo combinações com ingredientes oriundos da indústria. As autoras ressaltam que o consumo alimentar na atualidade revela relações de dependência em relação aos produtos industrializados e que estes alimentos processados industrialmente ocupam, em muitas situações, o status de prosperidade e riqueza das famílias que os consomem.

No que tange ao contexto produtivo, mesmo inseridos na influente expansão dos impérios alimentares, agricultores familiares têm apresentado inovadoras estratégias de geração de renda, configurando ações de caráter alternativo e/ou complementar aos sistemas produtivos predominantes. Para Ploeg (2008), o ambiente hostil resultante das transformações vivenciadas pela agricultura desde meados do século XX provoca reações de resistência pelos agricultores inseridos neste ambiente. Tais reações se manifestam na criação de novidades em espaços que deveriam manter-se improdutivos ou submissos a produção de grande escala, conferindo um diferencial aos agricultores envolvidos neste processo de criação (PLOEG, 2008).

No município de Dois Vizinhos merecem destaque duas estratégias adotadas por grupos de agricultores familiares: inserção em mercados institucionais, através de programas voltados a alimentação em escolas; venda direta ao consumidor.

Nos anos 2000, o debate brasileiro sobre segurança alimentar materializou-se através de uma série de ações governamentais. Dentre estas, destacam-se a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Lei 10.696/03, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947/2009. Segundo Camargo, Baccarain, Silva (2013), PAA e PNAE são programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança

alimentar¹.

Segundo dados do Ministério Social (2016), o município de Dois Vizinhos esteve envolvido no processo de compra e redistribuição de alimentos pelo PAA até o ano de 2014. No período de 2011 a 2014 uma média de 65 agricultores foram fornecedores de, aproximadamente, 405 mil quilos de produtos, movimentando cerca um milhão de reais. De acordo com relato de representante da Secretaria Municipal de Agricultura, para aqueles agricultores que estiveram envolvidos na entrega de alimentos pelo PAA, o valor anual gerado pelas vendas correspondeu a um acréscimo na geração da renda familiar. Entretanto, a partir de 2015 não houve mais inserção de agricultores neste programa.

Por outro lado, a entrega e distribuição de alimentos pelo PNAE tem se destacado como fonte de renda para um conjunto de agricultores. A entrega via PNAE tem sido realizada por duas cooperativas de agricultores familiares do município, Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF) e Cooperativa Agropecuária Familiar Rural (COAFAR). Os produtos entregues são de origem vegetal e animal, fornecidos in natura e/ou processados de forma artesanal, como panificados e massas. Como a demanda pelos produtos visa a segurança alimentar de crianças e jovens, os produtos devem ser diversificados, incluindo uma gama de espécies olerícolas, frutíferas e grãos, além de panificados e produtos de origem animal, como ovos, leite, mel e carne. Isto reflete diretamente no replanejamento dos sistemas produtivos, tornando-os mais diversificados.

De acordo com representante da CLAF, o envolvimento com a produção de alimentos in natura e processados artesanalmente estimulou também a venda direta ao consumidor, levando a cooperativa a disponibilizar um espaço físico em sua sede, onde o consumidor pode encontrar produtos oriundos diretamente de propriedades rurais do município. Conforme relato de representante da COAFAR, além da comercialização institucional, agricultores da cooperativa participam semanalmente da feira do produtor do município. De maneira geral, a mesma diversidade de produtos entregues via PNAE às escolas, também pode ser encontrada na feira, incluindo hortifrutigranjeiros, bem como panificados e embutidos processados artesanalmente. A cooperativa vem inovando também com a venda de produtos via website e entrega a domicílio. Para garantir a logística de entrega, a cooperativa dispõe de veículo.

De acordo com Silva e Kiyota (2018), o PAA e o PNAE contribuíram para a promoção do resgate da agricultura familiar e reorganização dos sistemas produtivos, configurando uma força contra-hegemônica aos grandes impérios alimentares, pois a mão de obra ora destinada massivamente para a produção de *commodities* voltou

1. Os programas PAA e PNAE não serão analisados profundamente neste trabalho. Para uma análise atualizada a respeito da questão segurança alimentar no Brasil, culminando na criação dos referidos programas, ver Silva & Kiyota (2018).

a ser utilizada para a produção de alimentos com características locais e culturais.

No mesmo contexto de contraposição ao cenário predominante de produção de *commodities*, as vias de comercialização diretas ao consumidor promovem aquilo que alguns autores têm chamado de novidades. Marques (2009), citando Ploeg et al. (2004)² afirma que uma novidade pode ser representada por uma modificação em uma prática já existente, assim como pode apresentar-se como uma nova prática, ou ainda pode consistir em um novo modo de fazer algo, promovendo melhorias nas rotinas existentes.

No município de Dois Vizinhos, os produtos que passam a ser ofertados em programas institucionais e diretamente ao consumidor preservam muito daquilo que caracteriza técnicas artesanais de preparo do alimento. Já os produtos vendidos in natura, em geral, são cultivos de “fundo de quintal”, que foram secundarizados ao longo do tempo, em função da especialização produtiva das propriedades. Tais cultivos e preparos artesanais de alimentos ilustram continuidades alimentares ligadas ao patrimônio sociocultural dos agricultores. Assim, a novidade parece vir do resgate tanto de atividades de fundo de quintal quanto de alimentos cuja base de preparo é artesanal.

Por fim, ressalta-se que o contato e o diálogo estabelecido entre agricultores e consumidores demonstram fortalecer a comercialização direta entre ambos. A simbologia em torno do ato de cultivar e do fazer artesanal aproxima produtores do imaginário de consumidores. Para certos tipos de consumidores, a ligação simbólica do produto artesanal às suas memórias de vida também produz confiabilidade em termos de qualidade e sanidade dos produtos.

Todo este cenário parece delinear um princípio de organização produtiva em torno de cadeias diretas. Tais cadeias requerem penetrar no mesmo jogo de mercado e de relação com o capital financeiro. Porém, estruturam-se em torno de produtos não *commoditizados* e de relações mais estreitas e próximas entre produtores e consumidores. Para Ploeg (2008), tratam-se de produtos que alimentam cadeias curtas, as quais também buscam nichos de mercado, porém primam por aspectos relacionados à identidade e à qualidade do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os produtos oriundos de fundo de quintal bem como aqueles processados artesanalmente representam um vínculo com o agricultor enquanto produtor de alimentos. Contudo, a alimentação das famílias de agricultores passou por

2. PLOEG, Jan Douwe van der; BOUMA, Johan.; RIP, Arie; RIJKENBERG, Frits. H. J.; VENTURA, Flaminia; WISKERKE, Johannes S. C. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Production. In: Wiskerke, J. S. C.; Ploeg, J. D. van der. **Seeds of Transition**. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 1-30.

transformações irreversíveis, nas quais a consumo de alimento industrializado se faz presente de forma marcante. Porém, tais mudanças não obscureceram totalmente a memória cultural de se produzir alimento (e não matéria-prima), e esta memória cultural na atualidade tem sido valorizada por consumidores mais reflexivos, preocupados com a aquisição de alimentos de qualidade. Este cenário revela perspectivas e possibilidades de resistência ao modelo hegemônico de produção e comercialização de alimentos, comandado por impérios alimentares.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

FAIR, Héran. Política, discurso y hegemonía. Etapas en la imposición del orden neoliberal y formas de resistencia en el agro local (de 1976 a la actualidad). In: **De Martinelli, G., Moreno, M. Cuestión agraria y agronegocios en la región pampeana: Tensiones em torno a la imposición de un modelo concentrador**. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zyp2j>. Acesso em 10/05/2018.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2006.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário: resultados preliminares**, 2017.

LIAUDAT, Dolores. Agronegocios y hegemonía en el agro pampeano: lógicas de construcción de un modelo de dominación. In: **De Martinelli, G., Moreno, M. Cuestión agraria y agronegocios en la región pampeana: Tensiones em torno a la imposición de un modelo concentrador**. Bernal, Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

MARTINELLO, André Souza. Recampenização e impérios alimentares: conceitos e casos no Brasil atual. **Congresso Internacional de História**, p 3809-3824, 2009.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MARQUES, Flávia Charão. **Agrobiodiversidade e criatividade: contra a tendência, produzindo plantas medicinais no Sul do Brasil**. In: SIMON FERNÁNDEZ, X.; COPENA RODRÍGUEZ, D. Construindo um rural agroecológico. Vigo: Universidade de Vigo, Servizo de Publicacións, 2009 (Colección Congresos, n. 62), p. 239-255.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **As bases teóricas para interpretação do papel do capital financeiro na agricultura**. Palestra proferida durante apresentação do projeto Diversificação da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. 2018.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos; RODRIGUES, Carolina Vergara. Entre memórias e ressignificações

de práticas alimentares: um estudo sobre alimentação em comunidades negras rurais. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

PLOEG, Jan Douve van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SILVA, Cleverson Aléssio; KIYOTA, Norma. Programa Nacional de Alimentação Escolar: a evolução regulatória, resultados para a agricultura familiar e a efetividade na aplicação da legislação vigente. **56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2018.

THOMÉ DA CRUZ, Fabiana; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, nov. 2010.

WILKINSON, John. Competitividade da agroindústria brasileira. In: **Estudo da competitividade da indústria brasileira: o complexo agroindustrial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, p. 25-38. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 09 de jun. 2018.

O ATELIÊ BIANCA BAGGIO COMO NEGÓCIO LOCAL, SOCIAL E SUSTENTÁVEL ATUANTE NA PROPAGAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Data de aceite: 27/03/2020

Bianca Helena Bisetto Baggio
Ateliê Bianca Baggio-Moda Sustentável.
Londrina - Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0791831270194268>

Brunna Gonçalves Ramos
Universidade Estadual de Londrina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3401009273791604>

RESUMO: O resumo apresenta uma discussão sobre a necessidade de mudança na produção e consumo do sistema moda, para que se voltem aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Fazendo assim um paralelo de marcas locais como uma oportunidade de negócios e ferramenta para a propagação do assunto, utilizando como exemplo o Ateliê Bianca Baggio, de Londrina (PR).

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Economia Circular; Gestão de resíduos têxteis; Ecodesign; Consumo consciente.

**ATELIÊ BIANCA BAGGIO AS A LOCAL
BUSINESS, SOCIAL AND SUSTAINABLE
ACTING IN THE PROPAGATION**

SUSTAINABILITY

ABSTRACT: The summary presents a discussion about the need for change in the production and consumption of the fashion system, in order to return to the goals of sustainable development. Thus making a parallel of local brands as a business opportunity and tool for the propagation of the subject, using as an example the Ateliê Bianca Baggio, from Londrina (PR).

KEYWORDS: Sustainability; Circular Economy; Textile waste management; Ecodesign; Consumption Consumption.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é de natureza qualitativa e aborda a insustentabilidade do modelo de produção e consumo em escala da moda, faz um paralelo com a necessidade e oportunidade de negócios locais com um viés sustentável a partir da revisão bibliográfica assistemática (RBA) sobre o assunto do consumo consciente.

Nesse aspecto, apresenta o estudo do ateliê Bianca Baggio de Londrina (PR) como marca sustentável que atua na produção pesquisa, artigos com resíduos industriais e sua gestão de processos com transparência

de seu sistema produtivo. Isso o torna um ator na relação íntima com seus consumidores, gerando uma mudança cultural local sobre o comportamento de consumo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notório que os impactos ambientais e sociais por conta da velocidade de produção das indústrias são questões complexas e sistêmicas. Estes “deixaram de ser pequenos problemas localizados, alcançando proporções e escala mundial, durante a década de 1980” (SCHULTE, NARDI, VIVIAN, 2009, p. 589).

O sistema moda atual que visa à escala e barateamento dos custos na produção apresenta diversos problemas em todas as etapas de sua cadeia, desde a extração e beneficiamento da matéria prima até a entrega do produto final, este, agravado, quando consideramos o descarte inadequado no pós-consumo. O setor, mesmo sendo considerado como uma importante atividade econômica mundial em termos de geração de renda e movimentações financeiras, não está alinhado à responsabilidade com o meio ambiente e modos de produção mais limpos (LUCIETTI et al,2018).

Este cenário reflete e aponta a necessidade de uma mudança nos modos de produção e consumo, que vise à convergência dos negócios de moda com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Tendo em vista não só a emergência dos problemas ambientais, econômicos, e sociais, mas também a necessidade de atender os desejos de consumidores cada vez mais cientes de como a indústria opera que optam por modelos produtivos mais limpos (LUCIETTI, et al. 2018).

Sendo assim, incluir os preceitos de sustentabilidade nas marcas é uma estratégia de mercado que tem como potencial a comunicação com os consumidores, conscientizando-os sobre a necessidade de mudanças culturais (SCHULTE, NARDI, VIVIAN, 2009).

E nesse contexto, o designer também possui um papel de responsabilidade, visto que é um dos mediadores do produto ofertado e seus impactos. Mudanças locais e replicáveis são necessárias em todo o globo para soluções sistêmicas e efetivas.

Diante disso, muitas marcas estão mudando de postura e algumas já nasceram com o propósito da sustentabilidade, um exemplo é o Ateliê Bianca Baggio, localizado na cidade de Londrina (PR).

O trabalho produzido no ateliê desde 2009, inclui coleções de upcycling visando a gestão dos resíduos têxteis industriais, um processo que restaura “materiais que já seriam descartados, transformando-os em novos produtos com melhor qualidade e valor ambiental, sem passar por qualquer tipo de processo químico” (LUCIETTI et. al, 2018, p. 150) “elevando-os economicamente ao passo que minimiza impactos negativos no meio ambiente, pois evita o desperdício de matéria útil” (LUCIETTI et al,2018).

Realiza também a encomenda de modelos sob medida pelos clientes, “processo que possui o potencial de confeccionar produtos individualizados e menos vulneráveis a obsolescência (caso sejam realizados com qualidade), em que o consumidor substitui menos produtos se satisfeito” (RAMOS, SAMPAIO, MARTINS, 2018). Além disso, seu ateliê fornece aulas de modelagem e costura, promove palestras, workshops e ações para moda sustentável e o consumo consciente.

Desde 2012, possui o Projeto Retraço Novo, que capacita mulheres de baixa renda em corte, costura, e empreendedorismo para que consigam se inserir no sistema produtivo de forma socialmente justa por meio do upcycling.

A principal matéria-prima do projeto são sobras de tecidos das indústrias ou de ateliês, que, através do design, técnicas artesanais e de costuras se tornam novos produtos com um novo olhar para o uso dos retrazos industriais têxteis, os quais eram descartados no meio ambiente sem o devido tratamento.

Nesse aspecto, por atuar em vários pilares, têm a capacidade de conscientização para mudança cultural sobre a sustentabilidade com seus consumidores e pessoas a sua volta, aumentando a consciência das condições da moda oferecendo uma alternativa acessível e transparente de consumo de roupas e acessórios, aumento da consciência ambiental, por ser uma marca responsável ecologicamente tendo em vista a utilização como matéria prima os resíduos têxteis; e da consciência social pelos trabalhos de capacitação realizados.

Por ser local e de pequena escala, o ateliê fornece uma relação íntima e transparente com seus consumidores, o que gera a informação e reflexão sobre a velocidade e o modo de como consumimos, devido ao fato que: “A industrialização trouxe o consumismo como parte integrante da economia. O crescimento econômico passou a depender da comercialização contínua de novos produtos e do descarte de produtos antigos simplesmente porque os padrões de estilo promovem sua obsolescência” (LUCIETTI et al, 2018, p. 148).

Dessa forma, transforma o consumo em uma experiência de conscientização e atuação política, a partir de uma relação transparente com processo, que desperta no consumidor as necessidades de mudanças culturais sobre o modo predominante, e também sobre o consumo como ferramenta para a comunicação de sua autoafirmação, “não apenas como um consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente como o consumo de signos” (SAPPER, 2018, p. 692).

Já que o Fast Fashion viciou o consumidor numa moda descartável e rápida com o desejo de ter um guarda-roupa enorme, com muitos itens adquiridos da compra por impulso em um curto período de tempo e sem montar um visual coerente. As pessoas que consomem moda dessa forma esquecem que, além de ser uma indumentária, a moda expressa a sua personalidade e um estilo, foi assim ao longo da história (LIMA et al, 2018, p. 33).

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resumo apresentou o ateliê Bianca Baggio como um exemplo de marca sustentável local da região de Londrina (PR), que estimula a mudança sistêmica dos processos produtivos e de consumo a partir do potencial de conversa com seus clientes pela relação íntima produtor-consumidor, fator que forma opiniões a respeito do assunto sustentabilidade e fomenta a consciência e autoafirmação na compra. Entretanto, percebe-se que ainda há uma demanda no cenário atual de marcas locais que voltem seus modelos para processos mais limpos, assim uma mudança efetiva não é gerada. Portanto, é uma necessidade de mercado que impacta na propagação do assunto e melhora sistêmica.

Assim, as marcas já existentes devem se posicionar e estabelecer ao máximo relações íntimas e transparentes com seus clientes a fim de atuarem como ferramenta de propagação e conscientização sobre o mesmo, ampliando a informação e conhecimento sobre problema.

REFERÊNCIAS

- LIMA, Mírian Cristina de et al. O consumo de produtos de moda baseado na vertente da sustentabilidade ambiental. **Dapesquisa**, [s.l.], v. 13, n. 21, p.25-42, 17 dez. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. http://dx.doi.org/10.5965/1808312913212_018025.
- LUCIETTI, Tamires Joaquim et al. Importância do 'upcycling' no desenvolvimento da moda: estudo de caso da marca Recollection Lab. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.143-159, 28 maio 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n2p143>.
- RAMOS, B. G.; SAMPAIO, C. P. ; MARTINS, S B . Aplicabilidade do conceito de economia distribuída no design de moda. In: **14 Colóquio de Moda**. 11 Edição Internacional.5 Congresso de Iniciação científica em design de moda, 2018. Anais-14 Colóquio de Moda. Curitiba: PUCPR, 2018. v. 1. p. 1-12.
- SAPPER, Stella Lisboa. Consumo: a engrenagem do fast fashion. **Dapesquisa**, [s.l.], v. 6, n. 8, p.687-703, 5 nov. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. http://dx.doi.org/10.5965/180831290608_2011687.
- SCHULTE, Neide Köhler; NARDI, Amanda Zardo de; VIVIAN, Ana Carolina. Consumo consciente: um desafio para o design de moda. **Dapesquisa**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p.588-595, 2009

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 08/01/2020

Cláudia Sousa Oriente de Faria

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -
CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade

Rio de Janeiro - RJ

<http://lattes.cnpq.br/2326323532186257>

RESUMO: Este trabalho expõe sobre a formação do povo brasileiro, que data do período da colonização do Brasil, porém, longe da pretensão de esgotar o assunto. A exposição foi feita utilizando-se da pesquisa bibliográfica como recurso metodológico, a partir da visão de alguns estudiosos, entre eles: Lilia Schwarcz, Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Discutiram-se aspectos de como se formou a identidade da sociedade brasileira, ou seja, como essa nação foi construindo a realidade da qual é hoje. Observou-se neste estudo que o Brasil é um país de grandes contrastes, desde o início da sua constituição, contudo, a noção de mestiçagem aponta para a formação de uma possível unidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: povo brasileiro;

mestiçagem; raças.

THE FORMATION OF THE BRAZILIAN PEOPLE

ABSTRACT: This bibliographical work exposes about the formation of the Brazilian people, which dates from the period of colonization of Brazil, however, far from the pretension of exhausting the subject. The exhibition was made using bibliographical research as a methodological resource, based on the view of some scholars, among them: Lilia Schwarcz, Darcy Ribeiro and Gilberto Freyre. We discussed aspects of how the identity of Brazilian society was formed, that is, how this nation was building the reality of what it is today. It was observed in this study that Brazil is a country of great contrasts, from the beginning of its constitution, however, the notion of mestiçagem points to the formation of a possible national unity.

KEYWORDS: Brazilian people; miscegenation; races.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo representa uma tentativa de expor acerca da formação do povo brasileiro, que data da época do período Colonial no

Brasil, porém, longe da pretensão de esgotar o assunto, por que se acredita que o rico e instigante tema não se esgotaria em tão poucas páginas. Partiu-se da interrogação: seria o Brasil um país sem povo ao olhar com mais rigor como se deu a constituição de sua população?

Para alcançar certo entendimento sobre o tema, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico, realizada para atender à finalidade deste trabalho, a partir da qual foi feita a exposição das obras de alguns dos estudiosos sobre a formação do Brasil, tais como: Lilia Moritz Schwarcz em *O espetáculo das raças* (1993), Darcy Ribeiro em *Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995) e Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1972), mas também outros autores foram trazidos para auxiliar na explanação. Esses pesquisadores apresentam (a sua maneira), aspectos de como se formou a identidade da sociedade brasileira, ou seja, como esse povo foi construindo a realidade da qual se é hoje.

Um dos admiráveis intelectuais da história do Brasil, Gilberto Freyre, mergulhou nas entranhas da sociedade à procura de desvendar a identidade cultural brasileira, a partir da construção das três raças: a indígena (nativo), a branca (europeu/português) e a negra (africano). Freyre também expôs em seus estudos sobre o mito da inferioridade racial do povo brasileiro, em especial ao preconceito de que a miscigenação produzia em virtude da diversidade da formação social; o solo comum de valores que nos permitiria pensar na possibilidade de uma sociedade nacional, integrada, homogênea e harmônica (COSTA, 1992).

Gilberto Freyre escreveu nos anos 30 a obra *Casa Grande e Senzala*, que envolve um contexto histórico único da formação da sociedade brasileira, a qual ele diz ser híbrida desde o início de sua formação. As estruturas sociais e econômicas são apresentadas claramente na obra, como o latifúndio e a escravidão, a casa-grande e a senzala que eram o alicerce da ordem escravocrata. Todavia, conforme o pensamento de Costa (1992), a história que está descrita na obra se trata da história de quase toda a população brasileira.

Na exposição de Carvalho (2014), Freyre tratava da ideia da democracia racial, afirmando que no Brasil o importante não era a raça como o ponto unificador do povo, uma vez que o brasileiro estaria a caminho de determinar uma nova raça por meio do processo de miscigenação, mas sim a religião católica, que foi no Brasil de extrema importância na vida social, pois os negros procuravam ser batizados e os índios eram o centro das atenções dos jesuítas que tinham como missão torná-los cristãos.

Em Freyre (2006) citado por Carvalho (2014) a miscigenação em vez de ameaça, foi vista como algo positivo e compreendida como necessária para solução dos problemas do país, pois o português não poderia colonizar uma grande extensão

de terra como o Brasil, com uma população numerosa sem que isso acontecesse, e ainda possibilitava melhor adaptação do branco no ambiente tropical, fornecendo dessa forma a mão de obra, o prazer sexual e a constituição de toda uma cultura particular.

Na obra *O espetáculo das raças*, Schwarcz (1993) aponta o Brasil como um caso ímpar de extremada miscigenação racial, um grande laboratório racial, assim era a imagem do país no final do século passado (1870-1930) e a partir dessa constatação a autora apresenta a visão de inúmeros outros estudiosos e viajantes europeus que distinguiram o Brasil por meio de expressões como: um festival de raças; uma sociedade de raças cruzadas; nação multiétnica; país mestiço; país de raças híbridas; Brasil mulato; território que se transformara no paraíso dos naturalistas, essas são algumas das expressões exemplificadas pela autora para falar sobre o espetáculo brasileiro da miscigenação, que trazemos para nos auxiliar na exposição acerca da formação do povo brasileiro e tentar elucidar se o Brasil seria ou não um país sem povo.

2 | DESENVOLVIMENTO

Há pesquisadores que digam, de acordo com Schwarcz (1993), da ocorrência no Brasil de deterioração decorrente do cruzamento das raças, demonstrando uma interpretação pessimista da mestiçagem, ao sugerir que ela foi apagando as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo de indivíduo híbrido indefinido, isto é, deficientes em energia física e mental, formando talvez uma pista, para elucidar o atraso ou uma provável inviabilidade da nação, pois alguns teóricos “acreditavam que o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado, quase imediato, de sua conformação racial pura” (SCHWARCZ, 1993, p. 61). Apesar disso, a pesquisadora sublinha a existência de uma nova representação da mesma nação e aponta que os censos e dados quantitativos da época reafirmavam as apreensões teóricas mencionadas, conforme segue: “Enquanto o número de cativos reduzia-se drasticamente, [...] a população negra e mestiça tendia progressivamente a aumentar, correspondendo, segundo o censo de 1872, a 55% do total” (SCHWARCZ, 1993, p. 13).

Outro importante estudioso da formação do povo brasileiro que se faz imprescindível mencionar neste artigo é o antropólogo Darcy Ribeiro. Este conceituado pesquisador do processo civilizatório do Brasil é autor de várias obras, entre elas está *Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995), a qual foi utilizada aqui para auxiliar no entendimento do Brasil e a constituição da sua população como povo. A obra, que tem como objetivo reconstituir esse processo, e entender toda a sua complexidade, foi feita a partir da versão testemunhal e documental do

protagonista - o invasor, dominador, além do esforço para compreensão por parte do autor, conforme afirma Ribeiro (1995).

O pesquisador assegura que o povo brasileiro surgiu do encontro e do cruzamento do invasor português com índios e com negros africanos, e que a partir dessas junções, matrizes raciais desiguais, tradições culturais distintas, formações sociais ultrapassadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um novo povo, em um novo modelo de estruturação societária, em virtude da redefinição de traços culturais delas oriundos (RIBEIRO, 1995).

Assim, assegura o antropólogo que embora diferenciados em suas matrizes raciais e culturais e em suas funções ecológico-regionais, da mesma forma, nos perfis de descendentes de velhos povoadores ou de imigrantes recentes, os brasileiros se comportam como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia, e ainda enfatiza,

uma entidade nacional distinta de quantas haja, que fala uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais, menos remarcados que os dialetos de Portugal. Participando de um corpo de tradições comuns mais significativo para todos que cada uma das variantes subculturais que diferenciaram os habitantes de uma região, os membros de uma classe ou descendentes de uma das matrizes formativas (RIBEIRO, 1995, p. 22).

Em consonância com Ribeiro (1995), os brasileiros se agregam em uma única etnia nacional e a concepção de povo-nação surge no país a partir da concentração da força de trabalho escrava, arrolada para servir a finalidades mercantis alheias a ela, por meio de processos violentos que constituíram em permanente genocídio, que se deu pela guerra de extermínio, pelo desgaste no trabalho escravo e pela virulência das novas enfermidades; e também pelo etnocídio implacáveis, que atuou através da sua desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos “brancos”. Ao genocídio e ao etnocídio se somam ainda as guerras de extermínio. Os cenários de lutas e guerras ocorreram por conta do choque ocorrido no encontro das duas civilizações, de um lado os índios, com a sua vida pacata, apenas desfrutando da existência, em um mundo dadivoso e em uma sociedade solidária; do outro lado, os recém-chegados, onde a vida era uma sofrida obrigação, que a todos condenava ao trabalho e tudo era submisso ao lucro. O contraste não tinha como ser maior, conforme afirma Ribeiro (1995).

O antropólogo reconhece um antigo uso indígena, denominado de cunhadismo, que significa incorporar estranhos à sua comunidade, como a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro, fazendo surgir a numerosa camada de pessoas mestiças que de fato ocupou o Brasil. Esse antigo costume “consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia,

automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo” (RIBEIRO, 1995).

Na visão do antropólogo, sem a prática do cunhadismo, seria impossível a criação do Brasil, sendo que, com base nesse costume se estabeleceram criatórios de pessoas mestiças nos focos onde náufragos e degredados se assentaram ao chegarem ao país.

Ainda sobre o processo de constituição do Brasil, Ribeiro (1995) sinaliza que a expansão do comando português terra adentro do país, foi fruto dos povos brasilíndios ou mais conhecidos como mamelucos. Estes foram gerados por pais brancos, a maior parte deles lusitanos, sobre mulheres índias, expandindo o domínio português. Esse novo povo (mamelucos), de acordo com o antropólogo, foram os heróis civilizadores, impositores da dominação que os oprimia. Seu valor maior como agentes da civilização ocorria de sua própria rusticidade de meio-índios, incansáveis nas marchas longuíssimas e acima de tudo no trabalho de remar, de sol a sol, por meses e meses (RIBEIRO, 1995).

Mesmo com o seu significativo valor de pessoas flexíveis, por se adaptarem facilmente a qualquer circunstância, os brasilíndios ou mamelucos foram vítimas de duas rejeições drásticas:

A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra, aproveitavam bem seu trabalho enquanto meninos e rapazes e, depois, os integravam a suas bandeiras, onde muitos deles fizeram carreira. A segunda rejeição era a do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita sua semente. Quem nasce é o filho do pai, e não da mãe, assim visto pelos índios (RIBEIRO, 1995, p. 108).

A rejeição de seus progenitores, de não poder identificar-se com eles, se criou um gênero humano novo e fez com que caíssem em uma terra sem dono, a partir da qual construíram sua identidade de povo brasileiro, porém, percebe-se por meio da obra de Ribeiro que não foi tarefa fácil aos mamelucos se fazer agente principal da história brasileira. Vê-se que enfrentaram tanto o ódio jesuítico e a má vontade dos reinóis, quanto todas as grandes dificuldades de sua dura vida de sertanistas, além ainda da hostilidade dos índios arredios (RIBEIRO, 1995).

Outro importante estudioso da complexa sociedade brasileira, essencial para a compreensão do Brasil da atualidade, é Caio Prado Júnior (1972), autor da clássica obra *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, onde se apresenta ampla pesquisa acerca do período colonial e traz aspectos essenciais para o tema proposto nesse artigo – expor acerca da formação do povo brasileiro. O autor expõe que o Brasil contemporâneo se definiu por seu passado colonial, do mesmo modo, se definiu pelas mudanças ocorridas, considerando que naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade brasileira, povoou-se um território semideserto, organizou-se nele vida humana que diferia daquela que já havia aqui

(dos indígenas e da dos portugueses).

Porém, a grande questão com que se preocupa o autor, a partir da qual ele delimita seu objeto de estudo na obra *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, é que o Brasil é um país que ainda não se sedimentou, e está em suas linhas definidoras, possuindo ainda a presença expressiva do passado colonial, isto pode ser constatado quando ele diz que no campo econômico “o trabalho livre não se organizou”, tem-se apenas um ajustamento em pleno vigor, mas que “conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu”. O mesmo se afirma no campo econômico, onde a economia é voltada para a produção extensiva, aos mercados externos e ainda da falta de um mercado interno alicerçado e organizado. No campo social, “ainda conservam nossas relações sociais em particular as de classe, um acentuado cunho colonial” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 7).

Desta forma, para Prado Júnior (1972) o Brasil se organizou meramente a partir de uma economia exógena, isto quer dizer que ele se articulou em uma organização produtora, industrial, se constituindo em uma colônia brasileira que não atendia aos interesses internos, se formou tendo como princípio uma colônia de exportação.

Conforme Prado Júnior (1972), se formos à essência da formação do povo brasileiro, veremos que na realidade esse povo se constituiu para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro, diamante; depois algodão e o café para o comércio europeu, nada mais que isto. Tendo como objetivo – o da exportação, foi que se organizou a sociedade e a economia brasileiras. Salieta-se que esses dados históricos são indispensáveis para interpretar e compreender a atualidade brasileira, que se encontra em constante transformação.

Pode-se dizer, a partir da visão desse pesquisador da história brasileira, que o processo da colonização portuguesa no Brasil teve como fundamento a grande propriedade monocultora, a mão de obra escrava africana, com base econômica voltada para a produção de gêneros destinados ao comércio exterior, sendo que, mais tarde, a força de trabalho foi fornecida por homens livres vinculados à *plantation*.

Entretanto, também existiam outras relações de trabalho, isto é, escravos que trabalhavam em outras atividades. Além da mão de obra escrava, alguns deles realizavam o cultivo de gêneros agrícolas destinados ao próprio sustento e para venda no mercado interno; outros trabalhavam como aprendizes, barqueiros, produção de artesanatos entre outros.

No que diz respeito à formação do Brasil, Prado Júnior (1972) aponta aspectos das condições naturais (geográficas, de relevo, presença de minérios e solo) e sua relação com o povoamento. O pesquisador delinea acerca de como se deu a ocupação de todo o litoral brasileiro, sem deixar de mencionar os locais adequados ou impróprios para a instalação de núcleos de colonização, inclusive com a presença ou não de água potável. Da mesma forma, faz referência sobre os surtos

de mineração que impulsionaram o povoamento para o interior, porém assinala que não foram duradouros, cabendo à pecuária a ocupação de boa parte do território da colônia e ao ser calculada em área efetivamente colonizada, ultrapassa a mineração. Ainda se teve, além da imigração espontânea, a imigração estimulada que tinha a finalidade de povoar territórios estratégicos pouco habitados, a exemplo Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A preferência era por grupos familiares, também conhecidos por colonização por casais, destinada exclusivamente à agricultura (PRADO JÚNIOR, 1972).

O pesquisador aponta ainda sobre os movimentos de deslocamentos internos que ocorreram a partir das mudanças nas atividades produtivas de regiões, constatando que estes ocorreram do interior para o litoral e estavam relacionados ao retorno da atividade agrícola.

Evidencia-se o fato, de acordo com Prado Júnior (1972), de que a colonização não se norteava no sentido de formar uma base econômica sólida, com a exploração racional dos recursos do território, determinando no povoamento uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos.

A respeito da composição da população brasileira, o pesquisador aponta as contribuições trazidas pelas raças compostas pelos brancos, pretos e indígenas. Prado Júnior (1972) afirma que das três raças que entraram na constituição do Brasil, os indígenas e os negros africanos, foram os que trouxeram os mais complexos problemas étnicos e que apresentaram entre si tamanha diversidade. O branco que entrou na constituição do povo brasileiro até princípios do século XIX é quase toda de origem portuguesa.

O critério português definido na seleção de colonos era antes o religioso do que o nacional, considerado secundário, porém, durante a dominação espanhola, esse quadro se modificou. Passou-se a aplicar o critério mais rígido da política colonial castelhana que com a Restauração voltou-se à política antiga (PRADO JÚNIOR, 1972).

Na visão de Prado Júnior (1972) a mestiçagem é o signo sob o qual se formou a nação brasileira e com seu sexualismo descomedido resultou num conjunto étnico que a humanidade jamais conheceu, e que constituiu o seu traço mais profundo e notável, se tornando a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena.

Os índios foram incorporados à população brasileira, mas aos poucos foram sendo eliminados por moléstias, vícios como o álcool, maus tratos, regime de trabalho. Já o negro representou um caso mais simples do que o dos índios. O negro foi uniformizado pela escravidão, desde o início nunca se contestou. Para Prado Júnior (1972) a contribuição do negro foi muito superior a do índio, em virtude do contato mais íntimo que teve com o branco, porém, duas circunstâncias

desfavoreceram os negros: primeiro o número de mulheres era menor e segundo, o preconceito contra as alianças legais com negros.

A população branca pura compunha-se quase somente da imigração portuguesa mais recente, da que não tivera tempo de se mesclar com os naturais da colônia. Entre esses últimos, poucos seriam os puros. Passa-se, então, a dirigir a seleção sexual no sentido do branqueamento. Um fato é a preocupação generalizada de “limpar o sangue” (PRADO JÚNIOR, 1972).

Prado Júnior (1972) descreve os principais limites da expansão da ocupação branca, relacionadas a conflitos com indígenas pela invasão de terras e os principais remanescentes indígenas sem contato com o branco até o início do século XIX. O pesquisador menciona ainda, que as regiões em que predominou a população negra também foram as regiões de maior atividade econômica.

Na perspectiva de reflexão neste artigo sobre elementos da constituição da identidade nacional, especificamente sobre a formação do povo brasileiro, Renato Ortiz (1986) traz na obra *Cultura brasileira e identidade nacional*, algumas reflexões em torno da relação entre a questão racial e a identidade brasileira. Esse autor desloca o centro da discussão, transpondo o conceito de raça ao conceito de cultura.

Ortiz (1986) ao abordar a questão da mestiçagem, assim como outros autores já mencionados neste artigo, afirma ser o Brasil o espaço da miscigenação, o qual se constituiu pela fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio; onde à raça branca (que se aclimata nos trópicos) foi atribuída uma posição de superioridade na construção da civilização brasileira.

Em consonância com Ortiz, o mestiço, resultado do cruzamento entre as raças diferentes, envolve os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica e a apatia, o descuido, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa maneira qualidades naturais do povo brasileiro (ORTIZ, 1986). No entanto, o ideal para o Brasil seria, na visão desse pesquisador,

uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente (ORTIZ, 1986, p. 21).

Ortiz (1986), diferentemente de alguns autores que ele cita em sua obra como Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, pondera a mistura racial de forma positiva como “renovadora”, no sentido de que tenderia reequilibrar os elementos negativos herdados do colonizador. Já o pensador Manuel Bonfim citado na obra de Ortiz, toma partido pelo progresso, isso quer dizer que ele é a favor da civilização européia, onde vê que o caráter “renovador” das culturas negra e índia não tem, como o da portuguesa, os atributos que permitem direcionar o progresso

no sentido do desenvolvimento da sociedade (ORTIZ,1986).

Outro aspecto apontado por Ortiz, como problema recorrente na história da cultura nacional, ao comparar com o pensamento da *intelligentsia* brasileira, é que no Brasil parece ter se tornado senso comum a ideia de ser um espaço imitativo, ou seja, haveria uma absorção das ideias estrangeiras. O dilema dos intelectuais do final do século era o de estabelecer uma identidade nacional e para isso, seria necessário se reportar às condições reais da existência do país. Ortiz (1986) assinala que só seria provável idealizar um estado nacional pensando-se os problemas nacionais e que a inferioridade racial explicaria o porquê do atraso brasileiro, mas a noção de mestiçagem aponta para a formação de uma possível unidade nacional.

3 | CONCLUSÕES

Diante das visões dos pesquisadores expostas neste artigo sobre o processo de formação da nação brasileira, volta-se à pergunta inicial para verificar se foi possível chegar a uma conclusão ou se deixa-se a interrogação aberta para futuras investigações: seria o Brasil um país sem povo?

Pode-se observar que o Brasil é um país de grandes contrastes, desde o início da sua constituição, que se fez pelo entrelaço das três raças: índios, negros e brancos, utilizou a mão de obra escrava em grandes proporções e surgiram as classes sociais que marcaram a época: de um lado os privilegiados proprietários de terra, dos bens de produção, que eram na maioria brancos; de outro, os escravos, a classe trabalhadora.

Ao nos apoiarmos no pensamento freyniano, percebe-se que o povo brasileiro traz consigo a marca da miscigenação e que o país caracterizado por esse pesquisador é um Brasil mestiço, em larga medida, um país negro. Além disso, é um país de moral arranhada pela luxúria.

Porém, conforme Ribeiro, o processo de formação do povo brasileiro, “não chega a configurar uma democracia racial, como quis Gilberto Freyre e muita gente mais, tamanha é a carga de opressão, preconceito e discriminação antinegro” (RIBEIRO, 1995, p. 225).

Assim, a partir dos autores trazidos para nos apoiar nessa reflexão (que a deixamos inconclusa), parece-nos que o Brasil não possui em sua história a formação de uma população pura, vê-se que a formação da nação brasileira foi a partir do cruzamento das três raças, surgindo o mestiço. Entretanto, vê-se ser preciso ainda conhecer as muitas faces dessa história, promover estudos mais aprofundados, para aproximarmos de um melhor entendimento sobre essa instigante temática.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. O. de. (2014, maio). A construção da identidade brasileira a partir de Gilberto Freyre. In: **Oficina do historiador** (Suplemento especial, pp.293-304). Porto Alegre, Brasil: EDIPUCRS.

COSTA, V. M. F. (1992). Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. In: **Lua nova: Revista de Cultura e Política** (nº.26). **São Paulo: Aug**. Recuperado em 18 julho, 2017 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000200008.

ORTIZ, R. (1986). **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, SP, Brasil: Ed. Brasiliense.

PRADO JÚNIOR, C.. (1972). **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia** (12a ed.). São Paulo, SP, Brasil: Brasiliense.

RIBEIRO, D. (1995). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil** (2a ed.). São Paulo, SP, Brasil: Companhia das Letras.

SCHWARCZ, L. M. (1993). **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo, SP, Brasil: Companhia das Letras.

A RELEVÂNCIA DO DIREITO À DESCONEXÃO PARA A PRESERVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TELETRABALHO

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 03/01/2020

Jéssica Porto Cavalcante Lima Calou

Advogada

Fortaleza/CE

<http://lattes.cnpq.br/5286931618839573>

Thiago Melo Façanha

Advogado

Fortaleza/CE

<http://lattes.cnpq.br/3227543380953840>

Roberta Calazans Menescal de Souza Gomes

Advogada

Fortaleza/CE

<http://lattes.cnpq.br/7383505277595970>

RESUMO: Com o objetivo de acompanhar as novas maneiras de trabalho que despontaram com a globalização e a Revolução Tecnológica, o teletrabalho surgiu como um jeito de flexibilizar os postos de trabalho, sendo uma nova possibilidade rumo ao futuro das ciências humanas e suas tecnologias laborais. Foi nesse viés que a reforma trabalhista, por meio da Lei nº 13.467/17, incluiu na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) um capítulo para tratar especificamente deste tema, inserindo

na legislação pátria uma regulamentação mais específica sobre o teletrabalho. Entretanto, restaram pontos controvertidos que ergueram indagações pela doutrina e jurisprudência nacionais. O presente trabalho teve como objetivo produzir uma investigação sobre a possibilidade do direito à desconexão dos teletrabalhadores. Para tanto, foi adotado o método hipotético-dedutivo, já que a pesquisa foi elaborada a partir da suposição de um óbice – a dificuldade em executar o direito à desconexão aos teletrabalhadores –, seguida de uma investigação do alcance da problemática que foi abordada, constatando, ao final, possíveis soluções para o conflito. Em relação à técnica da pesquisa, investigaram-se os casos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com o uso de referências teóricas. Utilizou-se como base as mudanças no ordenamento jurídico brasileiro trazidas com a reforma trabalhista e o significado de incluir o teletrabalho no artigo 62, a partir do inciso III da CLT, que retirou a obrigatoriedade de definição de jornada para os teletrabalhadores. Dessa maneira, buscou-se trazer as bases do teletrabalho, sua história, evolução e características. Outrossim, mostrou-se o dano existencial nas relações do teletrabalho e os desafios de concretização do direito à desconexão. Por fim, concluiu-se que

há a efetiva probabilidade de se conceder o direito à desconexão, tendo em vista que os instrumentos tecnológicos utilizados pelo teletrabalho permitem a organização da jornada, podendo-se reduzir os danos oriundos dos excessos praticados nessa modalidade de labor.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias laborais. Reforma Trabalhista. Dano existencial. Direito à Desconexão.

THE RELEVANCE OF THE RIGHT TO DISCONNECT THE PRESERVATION OF FUNDAMENTAL RIGHTS IN TELEWORK

ABSTRACT: In order to keep up with the new ways of working that have emerged with globalization and the Technological Revolution, teleworking has emerged as a way of making jobs more flexible and a new possibility for the future of the humanities and their technologies. In this way the labor reform, through Law No. 13.467 / 17, included in the Consolidation of Labor Laws (CLT) a chapter to deal specifically with this issue, inserting in the homeland legislation a more specific regulation on telecommuting. However, controversial points remained that raised questions about national doctrine and jurisprudence. The present work had as objective, then, to produce an investigation about the possibility of the teleworkers' right to disconnect. Therefore, the hypothetical-deductive method was adopted, since the research was based on the assumption of an obstacle - the difficulty in executing the right to disconnect teleworkers -, followed by an investigation of the scope of the problem that was addressed, noting, in the end, possible solutions to the conflict. Regarding the research technique, the cases were investigated through bibliographic and documentary research, using theoretical references. The basis of the changes in the Brazilian legal system brought with the labor reform and the meaning of including teleworking in article 62, based on clause III of III, which removed the obligation to define working hours for teleworkers. Thus, we sought to bring the basis of telework, its history, evolution and characteristics. In addition, the existential damage in teleworking relationships and the challenges of realizing the right to disconnection were shown. Finally, it was concluded that there is an effective probability of granting the right to disconnection, given that the technological tools used by teleworking allow the organization of the journey, reducing the damage resulting from the excesses practiced in this type of work.

KEYWORDS: Labor Technologies. Labor reform. Existential damage. Right to Disconnect.

1 | INTRODUÇÃO

O constante progresso das tecnologias da informação unido ao advento de novos modelos de organização e gerência foram responsáveis por recentes

alterações nas relações trabalhistas. Essa nova situação de crescimento tecnológico requereu adequação do mundo trabalhista, tanto dos empregadores quanto dos empregados, com a necessidade de se especializar e se atualizar cada vez mais de acordo com a modernização da sociedade, no que diz respeito a realização de tarefas, prestação de serviços e aos vínculos de emprego.

Esse progresso das tecnologias fez advir a “necessidade de uma redefinição do tempo e do espaço, tendo como resultado novos processos na organização e no desenvolvimento do trabalho em si” (ESTRADA, 2014). Dessa maneira, criou-se uma nova modalidade de trabalho, diferente possibilidade de emprego da tradicionalmente realizada nas instalações das empresas, criando a oportunidade de o trabalhador executar suas tarefas fora das dependências da empresa, não importando a distância entre ambos.

Assim, manifesta-se o teletrabalho, também conhecido como trabalho à distância, trabalho remoto e *telework*, sendo aquele realizado com a utilização de tecnologias de comunicação dentro do relacionamento de trabalho, às quais facilitam a sua operação à distância, dispensando o comparecimento do empregado em lugar determinado de trabalho, as dependências da empresa (ESTRADA, 2014).

Dessa maneira, o teletrabalho foi regulamentado pela Lei nº 13.467/2017, também conhecida como Reforma Trabalhista, a qual adequou a legislação brasileira ao atual cenário vivenciado pelo mercado de trabalho. Nesse ínterim, é disponibilizada ao teletrabalhador a possibilidade de organizar seu tempo e optar pelo melhor jeito de executar suas tarefas e, assim, possuir vários benefícios, como melhor bem-estar, contentamento e, conseqüentemente, aumento da produtividade no trabalho, entre outras vantagens.

Quanto aos benefícios para as empresas, pode-se citar a diminuição dos custos, o aumento da produtividade do trabalhador e o acompanhamento das mudanças trazidas pelo uso das tecnologias, por exemplo. Além disso, a sociedade como um todo acaba sendo beneficiada pelo teletrabalho com o decréscimo dos congestionamentos no trânsito e da poluição.

Dessa maneira, o teletrabalho tem se manifestado cada vez mais como uma oportunidade viável, sendo solução dos principais dilemas encarados pelo mercado de trabalho e pelas sociedades.

Entretanto, também existem as desvantagens da adesão ao teletrabalho, como o afastamento social do teletrabalhador, a imprescindibilidade de organização e disciplina do mesmo, para que equilibre a vida pessoal com o trabalho e não desleixe em suas obrigações, mesmo que em ambiente familiar.

Apesar da recente regulamentação do tema, o teletrabalho continua levantando questões quanto à jornada de trabalho e à gerência do empregador sobre o empregado por meio das tecnologias, além da dificuldade de desconexão

do trabalho, já que o inciso III do artigo 62 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), incluído por meio da Lei nº 13.467/2017, retira a obrigatoriedade de definição de jornada para os teletrabalhadores.

A falta de regulamentação da jornada no teletrabalho provoca dúvidas na doutrina quanto à contradição do artigo 62, III da CLT com a Constituição Federal (CF), tendo em vista que é um obstáculo à liberdade do empregado, já que o empregador pode realizar cobranças ininterruptas em horas diversas, podendo resultar em danos aos empregados em seus direitos ao lazer e descanso.

Assim, pode-se observar o surgimento de danos existenciais como resultado da falta de desconexão do trabalhador, tendo em vista que a mesma restringe as relações em sociedade e a convivência sadia do teletrabalhador, podendo influenciar de maneira negativa no pleno desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, o direito ao não trabalho (ou à desconexão) é de extrema importância na vida humana, já que ele garante direitos básicos fundamentais ao teletrabalhador.

Como objetivo geral, o presente trabalho busca investigar as questões mencionadas, visando um melhor entendimento dos pontos em discussão, com o fim de elucidar possibilidades resolutivas para a dificuldade de concretização do direito à desconexão aos empregados em regime de teletrabalho.

Em relação aos aspectos metodológicos, investigam-se os casos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com o uso de referências teóricas. Em se tratando da tipologia da pesquisa, esta é, segundo a utilização dos resultados, pura, em razão de sua única finalidade consistir na ampliação dos conhecimentos, proporcionando, assim, uma nova posição acerca do assunto. Segundo a abordagem, é qualitativa, com a obtenção de dados descritivos mediante contato direto ou interativo com a situação de estudo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, posto que buscará definir, explicar e esclarecer o problema apresentado, analisando os fenômenos sem manipulá-los, e exploratória, objetivando aperfeiçoar as ideias.

Dessa maneira, o estudo abordará a evolução social que resultou no surgimento do teletrabalho, bem como seus conceitos e características, além das discussões doutrinárias que permeiam essa modalidade de labor. Posteriormente, analisar-se-á o dano existencial, o direito à desconexão do trabalho e a necessidade da sua concretização no ambiente de labor, assim como serão analisados os desafios para a sua concretização.

Por fim, serão apresentadas as conclusões da pesquisa, demonstrando resultados executáveis para garantir o direito à desconexão aos teletrabalhadores, evitando perturbações de ordem existencial devido a não regulamentação de suas jornadas de trabalho.

Como se observa, o presente tema possui várias nuances relevantes,

necessitando de uma atenção especial, com o fito de tornar o teletrabalho uma prática cada vez mais difundida na atualidade, mas também proporcionando segurança jurídica para os empregados e garantindo seus mais diversos direitos.

2 | BREVE HISTÓRICO DO TELETRABALHO

É possível afirmar que as relações de trabalho sofreram influência especialmente de duas grandes revoluções históricas, a Industrial e a Tecnológica. A Revolução Industrial substituiu, de certa forma, o homem pela máquina, alterando consideravelmente o processo de produção na sociedade (RODRIGUES, 2011).

Segundo Adriana Calvo (2016, p. 19), a Revolução Industrial foi o grande marco para o surgimento do Direito do Trabalho, consequência da união de diversos fatores políticos, econômicos e ideológicos. Tal Revolução foi importante para uma nova estrutura do mercado de labor, o qual experimentou mudanças devido às tecnologias desenvolvidas dentro das indústrias.

Por sua vez, a Revolução Tecnológica, em virtude do capitalismo, foi consequência da integração de mercado existente entre os países, permitindo o deslocamento mais simples e efetivo de pessoas, notícias e conhecimentos. Dessa maneira, tal revolução também trouxe efeitos para o mercado de trabalho, já que surgiram novas áreas de conhecimento, com exigência de maiores especializações, por exemplo, bem como houve a necessidade de readequação do ambiente trabalhista.

Conforme Rodrigues (2011), nesse cenário de desenvolvimento da tecnologia, os empregadores começam a ajustar seus processos de produção, o que altera a finalidade da fabricação, assegurando também que a sociedade tende a se adaptar às mudanças globalistas e ao sistema produtivo-econômico.

Isto é, a citada flexibilização foi efeito de uma evolução na história da tecnologia, a qual uniu países, diferentes mercados econômico-financeiros e evitou a rigidez do progresso diante da agitação dinâmica que sobreveio em toda a sociedade com a globalização.

É dessa maneira que a desconcentração dos postos de trabalho surge como opção viável dentro do mercado de trabalho, com o fito de alterar a antiga estrutura centralizada das atividades de labor dentro das empresas, surgindo o teletrabalho para renovar os modelos habituais de administração empresarial e desterritorializar a relação trabalhista (DELGADO, 2018).

Com o objetivo de acompanhar as alterações que o avanço de tecnologia pleiteia, a exigência da presença física do trabalhador em ambiente empresarial foi sendo vencida pela inevitável dinamicidade do trabalho, o qual necessita ser ativo e inovador. É nessa nova ótica que o teletrabalho aparece como escolha atual e

vantajosa aos padrões que desejam se adaptar ao novo sistema de labor, sendo visto como extremamente produtivo e econômico.

No Brasil, o teletrabalho demora a chegar, tanto na teoria quanto na prática. Nos anos 2000, surgiram projetos legislativos que tangenciavam o tema, tendo um deles virado a Lei nº 12.551/2011, a qual alterou o artigo 6º da CLT em seu *caput*, assemelhando o trabalho presencial ao à distância, estando inserido o teletrabalho, e equiparou, em seu parágrafo único, os meios telemáticos e informatizados de comando aos meios pessoais, particularmente com o fito de observar o elemento subordinativo que caracteriza a relação de emprego.

Entretanto, o tema não estava suficientemente regulamentado no Brasil, pelo que as empresas preenchiam a lacuna legislativa com regimentos empresariais. Assim, o teletrabalho apenas foi de fato regulamentado com a Reforma Trabalhista, em 2017, a qual acrescentou um capítulo específico para legislar sobre o presente tema.

3 | CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO TELETRABALHO

Com origem no vocabulário grego, *tele* significa distância. O teletrabalho, assim, é um tipo de trabalho à distância. Com a Reforma Trabalhista, foram trazidas condições específicas para a sua realização, tornando-o uma contratação bem específica. Para sua configuração, é necessária a execução do trabalho em ambiente fora da estrutura da empresa (DACHERI; FEUSER, 2018, p. 113).

Entretanto, isso não é o bastante para a sua especificação, pois são necessárias outras características além do trabalho fora das dependências empresariais, como a utilização de meios de tecnologia de informação e comunicação como mecanismo de trabalho, reguladora da distância ou até mesmo como ambiente virtual de trabalho.

A Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividade (SOBRATT) define o teletrabalho como:

Modalidade de trabalho que, utilizando as tecnologias da informação e das comunicações (TIC), pode ser realizada à distância, fora do âmbito onde se encontra o contratante, de maneira total ou parcial, podendo realizar-se em relação de dependência (empregado) ou de maneira autônoma (freelance), executando atividades que podem ser desenvolvidas pelos equipamentos móveis, tais como computadores, smartphones, tablets etc. (SOBRATT, 2015).

Assim, o teletrabalho é definido como aquele que concede a chance de que as tarefas sejam realizadas fora do ambiente empresarial, mas que seja garantida a comunicação entre empregado e empregador.

No teletrabalho, outrossim, há a imprescindibilidade da distância entre empregador e empregado, os quais se encontram fisicamente separados, mas conectados virtualmente por meio da tecnologia. Ademais, o empregador necessita

dispor de estrutura para trabalho remoto.

Ou seja, o teletrabalho é um tipo de trabalho à distância, em que há domínio por parte do empregador – devido ao elemento presente de subordinação, caracterizador da relação de emprego –, o qual se utiliza da tecnologia para isso, como sistemas de *logon e logoff*, computadores, dentre outros.

Delgado (2018) define o trabalho à domicílio como aquele inserido há mais tempo na sociedade, o trabalho mais clássico. Já o *home office* é caracterizado por ser um trabalho realizado em casa que se utiliza de meios de comunicação. O teletrabalho, então, é definido pelo autor como um alargamento do *home office*, mas que confere a oportunidade de realização do labor também em outros locais, além da residência.

Diante das definições aqui expostas do teletrabalho, nota-se que é imprescindível a utilização da tecnologia e a desconcentração do local de trabalho. Portanto, destaca-se que essas duas atribuições são as mais importantes para a caracterização do teletrabalho, além da não presencialidade e da maleabilidade dos horários.

No que diz respeito ao local da prestação dos serviços, é necessário que ocorra fora das dependências da empresa, pelo menos de maneira parcial, sendo marcado pela descentralização do ambiente de trabalho. As tarefas podem ser realizadas no domicílio do teletrabalhador ou em outra localidade por ele escolhida. Além disso, a tecnologia é a característica intrínseca do teletrabalho, pois ela que permite que o trabalhador exerça suas atividades e o empregador fiscalize-as.

Quanto ao horário de trabalho, o mesmo geralmente é maleável, pois o teletrabalhador pode escolher sua jornada, já que, em regra, o controle por parte do empregador diz respeito ao resultado do trabalho e à produção, o que permite ao funcionário a escolha de acordo com a conformidade de suas demais tarefas.

Importante ressaltar que o controle da jornada pode ser aplicado, porém o que se defende é que o teletrabalho importa em uma certa liberdade, além de ser difícil para o empregador protocolar exatamente os horários utilizados pelo funcionário para o trabalho, o que também implica diretamente na dificuldade do reconhecimento de possíveis horas extras exercidas. Assim, o teletrabalho costuma ser flexível quanto à jornada, em que o funcionário ordena seus horários de acordo com as atividades a serem executadas (RODRIGUES, 2011).

Dessa maneira, os elementos citados acima influenciam na subordinação dos teletrabalhadores, refletindo na estruturação do Direito do Trabalho, o qual se modela com o fito de regulamentar as constantes transformações sociais, buscando assegurar os direitos trabalhistas àqueles que se submetem a essa modalidade de labor.

4 | O DANO EXISTENCIAL NO TELETRABALHO

A flexibilidade da jornada de trabalho torna os teletrabalhadores suscetíveis ao prejuízo sofrido com o dano existencial, tendo em vista que, com a evolução dos postos de labor e o crescimento do uso da tecnologia, os trabalhadores ficaram vulneráveis aos malefícios causados pelo demasiado tempo que passam conectados, perfazendo uma extensa jornada de trabalho.

A vulnerabilidade a qual os teletrabalhadores estão sujeitos é decorrente da facilidade que os empregadores possuem em realizar cobranças demasiadas, excedendo os limites considerados saudáveis. Os prejuízos que o teletrabalho pode causar são fortalecidos pela falta de regulamentação da jornada, o que permite aos empregadores o contato em horas inoportunas e com periodicidade elevada, privando a independência de escolha dos subordinados e reduzindo ou mesmo anulando a convivência social e familiar dos trabalhadores.

Conforme Melo e Rodrigues (2018), a telepressão é caracterizada pelo incessante uso de variadas tecnologias de comunicação no mundo corporativista e pelo costume criado que todos precisam estar disponíveis a todo instante. O fato de trabalhar fora do horário do expediente facilita a chamada telepressão, além da necessidade criada em se responder as mensagens de maneira imediata. Os meios de tecnologia proporcionaram a tão querida mobilidade ao trabalho, entretanto também são responsáveis pelo excesso de conectividade.

O resultado da cobrança demasiada sem nenhuma regulamentação interfere diretamente na saúde e na dignidade do trabalhador. A atividade de labor por ele exercida, assim, perde o enaltecimento pela criatividade e se torna desprovida de prazer e ânimo, que devem ser constantes em qualquer modo de se viver (COLUCCI, 2014).

É nesse viés que se manifesta a necessidade de se reconhecer a aplicação do direito à desconexão, com o objetivo de garantir outros direitos constitucionalmente assegurados, como o direito ao lazer e à saúde, permitindo ao teletrabalhador a recuperação da energia utilizada em suas atividades e assegurando o sadio desenvolvimento dos projetos de vida e de suas relações interpessoais.

5 | O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO

A globalização unida à ascensão da tecnologia causou enormes mudanças no ambiente social de trabalho, dentre elas no que diz respeito à maneira de se trabalhar, gerando consequências graves oriundas do trabalho exagerado, em virtude do maior comando da tecnologia na realização das tarefas.

O excesso de conexão se tornou um óbice de grande relevância, já que o

trabalho vem sendo executado de novas maneiras, causando diversos problemas à saúde e ao completo desenvolvimento do ser humano, podendo gerar danos existenciais com consequências, muitas vezes, desastrosas.

Diante deste quadro, surge a demasiada necessidade do direito à desconexão do labor ou direito ao não trabalho, com o fito de que os trabalhadores gozem plenamente de seus direitos constitucionalmente garantidos, com a consequente preservação de sua integridade psíquica e física.

O direito à desconexão significa que o empregado não permanece à disposição do chefe fora da sua jornada de trabalho, nos finais de semana e feriados – desde que não trabalhados –, estando livre de qualquer interferência externa que o remeta ao labor e podendo usufruir efetivamente de seu descanso. Nesse viés, o empregador não pode se utilizar, nessas ocasiões de não trabalho, dos meios que costuma se servir para cobrar o indivíduo.

Nessa perspectiva, para que o indivíduo goze de todos os benefícios oriundos do lazer e do descanso, é necessário que a desconexão seja real e eficaz, sem a pressão de precisar responder mensagens do empregador a qualquer momento ou atender suas ligações (MELO; RODRIGUES, 2018).

Dessa maneira, o teletrabalho necessita muito mais do direito à desconexão que o trabalho presencial, tendo em vista que se utiliza constantemente da tecnologia para sua execução e para cobranças do empregador, pelo que a produtividade do indivíduo se mede por meio do uso da tecnologia, sendo mais provável que ocorra a submissão do trabalhador à execução das tarefas desmedidamente e maior que uma jornada diária comum.

Nesse contexto, para assegurar a qualidade de vida ao trabalhador, é necessária a garantia da desconexão na modalidade de teletrabalho, em virtude das peculiaridades que permeiam sua atividade, pois implica limites indubitáveis para o tempo que permanecem à disposição do empregador, ainda que de maneira virtual (MELO; RODRIGUES, 2018).

Assim, o direito à desconexão é uma maneira de garantir os direitos dos trabalhadores que se submetem a novas formas de fiscalização da execução de suas atividades, resultado da introdução da telemática em seu trabalho.

6 | OS DESAFIOS À CONCRETIZAÇÃO DA DESCONEXÃO DO TRABALHO

O teletrabalho, como já visto, adveio da globalização e da Revolução Tecnológica. Dessa maneira, as tecnologias são o meio empregado para a realização das atividades nessa modalidade de labor, pelo que os teletrabalhadores estão vulneráveis a sofrer as consequências que o excesso de conectividade pode ocasionar.

Ademais, a CLT trouxe a impossibilidade de fixar jornada de trabalho para o teletrabalho, o que facilita bastante a prática de abusos nas relações trabalhistas, provocando sério desrespeito aos direitos dos empregados e, conseqüentemente, dificulta o acesso à desconexão dos teletrabalhadores.

É real que a flexibilidade de horários e a ausência de jornada de labor pode conceder ao empregado mais tempo livre para realizar suas atividades pessoais. Entretanto, segundo Braga (2015), isso não acontece na prática, pois essa característica do teletrabalho contribui para que o indivíduo seja submetido pelo empregador a mais horas trabalhadas e a menores horários de descanso, ou quase nenhum, se levado em consideração a disposição do teletrabalhador às cobranças de seu chefe.

O autor ainda afirma que a associação de técnicas de gerenciamento à remuneração baseada na produção e a imposição de metas que exorbitam a normalidade são fatores que contribuem para que os empregados trabalhem de maneira exagerada e sejam prejudicados em seu direito ao não trabalho.

A pressão que o trabalhador sente de conquistar a segurança do empregador aliada ao fim de alcançar melhores postos de trabalho e a demais aspectos psicológicos também contribuem para que a desconexão dos teletrabalhadores não seja efetuada (BRAGA, 2015).

Assim, a independência e o autogoverno concedidos aos teletrabalhadores em virtude da inexistência de jornada laboral e não fixação de horários se transformam, na verdade, em controle mais rigoroso e regulação dos direitos, já que permite cobranças excessivas por parte das empresas e em horários inconvenientes, além de um volume desarrazoado de trabalho.

No que diz respeito à impossibilidade do controle de jornada no teletrabalho, Souto Maior (2003) alega:

Não se pode barrar a ideia do direito ao limite da jornada com o argumento das dificuldades de se quantificar, sob o prisma da prova, a jornada trabalhada [...] De todo modo, **o avanço tecnológico apresenta também o paradoxo de que ao mesmo tempo em que permite que o trabalho se exerça à longa distância possibilita que o controle se faça pelo mesmo modo, pelo contato “online” ou outros meios, sendo que até mesmo pela mera quantidade de trabalho exigido esse controle pode ser vislumbrado** (SOUTO MAIOR, 2003, grifo nosso).

Portanto, em um meio de constantes avanços tecnológicos, não se pode falar em ineficácia do controle de jornada de trabalho nem em dificuldades para se estabelecer maneiras de controlar o tempo de labor, pois há a possibilidade do controle da produtividade do teletrabalhador por intermédio da telemática.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região confirma esse pensamento em seus julgados, como no julgamento do Recurso Ordinário nº 00031436020125020045

(TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, 2015), no qual alega que os meios telemáticos e informatizados de controle e supervisão se equiparam aos meios pessoais de subordinação, e que todo o tempo em que o empregado cumpre ordens do empregador ou está à sua disposição se configura jornada de trabalho, devendo-se levar em consideração o avanço tecnológico para a quantificação do tempo trabalhado.

Assim, vê-se que é possível haver controle de jornada no teletrabalho diante de tantos avanços tecnológicos na sociedade, não devendo haver dificuldades ao reconhecimento da jornada de labor, com o fito de que se possa garantir aos teletrabalhadores o direito à desconexão ou ao não trabalho, conservando sua saúde em todos os aspectos.

Nesse sentido, já que existem mecanismos tecnológicos na atualidade que permitem o controle do trabalho do empregado, é necessária a premissa jurídica de que o teletrabalhador tem direito à limitação da jornada e que o empregador tem o dever de controlá-la (SOUTO MAIOR, 2003).

Delgado (2018) também frisa que há lacunas na regulamentação do teletrabalho pela Reforma Trabalhista no que tange aos limites que devem ser exigidos diante da exacerbação de disponibilidade do empregado às atividades do trabalho no meio virtual e quanto ao direito de não trabalho.

Isto posto, depreende-se que a tecnologia é bem-vinda e pode ser facilitadora no ambiente laboral, além de assegurar autonomia às partes. Entretanto, precisam ser impostos limites legais e respeitados por quem tem oportunidade de implementar a modalidade de teletrabalho, com a garantia de direitos aos empregados e a manutenção de sua saúde e dignidade pessoal.

7 | CONCLUSÃO

Diante de todo o estudo, infere-se que as Revoluções Industrial e Tecnológica foram fatores de grande importância para a inserção do teletrabalho nas relações laborais, tendo em vista a comunicação entre as nações e as alterações dos mercados, os quais se tornaram mais concorrentes.

Nesse contexto, o teletrabalho surgiu no Brasil com a Lei nº 12.551 de 2011, a qual alterou o artigo 6º da CLT e equiparou o teletrabalho às outras modalidades. Então, a Reforma Trabalhista trouxe um capítulo específico para esse tipo de trabalho, regulamentando-o, o qual ganhou importante espaço na CLT, porém deixou lacunas na legislação.

Então, a reforma trabalhista teria alcançado o papel de autorizar de forma expressa essa forma de trabalho, mas não deixou claro quais os limites que devem ser impostos para a proteção dos teletrabalhadores.

Com o advento da Lei nº 13.467/17, restou um ponto controvertido que se tornou base da presente pesquisa, o qual se trata das consequências negativas dessa modalidade de labor advindas da falta de jornada específica para os teletrabalhadores.

Nesse âmbito, vislumbra-se que a falta de regulamentação da jornada atrelada ao grande contato dos empregados com a tecnologia facilita a ocorrência do dano existencial, lesionando a dignidade humana dos indivíduos inseridos em trabalhos marcados pelo uso dos meios de informação.

Desse modo, há grande prejuízo nos projetos de vida e nos relacionamentos desses trabalhadores, o que torna inevitável a exigência da efetivação do direito à desconexão dos teletrabalhadores, para que os mesmos estejam desvinculados do trabalho por um período de tempo, com o fito de que se preserve seus direitos fundamentais ao lazer, ao descanso e à saúde, na busca de garantir a integridade e a dignidade desses indivíduos.

Na modalidade de teletrabalho, o fundamento utilizado é que o domínio do empregado pela empresa fica afetado e, por isso, não há como definir a jornada de trabalho, não havendo também como garantir a desconexão do trabalhador.

Entretanto, viu-se que a tecnologia utilizada para o acompanhamento das tarefas realizadas pelos teletrabalhadores também deve servir, e há meios para isso, como meio de controle de jornada, permitindo que os direitos fundamentais possam ser usufruídos pelos indivíduos.

Considerando tudo o que foi abordado, conclui-se que a efetivação do direito à desconexão é plenamente possível a partir do uso dos instrumentos de tecnologia disponíveis na realidade do teletrabalho, em que a empresa pode fixar um período determinado para a realização de cobranças, catalogando quando o trabalhador estiver online ou, pelo menos, reduzir a pressão praticada nos teletrabalhadores, atenuando os objetivos estipulados para que esses indivíduos não percam sua vida em sociedade e possam gozar dos direitos ao descanso, ao lazer, à saúde, e preservando a sua dignidade.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Eduardo Souza. **Direito à desconexão do trabalho como instrumento de proteção à saúde do trabalhador**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 28 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011**. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos

jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Brasília: Diário Oficial da União, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Lei/L12551.htm. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Recurso Ordinário nº 00031436020125020045**. Relator: Desembargador Ricardo Artur Costa e Trigueiros, 09 de outubro de 2015. Disponível em: <https://trt2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/312178319/recurso-ordinario-ro-31436020125020045-sp00031436020125020045-a28?ref=serp>. Acesso em: 15 out. 2019.

COLUCCI, Maria da Glória. Sociedade tecnocêntrica: reflexos na qualidade de vida da pessoa no teletrabalho. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**. Curitiba, v. 3, n. 33, p. 123-141, 2014. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/86044>. Acesso em: 30 set. 2019.

DACHERI, Emanuelli; FEUSER, Marja Mariane. **O teletrabalho e as principais críticas diante da reforma trabalhista**. Disponível em: <http://conpedi.danielolr.info/publicacoes/34q12098/a210870r/o7sch5pg1nkbrY91.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

ESTRADA, Manuel Martin Pino. **Teletrabalho & Direito: o trabalho à distância e sua análise jurídica em face aos avanços tecnológicos**. Curitiba: Juruá, 2014.

MELO, Sandro Nahmias; RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. **Direito à desconexão do trabalho: Com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17)**. São Paulo: LTr, 2018.

RODRIGUES, Ana Cristina Barcellos. **Teletrabalho: a tecnologia transformando as relações de trabalho**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

SOBRATT, Sociedade Brasileira de teletrabalho e teleatividades. **O que é a certificação do teletrabalho?**. 09 jun. 2015. Disponível em: <http://www.sobratt.org.br/index.php/certificacao/questoes/>. Acesso em: 16 out. 2019.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Do direito à desconexão do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. n. 23, p. 296-313, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/101057>. Acesso em: 12 out. 2019.

AS CONCEPÇÕES E AS DEMANDAS TECNOLÓGICAS DE RASTREABILIDADE NO CONTEXTO DA GESTÃO AGROALIMENTAR

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 10/01/2020

Andressa Morgan

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
(SENAC)

Chapecó – Santa Catarina

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3165692820603027>

César Augustus Winck

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Criciúma – Santa Catarina

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7473352665950895>

Miguelangelo Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense
(UNESC)

Criciúma – Santa Catarina

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8183259082255183>

RESUMO: Neste artigo foi realizado um levantamento bibliométrico acerca da rastreabilidade dentro do contexto da gestão agroalimentar, com o intuito de apresentar as principais contribuições publicadas sobre o tema em diferentes cadeias produtivas agropecuárias. Para operacionalizá-lo foi efetuada uma busca acerca das temáticas, pelas

palavras-chave agronegócio e *agribusiness* seguido de rastreabilidade e *traceability* nas bases de dados *Ebsco* e *Spell*. Compuseram a amostra 38 artigos, dentro de um período de quinze anos (janeiro de 2000 a dezembro de 2015). Constatou-se que sistemas de rastreabilidade têm adquirido importância significativa no mercado agroalimentar, por parte de consumidores e autoridades públicas. Tais resultados apontam que, por ora, a rastreabilidade exerce uma função competitiva ao gerir os custos de produção, promovendo a eficácia de todo o processo da cadeia de suprimentos, por meio da garantia dos alimentos que serão disponibilizados ao consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeias produtivas; Rastreabilidade; Competitividade; Consumidores; Barreiras comerciais.

THE CONCEPTIONS AND TECHNOLOGICAL DEMANDS OF TRACEABILITY IN THE AGRIFOOD CONTEXT

ABSTRACT: In this article, we carried out a bibliometric survey on the traceability in the agri-food, in order to present the main contributions published on the subject in different agricultural and livestock production chains. We conducted a search about the themes, departing from the

keywords agronegócios (in portuguese) and agribusiness followed by rastreabilidade (in portuguese) and traceability in the Ebsco and Spell databases. The sample comprised 38 articles, within a period of fifteen years (January 2000 to December 2015). It was found that traceability systems have acquired significant importance in the agri-food market, by consumers and public authorities. These results allow us to conclude that, for the time being, traceability exerts a competitive function in managing production costs, promoting the effectiveness of the entire supply chain process, by guaranteeing the food that will be made available for consumption.

KEYWORDS: Production chains; Traceability Competitiveness; Consumers; Trade barriers.

1 | INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas deste século, novas concepções produtivas e percepções de consumo têm provocado mudanças nas cadeias agroalimentares ao redor do mundo. No campo do agronegócio, tais mudanças ganharam especial atenção, sendo desenvolvidos estudos acerca dos cenários e ferramentas de aprimoramento do processo produtivo e fluxo de informações sobre o mesmo.

São demandas que se aprofundaram com a propagação de casos de contaminação de alimentos e animais em todo o mundo, como por exemplo a encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca) nos anos 1990, a gripe aviária e suína nos anos 2000 e procedimentos com intervenção humana, como a recente comercialização de carne estragada no Brasil, entre outros casos. Com isso, há necessidade de avanços na discussão acerca da segurança alimentar e a oferta de alimentos seguros, uma vez que dentre os consumidores, também há crescente atribuição de importância a fatores que garantam a inocuidade dos alimentos consumidos e respaldo de qualidade na produção (FORNAZIER; WAQUIL, 2012).

Em alguns segmentos, os consumidores podem inclusive ter acesso à informações de um produto desde a sua origem, o que só é possível graças ao advento da rastreabilidade. A rastreabilidade apresenta-se como alternativa para assegurar competitividade e melhorar a confiança dos consumidores nos produtos alimentares (POGHOSYAN; GONZALEZ-DIAZ; BOLOTOVA, 2004). No mercado global, a adoção de padrões internacionais de segurança e qualidade do alimento são diferenciais competitivos de produtos primários diferenciados e até mesmo as *commodities* (MACHADO, 2005; PELAEZ et al., 2010).

Logo cabe identificar e analisar as contribuições científicas que versam sobre a rastreabilidade e o agronegócio, o que vai ao encontro dos objetivos deste estudo, que pretendeu realizar um levantamento bibliométrico acerca da rastreabilidade dentro do contexto agroalimentar, além de buscar quais as principais contribuições

publicadas sobre o tema nas diferentes cadeias produtivas agropecuárias em nível global.

No contexto internacional, os arranjos institucionais que tratam da rastreabilidade na cadeia produtiva de alimentos estão se desenvolvendo rapidamente, devido a preocupações relacionadas à saúde animal, bioterrorismo, segurança alimentar, comércio internacional, demanda do consumidor e o gerenciamento escalar da cadeia de abastecimento (TONSOR; SCHROEDER, 2006).

O agronegócio brasileiro tem participação relevante neste mercado, tanto como produtor como exportador de *commodities* agropecuárias, e o País busca, a duas décadas, aprimorar a implementação da rastreabilidade em cadeias produtivas. Isto porque, algumas destas cadeias possuem sistemas de rastreabilidade desenvolvidos e outras, ainda precisam desenvolver tais sistemas devido à restrição de recursos para a efetiva utilização do sistema como tendência para o setor agroalimentar (SILVA, 2004; CIMA; AMORIN; SHIKIDA, 2006; FORNAZIER; WAQUIL, 2012).

A pesquisa justifica-se ao observar as mudanças do setor agroindustrial nacional e internacional para atender as exigências do consumidor em relação ao produto, ou seja, a percepção de todo o agronegócio voltada ao mercado, como o proposto pela rastreabilidade.

2 | RASTREABILIDADE NO SETOR AGROALIMENTAR

Em nível global, de acordo com Silva, Oliveira e Pires (2013) os sistemas de rastreabilidade passaram a ser introduzidos nas principais indústrias de alimentos no final da década de 1980, decorrente do contexto da crescente preocupação dos consumidores com a segurança dos alimentos.

No contexto agroalimentar o sistema de rastreabilidade tem por finalidade credenciar o produto, por meio de atributos de controle de qualidade estendidos a cadeia de suprimentos voltada à segurança do alimento (CYRILLO e FURQUIM, 2012).

Complementam Galliano e Orozco (2013), afirmando que a rastreabilidade passou a ser inserida no setor agroalimentar dada à capacidade de reduzir custos no âmbito da segurança alimentar. Ao sistema agroindustrial a rastreabilidade é um conjunto complexo de processos, atingindo todas as etapas, no qual os diferentes agentes devem colaborar para alcançar os resultados propostos (CUNHA e SAES, 2005).

Os interesses da rastreabilidade atendem aos setores públicos e privados. Sob a ótica do setor público enquanto órgão fiscalizador a rastreabilidade dispõe de ferramentas eficientes na localização de produtos contaminados, ou seja, produtos não conformes e recuperá-lo do mercado, a fim de minimizar riscos e proteger a

saúde pública (BENDAOUD; LECOMTE; YANNOU, 2012).

No contexto empresarial (setor privado) a institucionalização do sistema de rastreabilidade pode ser analisada como uma ferramenta de melhoria contínua (CIMA; AMORIN; SHIKIDA, 2006). Além de atuar como provedor na reputação da imagem da empresa ao proteger sua marca e garantir confiança continuada de seus consumidores (POGHOSYAN; GONZALEZ-DIAZ; BOLOTOVA, 2004).

Neste sentido, as empresas estão investindo em atributos voltados à segurança alimentar juntamente com os processos de industrialização para ganhar espaço no mercado. Contudo, a segurança alimentar não é o único objetivo por trás da adoção da rastreabilidade, também pode corrigir falhas de mercado, reduzir custos de identificação de origens dos produtos e reduzir os custos de transação (HOBBS, 2004; SOUZA MONTEIRO; CASWELL, 2010).

Para Resende Filho e Buhr (2010) ao impor a rastreabilidade para setores produtores de alimentos, cada empresa individual do setor irá deparar-se a necessidade de investir nesse sistema, seja de forma obrigatória ou voluntária para auferirem de seus benefícios.

A rastreabilidade obrigatória consiste em alto custo para a implementação da empresa e como retorno de investimento espera-se direcionar estímulos ao mercado quanto ao nível social ótimo do produto em potencial regulação de qualidade (RESENDE FILHO; BUHR, 2010). Simultaneamente, aumenta o número de adesões voluntárias por indústrias, a fim de garantir a segurança de seus produtos, proteger sua marca e prover a eficiência na melhoria contínua da cadeia de suprimentos (RESENDE FILHO; BUHR, 2010).

Contudo, os sistemas de rastreamento devem atender os critérios e exigências dos padrões mundiais para legitimidade de seu desempenho, conhecido como Padrão Global de Rastreabilidade - GS1 (GS1, 2014). O GS1 é uma organização internacional que estabelece as diretrizes dos sistemas de rastreamento, a padronização das especificações para que sejam compatíveis entre si, impedindo a perda de informações durante as transações realizadas na cadeia de suprimentos (PORTER; BAKER; AGRAWAL, 2011). A implementação do sistema GS1 possibilita a otimização da gestão por possibilitar acesso à composição dos componentes dos artigos comercializados.

Corroboram com o contexto Silva, Oliveira e Pires (2013, p. 14), ao destacar as vantagens do sistema ao outro elo da cadeia, o produtor, “um sistema de rastreamento possibilita ainda identificar onde há perdas na produção e falhas, o que resulta em ganho de eficiência, de produtividade, economia de recursos, menor poluição e proteção à saúde dos envolvidos na produção”.

2.1 Rastreabilidade no contexto internacional do agronegócio

Alguns países estão à frente no desenvolvimento e adoção de sistemas de rastreabilidade (TONSOR; SCHROEDER, 2006). Dentre os sistemas de identificação e rastreabilidade mais conhecidos estão o *Bioterrorism Act*, nos Estados Unidos, o *Can-Trace* no Canadá e os Regulamentos (CE) n. 1760/2000, (CE) n. 178/2002 da União Europeia que o presente estudo tomou por base.

Nos Estados Unidos o sistema de identificação e rastreabilidade envolve as etapas contidas no *Bioterrorism Act*, introduzidas no país no ano de 2002 que abrange a produção doméstica e produtos importados da cadeia produtiva alimentar, suas operações comerciais e empresas registradas (WARD; BAILEY; JENSEN, 2005; CYRILLO e FURQUIM, 2012).

Os regulamentos específicos para cada etapa do produto contidas nas operações de manufatura, processamento, embalagem, transporte, distribuição, recebimento, armazenagem e distribuição de alimentos e derivados encontrados dentro do território devem estar registrados junto *Food and Drug Administration* (FDA) para sua comercialização (TONSOR; SCHROEDER, 2006; PORTER; BAKER; AGRAWAL, 2011).

As exceções deste processo compreendem as atividades da propriedade rural, restaurantes, empresas que não transportam alimentos no território, varejistas que comercializam alimentos para consumo imediato e a produção de alimentos para consumo próprio (MACHADO e ZYLBERSZTAJN, 2004).

Os regulamentos prévios do *Bioterrorism Act* foram estabelecidos em 2004 pela FDA, a norma *Federal Register Final Rule (Recordkeeping)* – 69 FR 71561 EM que conferem as empresas registradas no sistema em desenvolver e manter um banco de dados com todas as operações comerciais em um período de dois anos, conforme o prazo de validade seja para verificação ou cópia e impõe punições a empresas que não seguem o regulamento conforme estabelecido (CYRILLO; FURQUIM, 2012).

Logo, o sistema de rastreabilidade possibilita identificar a origem do produto com seus componentes e seu respectivo consumidor. Caso haja uma fonte de contaminação o FDA traça o caminho do produto para facilitar seu *recall* (PORTER; BAKER; AGRAWAL, 2011). A função do FDA está no monitoramento da responsabilidade, conhecido como *“the one up, one down principle”* não se aplica a fazendas, restaurantes, navios pesqueiros e quiosques (PORTER; BAKER; AGRAWAL, 2011).

A indústria de carne americana visando amenizar as preocupações da população em relação aos surtos de doenças, passou a implantar o *National Animal Identification System* (NAIS) (WARD; BAILEY; JENSEN, 2005; RESENDE FILHO;

BUHR, 2010). Elevando custos aos consumidores, bem como a disposição em pagar (*Willingness to Pay* - WTP) estes custos adicionais por meio de prêmios para produtos carneos rastreáveis (WARD; BAILEY; JENSEN, 2005).

Cyrillo e Furquim (2012) explicam que no Canadá, o sistema de rastreamento estabelecido a partir de 2003, denomina-se *Can-Trace*, abrange todos os produtos alimentícios comercializados no país (nacionais e importados) e suas etapas contêm aspectos mínimos da caracterização do produto por meio do princípio “*one-up, one down*” de troca de informações. Assim como em outros países, a necessidade de rastrear produtos alimentícios visa minimizar problemas decorrentes da sanidade animal e doenças transmitidas por alimentos (DTA). Neste sentido, a adesão ao processo é voluntária e possibilita a integração do sistema de rastreabilidade com outros países da União Europeia e EUA (CYRILLO; FURQUIM, 2012).

A União Europeia diante da preocupação com a segurança alimentar, após os incidentes ocorridos em 2000, atribuiu um sistema rigoroso de segurança alimentar que engloba todos os elos da cadeia produtiva de alimentos e estabeleceu regulamentos específicos para sua aplicabilidade, são eles: Regulamento (CE) n. 1760/2000 e Regulamento (CE) n. 178/2002 (CYRILLO; FURQUIM, 2012). Estes regulamentos passaram a impor a rastreabilidade obrigatória a todos os produtos agrícolas e pecuários, a partir de 2005.

O Regulamento (CE) n. 1760/2000 estabelece as diretrizes obrigatórias das condições sanitárias e de rotulagem da carne bovina e seus derivados para seus países membros e importadores. Ademais, inclui a identificação individual de animais por meio de registro e passaporte para controle da circulação e comercialização nos Estados Membros da UE.

O Regulamento (CE) n. 178/2002 conhecido como a Lei Geral de Alimentos, representada pela autoridade independente da Comunidade Europeia a *European Food Safety Authority (EFSA)* que dita às normas gerais e obrigatórias da legislação alimentar com objetivo de garantir à oferta segura de alimentos, seus derivados e ração animal evitando possíveis riscos danosos à saúde pública (SOUZAMONTEIRO; CASWELL, 2010).

Tais diretrizes compreendem todas as fases da cadeia produtiva de alimentos – produção, transformação e distribuição - envolvendo a análise de riscos, medidas preventivas, a rastreabilidade e responsabilidade das empresas produtoras de alimentos e ração animal. A exceção do regulamento é para alimentos de consumo doméstico que não caracterizem a comercialização (CYRILLO; FURQUIM, 2012). As diretrizes referentes à segurança alimentar e padrões de higiene na União Europeia são rígidas e os custos em relação às punições podem afetar toda a cadeia (MACHADO; ZYLBERSZTAJN, 2004).

De acordo com Cyrillo; Furquim (2012) algumas características são semelhantes

nos sistemas de identificação e rastreabilidade dos EUA e na UE ao observar a obrigatoriedade para produtos alimentícios sejam produzidos ou importados o que não ocorre no Canadá onde a adesão é voluntária. Além disso, estão voltados a atender a oferta interna e o mercado local e no segundo momento impõe barreiras protecionistas à entrada de produtos de países exportadores que seguem outros padrões de segurança alimentar.

Machado; Zylbersztajn (2004) atribuem à organização dos sistemas de rastreabilidade a principal medida de longo prazo destes países para garantir a segurança alimentar e restabelecer o mercado.

Considerando os aspectos da rastreabilidade no contexto internacional do agronegócio, cabe analisar a conjectura em torno das expectativas do agronegócio brasileiro.

2.2 Rastreabilidade no agronegócio brasileiro

Os efeitos da globalização se refletem em importantes mudanças no setor do agronegócio brasileiro. Tendo em vista que consumidores de modo geral, tem se tornado mais conscientes quanto à diversidade e praticidade de produtos, bem como passaram a valorizar aspectos antes poucos observados no sistema de produção, como a segurança alimentar, normas ambientais e sociais, higiene, qualidade, confiabilidade que por sua vez passaram a serem fatores determinantes para a tomada de decisão no momento da compra (SILVA, 2004; GIANEZINI et al., 2014).

No país, a rastreabilidade está sendo adotada por algumas cadeias produtivas que visam atender os requisitos obrigatórios de segurança alimentar de países importadores da produção agrícola e pecuária. Exemplos de tal organização podem ser encontrados nas cadeias produtivas da carne, soja e frutas, entre outras (CYRILLO; FURQUIM, 2012).

Os sistemas de rastreabilidade nas cadeias agroalimentares do país encontram-se em fase inicial de implantação e ocorre de forma lenta devido às poucas exigências do mercado nacional e a falta de tecnologia aplicada ao controle e monitoramento ao longo das cadeias produtivas (SILVA, 2004; CIMA; AMORIN; SHIKIDA, 2006; FORNAZIER; WAQUIL, 2012).

Além disso, a necessidade de informações rastreadas pode variar entre as cadeias, de acordo com as características individuais do produto ou mesmo atender outras exigências do consumidor no que tangem as questões sociais e ambientais, bem como a sanidade e bem-estar animal (SILVA, 2004). Ainda segundo o autor, o tema não está esclarecido aos diversos segmentos da produção agropecuária brasileira.

No país, contudo não existe uma legislação específica sobre a rastreabilidade.

A legislação que visa atender os aspectos sanitários e de segurança alimentar é determinada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (CYRILLO; FURQUIM, 2012).

As condições quanto à implementação da rastreabilidade, como documentação e registros, estão previstas no Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos, aprovado pela Portaria Nº 368, de 04 de setembro de 1997, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (SISLEGIS, 1997; MAPA, 2015). Cabe destacar, que este instrumento não é específico para a implantação da rastreabilidade aos níveis de produção e transformação.

A primeira experiência do país em sistemas de rastreamento ocorreu em 1997 na cadeia produtiva avícola de corte realizada por uma empresa privada do setor. Embora, o SAG (Sistema Agroalimentar) apresente alto nível de desempenho e coordenação o processo de rastreabilidade está em fase inicial de implementação (CIMA; AMORIN; SHIKIDA, 2006).

Outro exemplo de coordenação da rastreabilidade vem sendo aplicada a cadeia da soja que ocorre por meio dos programas de preservação de identidade e possibilitam garantir a ausência de material transgênico nos lotes (SILVA, 2004).

Em 2002, a cadeia produtiva da carne bovina implantou o sistema de rastreabilidade denominado Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) que mais tarde passou a se chamar Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – para produtos destinados a exportação (CYRILLO; FURQUIM, 2012). A implementação do SISBOV foi uma forma encontrada pelo MAPA para manter as exportações da pecuária, reforçando assim o controle sanitário animal e a segurança do produto final (FURQUIM, 2014).

Todavia, o processo de adesão é considerado facultativo ou obrigatório (CONCEIÇÃO; BARROS 2005), e esta questão perdura até o presente momento. A aplicação do sistema se estende em todo o país, com uma base de dados única e centralizada, com informações do rebanho brasileiro (CONCEIÇÃO; BARROS 2005).

Dados divulgados em maio de 2015, mostram que existem no país 1.600 propriedades rurais cadastradas no SISBOV que estão aptas a enviar bovinos para abate, visando especificamente o mercado Europeu, somando um total de 3.851.773 bovinos (MAPA, 2015). O que significa que uma parcela significativa da carne bovina consumida no país não atende os princípios de rastreabilidade.

Segundo a pesquisa de Fornazier e Waquil (2012, p.47), em 2001, a cadeia

da maçã foi à pioneira no país em estabelecer a rastreabilidade em todas as áreas de produção e pós-colheita, e até este momento “algumas empresas tinham parte do processo de rastreabilidade estabelecido, mas a maioria dos produtores não possuía o sistema estabelecido por completo”.

A incorporação do processo de rastreabilidade no caso da cadeia produtiva da maçã se torna um exemplo de organização a outras cadeias do agronegócio brasileiro que buscam a profissionalização do setor, em busca de maiores resultados produtivos e competitivos (MORGAN; WINCK, 2016).

3 | METODOLOGIA

A concepção metodológica que norteou o estudo foi de natureza qualitativa e exploratória, e que segundo Godoy (1995, p. 21) “[...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Visto que se trata de uma análise integrada de um processo e que considera aspectos relevantes para o fenômeno a ser compreendido (GODOY, 1995).

A pesquisa baseou-se em um estudo bibliográfico e complementado por pesquisa bibliométrica. Segundo Pizzani et al., (2012) a bibliometria pode ser definida como uma análise quantitativa de produção e disseminação científica registradas em diversos meios sobre o mesmo tema.

O delineamento da pesquisa bibliométrica foi desenvolvido por meio digital, em bases de dados legitimadas no meio científico, EBSCO e SPELL, totalizando 38 artigos científicos. A escolha por estas plataformas de pesquisa considerou o número total de publicações sobre a temática, que em relação a outras bases de dados de pesquisa, continha maior número de estudos publicados.

O levantamento do estudo nas bases de dados foi realizado pelo método de pesquisa avançada pelos termos agronegócio e *agribusiness* seguido de rastreabilidade e *traceability*, entre os anos de 2000 e 2015. O intervalo de tempo foi definido, levando em consideração o maior número de publicações e os principais estudos desenvolvidos com foco na rastreabilidade e o agronegócio se deram no início do período pesquisado.

Foi considerada neste estudo, a contribuição teórica dos autores para o tema central da pesquisa (rastreabilidade no agronegócio), conforme entendimento empírico dos pesquisadores, o que significa que a contribuição levantada pelo este estudo, talvez, não seja a principal contribuição teórica do artigo.

Cabe ressaltar que alguns dos artigos citados na base de dados EBSCO não

são disponibilizados para acesso público, assim alguns dos trabalhos não foram contemplados para a presente análise da rastreabilidade no contexto global o que representou uma das delimitações do estudo.

A pesquisa buscou relacionar a teoria com os dados empíricos, para tanto se analisou construtos bibliográficos sobre a rastreabilidade das diversas cadeias produtivas agropecuárias para garantir sua integridade.

4 | ANÁLISE DE RESULTADOS

Para responder aos objetivos da pesquisa foram compilados os estudos¹ (Quadro 1) que correlacionam a rastreabilidade no campo do agronegócio, âmbito do objeto de estudo. Optou-se pela apresentação dos mesmos na forma de quadro-síntese, considerando o número de artigos encontrados.

| Autor(es) | Publicação | Ano | Contribuições do Tema/objeto |
|--|---|------|--|
| VINHOLIS; AZEVEDO | RAE- Eletrônica | 2002 | O escopo da rastreabilidade abrange o curso do produto, a definição da unidade rastreável e a forma de gerenciamento da informação ao longo da cadeia. O sistema é influenciado pelo ambiente institucional e pelas ações estratégicas das organizações. |
| SAGHAIAN; REED | International Food and Agribusiness Management Review | 2003 | A rastreabilidade tende a promover a marca com ênfase na qualidade para se diferenciar dos concorrentes e obter vantagem competitiva. |
| HOBBS | Agribusiness | 2004 | O papel dos sistemas de rastreabilidade de alimentos está em resolver a assimetria de informações do produto. |
| MACHADO; ZYLBERSZTAJN | O.R. & A. Revista de Administração da UFLA | 2004 | A rastreabilidade é vista como mecanismo de governança de transações que visa instalar a prática sistemática de segregação física e de troca de informações entre diferentes agentes da cadeia produtiva, responsáveis pela execução e pelo cumprimento de uma meta. |
| POGHOSYAN; GONZALEZ-DIAZ; BOLOTOVA | International Food & Agribusiness Management Review | 2004 | A implementação da rastreabilidade no agronegócio visando à competitividade do setor em relação à garantia de qualidade e segurança alimentar. |
| VILAS BOAS et al. | O.R. & A. Revista de Administração da UFLA | 2004 | A melhoria da qualidade identificada pelas estratégias de segmentação do produto nos diversos agentes da cadeia, ressaltando a rastreabilidade como base estratégica. Além do apoio institucional com destaque ao processo de certificação de origem. |

1. Optou-se – como recorte de referencial – pela inclusão de estudos publicados em periódicos com *International Serial Standard Number* (ISSN) e indexados em base de dados. Contudo, enfatiza-se que em outras partes do artigo, também houve pesquisa e leitura de dissertações, teses e outros trabalhos (constantes nas referências finais).

| | | | |
|-------------------------|--|------|--|
| MACHADO | Organizações Rurais & Agroindustriais | 2005 | A adoção da rastreabilidade dispõe condições para ordenar sistematicamente as informações que descrevem o histórico de um alimento até sua origem e a sustentação de atributos de qualidade torna-se endógena ao padrão do seu processo de produção e fluxo físico, passando a ser perceptível ao cliente. |
| OLIVEIRA | ADM. MADE | 2005 | Consumidores, de modo geral, possuem baixo nível de conhecimento a respeito da rastreabilidade que é hoje uma importante ferramenta de controle que vai garantir em grande parte a qualidade do produto. |
| WARD; BAILEY; JENSEN | International Food and Agribusiness Management Review | 2005 | Informações sobre rastreabilidade e país de origem do produto são consideradas valiosas para consumidores americanos após os incidentes ocorridos acerca de a segurança alimentar. |
| CARFANTAN; BRUM | Desenvolvimento em Questão | 2006 | Novos desafios mercadológicos e novos sistemas de barreiras comerciais não tarifárias obrigam o agronegócio brasileiro a investir em dimensão da qualidade, certificação e rastreabilidade dos produtos primários que exporta. |
| DÖRR; MARQUES | Organizações Rurais & Agroindustriais | 2006 | A necessidade de produtos rastreados deve-se ao fato de existir uma crescente demanda por alimentos de qualidade, dependentes de sistemas produtivos seguros e não agressivos ao meio ambiente, que assegurem a regulamentação e identificação da origem do produto e dos processos adotados ao longo da cadeia produtiva. |
| MASHININI | International Food & Agribusiness Management Review | 2006 | A rotulagem do produto e a rastreabilidade na produção, são vistas pelo consumidor como instrumentos de garantia de qualidade, para se proteger contra possíveis riscos de segurança alimentar. |
| PORTO; KOHLS; RIGATTO | REAd | 2006 | As implicações da rastreabilidade tanto do ponto de vista institucional (em nível de cadeias produtivas), quanto do ponto de vista de qualidade do produto (em nível de garantia sanitária) não seriam reconhecidas pelo consumidor como elemento de decisão de compra. |
| TONSOR; SCHROEDER | Journal of International Food & Agribusiness Marketing | 2006 | Sistemas rastreamento estão se desenvolvendo, devido as preocupações relacionadas à saúde animal, ameaça de bioterrorismo, segurança alimentar, comércio internacional, demanda do consumidor e o gerenciamento escalar da cadeia de abastecimento. |
| RASCHIATORE et al. | Organizações Rurais & Agroindustriais | 2007 | Os requisitos da rastreabilidade e do sistema de produção integrada são complexa dada a sua estrutura, fazendo-se necessária a participação de entidades privadas, órgãos públicos, associações, pesquisadores e universidades capaz de desenvolver uma estrutura tecnológica compatível. |
| TANCO; HERRERO; ÁLVAREZ | Universia Business Review | 2007 | A rastreabilidade é uma ferramenta provedora de relações entre a empresa e seus fornecedores, quando criada ou realçada. |
| BRINKHUES; CUNHA | REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia | 2009 | Um sistema de rastreabilidade com alto nível de informação, extremamente específico é capaz de identificar todas as matérias-primas e processos pelos quais passou o produto final. |
| DÖRR | Annals of the University of Petrosani Economics | 2009 | A adoção da rastreabilidade e certificação para acessar os mercados internacionais. |

| | | | |
|----------------------------|---|------|---|
| LAVOIE; FOREST | International Food & Agribusiness Management Review | 2009 | A cooperação entre a indústria e o governo como fator chave para facilitar o processo de implementação dos sistemas de rastreabilidade. |
| AKABANE; LOPES; SILVA | Revista da Micro e Pequena Empresa | 2010 | A busca da sustentabilidade no agronegócio brasileiro por meio da rastreabilidade no controle do desmatamento e do mercado agropecuário a partir do mapeamento da cadeia produtiva. |
| DÖRR; COSTA; REYS | Revista Economia & Gestão | 2010 | Políticas públicas são necessárias para prover um sistema de monitoramento, como exemplo a rastreabilidade juntamente com a assistência aos produtores. |
| LEME; MACHADO | Organizações Rurais & Agroindustriais | 2010 | A dificuldade da agroindústria em implementar ou documentar a rastreabilidade de sua produção e a falta de rastreabilidade impede que algumas empresas não adotantes iniciem o processo de certificação a fim de garantir ao consumidor a qualidade do processo e do produto acabado. |
| PELAEZ et al. | International Food & Agribusiness Management Review | 2010 | A implementação da rastreabilidade e certificação como instrumento para agregar valor no mercado de <i>commodities</i> . |
| RESENDE FILHO; BUHR | Economia Aplicada | 2010 | A disposição dos consumidores americanos a pagar mais por um produto rastreado com a implantação do sistema de rastreamento animal (NAIS). |
| SOUZA MONTEIRO; CASWELL | Agribusiness | 2010 | Sistemas de rastreabilidade podem ser usados para melhorar o gerenciamento de informações dentro e entre empresas, para responder à demanda do consumidor e reduzir riscos de segurança alimentar em cadeias de suprimentos para ingrediente de vários produtos. |
| CUNHA; SPERS; ZYLBERSZTAJN | <i>ERA</i> | 2011 | A rastreabilidade conta com instrumentos presentes para averiguação de atributos voltados a sustentabilidade – ambiental e social. |
| KARIUKI; LOY; HERZFELD | Agribusiness | 2011 | A proliferação de regimes privados de qualidade e garantia no comércio internacional (rastreabilidade e certificação) cada vez mais determinam o acesso ao mercado em cadeias de valor elevado. |
| LEE et al., | Australian Journal of Agricultural & Resource Economics | 2011 | Consumidores coreanos são dispostos a pagar um prêmio significativo para a carne importada com rastreabilidade, independentemente do tipo de informação fornecida a eles. |
| PORTER; BAKER; AGRAWAL | International Food & Agribusiness Management Review | 2011 | Um sistema de rastreamento eficaz incluem os princípios de uniformidade do sistema, padronização de números de referência do produto, mecanismo para elaboração de relatórios e comunicação aberta e transparente entre os elos a cadeia alimentar. |
| BENDAOUD; LECOMTE; YANNOU | International Food & Agribusiness Management Review | 2012 | A rastreabilidade fornece critérios de alto nível de desempenho para controle da empresa. A rastreabilidade pode ser aplicada em diversos contextos, seja alimentar, farmacêuticos e outros desde que seus elementos rastreados sejam identificáveis. |
| CYRILLO; FURQUIM | Revista de Economia e Administração | 2012 | A rastreabilidade como requisito às exigências internacionais do mercado de importação. |

| | | | |
|-------------------------|--|------|---|
| FORNAZIER; WAQUIL | Organizações Rurais & Agroindustriais | 2012 | A participação das entidades públicas e privadas na regularização dos sistemas de rastreabilidade e certificação para atender as exigências de padrões de mercado, no caso específico da produção de integrada de maçã. |
| VINHOLIS et al. | RAE-eletrônica | 2012 | A intervenção do Estado, a utilização da marca, a prática da rastreabilidade e a adoção da certificação como mecanismos de redução da assimetria de informação entre os agentes da cadeia produtiva. |
| ENGELSETH | International Food and Agribusiness Management Review | 2013 | O sistema de rastreabilidade pode ser considerado um recurso de informação com uma variedade de usos potenciais divergentes para explorar uma gama maior de economias relacionadas com investimento do sistema de informação. |
| GALLIANO; OROZCO | Industry and Innovation, Taylor & Francis (Routledge) | 2013 | A rastreabilidade torna a organização mais eficiente e capaz de se adaptar ao seu ambiente. |
| COSTA; KLEIN; VIEIRA | REAd | 2014 | Sistemas de rastreabilidade é exigência da regulamentação internacional, e não da demanda do consumidor. Ou seja, as informações que a rastreabilidade produz são somente para uso dos elos da cadeia e dos órgãos regulamentadores, logo, não é um elemento de diferenciação da carne, mas sim de controle de gestão de risco na cadeia de suprimentos. |
| FURQUIM | ADM.MADE | 2014 | A implantação do sistema de rastreabilidade na cadeia bovina atende as exigências internacionais relativas à importação de carne bovina brasileira. Além de contribuir para inibir eventuais práticas ilegais relativas a esse negócio, favorecer a gestão da pecuária nacional, promover a abertura de novos mercados e gerar melhorias nas exportações. |
| MENDONÇA et al. | Perspectivas em Gestão & Conhecimento | 2014 | Sistemas de certificação agrícola aliados a sistemas de gestão podem apresentar maior eficácia e fluidez nos seus processos de produção, beneficiamento, armazenagem, transporte e comercialização. |

Quadro 1 – Síntese de trabalhos que abordam a rastreabilidade no contexto do Agronegócio.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

Estes estudos abordam o surgimento, adoção e perspectivas da rastreabilidade no agronegócio em nível nacional e internacional. De maneira geral, sistemas de rastreamento estão diretamente atrelados à manutenção das cadeias produtivas no que tange ao cumprimento da legislação quanto necessário; ao direcionar as responsabilidades no diagnóstico de problemas produtivos bem como a origem e sua identificação; diminuir custos associados na localização de produtos que precisem ser retirados do mercado assim atua como ferramenta de proteção a marca; possibilita um relacionamento de confiança entre os elos integrantes da cadeia; sinaliza ao mercado propriedades distintas de difícil mensuração, o que representa valorização a marca pelo diferencial de competitividade, fortalecendo a imagem institucional da empresa (MACHADO, 2005).

Conforme pesquisa de Tanco, Herrero e Álvarez (2007), a implementação do sistema de rastreabilidade no setor agroalimentar identifica as variáveis específicas da origem do produto, tais como o tipo de fornecedor (agricultor, cooperativa, etc.), associado com normas de segurança alimentar, ou o tipo de intervalo que ocorre.

Na literatura acerca de sistemas de rastreabilidade, encontram-se descritos alguns entraves para sua implementação nas cadeias produtivas. Para Poghosyan, Gonzalez-Diaz e Bolotova (2004), a principal barreira para adoção da rastreabilidade no setor agropecuário é o custo de implementação, assim como para seus fornecedores e distribuidores, ou seja, a rastreabilidade acarreta aumento nos custos transacionais ao longo da cadeia produtiva (MACHADO, 2005; PORTER; BAKER; AGRAWAL, 2011).

Conforme Machado e Zylbersztajn (2004), o sistema de rastreabilidade é composto de elementos inter-relacionados que aumentam os custos de transação pelo fato de serem estruturas interdependentes de alta especificidade de tempo para serem acessados pelo sistema central de identificação e controle no uso das informações.

A coordenação de sistemas de rastreabilidade em cadeias de suprimentos é complexa e pode exigir novos arranjos institucionais (SOUZA MONTEIRO; CASWELL, 2010). Segundo Souza Monteiro; Caswell, (2010) a rastreabilidade é dispendiosa, pois requer reunir, armazenar e compartilhar informações. Ainda que seus benefícios podem não ser distribuídos uniformemente em toda a cadeia de abastecimento, o que pode levar à adoção de um sistema de rastreabilidade de qualidade inferior com o abastecimento de informações heterogêneas.

Na indústria agroalimentar a adequação do sistema de rastreabilidade é complicada principalmente porque envolve restrições e custos adicionais (LAVOIE; FOREST, 2009). Além disso, os procedimentos referentes aos requisitos da rastreabilidade são incompletos e insatisfatórios para uso dos operadores diante das referências existentes (BENDAOU; LECOMTE; YANNOU, 2012).

Para Oliveira (2005); Porto; Kohls; Rigatto (2006) e Rauta et al., (2014) as informações postas ao mercado de produtos rastreados são generalistas e de ordem técnica, dificultando a percepção do consumidor deste atributo como desempenho de qualidade, ou seja, não seriam reconhecidas pelo consumidor como elemento de decisão de compra. Desta forma percebe-se a necessidade de divulgar informações esclarecendo a rastreabilidade por parte do governo ou mesmo indústrias do setor alimentício. Engelseth (2013) aponta como outro grande desafio técnico e econômico estão em desenvolver sistemas de informações que oferecem suporte a rastreabilidade.

Em contrapartida Machado (2005) apresenta a rastreabilidade dos produtos alimentícios como sinal de qualidade por conter atributos de segurança contra

possíveis riscos à saúde humana, além de satisfazer a necessidade de controle sobre suas escolhas. Ainda, segundo o autor, do ponto de vista da indústria alimentícia a rastreabilidade visa aumentar a competitividade do produto por meio da estratégia de diferenciação.

Para complementar, com a rastreabilidade implantada na cadeia de suprimentos estima-se uma redução de custos de distribuição relacionados às despesas e possíveis devoluções (CYRILLO; FURQUIM, 2012), ocasionados pelo aumento da conscientização dos consumidores diante da complexidade de riscos sejam eles financeiros, morais ou de outra natureza (PORTER; BAKER; AGRAWAL, 2011).

De modo geral, torna-se fundamental que os órgãos reguladores governamentais em parceria com indústrias, desenvolvam seu papel de agente agregador da cadeia e desenvolvam incentivos de recursos tecnológicos como ferramenta propulsora de instrumentalização as cadeias de suprimentos no contexto agroalimentar (MORGAN, WINCK, 2016).

Diante deste cenário, pesquisas sobre a rastreabilidade precisam ser exploradas, entre os diversos sistemas produtivos, para que governos e agroindústrias verifiquem estrategicamente sob o viés de indicadores de desempenho a efetividade de seu desenvolvimento para sua implantação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos que evidenciaram as fragilidades dos sistemas de informação entre os elos da cadeia de produção e comercialização de alimentos, foi criada novas exigências legais em relação à segurança alimentar. A adequação aos sistemas de rastreabilidade na cadeia alimentar passou a ser incorporada a uma questão global com relação à garantia de qualidade do produto, como pode ser visto pelo número crescente de medidas legislativas encontradas em diferentes países (ENGELSETH, 2013).

Nesta perspectiva, a rastreabilidade tem como finalidade credenciar o produto dentre suas etapas de produção e processamento, estendendo as informações até o consumidor final.

De maneira geral, a rastreabilidade no contexto agroalimentar consiste em relacionar os diversos elos da cadeia produtiva abrangendo os órgãos reguladores e sua capacidade de armazenamento de informações (GALLIANO; OROZCO, 2013). Bem como facilita a detecção dos responsáveis em eventuais crises relacionadas à segurança do alimento (HOBBS, 2004).

Os estudos realizados sobre as contribuições da rastreabilidade para as cadeias produtivas agropecuárias permitem repertoriar referente à importância significativa que a adoção dos sistemas de rastreabilidade tem adquirido no mercado

agroalimentar, por parte de consumidores e autoridades públicas.

Logo, a rastreabilidade exerce uma função competitiva ao atender as exigências do consumidor quanto aos requisitos de garantia e segurança alimentar, origem dos produtos agropecuários, controle de qualidade nutricional, entre outros parâmetros contidos dentre os vários passos instrumentalizados pelo sistema de rastreamento. Com isso, ao disponibilizar o acesso a estas condições de produção ao elo final da cadeia agroalimentar, o consumidor, os obstáculos comerciais com a regulamentação de padrões e orientações normativas tendem a minimizar com a transparência do processo.

Cabe destacar que a rastreabilidade no contexto agroalimentar surge como alternativa para comprovar a eficácia de todo o processo da cadeia de suprimento, por meio da garantia dos alimentos que serão disponibilizados ao consumo. Além da gestão de custos, evitando prejuízos financeiros e prevenindo-se de possíveis danos a organização.

Para tanto é importante considerar um trabalho conjunto entre governo, indústria, produtor rural e órgãos institucionais do setor para o desenvolvimento e coordenação de projetos direcionados a integridade da produção agropecuária.

Academicamente, compreende-se que o estudo possibilita o aprofundamento teórico sobre o tema, embasado em uma teoricamente por subsídios referenciados. Observa-se, porém, como limitações deste estudo a dificuldade em encontrar algumas publicações internacionais sobre o tema, e que possam servir de parâmetro para comparações e como fonte de consulta.

Sugere-se diante deste estudo, uma aplicação prática da pesquisa com dados primários e secundários, para que se possa analisar a viabilidade técnica e econômica do sistema de rastreabilidade no setor agroalimentar.

AGRADECIMENTOS

The authors are thankful to Grupo de Pesquisa em Gestão do Agronegócio da UNOESC/PPGA e Grupo de Estudos e Pesquisas em Produção Agropecuária e Desenvolvimento (GEPPAD) da UNESC/PPGDS.

REFERÊNCIAS

BENDAOU, M.; LECOMTE, C.; YANNOU, B. A Methodological Framework to Design and Assess Food Traceability Systems. **International Food & Agribusiness Management Review**, v.15, n. 1, p. 103-125, 2012.

CIMA, E. G.; AMORIN, L. S. B.; SHIKIDA, P. F. A. A importância da rastreabilidade para o sistema de segurança alimentar na indústria avícola. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 1 -12, 2006.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; BARROS, A. L. M. Certificação e rastreabilidade no agronegócio: instrumentos cada vez mais necessários. Brasília: **IPEA**, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, G. J.; SAES, M. S. M. Rastreabilidade e coordenação dos sistemas agroindustriais. **Revista Brasileira de Agroinformática**, v. 7, n. 1, p. 29-43, 2005.

CYRILLO, D. C.; FURQUIM, N. R. Exportações de carne bovina: uma análise acerca da eficácia do sistema de rastreabilidade implantado na cadeia produtiva no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. II, n.4, p. 482-505, 2012.

ENGELSETH, P. Multiplex Uses of Food-Product Standards. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.16, n. 2, 2013.

FORNAZIER, A.; WAQUIL, P. D. A importância das organizações de interesse privado no agronegócio: o caso da cadeia produtiva da maçã no Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 14, n. 1, p. 46-59, 2012.

FURQUIM, N. R. O SISBOV e a Cadeia Produtiva de Carne Bovina no Brasil: um Estudo sobre Seus Aspectos Técnicos e Regulatórios. **Revista ADM.MADE**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.1-11, 2014.

GALLIANO, D.; OROZCO, L. New technologies and firm organization : the case of electronic traceability systems in French agribusiness. **Industry and Innovation, Taylor & Francis (Routledge)**: SSH Titles, p. 22-47, 2013.

GIANEZINI, M. et al. Sustainability and Market Orientation in the Brazilian Beef Chain. **Journal of Agricultural Science and Technology** (USA. Print), v. 4, p. 249-260, 2014.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GS1. **Padrão Global de Rastreabilidade**. Disponível em: www.gs1br.org. Acesso em: 24 ago. 2014.

HOBBS, J. E. Information Asymmetry and the Role of Traceability Systems. **Agribusiness**, v. 4, n.20, p. 397-415, Sept. 2004.

LAVOIE, G.; FOREST, J. F. Implementation of a Traceability System From Constraints to Opportunities for the Industry: A Case Study of Quebec, Canada. **International Food & Agribusiness Management Review**. Volume 12, Issue 2, 71-80, Apr. 2009.

MACHADO, R. T. M. Sinais de qualidade e rastreabilidade de alimentos: uma visão sistêmica. **Organ. rurais agroind.**, Lavras, v. 7, n. 2, p. 227-237, 2005.

MACHADO, R. T. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Coordenação do sistema da carne bovina no Reino Unido: implicações da rastreabilidade e da tecnologia de informação. **O.R. & A**. Revista de Administração da UFLA, v.6, n.1, 2004.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Rastreabilidade**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/rastreabilidade>. Acesso em 12 de nov. 2015.

MORGAN, A.; WINCK, C. A. Rastreabilidade na cadeia produtiva do leite como ferramenta de diferenciação mercadológica. In: 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural(SOBER) . Maceió - AL, 14 a 17 de agosto de 2016.

OLIVEIRA, A. S. Estudo sobre a importância de alguns atributos da carne bovina para certos consumidores. **ADM.MADE**, v. 8, n. 9, 2005.

PELAEZ, V. et al. Implementation of a Traceability and Certification System for Non-genetically Modified Soybeans: The Experience of Imcopa Co. in Brazil. **International Food & Agribusiness Management Review**, v.13, n. 1, p. 27-44, 2010.

PIZZANI L. et al. Análise bibliométrica de teses e dissertações sobre prematuridade no Banco de Teses da Cape. **Jornal de Pediatria**, v. 88, n. 6, p. 479 -482, 2012.

POGHOSYAN, A.; GONZALEZ-DIAZ, F.; BOLOTOVA, Y. Traceability and Assurance Protocols in the Global Food System. **International Food & Agribusiness Management Review**, v.7, n. 3, p. 118-126, 2004.

PORTER, J. K.; BAKER, G. A.; AGRAWAL, N. The U.S. Produce Traceability Initiative: Analysis, Evaluation, and Recommendations. **International Food & Agribusiness Management Review**, v.14, n. 3, p. 45-66, 2011.

PORTO, R. G.; KOHLS, V. K.; RIGATTO, P. Perfil e hábitos do consumidor final de carnes em Pelotas-RS. **REAd**, Edição 54, v. 12, n. 6, 2006.

RAUTA. J. et al. Rastreabilidade na cadeia produtiva do leite como vantagem competitiva. **In: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Goiânia - GO, 27 a 30 de julho de 2014.

RESENDE FILHO, M. A.; BUHR, B. L. Evidence of consumers' willingness to pay for the national animal identification system of the United States. **Economia Aplicada**, v.15, n.1, p. 5-22, 2010.

SILVA, I. J. O. A rastreabilidade dos produtos agropecuários do Brasil destinados à exportação. **IN: Simpósio de Construções rurais e Ambiente – SIMCRA**. Campina Grande - PB, 2004. Disponível em: <http://www.ufv.br/dea/ambiagro/arquivos/Artigo%20Rastreabilidade.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015.

SILVA, A. R.; OLIVEIRA, F. V.; PIRES, M.G. Rastreabilidade: a tecnologia a serviço da segurança do alimento. **Revista Brasil Hortifruti**, CEPEA – ESALQ/USP, v. 126, p. 8-16, 2013.

SISLEGIS – **SISTEMA DE LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA FEDERAL**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=3015>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SOUZA MONTEIRO, D. M.; CASWELL, J. A. The Economics of Voluntary Traceability in Multi-Ingredient Food Chains. **Agribusiness**, v. 26, n. 1, p. 122-142, 2010.

TANCO, J. A. A.; HERRERO, L. A. R.; ÁLVAREZ, J. L. Relaciones de integración empresa-proveedor: influencia de la trazabilidad. (Spanish). : Buyer-supplier relationship: The influence of the traceability. (English). **Universia Business Review**, v. 15, p. 54-67, 2007.

TONSOR, G. T.; SCHROEDER, T. C. Livestock Identification: Lessons for the U.S. Beef Industry from the Australian System. **Journal of International Food & Agribusiness Marketing**, v.18, n. 3/4, p. 103-118, 2006.

VERGARA, S. C.. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WARD R.; BAILEY, D.; JENSEN R. J. An American BSE Crisis: Has it affected the Value of Traceability and Country-of-Origin Certifications for US and Canadian Beef?. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 8, n. 2, 2005.

AVALIAÇÃO DE SALA DE AULA REGULAR A PARTIR DOS PARÂMETROS DO DESIGN UNIVERSAL E DA METODOLOGIA DEAFSPACE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Data de aceite: 27/03/2020

Renata de Assunção Neves

Instituto de Pós Graduação – IPOG

Recife/PE

RESUMO: Este artigo trata de pesquisa realizada tendo como objeto de estudo, salas de aula regulares e seu espaço projetado através da relação deste com a inclusão de alunos com deficiência auditiva usuários de próteses. O objetivo principal foi avaliar elementos sensoriais e físicos de uma sala de aula e seu papel na acessibilidade de alunos surdos no ensino regular a partir de conceitos de ergonomia, acessibilidade, design universal e sua integração com a metodologia deafSpace. A metodologia proposta foi o levantamento bibliográfico aliado ao estudo de caso, através de observação e avaliação dos elementos em sala de aula de escola particular do ensino fundamental situada na cidade de Olinda/PE, que têm alunos matriculados usuários de implante coclear, para avaliar se este espaço atendia às suas necessidades físicas. O problema norteador se referiu à obrigatoriedade de inclusão de alunos surdos em salas de aula comum, sem que haja um estudo ou adaptação

do ambiente para melhor recebê-los, limitando-se a inclusão ao uso de Libras. O resultado obtido demonstrou desconhecimento dos elementos físicos necessários à inclusão do deficiente auditivo em escola regular.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar; acessibilidade universal; design universal; deafspace

ABSTRACT: This article deals with research carried out with the object of study, regular classrooms and their space designed through its relationship with the inclusion of hearing-impaired students wearing protheses. The main objective was to evaluate sensory and physical elements of a classroom and its role in the accessibility of deaf students in regular education based of concepts of ergonomics, accessibility, universal design and their integration with the deaf methodology. The proposed methodology was the bibliographic survey allied to the case study, through observation and evaluation of elements in the classroom of a private elementary school located in the city of Olinda, Pernambuco, which have students enrolled using cochlear implants, to assess whether this space met his physical needs. The guiding problem referred to the mandatory inclusion of deaf students in common classrooms, without a

study or adaptation of the environment to better receive them, limiting the inclusion to the use of Libras. The obtained result demonstrated ignorance of the physical elements necessary for the inclusion of the hearing impaired in a regular school.

KEYWORDS: school inclusion; universal accessibility; universal design; deaf; deafspace

1 | INTRODUÇÃO

Segundo dados do censo escolar, em 2014 quase 900 mil estudantes com deficiência estavam matriculados em escolas do ensino regular, sendo 79% delas em classes comuns, um aumento de 93% quando relacionados à escolas públicas (BRASIL, 2015), sendo consequência da entrada em vigor da Lei 12.764/2012, relacionada à inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares. Mas será que de fato as escolas estão preparadas para receber esse tipo de demanda? E quais barreiras alunos com deficiência auditiva enfrentam em salas de aula do ensino regular? Esse questionamento norteou a pesquisa da qual este artigo se refere.

Observa-se uma perspectiva mínima da compreensão das necessidades espaciais dos surdos pela sociedade. Fransolin et al (2016) citam em seu artigo a dificuldade em se encontrar literatura que trate deste tema, o que reflete a exclusão deste conteúdo no âmbito das políticas de acessibilidade. E, para eles, a perda auditiva acarreta a necessidade redobrada de compreensão visual do que ocorre à sua volta, tanto no seu entorno periférico, quanto na organização do espaço físico no qual o indivíduo surdo se encontra.

Os surdos são um grupo altamente heterogêneo, porém na maioria das vezes, compreende-se que a única necessidade de um aluno surdo numa sala de aula é um intérprete de libras, excluindo usuários de próteses auditiva e implante coclear, que utilizam o português como língua primária. Estes instrumentos facilitam o convívio e a comunicação entre usuários surdos e ouvintes, realidade presente na vivência habitual das relações que ocorrem em salas de aula regulares. Estes usuários, porém, vivem limitações nestes espaços, dentre outros motivos, por não existir uma boa distribuição de mobiliário ou escolha correta dos revestimentos, boa acústica e iluminação adequada que facilitem a sua compreensão, ou em outras palavras, por não existir uma acessibilidade integral adequada aos espaços das salas de aula.

Para Medeiros e Elali (2018) é necessário que haja pesquisas sobre os meios de percepção, comunicação e comportamento das pessoas com deficiência auditiva, para assim se criar um conjunto de referências que desenvolvam ferramentas para facilitar sua acessibilidade e mobilidade. Espera-se então, através deste trabalho,

contribuir para este desenvolvimento, ou para a orientação de um modelo que possa tanto reduzir as deficiências do espaço para este público, quanto facilitar a aprendizagem de alunos ouvintes, visto que este é o princípio maior do design universal: um espaço feito para todos.

2 | A PESQUISA: HIPÓTESE, OBJETIVOS E METODOLOGIA UTILIZADA

Foi questionado o uso do projeto de interiores de salas de aula como solução para a construção de espaços inclusivos que colaborem com a construção de afetividade do lugar e como derrubador de barreiras sensoriais limitantes vividas pelo deficiente auditivo. As seguintes perguntas foram levantadas: até que ponto uma sala de aula mal projetada pode interferir no aprendizado e na motivação do aluno surdo? Qual a relação entre o sucesso ou fracasso desse aluno com aspectos físicos do ambiente escolar?

Como objetivo geral, a pesquisa propôs investigar o espaço escolar de uma sala de aula regular através de seus elementos físicos e sensoriais sob a perspectiva do design universal e da metodologia deafspace e delimitar sua relação com a inclusão e a acessibilidade de alunos surdos nesses espaços.

O delineamento metodológico da pesquisa tratada neste artigo foi do tipo qualitativo, que se desenvolveu a partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória inicial, partindo posteriormente para uma pesquisa seletiva e interpretativa. A partir dos dados colhidos foi desenvolvido um modelo abstrato, que serviu como base comparativa para pesquisa em campo e refutamento ou não das hipóteses levantadas. Esta pesquisa em campo se deu através de estudo de caso, com o uso do estudo exploratório de casos típicos, delineando-se o uso de caso único, que representasse o recorte dos usuários escolhidos, visto que a unidade escolar selecionada possui quantidade múltipla de deficientes auditivos matriculados, sob um viés educacional inclusivo, e a partir disto, observado diversos elementos destas salas de aula, como a acústica, iluminação, disposição do mobiliário, espaço, revestimentos e cores utilizadas nas superfícies. Ela se utilizou da técnica de observação direta intensiva, com observação sistemática não-participante, individual e da vida real, e teve como foco a obtenção os elementos físicos do espaço que pudessem interferir no processo de inclusão escolar. Esse processo foi controlado através de instrumentos para a coleta dos dados necessários, e sem que houvesse interação com nenhum usuário do espaço, seguindo as normas éticas relacionadas a este tipo de pesquisa, evitando assim que houvesse sequelas ou consequências para os membros participantes do meio que seria estudado.

Como objeto de estudo e delimitação do universo a ser pesquisado foi feito um recorte que colocou como espaço a ser pesquisado, sala de aula do ensino

fundamental I, de ensino regular, em escola com proposta inclusiva, na cidade de Olinda/PE, que possuísse alunos surdos usuários de implante coclear ou prótese auditiva do tipo AASI, matriculados. Na seleção desta amostragem, foi utilizado o método acessível, visto que a escolha da escola se deu a partir do conhecimento prévio da autora, por possuir filha usuária de implante coclear matriculada na mesma e ter contato com mais de alunos surdos também matriculados na unidade escolar. Houve permissão prévia para o início da pesquisa por parte tanto dos pais dos alunos, quanto da coordenação e direção escolar. Considerou-se que essa amostragem foi suficiente para demonstração do universo dos usuários do recorte selecionado, não perdendo com isso a qualidade dos dados da pesquisa. O objetivo foi observar os elementos físicos deste espaço para perceber sua adequação às necessidades do usuário. Foi produzido para tal um diário de campo, onde foram feitas anotações referentes aos dados obtidos, locais, hora e data das visitas, além de tabela anexada ao diário para controle dos dados. Para a coleta de dados físicos, foram utilizados equipamentos de medição acústica, decibelímetro, e de medição de iluminância, luxímetro, e registrado em tabela os valores correspondentes. Foram avaliados o espaço físico em relação à sua área, através de medição com trena e o mobiliário, através de registro fotográfico e anotações dos revestimentos e cores dele. A acústica e o mobiliário foram avaliados em momento em que não havia alunos na sala, por questões éticas. Os resultados foram expostos em tabelas, tendo como referencial os elementos e valores estabelecidos como ideais pelas normas e pelo referencial teórico levantado. A partir disso, pode-se discorrer sobre os resultados obtidos e avalia-los a partir de um modelo criado previamente com elementos e valores ideais.

3 | DEFICIÊNCIA AUDITIVA E INCLUSÃO ESCOLAR

3.1 Inclusão e acessibilidade escolar

3.1.1 Os modelos médico e social da deficiência

A deficiência pode ser percebida através de duas perspectivas que se constroem como os modelos médico e social. Na primeira situação, o foco se relaciona a lesão que causa a deficiência, o que traz intrínseco a ideia de incapacidade e anulando a visão do sujeito como um todo, sendo então o mesmo colocado em um papel de cidadão de segunda classe. Esse modelo se relaciona a três conceitos, sendo o de deficiência, incapacidade e desvantagem. A deficiência é vista como manifestação exterior de uma doença ou patologia em um órgão, que leva a perda ou anormalidade de sua estrutura. A incapacidade é consequência dessa deficiência e

surge das limitações que ela causa para desenvolver de forma “normal” as atividades essenciais do indivíduo. A desvantagem surge da incapacidade de adaptação do indivíduo ao meio social, de não corresponder a expectativa social de realização de determinada tarefa (CARVALHO, 2014).

No modelo social, a deficiência é vista como parte do que faz o sujeito ser quem é. Aqui a lesão se diferencia da deficiência porque o que faz o indivíduo deficiente é a falta de acessibilidade social. Assim, afirmar o sujeito como deficiente acaba por criar um elo que une o indivíduo a sua deficiência, o tornando símbolo de defeito, limitação e incapacidade. O que torna o sujeito incapaz é o ambiente em que ele vive e não uma disfunção corporal ou mental. Este é o princípio norteador do espaço inclusivo.

3.1.2 Inclusão escolar

Inicialmente é importante frisar a diferença entre incluir e integrar. O processo de inclusão se refere ao respeito às diferenças e especificidades de cada indivíduo, e disponibilização dos recursos para o desenvolvimento deste através de suas potencialidades latentes. Na integração, procura-se dar ferramentas para que a criança com determinada deficiência se adapte ao modelo utilizado para crianças ditas “normais”.

Compreende-se que só ocorre ensino se houver aprendizado e este último está diretamente ligado ao interesse e motivação dos alunos. Reconhecer a educação como direito de todos relaciona-se ao direito de que todos possuam aprendizagens positivas, principalmente no espaço escolar. Entende-se que em um processo de inclusão, todos se sentem influentes no espaço, as dificuldades são reconhecidas, mas não há julgamentos ou críticas negativas e as qualidades dos indivíduos são reconhecidas. Existe aqui um sentimento de pertencimento, solidariedade e desejo de cooperação.

Um dos elementos neste processo de inclusão se refere às instalações físicas da sala de aula, que deve ser analisadas se elas atendem as necessidades de pessoas com deficiência física, sensorial, dentre outros, pois um processo inclusivo deve oferecer as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, e o espaço escolar é uma dessas ferramentas.

3.2 O universo da deficiência auditiva

3.2.1 Classificação das perdas auditivas

Compreende-se que há uma diversidade considerável de causas responsáveis pela deficiência, de tipos de ganhos e de perdas auditivas e de formas de compensação

auditiva. Cada caso se torna específico e com necessidades diferentes e necessita de soluções acessíveis determinadas por essas necessidades. Para Moreira (2009), de acordo com o grau de audição residual, determinadas limitações podem ocorrer, o que discorre em uma classificação com o intuito de compreender as limitações auditivas de determinada pessoa, como demonstrado na tabela abaixo:

| Audição normal | Perda auditiva | | | |
|---|--|---|---|--|
| | Leve | Moderada | Severa | Profunda |
| Quando a via aérea e óssea está abaixo dos 20 decibéis (dB) | Entre 25 e 39 dB. Estas pessoas têm certa dificuldade para escutar à distância ou em ambientes ruidosos. | Limiar auditivo entre 40 e 69 dB. Incapacidade de acompanhar uma conversa normal, se há ruído de fundo. Podem ter algum grau de isolamento. | Limiar entre 70 e 89 dB. Dificuldade em ouvir o que está sendo dito em quase todas as situações. Eles precisam de uma prótese auditiva potente ou implante coclear. | Limiar de 90 dB ou acima. Eles não percebem nenhum som. Necessidade de leitura labial e/ou linguagem gestual, ou implante coclear. |

Tabela 1- Classificação das perdas auditivas

Fonte: Costa, 2016.

A partir desta classificação pode-se indicar qual prótese auditiva é ideal para cada caso. O AASI (aparelho de amplificação sonora individual) é um mini amplificador que tem como função conduzir o som ao ouvido da pessoa, captando a onda sonora e transmitindo para o canal auditivo (MOREIRA, 2009). Seu objetivo é aproveitar o resíduo auditivo do indivíduo. Já o implante coclear é uma prótese indicada para perda auditiva neurossensorial profunda, por substituir a função da cóclea, para aqueles que não possuem resultados positivos com o AASI, devido ao grau da perda auditiva. Ele possui duas unidades: uma externa, com microfone, processador e antena, e uma externa, cirurgicamente implantada, com receptor/estimulador e cabo de eletrodos. Sua função é transformar em estímulos elétricos a informação captada pelo microfone, através do processador e enviar para o usuário, gerando a percepção de fala por ele. (MOREIRA, 2009)

3.2.2 Filosofias educacionais para surdos

De acordo com Pereira (2008), a educação de pessoas surdas pode se dar a partir do bilinguismo, comunicação total ou oralismo. No bilinguismo, o ponto principal é o uso de Libras como língua mãe, sendo a língua portuguesa inserida como segunda língua. Seu conceito mais importante é o de comunidade, com cultura e língua específica.

Na comunicação total, a principal preocupação é a relação entre os surdos e

seus pares e os surdos e ouvintes, preocupando-se também com a aprendizagem da língua oral (PEREIRA, 2008). Neste método, porém, se coloca como prioridade os aspectos cognitivos, educacionais, emocionais e sociais no processo educacional, utilizando-se além de recursos espaço-visuomanuais, outras formas de expressão, como a oralização, o uso de aparelho auditivo, gestos, expressão facial, alfabeto digital, leitura labial ou qualquer outro recurso que facilite o processo de comunicação.

No oralismo, a surdez é percebida como uma deficiência que pode ser minimizada a partir da correta estimulação auditiva. Pereira (2008) cita que é compreensível que o surdo se torne restrito à sua própria comunidade quando limitados ao uso de Libras, não o permitindo interagir com a sociedade em geral. Além do que, traz ela que 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes que desconhecem Libras, o que pode causar afastamento e trazer prejuízos psicológicos, sociais e cognitivos para o indivíduo surdo.

Independentemente da abordagem escolhida, a inclusão em escolas regulares é uma realidade existente, principalmente para surdos oralizados, e o convívio entre surdos e ouvintes faz parte do cotidiano destas crianças. Então, o espaço deve ser pensado tendo em vistas suas necessidades, visto que priorizar um grupo em detrimento do outro significa excluir a parcela da população que se encontra no grupo não priorizado.

4 | DESIGN UNIVERSAL, ERGONOMIA E ACESSIBILIDADE EMOCIONAL

4.1 Conceito de design universal

Inicialmente é importante frisar que o design universal nunca esteve ligado diretamente à pessoa com deficiência, mas por ter em seu cerne filosófico a inclusão de todos, acaba por incluir também este grupo. O seu grau de adequação de projeto é proporcional a quantidade de pessoas que consegue atender. Ele tem como característica a redução de custos comparado às soluções de “remoções de barreiras” e de “adaptações”.

Um dos princípios do design universal é o uso equitativo. Segundo Souza (2017), quando é levado em conta, possibilita que o usuário possa utilizar o espaço sem ser considerado uma pessoa com necessidades especiais, sem que haja segregação. Outro princípio é o do uso flexível, ou flexibilidade, que se alinha diretamente à inclusão, visto que quanto mais possibilidades e uso são oferecidos ao indivíduo, mais positiva a relação entre os dois, visto que agrega a capacidade de atender às suas necessidades. A fácil percepção da informação contribui no processo de contexto comunicacional, para que ela possa ser compreendida por todos os usuários, independente de limitações de visão, audição ou entendimento

(CAMBIAGUI, 2010). Aqui entra a compatibilização de materiais, pois um mesmo material pode ser adequado a determinado público e inadequado a outro, como piso reverberante que pode ser adequado para pessoa com deficiência visual, porém não adequada a pessoa com deficiência auditiva usuária de prótese. Sendo assim, é fundamental que haja esse processo de compatibilização para que não ocorra segregação de um grupo em detrimento de outro. Além desses três princípios, outros quatro fazem parte do processo filosófico do pensar projetual a partir do Design Universal, sendo eles: o uso simples e intuitivo, a tolerância ao erro, o baixo esforço físico e a previsão de diferentes dimensões e espaços.

A partir daí pode-se compreender a diferença entre o design universal e o design acessível, pois este último trata especificamente de espaços para pessoas com deficiência, enquanto o primeiro procura abarcar todos os usuários, incluindo estes últimos. Sendo assim, entende-se que uma sala de aula inclusiva deve ser projetada tendo como norte o design universal, visto que a intencionalidade deste espaço é incluir todos aqueles que dele façam parte.

4.2 O uso da Ergonomia a favor do Design Universal

Para Mont'Alvão (2011) a ergonomia vai se preocupar com fatores como conforto e percepção ambiental, além de elementos como os materiais de revestimento e de acabamento e postos de trabalho, layout espacial e mobiliário. Fica claro que o uso da abordagem ergonômica nos projetos que queiram atingir os princípios do design universal é primordial, pois amplia consideravelmente o número de usuários atendidos pelo espaço, visto que ela traz a preocupação com o uso correto de todos os seus elementos, otimizando e facilitando o desempenho das tarefas. Além disso, sua preocupação vai além das restrições físicas individuais, abarcando também as deficiências sensoriais, pensando em espaços que reduzam os conflitos, aumente a acessibilidade local e amplie as habilidades dos usuários.

Sabe-se que os obstáculos relacionados à mobilidade e comunicação das pessoas com deficiência sensorial, a saber auditiva ou visual, se relacionam mais à orientação e conceitos espaciais, como sensação de isolamento, desconforto em relação ao local onde estão posicionados os equipamentos e objetos, insegurança e até incompreensão do outro sobre si e sobre seu espaço social. Além disso, padrões corretos de audibilidade, visibilidade, legibilidade, iluminação, conforto térmico e qualidade das informações já contribuem para que os espaços se tornem mais acessíveis, “pois embora não mudem o grau da deficiência sensorial, a inobservância desses parâmetros pode aumentar o grau da dificuldade” (LOPES; BURJATO, 2010, p.74). Deve-se observar, no entanto, que os valores estabelecidos em normas são valores mínimos, que devem ser utilizados apenas como norte.

Cada projeto deve se adequar ao caso específico, atendendo as necessidades dos usuários daquele espaço.

4.3 Acessibilidade emocional e derrubada de barreiras

Inicialmente é necessário colocar que um espaço só é plenamente acessível quando acolhe o usuário, respeitando seus aspectos afetivos, emocionais e intelectuais, e para compreender a acessibilidade emocional é necessário trabalhar o conceito de ambiência.

Ambiência é a junção das sensações físicas, como a lumínica, térmica e sonora, com as sensações culturais e subjetivas, incluindo os usuários e o Lugar que eles ocupam. “A experiência espacial é individual e única e está relacionada à vivência particular de cada ser humano no ambiente construído” (DUARTE; COHEN, 2010, p.84). Sendo assim, o indivíduo precisa diretamente do espaço para se fazer pertencente a um lugar no mundo, pois identidade pessoal e Lugar se relacionam de forma conexa. Da mesma forma, ele também pode se tornar um elemento de exclusão, quando desconsidera as diferenças de seus usuários, pois quando não são acessíveis, os espaços agem como atores de um *apartheid* silencioso que acaba por gerar a consciência de exclusão da própria sociedade” (DUARTE; COHEN, 2010, p. 85).

Deve-se ter em conta então que quando se fala de um espaço acessível, se fala por consequência de um espaço que traga bem-estar, sensações de pertencimento, de inclusão que são aliados aos seus aspectos físicos e psicológicos. Para isto, é necessário que o projeto do ambiente seja centrado no usuário, como no caso da metodologia deafspace.

5 | METODOLOGIA DEAFSPACE

Hansel Bauman, arquiteto americano, foi contratado em 2005 para a construção da nova sede da Galladeut University, única universidade bilíngue do mundo e centro de referência em necessidades educacionais de pessoas surdas e deficientes auditivas. Para isso, ele solicitou informações à comunidade surda americana, pois tinha como objetivo projetar uma edificação moderna e sofisticada que atendesse as necessidades daquela comunidade. Diante disto, surgiram os princípios norteadores da metodologia deafspace

5.1 Arquitetura para surdos

Surdos costumam vivenciar o espaço de uma forma diferente dos ouvintes e acabam por se sentirem excluídos nos espaços que são quase que totalmente projetados para ouvintes, onde não são consideradas as necessidades de

comunicação visual e expressão orofacial necessárias pra que os mesmos interajam com seus pares, o que acarreta em isolamento e alienação espacial e social. Um espaço projetado para eles precisa ter flexibilidade, para que os mesmos possam modificar o ambiente e atender as suas necessidades. Johnson (2014) comenta que as pessoas surdas ou com dificuldade de audição, costumam mudar os assentos em uma sala, de forma que eles fiquem em um padrão circular, criando uma visibilidade maior do outro e a visão se torne desobstruída. Também costumam mover os objetos e móveis que dificultem a visão do todo, além de ajustar a iluminação para que seja suficiente para a visibilidade da expressão facial. Estes espaços não são integrativos apenas para o surdo, mas oferece os suportes necessários para ele, tornando-o seguro e à vontade ali, e auxiliando na apropriação do Lugar. Além disso, esses espaços convidam a interação, apoiando as conexões humanas, o que traz benefícios para qualquer ser humano.

5.2 Diretrizes da Metodologia DeafSpace

Hansel Bauman desenvolveu as diretrizes da metodologia deafSpace como um catálogo com mais de 150 princípios de design arquitetônico, que enfatizam os cinco principais pontos para melhorar o ambiente construído para pessoas surdas. Seu objetivo foi melhorar a ideia de edifícios comunitários, com maior linguagem visual e maior segurança pessoal e bem-estar. De acordo com Chiambretto e Trillingsgaard (2016) esses pontos são: alcance sensorial, espaço e proximidade, mobilidade e proximidade, luz e cor e acústica.

Para que os surdos possam ampliar seu campo sensorial, que nos ouvintes se dá pela junção da visão e da audição, é necessário que o *alcance sensorial* seja ampliado através da percepção mais clara dos movimentos em objetos, sombras, vibrações ou expressões faciais e corporais das pessoas ao seu redor para que eles possam ter o mesmo sentimento de orientação e consciência espacial do ouvinte.

Outro ponto importante é trabalhar o *espaço e proximidade*, aprimorando uma conexão visual clara. É necessária uma distância maior para o uso da linguagem de sinais do que para a conversa oral e ela aumenta à medida que mais pessoas participam. Além disso, pessoas com deficiência auditiva são cinéticas, se tocam com frequência. Sendo assim, corredores amplos e assentos circulares podem contribuir para uma melhor socialização.

Também é importante que se pense na segurança e na comunicação durante a caminhada. O espaço deve permitir através da *mobilidade e proximidade* que eles possam conversar e observar o entorno sem que isso os levem a caminhos errados ou perigos, com menos obstáculos. Uso de portas automáticas, cantos arredondados, sinalizações demonstrando mudanças no percurso são elementos que garantem essa segurança.

A *luz e a cor* também são primordiais, evitando a todo custo condições insatisfatórias de sombras, reflexos e luz de fundo direta, que possam dificultar a comunicação visual e causar cansaço visual, priorizando o uso da luz suave e difusa em todo o ambiente. A cor deve ser escolhida de forma a contrastar com o tom de pele para facilitar a leitura labial e a linguagem de sinais. Deve-se ter cuidado com as cores das paredes e do piso e com as superfícies com reflexo brilhante, evitando cores muito vivas ou escuras, que causam fadiga ocular, além do sentimento de descontentamento.

E por último, a *acústica*, que pode se tornar um desafio, principalmente para o surdo que possui alguma habilidade auditiva com o uso de próteses, pois quando a sala não tem uma proteção de som adequada, causando reverberação, elas as captam e podem chegar a causar dor física no usuário. Porém a vibração também é importante para surdos, visto que se torna um aviso de proximidade. Deve-se elaborar estratégias que acomodem ambas as necessidades, evitando ao máximo as vibrações altas. Usar revestimento acústico em paredes e teto, com indicadores de vibrações é um exemplo de como conseguir atender ambas as necessidades.

Compreende-se então que para que haja um projeto espacial inclusivo para o surdo, deve-se seguir o caminho norteador iniciado pela metodologia deafspace, que corresponde em nada mais do que um pensar projetual centrado no usuário e que corresponde às reais necessidades espaciais deste público.

6 | NORMATIZAÇÕES PARA SALA DE AULA

Compreende-se que seguir os padrões corretos de iluminação, acústica, revestimento e mobiliário, aliados aos conceitos explanados sobre a metodologia deafspace colabora para que o espaço da sala de aula se torne inclusivo, acessível e afetivo aos alunos com deficiência auditiva, além de colaborar no aprendizado de crianças ouvinte, como as diretrizes a seguir.

6.1 Diretrizes de iluminação para salas de aula

Para um projeto de sala de aula acessível, deve-se avaliar se o índice de refletância nos revestimentos está de acordo com o especificado pela norma. Também é importante observar o nível de iluminância do espaço, se está de acordo com o padrão de iluminação de salas de aula. Além disso, deve-se ter cuidado com a distribuição luminosa das lâmpadas e luminárias, evitando ofuscamentos e sombreamento, auxiliando a correta visibilidade e evitando o cansaço visual, pois “uma iluminação insuficiente acarreta sintomas como dores de cabeça, desânimo, ou até mesmo pode prejudicar o crescimento da criança” (HYBNER, 2015, p.12).

Para uma criança com deficiência auditiva, oralizada ou não, que utiliza a visão como suporte maior de compreensão do entorno, estes problemas são ainda mais intensificados.

A norma utilizada para iluminação em ambientes corporativos, incluindo ambientes escolares é a NBR ISO 8995-1/2013. Ela define um nível menor na iluminação geral da iluminação da área de trabalho, porém em salas de aula, onde toda a área pode ser considerada como área de trabalho, devido a flexibilidade de reorganização de seu mobiliário, ela propõe como área de trabalho a sala inteira, excluindo apenas 0,5m de faixa nas extremidades. Coloca como iluminância média o índice de 300 lux para escolas primárias e secundárias e 500 lux para aulas noturnas, porém pode-se considerar o nível de 500 lux para salas de aula inclusivas, devido a necessidade maior de iluminação para compreensão do aluno surdo. No manual IESNA (2000), lançado pela International Energy Academy, citado por Hybner (2015), foram recomendados os índices de refletância dos revestimentos de 70-90% para o teto, 40-60% para as paredes e 30-50% para o piso.

6.2 Parâmetros acústicos para salas de aula

Seep et al (2002) trazem que em salas de aula regulares dos EUA, o nível de inteligibilidade da fala chega a 75% no máximo. Isso significa que 25%, pelo menos, do que é falado pelo professor é perdido devido a fatores acústicos, criando grandes dificuldades à criança ouvinte na aprendizagem. Diante de uma criança com algum tipo de deficiência auditiva, isto causa uma perda ainda mais considerável, interferindo em fatores que vão além da compreensão auditiva.

O autor também traz que para compreender que tipo de material utilizar na sala de aula para reduzir estes problemas acústicos, é importante conhecer quais são o coeficiente de absorção (α) e o coeficiente de redução de ruído (NRC), que são as grandezas que especificam a capacidade que o material tem para absorver os ruídos. Esses materiais são importantes para evitar fenômenos como o eco palpitante, que ocorre quando duas superfícies duras são dispostas paralelamente e o som salta de um lado para o outro, podendo ser parede/parede ou piso/teto. Numa sala de aula, esse tipo de fenômeno reduz a capacidade de audibilidade da voz. Outra medida importante é o tempo de reverberação do som (RT), que mostra o tempo que o som demora para decair em 60dB a partir de seu nível inicial. Ele vai depender do volume da sala e dos revestimentos existentes. A redução de ruído (NR) é uma medida necessária para determinar qual a porcentagem de som que ultrapassa uma parede através de sua transmissão. Ela é calculada a partir da diferença do som entre o espaço que transmite o som e aquele que recebe. Também é necessário compreender a relação sinal/ruído que é determinado a partir

da diferença da intensidade sonora da voz do professor e do ruído de fundo, e relaciona o quão audível ela é, tendendo a ser menor nos fundos da sala ou próximo a fonte do ruído. As diretrizes para trabalhar a acústica em sala de aula devem ser seguidas a partir da tabela abaixo:

| Problema | Solução |
|-------------------------|--|
| Reverberação | Para aumentar a absorção e reduzir o tempo de reverberação, que deve estar na faixa entre 0,4 e 0,6s, podem ser utilizados materiais absorventes ao longo da sala, com piso forrado em manta ou carpete e placas absorventes ao longo da parede e/ou teto |
| Reflexões indesejáveis | Para a redução do eco indesejável, deve-se utilizar material absorvente na parede posterior das salas de aula, evitando a reflexão da voz do professor e trás para frente. Elementos difusores espalham o som, diminuindo seu nível em uma direção particular. Em paredes rígidas e paralelas, deve-se forrar uma delas ou ambas com painéis de fibra de vidro revestidos com tecido ou material semelhante. |
| Reflexões úteis | Para que a voz do professor possa ser espalhada por toda a sala, pode-se utilizar placa de gesso refletora de som na parte central do teto, com as partes laterais e de fundo com material absorvente. |
| Fontes de ruído interno | Deve-se utilizar paredes com camada de material acústico. Em salas já existentes, devem-se vedar os pequenos vãos entre piso/parede ou parede/teto, além de esquadrias que devem receber isolamento acústico |

Tabela 2 – Soluções acústicas para sala de aula

Fonte: SEED et al, 2015

6.3 Mobiliário

Um dos principais pontos na sala de aula a ser discutido para a inclusão de alunos surdos é a configuração do layout. É importante que ele responda de forma positiva à execução das tarefas que se realizam naquele espaço. Para eles, essa configuração deve atender suas necessidades visuais. Para Gaudiot (2010), o ideal para esses usuários é a disposição das cadeiras em círculo ou em U, que permite que todos os alunos tenham visão uns dos outros e possam se posicionar de forma clara para a visualização do professor. A autora faz uma ressalva para o caso de haver excesso de alunos, pois alguns terminam por se posicionar atrás de outros, dificultando mais ainda a compreensão do que se passa. Para este caso é necessário que haja um aumento de nível para aquelas bancas, evitando esta situação.

As diretrizes de mobiliário para a sala de aula devem ser seguidas de acordo com o exposto pelo MEC, a partir da FUNDESCOLA (BERGMILLER, 1999). Ele é classificado em superfícies de assento, suportes de comunicação e mobiliário para guardar material escolar. O primeiro ponto trazido pela norma é que deve haver flexibilidade neste mobiliário, principalmente para as superfícies de trabalho e assento. Deve também seguir um padrão de qualidade que leve em consideração sua natureza ergonômica, referente aos seus *usuários*, sua natureza pedagógica,

referente ao seu *uso* e sua tecnologia, referente aos seus *aspectos construtivos*. No caso dos alunos surdos, a flexibilidade precisa permitir que ele se posicione de forma mais eficiente em determinados momentos, de acordo com a atividade que está sendo desenvolvida, para que não perca o suporte da visão. A tabela a seguir norteia as principais diretrizes de mobiliário para salas de aula, de acordo com a FUNDESCOLA (BERGMILLER, 1999) e com a NBR 14006/2008.

| Critérios ergonômicos | Critérios pedagógicos | Critérios tecnológicos |
|--|--|--|
| O móvel precisa se adaptar a diversas proporções de corpo, e não a um único padrão | O mobiliário deve ser flexível para se adequar às exigências pedagógicas | Resistência e rigidez são características fundamentais no móvel escolar, deixando o aluno seguro no momento de seu uso. |
| Deve-se levar em conta hábitos e influências culturais, sociais e psicológicas do usuário. | As dimensões dos móveis escolares devem ser adequadas ao tipo de trabalho executado pelo aluno. Os objetos e equipamentos utilizados também influem na definição do modelo de mobiliário | O móvel escolar não pode apresentar elementos facilmente removíveis. |
| O ambiente deve favorecer o agrupamento, visto que a socialização é um fator importante no processo de aprendizado | O mobiliário deve permitir limpeza fácil e rápida, tanto do móvel como do espaço onde se encontra. | A qualidade dos materiais é um critério muito importante. Madeiras sujeitas a empeno e estruturas instáveis não podem ser aceitas. É importante a avaliação correta dos materiais e a racionalização da produção, para economia de recursos. |
| A borda anterior do assento da cadeira deve ser arredondada e deve possuir apoio para o dorso, com um ângulo entre o assento e o apoio dorsal de 100 graus e com formato que apoie as curvaturas da coluna | Deve haver possibilidade de empilhamento do mobiliário, para facilitar tanto a limpeza, quanto a economia de espaço para determinadas atividades. | É adequado o uso de materiais mau-condutores de calor para todas as superfícies dos móveis que têm contato com o corpo. |
| A borda anterior da mesa deve ser arredondada, com espaço suficiente para as pernas do usuário e apoio para os pés. | Deve facilitar mudanças rápidas de posicionamento, com o peso do móvel compatível com a força do aluno e com possibilidade de justaposição. | Superfícies com brilho afetam a capacidade visual, dificultando o aprendizado. |
| A área mínima recomendada é de 1,50m ² por aluno na sala de aula | Os diversos layouts possíveis devem se adaptar tanto aos critérios pedagógicos quanto as necessidades dos alunos | A manutenção e a possibilidade de fácil reparo são observações a serem feitas no ato da compra. |

Tabela 3 – Critérios para mobiliário escolar

Fonte: BERGMILLER, 1999; NBR 14006/2008

Esses padrões contribuem para um desempenho positivo e devem ser seguidos como norteadores do projeto, levando sempre em conta os usuários e suas necessidades.

7 | O ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 Resultados

O estudo de caso se delineou em uma escola localizada na cidade de Olinda, Região Metropolitana do Recife, que tem como proposta educação inclusiva, possui salas de aula regulares e educação especial. Possui quatro alunos com deficiência auditiva matriculados, sendo três usuários de implante coclear. Dois deles estão no ensino médio, porém estudam na escola desde o primeiro ano do ensino fundamental um. A terceira criança está no ensino fundamental um e estuda na escola desde o infantil um. A escola é vista como referência para alunos com deficiência, possuindo diversos alunos com necessidades variadas matriculados. Possui uma metodologia de ensino tradicional a partir do ensino fundamental, com layout seguindo este modelo. A edificação da escola é nova, com tempo de ocupação em torno de dois anos, devido a mudança recente de local da sede do ensino fundamental um. Nesta edificação, as salas seguem um padrão, possuindo um pavimento térreo e um superior, com acesso feito por escada, onde se localizam as salas de aula.

Para colher os resultados, foi produzida uma tabela em que continha os elementos a serem levantados com coluna para preenchimento dos dados obtidos e ao lado, os dados contidos nas normas pesquisadas para comparação posterior, com resultados descritos a seguir:

| Elementos da sala de aula | Dados obtidos | Dados da norma |
|---|---|--|
| <i>Área total</i> | 40,92m ² , ou 1,36m ² por aluno | 45m ² , ou 1,5m ² por aluno |
| <i>Pé direito</i> | 2,7m | 3m |
| <i>Número de carteiras</i> | 30 | até 25 alunos |
| <i>Iluminância média para tarde (15h)</i> | 190 lux | 500 lux |
| <i>Ruído total (dB) em sala vazia</i> | 62dB em média | 30dB |
| <i>Revestimento do piso</i> | Cerâmica clara, refletância 30%, piso reverberante | 30 a 50% de refletância, piso absorvente |
| <i>Revestimento das paredes</i> | Cerâmica clara (50%) + tinta acrílica azul clara (50%), refletâncias em 30% e 50% | Material sem brilho, tinta acrílica fosca, 40 a 60% de refletância |
| <i>Revestimento do teto</i> | Teto em laje, emassado e pintado de branco – 70% de refletância | Painéis acústicos e/ou forro de gesso acartonado |
| <i>Mobiliário – mesas e cadeiras</i> | Material em pvc azul royal, com superfície brilhante | Superfície fosca, clara |

Tabela 4 – Levantamento dos elementos contidos na sala de aula (estudo de caso)

Fonte: a autora

O levantamento do espaço foi realizado utilizando uma trena, com uso de croquis demarcando as aberturas. Para o levantamento lumínico foi utilizado um luxímetro digital da marca Akso, devidamente calibrado, em pontos distintos da

sala de aula, com uma distância de 1,6m do chão, obtendo um valor aproximado, com diferença mínima entre 0,1 e 0,2 lux entre um ponto e outro. As aberturas das janelas são cobertas com persianas durante quase todo o tempo, reduzindo significativamente a iluminação do espaço. Para o levantamento acústico foi utilizado um decibelímetro digital da mesma marca anterior, também calibrado, em horários distintos, pela manhã e à tarde, no horário do intervalo para avaliar condição extrema de ruído externo e condição mínima de ruído interno. Foram colhidos valores de 62dB próximo as aberturas e 50,20dB em paredes opostas às aberturas. O cálculo de reverberação total foi feito a partir de tabela pré configurada, obtendo um tempo de reverberação de 1,77s para sons agudos, nível muito superior ao da norma NBR 15575/2013 que coloca como tempo de reverberação ótimo de 0,4s. Para os cálculos são considerados os materiais de revestimento, o volume da sala, os objetos e a quantidade de pessoas que ali ocupam.

7.2 Discussão

Observou-se que muitos dados são discrepantes com aspectos das normas. A iluminação é bastante inferior à adequada para salas de aula, o que pode interferir diretamente na dificuldade de concentração dos alunos e no cansaço visual. A disposição de mesas e cadeiras segue o modelo tradicional, esperado dentro da linha pedagógica da escola, porém sabe-se que este tipo de disposição em nada contribui para o aprendizado dos alunos com determinadas necessidades, salientando principalmente o aluno surdo, que acaba por se isolar em determinada posição da sala e o que contribui no processo de exclusão social do mesmo. O material de revestimento em PVC brilhante, que além de contribuir no ofuscamento, possui cor forte, que não é ideal para salas de aula. O número de alunos na sala acaba por exceder a quantidade permitida, o que gera falta de espaço, ruído e desatenção, além da sobrecarga ao professor, que acaba por não poder dar a atenção necessária ao aluno com deficiência. E por último, em relação à acústica, algumas diretrizes simples poderiam alterar o quadro do ambiente, como a troca do piso por vinílico, o uso de placa de gesso acartonada no teto e a retirada da cerâmica das paredes e troca por alvenaria lisa pintada.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação pedagógica precisa ter como aliada um espaço que colabore para a inclusão e para a aprendizagem do aluno. É necessário que haja uma integração entre as intenções pedagógicas da escola e o projeto do espaço escolar.

Compreende-se que um projeto de interiores focado nos seus usuários, colabora para que este espaço seja integrativo e inclusivo. A metodologia deafspace

colabora para que se compreenda quais necessidades uma pessoa com deficiência auditiva pode ter em um espaço escolar e pode servir de norte para projetos que tenham a inclusão como meta. O design universal é uma forma de pensar que se alinha diretamente com a construção desse espaço inclusivo e pode andar de mãos dadas com essa metodologia.

Espera-se que as escolas possam compreender que inclusão vai além de uma metodologia didática. O espaço conversa com o usuário de uma forma violenta ou acessível, a depender do planejamento dispendido a ele. Sendo assim, uma sala de aula pode contribuir sobremaneira na forma do aluno aprender, se ver e ver o outro.

REFERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/CIE 8995-1: Iluminação de ambientes de trabalho: parte 1: interior.** Rio de Janeiro, 2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14006: Móveis escolares: cadeiras e mesas para conjunto aluno individual.** Rio de Janeiro, 2008

BERGMILLER, Karl Heinz. **Ensino fundamental: mobiliário escolar.** Brasília: FUNDESCOLA – MEC, 1999. 70 p.

BRASIL. GOVERNO DO BRASIL. **Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência.** 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculadas-dos-alunos-com-deficiencia>> . Acesso em: 10 set. 2018.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. **Projeto e construção do centro de atenção ao desenvolvimento educacional de Santo André segundo os princípios do desenho universal e sustentabilidade.** In: ORNSTEIN, Shiela Walbe; PRADO, Adriana R. de Almeida. **Desenho Universal: caminhos para a acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010. Cap. 2, p. 143-152

CARVALHO. Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 152 p.

CHIAMBRETTO, Alessia; TRILLINGSGAARD, Asta Kronborg. **Deaf Space: individuality + integration.** Washington D.C., USA: Gallaudet University, 2016, '171p.

COSTA, Mayara. **Graus de perda auditiva.** Deaf Note, 2016. Disponível em: <<http://www.deafnotebr.blogspot.com/2016/03/graus-de-perda-auditiva.html>> . Acesso em: 30 jan. 2020

DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, Regina A. A acessibilidade como fator de construção do Lugar. In: ORNSTEIN, Shiela Walbe; PRADO, Adriana R. de Almeida. **Desenho Universal: caminhos para a acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010. Cap. 2, p. 81-94

FRANSOLIN, Liorne Cristina et al. **O jogo da arquitetura: discutindo a acessibilidade para surdos.** In: **VI Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral.** São Paulo: Blucher, vol. 2, n. 7, p 512-528, maio 2016. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-jogo-da-arquitetura-discutindo-a-acessibilidade-para-surdos-22647>>. Acesso em: 05 abr. 2017

GAUDIOT, Denise Maria Simões Freire. **Sala de aula para surdos: recomendações ergonômicas.** Dissertação (mestrado em Design). Recife, PE, Universidade Federal de Pernambuco, 2010. 134p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3348>> Acesso em: 02 jan. 2020

HYBNER, Juliana Mara B. M. **Análise da iluminação em salas de aulas de escolas da rede de ensino públicas das superintendências regionais de ensino de Juiz de Fora, Ponte Nova e Ubá, MG.** Dissertação (mestrado). Viçosa, MG, Universidade Federal de Viçosa, 2015. 145p. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/7662>> Acesso em: 24 set 2018

JOHNSON, Charlene A. **Articulation of deaf and hearing spaces using deaf spaces design guidelines: a Community based participatory research with the Albuquerque Sign Language Academy.** Dissertação (mestrado). New Mexico, USA: University of New Mexico, 2010. 89p. Disponível em: <http://digitalrepository.unm.edu/arch_etds> Acesso em: 10 nov. 2018

LOPES, Maria Elisabete; BURJATO, Ana Lucia Pinto de Faria. *Ergonomia e acessibilidade.* In: ORNSTEIN, Shiela Walbe; PRADO, Adriana R. de Almeida. **Desenho Universal: caminhos para a acessibilidade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010. Cap. 1, p. 69-79

MEDEIROS, Ana Thereza Faria de; ELALI, Greice Azambuja. *A percepção de surdos como subsídio ao projeto: um estudo com o uso de maquete física.* In: **VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído & VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral.** São Paulo: Blucher, vol. 4, n. 2, p. 11-22, maio 2018. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-list/eneac-303/list#articles>> . Acesso em: 12 set. 2018

MONT'ALVÃO, Cláudia. *A ergonomia do ambiente construído no Brasil.* In: MONT'ALVÃO, Cláudia; VILLAROUÇO, Vilma. **Um novo olhar para o projeto: a ergonomia do ambiente construído.** Teresópolis, RJ: 2AB, 2011. Cap. 1, p. 13-24

MOREIRA, Ilda da Piedade Almeida. **Reabilitação auditiva em crianças com surdez neurossensorial severa/ profunda.** 2009. 66f. Dissertação (mestrado integrado em Medicina) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, Coimbra, 2009. Disponível em: <<http://ubibliunum.ubi.pt/bitstream/10400.6/988/1/VERS%C3%83O%20FINAL%20DA%20TESE%20DE%20MESTRADO%20PARA%20IMPRIMIR.pdf>> Acesso em: 12 set 2018

PEREIRA, Rachel de Carvalho. **Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social.** Rio de Janeiro: Revinter, 2008. 88 p.

SOUZA, Ubiratan da S. R. *Ergonomia, arquitetura, design: acessibilidade e direitos humanos.* In: BITENCOURT. Fábio (org.). **Ergonomia e conforto humano: uma visão da arquitetura, engenharia e design de interiores.** Rio de Janeiro: RIOBOOK's, 2017, cap. 7, p. 181-262

SEEP et al. *Acústica de salas de aula.* In: **Revista de acústica e vibrações**, n.29. Santa Maria, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, julho/2002. Disponível em: <<http://acustica.org.br/revistas2/>> Acesso em: 02 out. 2018

ACADEMIC CANVAS: UMA FERRAMENTA VISUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Data de aceite: 27/03/2020

Heleno Almeida Lima

Faculdade Martha Falcão Wyden – FMF WYDEN
Manaus - Amazonas

RESUMO: Muitas vezes, a maior dificuldade ao iniciar um trabalho científico é estruturar de forma clara e concisa conteúdos e objetivos, para, posteriormente, apresentar uma ideia de pesquisa a um provável orientador/patrocinador. A ferramenta *Academic Canvas* foi aplicada em uma oficina para alunos de graduação e pós-graduação, por meio da metodologia pesquisa-ação combinada à análise de grupo focal. O objetivo da oficina era determinar se a ferramenta *Academic Canvas* era válida como ferramenta inicial para a elaboração de um documento de pré-projeto escrito. Concluiu-se, após a aplicação da oficina, que a ferramenta é uma alternativa válida para a elaboração de um pré-projeto, porém necessitava de pequenos ajustes visuais em sua estrutura.

PALAVRAS-CHAVE: Project model canvas; Ensino superior; Planejamento científico; Metodologia.

ABSTRACT: Very often, the greatest difficulty

when starting a scientific work is to structure contents and objectives clearly and concisely, to later present a research idea to a likely advisor / sponsor. The Academic Canvas tool was applied in a workshop for undergraduate and graduate students, using action research methodology combined with focus group analysis. The workshop's objective was to determine whether the Academic Canvas tool was valid as an initial tool for preparation of a written pre-project document. It was concluded, after the workshop, that the tool is a valid alternative for the elaboration of a pre-project, though it needed small visual adjustments in its structure.

KEYWORDS: Project model canvas; College education; Scientific planning; Methodology.

1 | INTRODUÇÃO

Escrever um pré-projeto científico é um trabalho metódico, que exige organização, tempo, técnicas e ferramentas adequadas para se apresentar uma ideia. O pré-projeto de pesquisa, em alguns casos, pode chegar a mais de 10 páginas. A ferramenta proposta desenvolve o tema em apenas uma página.

A metodologia utilizada inicialmente foi pesquisa-ação e, posteriormente, grupo focal.

Neste último, foi realizada uma oficina de 3 horas no dia 8 de maio de 2019, em um evento de natureza científica, onde foi possível observar e analisar o uso da ferramenta, coletar opiniões e, por fim, validar a ferramenta *Academic Canvas*.

2 | ACADEMIC CANVAS

Para a construção do *Academic Canvas* foram considerados itens a partir da análise de Moretti (2019), tendo sido possível identificar aqueles básicos, mais comuns e presentes nas estruturas de modelos/documentos de proposta de pesquisa nas seguintes instituições federais de ensino superior (IES): Tema, Problema da pesquisa, Justificativa, Objetivos, Metodologia, Referências Bibliográficas e Referencial Teórico. Em seguida, o desenvolvimento visual do Academic Canvas partiu da análise visual e estrutural do Project Model Canvas elaborada por Finocchio (2013, p.33), em seguida refinada por Moretti (2019) que analisa diversos documentos (modelos de pré-projeto para graduação e pós-graduação) utilizados em IES. E por fim, a construção visual de um framework (quadro), utilizando ícones para rápida localização, preenchimento e compreensão das áreas do Canvas.

| Título: Artigo, TCC, Tese, Dissertação ou Pesquisa Científica | | | | |
|--|--|--|--|---|
| Tema de Interesse  | Delimitação do Tema  | | Relevância do Tema  | |
| Escreva aqui | Escreva aqui | | Escreva aqui | |
| Pergunta da Pesquisa  | | | | |
| Palavras-chave  | Objetivo Geral  | Objetivos Específicos  | Referencial Teórico  | Bibliografia  |
| Escreva aqui | | Escreva aqui | Escreva aqui | Escreva aqui |
| Escreva aqui | | Escreva aqui | Escreva aqui | Escreva aqui |
|  Observações ou Parecer do Avaliador | | | | |

Figura 1: *Academic Canvas* – Framework utilizado na oficina prática

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Até então, o *Academic Canvas* havia utilizado com sucesso em orientações iniciais de TCC entre os anos 2017, 2018 e 2019. Com o objetivo de testarmos e validarmos essa ferramenta, inscrevemos a mesma sob a forma de oficina prática, intitulada “Como Formatar visualmente sua ideia de TCC/Pesquisa/Artigo Científico”, na Mostra Pesquisa em Ciência e Tecnologia (MPCT) em uma instituição de ensino

| Título: Artigo, TCC, Tese, Dissertação ou Pesquisa Científica | | | | |
|--|--|---|---|---|
| Tema de Interesse  Área, setor, espaço de intervenção desejado. | Delimitação do Tema  Especifique detalhes sobre a área desejada para a pesquisa | | Relevância do tema  Por que seu tema é importante? | |
| Pergunta da Pesquisa  Formular uma pergunta que a sua pesquisa, artigo científico ou TCC deve responder. | | | | |
| Objetivo Geral  Guia da pesquisa/projeto/artigo. Deve ser somente um. Usar verbo que expresse ação. | Objetivos Específicos  Usar verbo que explique o será feito. Mínimo 3. | Palavras-chave  Dever ser relacionada a cada objetivo específico correspondente. | Referencial Teórico  Conteúdo que irá se interligar à palavra-chave corresponde na pesquisa. | Bibliografia  Livros, Artigos, Vídeos, Resenhas entre outros focados na palavra-chave correspondente |

Figura 4: *Academic Canvas* remodelado após os resultados, e observações na oficina

4 | CONCLUSÕES

A ferramenta *Academic Canvas*, formulada a partir da ferramenta *Project Model Canvas* foi considerada válida a partir dos resultados da oficina. A mesma estimulou os participantes a escrever, integrar e inter-relacionar todo o conteúdo de seus trabalhos científicos ao resultado que desejam. Alguns confessaram que nunca tinham imaginado compreender o trabalho de forma tão completa, e disseram que iriam repensar alguns detalhes do trabalho até então feito. A análise a partir do *grupo focal* se mostrou adequada. Após o uso da ferramenta grupo focal, o layout do Canvas foi implementado com mudanças (figuras 3 e 4) no sentido de melhorar a cognição visual, a escrita científica e interpretação do *Academic Canvas* por qualquer candidato à pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

FINOCCHIO JR, José. **Project Model Canvas: gerenciamento de projetos sem burocracia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ensiever, 2013.

MORETTI, Isabela. **Pré-projeto de pesquisa: aprenda como fazer em 7 passo**. ViaCarreira. 2019. Disponível em: <<https://viacarreira.com/pre-projeto-de-pesquisa/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PAZMINO, Ana Verônica. **Como se cria: 40 métodos para design de produtos**. São Paulo: Blucher, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 23ª edição, 2007.

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA: A PERSPECTIVA DOS(AS) LICENCIANDOS(AS) EM SUA FORMAÇÃO INICIAL

Data de aceite: 27/03/2020

Data de submissão: 07/03/2020

Luciana de Lima

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual
Fortaleza – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/2967595851995266>

Deyse Mara Romualdo Soares

Universidade Federal de Alagoas, Mestrado em
Educação
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/5340066778060462>

Gabriela Teles

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual
Fortaleza – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1214581585779119>

Robson Carlos Loureiro

Universidade Federal do Ceará, Instituto
Universidade Virtual
Fortaleza – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/0813145478267268>

RESUMO: A pesquisa tem o objetivo de descrever de que forma os(as) licenciandos(as) da Universidade Federal do Ceará (UFC) compreendem como uma aula pode acontecer,

fazendo-se uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), integrando-as no processo de ensino-aprendizagem. Desenvolve-se uma investigação de abordagem qualitativa caracterizada como Pesquisa Exploratória. A unidade de análise é composta por dezesseis licenciandos(as), de diferentes áreas de formação, vinculados à disciplina Tecnodocência ofertada no segundo semestre de 2018 na UFC. Subdivide-se em três etapas: planejamento, coleta e análise de dados. A coleta de dados ocorre a partir do questionário de sondagem disponibilizado aos(as) licenciandos(as) no início da disciplina. Na análise dos dados aplica-se a interpretação direta dos dados obtidos, pautados na compreensão da integração e uso das TDICs em sala de aula. Evidencia-se que os(as) licenciandos(as) iniciam a disciplina com dificuldade em compreender a integração das TDICs na prática docente em sala de aula, observando que seu uso se vincula ao papel do professor com apresentação de conteúdos, vídeos e *slides*. Pretende-se dar continuidade à pesquisa, mediante coleta e análise de dados da disciplina, nos semestres subsequentes.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, Formação inicial, Licenciatura, Sala de aula.

THE USE OF DIGITAL COMMUNICATION AND INFORMATION TECHNOLOGIES IN CLASSROOM: THE UNDERGRADUATES PERSPECTIVE IN INITIAL TRAINING

ABSTRACT: The research aims to describe how the undergraduate students of the Federal University of Ceará (UFC) understand how a class can happen, using Digital Information and Communication Technologies (DICT), integrating them in the teaching-learning process. An investigation with a qualitative approach is developed, characterized as Exploratory Research. The analysis unit is composed of sixteen undergraduates, from different training areas, linked to the discipline Technoteaching offered in the second semester of 2018 at UFC. It is subdivided into three stages: planning, data collection, and analysis. Data collection occurs from the survey questionnaire made available to undergraduate students at the beginning of the course. In the analysis of the data, the direct interpretation of the obtained data is applied, based on the understanding of the integration and use of DICT in the classroom. It is possible to realize the undergraduate students start the discipline with difficulty in understanding the integration of DICT in the teaching practice in the classroom, noting that its use is linked to the role of the teacher with the presentation of content, videos, and slides. It is intended to continue the research, by collecting and analyzing data from the discipline, in the subsequent semesters.

KEYWORDS: Digital Information and Communication Technologies, Initial Training, Graduation, Classroom.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade está ficando cada vez mais complexa e, com isso, é importante considerar que o aluno já não é mais o mesmo e não atua como antes, porquanto, ele vive na cultura digital, preferindo as telas do que materiais impressos; com essa complexidade, se as pessoas não estiverem preparadas terão muita dificuldade para navegar no mar de informações e de novas situações que estão surgindo (VALENTE, 2018).

É relevante considerar que o impacto das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na sociedade atual promoveu o surgimento de uma nova forma de organização econômica, social, política, cultural e educacional. O impacto das TDICs modifica em grande medida o cenário escolar e leva os processos educacionais para além das paredes da escola (COLL; MONEREO, 2010).

No entanto, na prática escolar que utiliza equipamentos tecnológicos de última geração, pouco se alterou o processo de ensino e aprendizagem. As escolas permanecem, em geral, com as mesmas propostas e grades curriculares; a mesma segmentação disciplinar dos conteúdos; a mesma carga horária. Os professores continuam utilizando as mesmas estratégias, fortemente baseadas na fala e na

exposição oral do conteúdo (KENSKI, 2013).

Porquanto, embora as instituições de ensino possam contar com aulas de informática ou possam estar conectadas à internet e utilizarem recursos tecnológicos, não estão conectadas e integradas entre elas; estão conectadas, nas palavras de Aparici (2012, p. 7) “com o docente para repetir o mesmo de sempre, apesar de a tecnologia permitir mais que a mediação, coordenação ou supervisão de tarefas pedagógicas”.

Direcionando essa afirmação diante da perspectiva da formação inicial do professor, pode-se pensar na proposta de um professor intelectualmente bem formado, com capacidade para refletir e interagir com as informações e as inovações e com autonomia para pensar e reprogramar a sua própria prática, saber identificar seus limites e buscar as mais adequadas formas de atualização pedagógica e cultural para obter melhores resultados no seu desempenho profissional (KENSKI, 2013).

A pesquisa pauta-se em responder a seguinte questão de investigação: de que forma os(as) licenciandos(as), no processo de formação inicial, pensam em como uma aula pode acontecer fazendo-se uso das tecnologias digitais?

O contexto de investigação ocorre em uma disciplina que, a partir de 2015, foi inserida pela UFC como disciplina optativa para todos os cursos de Licenciatura presencial: a Tecnodocência. Apresenta como objetivo integrar os conteúdos teóricos às atividades práticas da docência com o desenvolvimento de planejamentos e Materiais Autorais Digitais Educacionais (MADEs) integrados às TDICs.

Diante desse cenário, a pesquisa tem como objetivo descrever como os(as) alunos(as) de cursos de Licenciatura, da disciplina optativa Tecnodocência, ofertada pela UFC, no segundo semestre de 2018, compreendem como uma aula pode ocorrer fazendo-se uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), integrando-as no processo de ensino-aprendizagem. Utiliza-se, para este fim, a Pesquisa Exploratória como metodologia.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

As transformações surgidas pelas inovações tecnológicas e, conseqüentemente, pela cultura digital estão afetando todos os seguimentos da sociedade atual, exceto a educação que continua secular, ainda baseada nos modelos tradicionais de transmissão da informação. Contudo, a falta de interesse demonstrada pelos alunos, os altos índices de evasão e a repetência têm levado as instituições de ensino, tanto do básico quanto do superior, a repensar seus processos de ensino e de aprendizagem na cultura digital (VALENTE, 2018).

Importa considerar que as novas formas de comunicação, realizadas mais

rapidamente, levam o campo da educação a enfrentar novos desafios decorrentes da necessidade e do desejo de integrar as tecnologias às práticas educativas (ALMEIDA; SILVA, 2011). Porquanto, as possibilidades tecnológicas atuais (de criar, ensinar, construir, entre outras) devem ser compreendidas pelos profissionais como ferramentas a serem exploradas, no intuito de trazer para o debate toda a sociedade envolvida com o ensino, de forma a agregar e multiplicar o interesse pelos temas a serem debatidos, passando por uma reforma nos currículos escolares e da academia (KENSKI, 2013).

No entanto, a escola e a grande maioria das instituições de ensino superior, ainda não estão inseridas na cultura digital. Enquanto gestores, professores e alunos, fora dos muros das instituições de ensino, vivenciam a cultura digital, a sala de aula ainda não faz parte dessa cultura (VALENTE, 2018). As tecnologias não mudaram a maneira como o currículo é desenvolvido e nem alteraram os processos de ensino e de aprendizagem. As mudanças na educação estão distantes do que acontece nos demais segmentos da sociedade.

Apesar disso, a própria cultura digital e o aluno que nela vive, estão contribuindo para que as instituições de ensino, especialmente do ensino superior, repensem seus processos de docência, aprendizagem e currículo. Assim, maiores desafios são apresentados aos cursos de Licenciatura que formam os futuros professores, refletindo-se sobre o uso pedagógico e didático das tecnologias digitais nos contextos de ensino e aprendizagem (MERCADO, 2013). Porquanto, em um mundo conectado pelas tecnologias, a imagem de um professor transmissor de informação, protagonista central das trocas entre seus alunos e guardião do currículo, começa a entrar em crise (COLL; MONEREO, 2010).

Considerando os apontamentos de Tardif (2007), a docência não se fundamenta somente em conhecimentos disciplinares e de conteúdo, mas envolve habilidades, como as consideradas pelos contextos sociais em que se insere o profissional docente. Como exemplo do uso proficiente das TDICs em sua profissionalização, percebe-se a eminência de se consolidar as formações docentes com o intuito de integrá-las em suas ações de ensino, aprendizagem e avaliação.

Segundo o autor, na formação de professores encontra-se uma característica de fragmentação dos saberes. Ainda não integra as tecnologias digitais em seu currículo de forma a torná-las inerentes aos saberes específicos de cada área. Esse fato se repercute na atuação do(a) licenciando(a) quando se torna professor(a) (TARDIF, 2007).

Marinho e Lobato (2008) centraram suas pesquisas nos saberes necessários aos professores para o uso das TDICs. Realizando uma pesquisa junto a professores formadores, os autores constataram o uso “limitado” das TDICs nas salas de aula dos cursos de Licenciatura, sendo o computador utilizado como uma “máquina de

escrever moderna”. Com base nesta constatação, os autores afirmam que, formados em espaços com pouco ou nenhum uso dessas tecnologias, os futuros professores da Educação Básica provavelmente não levarão para as suas salas de aula práticas que “avançam” no uso dos computadores e da Internet. Sugerem pensar em estratégias que permitam “melhor incorporar o computador nas licenciaturas” (MARINHO; LOBATO, 2008, p. 07).

Sendo assim, considera-se que a escola e as universidades precisam ser redimensionadas para atender às demandas atuais. Esse redimensionamento passa pela reavaliação do papel do professor, e, conseqüentemente, pela formação inicial dos futuros professores. Os cursos superiores de Licenciatura precisam preparar os futuros docentes para o uso eficaz das tecnologias digitais, contribuindo com o aluno no desenvolvimento das capacidades cognitivas que são requeridas para que se concretizem os processos de ensino e de aprendizagem (COLL; MONEREO, 2010).

As licenciaturas, espaços da formação inicial dos professores, ainda agem como se as tecnologias digitais não existissem, ou seja, pouco se preocupam em disponibilizar aos graduandos disciplinas que os ensinem a lidar com essas tecnologias e a utilizá-las como recurso em atividades de ensino e de aprendizagem (MARINHO, 2006).

Dessa forma, os docentes são (en)formados, seguindo um modelo fechado, pretensamente acabado e determinado em suas verdades (LIMA; LOUREIRO, 2016).

3 | METODOLOGIA

A investigação de abordagem qualitativa utiliza como metodologia a Pesquisa Exploratória, pois busca-se proporcionar maior familiaridade com o problema da formação inicial dos(as) licenciandos(as), considerando o levantamento bibliográfico e um questionário como instrumento de coleta de dados (GIL, 2010).

A unidade de análise corresponde a dezesseis (16) estudantes de Licenciatura, cursando a disciplina Tecnodocência, ofertada pela Universidade Federal do Ceará, no segundo semestre de 2018. Escolha feita devido serem alunos(as) em formação inicial para, possível e futuramente, atuarem como docentes. Desse cenário destacam-se os seguintes aspectos: 56,3% são do gênero feminino; 62,5% cursam do sexto ao décimo semestres; sobre as áreas às quais tais licenciandos(as) estão vinculados, observa-se a presença dos seguintes cursos: Ciências Biológicas (43,8%), Letras (25,0%), Pedagogia (6,3%), Física (6,3%), Ciência da Computação (6,3%), Geografia (6,3%) e Música (6,3%).

Os sujeitos da pesquisa foram consultados mediante a aplicação do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC. São utilizados os dados apenas dos que consentiram em participar da investigação.

A respeito da disciplina Tecnodocência, apresenta como objetivo integrar os conteúdos teóricos às atividades práticas da docência com o desenvolvimento de planejamentos de aula e Materiais Autorias Digitais Educacionais (MADEs) integrados às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), bem como a articulação de aplicação dos conhecimentos em sala de aula de escola pública com alunos da Educação Básica. As propostas de aula desenvolvidas apresentam características interdisciplinares integradas às TDICs com dois ou mais cursistas de áreas diferentes atuando concomitantemente em sala de aula. É ofertada semestralmente para alunos da UFC.

A pesquisa está concebida em três (3) etapas: planejamento, coleta e análise de dados. Na primeira etapa, baseada em uma pesquisa bibliográfica, realizou-se um estudo em artigos, dissertações e livros, sobre as categorias que compõem a pesquisa: tecnologias digitais, uso das TDICs em sala de aula, TDICs integradas aos conteúdos curriculares.

A segunda etapa deu-se por meio do acesso aos arquivos da disciplina Tecnodocência no *Google Drive*, em que constavam o questionário de sondagem com as respostas dos(as) licenciandos(as), disponibilizados logo no início da disciplina por meio de formulário.

Utilizou-se o questionário de sondagem para perscrutar os conhecimentos prévios dos(as) licenciandos(as), a respeito da seguinte questão: *Como você pensa que uma aula pode acontecer fazendo-se uso das tecnologias digitais?*

A terceira etapa consistiu na análise das respostas dos(as) licenciandos(as). Aplicou-se uma análise interpretativa dos dados, tendo como foco sua compreensão sobre as TDICs e seu uso em sala de aula, verificando de que modo e sob qual concepção pedagógica os discentes fundamentaram sua compreensão de ensino de conteúdos mediados pelas tecnologias digitais.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a preservação da identidade dos sujeitos da pesquisa utiliza-se a letra “L” seguida do número indo-arábico para a representação de suas respostas escritas. A aplicação do questionário de sondagem ocorreu em 09 de agosto de 2018.

Mediante a análise dos dados coletados, quanto à compressão dos(as) licenciandos(as) sobre como ocorreria uma aula fazendo-se uso das TDICs observa-se que, em geral, propuseram uso de recursos e ferramentas digitais, não obstante,

sem descrever como poderiam utilizá-las, integrando-as aos conteúdos de sua área específica, dialogando com metodologia e concepção pedagógica:

“Trazendo a tecnologia para aplicação de conceitos” (L3);

“Através de programas, jogos, app entre outras coisas” (L14);

“Fazendo uma aula criativa, diferenciada e interativa” (L5).

A utilização das TDICs em sala de aula funciona como facilitadora dos processos de ensino e de aprendizagem, auxiliando assim o processo de transmissão do conhecimento (MORAN, 2002). As contribuições que as TDICs podem gerar a esses processos são muitas, mas, para que isto aconteça, é fundamental o papel do professor. Contudo, a tecnologia digital não pode ser exclusivamente uma ferramenta, afinal, isso faz com que a escola continue a mesma trocando o giz por lousa digital. Porquanto, o potencial das TDICs está em sua utilização por alunos e professores nas práticas educacionais que transcorrem nas salas de aula, em função dos usos que fazem delas (COLL; MONEREO, 2010).

Outros(as) licenciandos(as) explicaram sobre a utilização das tecnologias digitais em sala de aula, desviando-se da pergunta de investigação sobre como eles pensavam uma aula utilizando-as:

“As tecnologias digitais se propõem a trazer facilidade e praticidade nas ações cotidianas. Além disso, tornar a aula mais atrativa para os estudantes pode ser de grande importância para o atingimento dos objetivos pensados” (L12);

Segundo Marques, Gomes e Gomes (2017), a presença pedagógica das TDICs, no ambiente escolar, é pouco significativa e seu potencial é pouco explorado nos processos de ensino e de aprendizagem, em distintos níveis, do Básico ao Superior. A presença dessas tecnologias produz novos padrões de comportamentos, relacionamentos pessoais e sociais que refletem diretamente da adoção de novos tipos de formação e escolarização (KENSKI, 2013).

Um(a) licenciando(a) afirmou que a aula poderia acontecer da mesma forma que uma aula ocorre sem as Tecnologias Digitais:

“Da mesma maneira que as demais” (L9).

O papel de um professor, pensado como transmissor de informação, no contexto atual, deixa de fazer sentido, porque as necessidades são outras. Dessa forma, é preciso a articulação das demandas do contexto social em relação às práticas pedagógicas. Coll e Monereo (2010) colocam que, atualmente, inicia-se uma compreensão sobre a importância das competências nos processos de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma articulação que envolvem competências relacionadas ao uso das TDICs, mobilizando múltiplos recursos cognitivos, dentre eles saberes, capacidades, valores e atitudes.

Verifica-se a palavra “integração” em algumas respostas: “Através das observações dos alunos, do conhecimento sobre seus hábitos com os recursos digitais que possuem acesso e, buscando a integração destes em sala de aula” (L8);

A integração das TDICs na educação caracteriza a inserção da cultura digital na escola, espaço de coletividade e sociabilidade, exercendo uma força estruturante para que este espaço escolar se transforme e atenda às mudanças promovidas na sociedade pelo avanço tecnológico. A metodologia utilizada pode tornar significativa ou não a integração das TDICs nas práticas docentes, pois, não se trata de inseri-las em lugar dos artefatos presentes tradicionalmente na sala de aula, ou de inseri-las como mais um recurso disponível; faz-se necessária uma transformação no processo educacional, nas práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar para uma efetiva integração das TDICs, transformando, conseqüentemente, as práticas sociais, graças às possibilidades de comunicação, interação e produção que oferecem (ALMEIDA; SILVA, 2011, p. 3).

Convém, portanto, considerar as tecnologias digitais como ferramenta cultural. O nível de familiaridade está relacionado ao uso de artefatos que uns e outros realizam e que são diferentes em função do nível de experiência. Quando questionados, outros(as) licenciandos(as) demonstraram que não compreendiam como poderia ocorrer uma aula utilizando-se as tecnologias digitais no ensino e na aprendizagem dos alunos, afirmando que não obtiveram formação em seus cursos sobre o uso das TDICs na sua futura profissão como docente; justificaram, também, não terem tido alguma prática como docente, utilizando-as em sala de aula.

Em alguns casos, citaram como referência os laboratórios de informática para ocorrer o uso das TDICs no ensino, limitando-o como o espaço para a prática docente em que pode ocorrer com o uso das tecnologias digitais.

“Ainda não tive uma oportunidade de utilizar esses meios em sala de aula, mas acredito que se tiver um foco e planejamento, dá pra experimentar muita coisa de diversas áreas” (L6);

Acentua-se que, assim como o professor necessita de conhecimentos específicos (tais como Matemática, Física e Química) e de conhecimentos pedagógicos gerais para exercer a sua profissão na escola, necessita, também, de conhecimentos pedagógicos do conteúdo nos quais se incluem os saberes relacionados às tecnologias (GATTI; BARRETO, 2009).

O uso inteligente do computador não lhe é um atributo inerente, mas está vinculado à maneira como se concebe a tarefa na qual será utilizado, pois é o contexto de atividade que determina as metas das práticas educacionais. De acordo com Coll e Monereo (2010), a incorporação das TDICs na educação não transforma nem melhora automaticamente os processos educacionais, mas, modifica

substancialmente o contexto no qual ocorrem esses processos e as relações entre os alunos, os professores, as tarefas e os conteúdos de aprendizagem.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se relevante refletir sobre a incorporação das TDICs no currículo das universidades na formação inicial dos professores, para que possam manejá-las e integrá-las no processo de ensino e aprendizagem dos(as) licenciandos(as). Dessa forma, cada professor atuante na formação docente será considerado um exemplo para o licenciando, a partir de sua própria prática.

Considera-se que é na formação inicial que o docente precisa conhecer novos métodos de ensino. Por isso, não basta que uma ou duas disciplinas sejam as únicas responsáveis pelo processo formativo; se o professor deve possuir domínio pedagógico, inclusive acerca das novas linguagens e tecnologias, não será por meio da oferta de uma disciplina optativa que essa lacuna será preenchida.

A instrumentalização dos recursos digitais é importante e necessária; no entanto, a formação precisa ocorrer em nível didático expresso em práticas. Faz-se necessário entender o contexto de sociedade e o que as mudanças tecnológicas estão provocando, no cenário atual, para acompanhar, no mesmo compasso, o que estão fazendo dentro e fora da sala de aula e buscar aproximar esses hábitos como apoio ao estudo e à aprendizagem dos(as) licenciandos(as).

Percebe-se que os(as) licenciandos(as) iniciam o processo formativo em Tecnodocência com dificuldade em integrar as tecnologias digitais na prática docente. Atribuem maior ênfase ao papel do professor, à apresentação dos conteúdos por meio dos recursos e ferramentas digitais. Salienta-se que ao refletir sobre o uso que a educação pode fazer das TDICs em seu benefício, o professor poderá oferecer aos alunos as experiências educacionais que serão necessárias para o seu exercício na sociedade moderna, preparando-os para os papéis que lhes serão exigidos.

Ressalta-se a pretensão de dar continuidade à pesquisa sobre a formação de licenciandos(as), mediante a coleta e a análise de dados da disciplina Tecnodocência, nos semestres subsequentes, aprofundando as investigações sobre o uso das TDICs na docência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B.; SILVA, M. G. M. Currículo, Tecnologia e Cultura Digital: Espaço e Tempo de Web currículo. **E-Curriculum**, v. 7, n.1, p. 1-15, 2011.

APARICI, R (org.). **Conectados no Ciberespaço**. São Paulo: Paulinas, 2012.

COLL, C.; MONEREO, C. (org.) **Psicologia da Educação Virtual**: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e Comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (Coords.). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e tempo docente**. São Paulo: Papyrus, 2013.

LIMA, L. de; LOUREIRO, R. C. A Aprendizagem Significativa do Conceito de Tecnodocência - Integração entre Docência e Tecnologias Digitais. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 14, n. 1, p. 1-10, jul. 2016.

MARINHO, S. P.; LOBATO, W. Tecnologias digitais na educação: desafios para a pesquisa na pós-graduação em educação. In: Colóquio de pesquisa em educação, 6, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2008, p. 1-9.

MARINHO, S. P. P. Novas Tecnologias e Velhos currículos já é hora de sincronizar. São Paulo: **Revista E-Curriculum**, v. 2, n. 3, dez. 2006.

MARQUES, M. C. P.; GOMES, J. P. S.; GOMES, A. J. A. Integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no ambiente escolar. **Ágora**, n. 1, p. 1-15, jul. 2017.

MERCADO, L. P. L. (org) **Integração e gestão de mídias na escola**. Maceió: Edufal, 2013.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em:<http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/dist.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2019.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VALENTE, J. A. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. In: VALENTE, J. A.; FREIRE, F. M.; ARANTES, F. L. **Tecnologias e educação**: passado, presente e o que está por vir. Campinas: Unicamp, 2018, p. 17-14.

STARTUPS E DADOS: DESAFIOS JURÍDICOS FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS

Data de aceite: 27/03/2020

Mateus Catalani Pirani

Prof.º Me. de Universidade Católica de Santos

Fernando Frazão Peres

Acadêmico de Direito

Sueli Molinos Galante

Acadêmica de Direito

RESUMO: O advento de novas tecnologias ocasionou a evolução cotidiana da comunicação e ciências humanas. Nestas áreas, onde se solidificam propostas do empreendedorismo, muitas já saturadas pela concorrência de mercado, surge a necessidade de aludir novas propostas e abordagens que evoluíssem a visão sobre conceitos do mundo jurídico e empresarial. Juntamente com o crescimento e ramificações desta eclosão surge a discussão sobre a utilização de dados para a propagação e maior alcance de resultados, plano no qual se corrobora o *Big Data* e a Lei Geral de Proteção de Dados. Este artigo busca estabelecer uma conexão entre ambos os temas, abrigando uma análise relativa a este arranjo em que se abriga o conceito de *Startups*.

PALAVRAS-CHAVE: *Big Data*. Lei Geral de Proteção de Dados. *Startups*. Evolução de mercado. Novas tecnologias.

ABSTRACT: The advent of new technologies has led to the everyday evolution of communication and the humanities. In these areas, where entrepreneurship proposals are solidified, many already saturated by market competition, the need arises to allude to new proposals and approaches that would evolve the view on concepts of the legal and business world. Along with the growth and ramifications of this outbreak comes the discussion on the use of data for the propagation and broadening of results, a plan in which Big Data and the General Data Protection Law are supported. This article seeks to establish a connection between both themes, providing an analysis of this arrangement and the concept of Startups.

KEYWORDS: Big data. General Data Protection Act. Startups Market evolution New technologies.

1 | INTRODUÇÃO

A população vivencia um cenário em que novas tecnologias estão ganhando cada vez mais espaço em mundo, outrora moderno, atualmente obsoleto. Novas capacitações surgem mediante as novas necessidades de mercado e, conseqüentemente, novos

investidores que alinham novos modelos de negócios em ideias financeiramente rentáveis e que resultam na evolução do mercado, com um forte relacionamento tecnológico.

As *Startups* não são um conceito atual, já existem há alguns anos, mas se concretizam cada vez mais pelo crescente uso das tecnologias atuais, graças ao fenômeno *Internet*. No século passado, estas “empresas jovens” se iniciavam nos porões com ideias revolucionárias para a época, pode-se citar Amazon, Apple, Google, Netflix ou Microsoft como exemplos desta visão de transformar um “objeto de venda” em algo que realmente atenderá aos mais variados públicos. A principal característica de uma *Startup* é manter baixos custos na obtenção rápida e benéfica de lucros e crescimentos.

Nesta esfera, cabe o intento de aludir como ambas as áreas se conectam e geram o tão esperado resultado que as integra. No atual século, citamos exemplos de *Startups* a *Uber* e *Spotify* como empresas que já nasceram no mundo digital e crescem cada vez mais, comprovando a eficácia desta integração.

Entretanto, ressalta-se que as novas tecnologias devem ser acompanhadas desta nova jurisdição, que se fez necessária por conta da própria evolução e advento da *Internet*.

Por meio de pesquisa aplicada nestas áreas, levando em consideração a atualidade do tema e a convicção do crescimento ininterrupto que já causa a reinvenção de grandes empresas para habituar-se à nova era, propõem-se esta análise de como consolidar uma *Startup*, desde seus princípios, e como funciona a jurisdição referente a Proteção de Dados dos consumidores destes novos modelos de negócios.

É correto afirmar que logo seremos protagonistas de novos empreendimentos que mudarão a forma como trabalhamos, estudamos, pagamos contas e vivenciamos momentos de lazer.

2 | LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Evolução: a etimologia desta palavra remete-se ao latim, *evolutio*, ou a “ação de desenrolar pergaminhos”. Assim se definia a primeira forma de adquirir conhecimento e, desde então, muitos caminhos foram percorridos e novas necessidades se formaram. O mundo está sempre passando por evoluções e transformações, novas tecnologias: *Internet*, celular, computadores, tablets, a evolução é constante e muito rápida, e essas transformações mudaram a forma como compramos, fazemos negócios, pagamos contas, estudamos e realizamos várias outras atividades no nosso dia a dia, facilitando e agilizando a vida das pessoas.

Dada evolução fez com que novas formas de armazenamento de Dados Pessoais se definissem, como qualquer informação que possa identificar um indivíduo ou torná-lo identificável. Por conta disso, empresas, enxergando possibilidade de lucro nessa forma de identificação pessoal, passaram a empregar métodos totalmente imorais e abusivos para obter essas informações.

A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD trouxe ao detentor de dados diversos direitos e garantias e, com isso, despertou em empresas a necessidade de mudança. A lei traz princípios constitucionais a serem seguidos, como: boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas. Ademais, sujeita a multas altíssimas aqueles que não seguirem a lei.

Os Dados pessoais, atualmente se comparam à essência de uma pessoa, essa composta por códigos, pseudônimos e que, por meio deles, torna-se possível identificá-la ou torná-la identificável.

Com a modernização da sociedade, o desenvolvimento de ideologias políticas, como o Capitalismo, e a proliferação da Globalização, não há barreiras geográficas para até onde podemos chegar. Os dados viajam através de limites clássicos como: cultura, geografia, economia, política e formam, em sua magnitude, uma enorme rede com ramificações e camadas de informação.

Como dito brilhantemente por Bruno Ricardo Bioni em seu livro Proteção de Dados Pessoais: “No estágio atual, a sociedade está encravada por uma nova forma de organização em que a informação é o elemento nuclear para o desenvolvimento da economia (...)” (BIONI, 2019).

É comum hoje em dia que tudo seja movido por dados pessoais, desde o preenchimento de um cadastro que requer: e-mail, nome, CPF; ou até mesmo no processo de confecção, produção e venda de um produto por lojas de roupas e eletrônicos. Nesse último caso, podemos citar o exemplo da *Nike* que manufatura seus produtos em países como o Vietnã e a China, os comercia em franquias ao redor do globo e, por meio do *feedback* das vendas, cria produtos ou aumenta a produção dos mais queridos do seu público alvo.

A Lei Geral de Proteção de Dados, legislação brasileira sobre o assunto, classifica os dados de acordo com suas características, sendo os sensíveis a modalidade mais intrínseca deles, como definido no inciso II do artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados, são compostos pela: origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referente à saúde ou à vida sexual e dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural.

As sociedades eram classificadas de acordo com sua organização social, como por exemplo, a renomada Era Vitoriana, o período das máquinas e do vapor. Durante

todos os anos de nossa história nunca passamos por esse pico de tecnologia e acúmulo de informação, por isso o nome “sociedade da informação”.

(...) sociedade da informação. A informação é o (novo) elemento estruturante que (re) organiza a sociedade, tal como o fizeram a terra, as máquinas a vapor e eletricidade, bem como os serviços, respectivamente, nas sociedades agrícola, industrial e pós-industrial.” (BIONI, 2019)

Com essas transformações do mundo, e a formalização da “sociedade da informação”, essas evoluções tecnológicas e da sociedade, se consolidaram em um momento denominado de “bolha da *Internet*”.

Esta definição surgiu através de acionistas em referência ao aquecimento do mercado tecnológico da época, com as novas empresas de tecnologia e comunicação baseadas na *Internet*.

Em uma visão de apoio as áreas da tecnologia, surge-se a ideia de um modelo de negócios *online* buscando inovar, com base em um enorme crescimento e lucratividade de empresas como MSN-Hotmail, Google, Yahoo e Amazon. É nesse momento em que surgem as *startups*.

3 | STARTUPS

Esse termo *Startup* inicialmente criado para identificar empresas recém-criadas e rentáveis, teve seu início entre os anos de 1996 a 2001.

No Brasil as *Startups* estão cada vez mais populares, sendo que aqui tivemos os primeiros cases de negócio em 2011.

As *Startups* vêm revolucionando a forma de empreender. Para uma empresa assim ser considerada é preciso se enquadrar em alguns parâmetros, destacando-se como os mais importantes:

- Ter uma proposta inovadora para apresentar ao mercado;
- Ter um modelo de negócio escalável;
- Ser desenvolvida em uma base tecnológica;
- Baixo custo no início das atividades;
- A ideia deve ter potencial em se transformar em negócio.

Uma definição de *startup* muito utilizada atualmente é “um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócio repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza.

Modelo de negócio repetível significa, entregar um produto em escala potencialmente ilimitada, sem muita customização. Escalável porque é possível crescer sem alterar o modelo de negócio. Cenário de incertezas porque não tem como afirmar se aquela ideia de empresa irá dar certo.

4 | O BIG DATA

Em meio às incertezas do investimento, para que tudo ocorra bem e não tenha problemas é preciso elaborar o termo de uso e política de privacidade para regular e resguardar as empresas no mundo virtual assim como definir os objetivos do produto ou serviços oferecidos.

Durante sua explanação, Bruno Bioni, em seu livro cita:

Se em um passado próximo questionava-se qual seria o tamanho do mercado de aparelhos de celulares, pode-se dizer que, com a criação da *Internet* móvel, tais incertezas diluíram-se completamente. (...) Com isso, as pessoas estão, cada vez mais, conectadas. Há uma imbricação entre os ambientes on-line e off-line (...). (BIONI, 2019).

Isso é tão verdade que, grande parte das inovações tecnológicas ou necessitam de dados ou recolhem dados, seja para fins publicitários, para fins de segurança ou até mesmo para a área da saúde, o uso de dados já faz parte dos nossos dias, trazendo consigo benefícios e incertezas como, por exemplo, dúvidas em relação à destinação dos dados.

Porém, com a quantidade massiva de dados e a necessidade de respostas rápidas e precisas do sistema para vários fins, precisávamos de um mecanismo que nos mostrasse novos horizontes. Assim, graças a disseminação da *Internet* e a automação de diversos setores da tecnologia por conta da *Internet* das Coisas, um termo vem ganhando grande notoriedade, o chamado *Big Data*.

O *Big Data*, pode ser definido por 5 (cinco) princípios (5V's): *velocidade, volume, variedade, veracidade e valor*.

Podemos classificar o valor como o investimento que deverá ser realizado pelas empresas para que, futuramente, obtenham lucro. É importante salientar que, dados são valiosíssimos tanto para quem os detêm, tanto para quem os obtêm.

A Forbes, em um de seus artigos chamado *Volume, Velocity, Variety: What You Need to Know About Big Data*, publicado em 2012, define brilhantemente o princípio da velocidade com apenas uma frase:

Você cruzaria uma rua vendado se a última informação que tivesse fosse uma fotografia tirada do tráfego circulante de 5 (cinco) minutos atrás? Provavelmente não, pois a fotografia de 5 (cinco) minutos atrás é irrelevante, você precisa saber das condições atuais para poder cruzar a rua com segurança. (DUMBILL, 2012).

Tomando como base esse raciocínio, as empresas e pessoas naturais que controlam e operam os dados pessoais precisam de informações atuais, dessa forma é importante que eles sejam obtidos com a maior eficiência e velocidade possível.

Para se ter um bom resultado no *Big Data*, é necessário que os dados recolhidos sejam verídicos, ou seja, condizentes com a realidade. Assim, a veracidade permite

que essas informações obtidas não sejam consideradas ineficientes em sua totalidade e não que elas não acarretem atrasos na análise de dados.

A variedade refere-se à procedência dos dados que, para uma análise completa das possibilidades, deverão ser providos das mais diversas fontes, como: registros de compras, GPS, redes sociais, notícias, transações bancárias.

Já o volume implica na quantidade colossal de dados disponíveis na rede e que são disponibilizados todos os dias. O *Facebook*, por exemplo, processa por volta de 500 *terabytes* de dados por dia, armazenando por volta de 300 *petabytes* de informações sobre seus usuários, processados e destinados para diversas aplicações, como: análises de gráficos, aprendizado de máquinas e análises interativas em tempo real.

É por meio desse instituto, o *Big Data*, que a varejista norte americana Target realizava análises preditivas, capazes de, através do comportamento de seus clientes, descobrir muita coisa sobre eles, até mesmo se jovens estavam grávidas ou não, tudo graças ao comportamento das consumidoras da loja.

5 | JURISDIÇÃO

Dentro desse mundo das *startups*, para que se tenha sucesso e organização é necessário observar certas práticas jurídicas a serem seguidas.

A marca, a legislação, tipo de sociedade, acordos de confiabilidade, documentação são algumas dessas práticas, mas devido aos riscos, pela incerteza do negócio, é muito importante haver um planejamento jurídico que de subsídios aos empresários e confiança aos investidores garantindo sucesso e estabilidade no negócio. Caso contrário o empresário pode cometer alguns erros graves e com isso sua ideia de negócio não terá o êxito almejado.

Antes de iniciar o negócio, é importante conhecer a legislação, realizar pesquisa sobre os direitos do consumidor, leis trabalhistas, quais as regras em que se encaixam no negócio que está sendo proposto, verificar as agências regulatórias.

Essa análise é fundamental no início do processo, pois pode haver algum impedimento legal, não permitindo a criação do negócio desejado.

O início de uma startup, surge como uma ideia sem uma estrutura definida. É preciso definir que tipo de modelo societário que melhor se enquadra para a ideia de negócio que está sendo proposto.

Os modelos societários mais indicados para uma startup são MEI – Microempreendedor Individual; EIRELI – Empresa individual de Sociedade Limitada; Sociedade Limitada; AS – Sociedade Anônima.

A opção mais rápida e barata é a do Microempreendedor Individual, mas que se aplica somente quando o empreendedor está começando sozinho, sem sócios e

sem funcionário. Esse modelo de sociedade é indicado para *startups* que estão no início, mas já realizando o trabalho com os primeiros clientes.

A EIRELI é um modelo de responsabilidade limitada, indicada também para quem está iniciando as atividades e sem sócio. O capital social de uma empresa EIRELI deve ser cem vezes o maior salário mínimo Brasileiro.

Uma opção para quem tem um sócio é a Sociedade limitada que além de flexível, o custo é reduzido. É realizado o contrato social que define o acordo de responsabilidade dos sócios.

A Sociedade Anônima é constituída por um Estatuto Social. Essa é a melhor opção para *startups* que buscam investimentos porque permite acionistas.

Pode-se iniciar uma startup com qualquer desses modelos societários, podendo iniciar pelo mais simples e conforme o crescimento da empresa alterar para o modelo da SA.

É preciso definir as responsabilidades e a participação dos sócios. Deve ser criado o contrato social da empresa com cláusulas específicas.

A marca de qualquer empresa é peça fundamental para atrair clientes e virar referência do produto. Existem empresas que utilizam indevidamente a marca de outras empresas e com isso, geram processos judiciais. As marcas devem possuir registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI que dá proteção da marca.

O INPI foi criado em 1970 e é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia e sua missão é estimular a inovação e a competitividade a serviço do desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil, por meio de proteção eficiente da propriedade industrial. O INPI possui os serviços de registro de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia.

6 | AS STARTUPS E O DIREITO

As *startups* não poderiam ficar fora do mundo jurídico, elas criam facilidades para levar informações e agilidade aos processos, visando auxiliar o público, os advogados e os magistrados. Quando uma *startup* é criada, é preciso observar detalhes como a legislação, a marca, os costumes da sociedade entre outros itens. Sempre buscando orientação jurídica para não ter problemas futuros.

Existem itens importantes que juntos fazem parte da imagem da empresa, como os cartões de visita e website que são ferramentas fundamentais para um *startup*.

O acordo de confidencialidade, por exemplo, é importante para garantir o sigilo

e a confidencialidade das informações, documentos ou quaisquer outros dados referentes ao negócio, é o sigilo das informações entre as partes envolvidas.

Devido ao alto risco, detalhes do negócio, burocracias e as leis, é preciso ter um planejamento jurídico que de confiança e subsídios ao empreendedor, garantindo assim uma maior confiança, consolidação e sucesso nos negócios.

Escolher o tipo de tributação adequada também é ponto importante para criação de uma *startup*. No Brasil existem três tipos de regimes tributários: simples, lucro presumido e lucro real, cada uma com suas alíquotas de imposto diferente.

A escolha correta é necessária para evitar que a startup pague imposto maior do que o necessário e impede que tenha problemas de fiscalização, que podem gerar multas.

O risco é alto em uma *startup* e para minimizá-los ao máximo é necessário a orientação de um advogado para que o empresário não cometa erros que podem ser evitados com a análise de um profissional da área jurídica.

O advogado vai indicar qual o melhor caminho a ser seguido, evitando erros e aborrecimentos futuros. Uma escolha errada, pode trazer sérios aborrecimentos e prejuízos financeiros.

7 | CONCLUSÃO

Não podemos negar que as evoluções tecnológicas estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia, as mudanças transformaram e continuam transformando o modo como agimos e pensamos. Com essas indagações, podemos afirmar que já não vivemos sem dados pessoais e isso vem se tornando mais visível a cada dia que passa e que, se olharmos para nossos avanços, chegaremos a um ponto em que casas automatizadas saberão tudo sobre seu morador e lojas terão apenas os produtos que cada cliente específico sonhou.

A Lei Geral de Proteção de Dados veio em um momento pertinente, pois além de estarmos passando por uma inserção enorme de tecnologias ao nosso dia-dia, abusos na obtenção de dados não podiam continuar existindo. Assim, o consentimento torna-se uma chave mestra para uma relação saudável entre o detentor e o obtentor das informações pessoais.

Grandes ideias que ajudam as pessoas a realizar as tarefas de forma mais ágil e com segurança são sempre bem-vindas. É a evolução, o mundo não para, as transformações são necessárias para uma vida melhor.

Banco de dados guardam nossas informações para que futuramente possam ser utilizadas para os mais diversos objetivos, podendo também, se recolhidos de forma veloz, volumosa, variada, verossímil e destinadas ao lucro através do

conhecimento, fazemos análises preditivas e tornamos nossa vida ainda mais fácil, graças ao *Big Data*.

As *startups* estão surgindo em maior número para realizar de uma maneira diferente aquilo que fazíamos sem a tecnologia. No mundo jurídico não poderia ser diferente. As *startups* surgem com inovações para realizar através da tecnologia, procedimentos que dão maior celeridade aos processos e ajudam o público, os advogados, magistrados e todos os envolvidos da justiça.

Infelizmente a justiça brasileira em virtude do grande número de processos e baixo número de magistrados torna o processo moroso. Para combater essa morosidade em 2015 foi fundada a MOL – Mediação Online, primeira plataforma de mediação online do Brasil. Segundo o site mediação online, “a MOL é uma plataforma especializada na resolução, gestão e prevenção de conflitos, para pessoas físicas, empresas e instituições. A missão da MOL é trazer eficiência para o mercado jurídico e democratizar os métodos alternativos de solução de conflitos.” A MOL tem por finalidade encontrar soluções extrajudiciais para os litígios, é considerada um exemplo de *startup* jurídica, que fundamenta a criação de produtos e ou serviços para resolução de problemas legais e jurídicos dando suporte e maior celeridade no relacionamento das pessoas com a lei e com os advogados. Podemos citar também como exemplos de *startups* jurídicas no Brasil o *JusBrasil*, que nasceu com a finalidade de disponibilizar consulta para os operadores do direito, tem hoje por finalidade o acesso do público às informações jurídicas de forma fácil e clara; e a *Nós 8*, *startup* que presta consultoria para outras *startups*. Segundo o site: “NÓS’ é o coletivo de oito amigos dispostos a doar parcela do seu tempo e conhecimento jurídico para quem faz o mundo girar com boas ideias”.

Todos os exemplos acima são *startups* que foram criadas para ajudar a transformar o mundo jurídico. É a evolução tecnológica cada vez mais presente na vida das pessoas, apesar de não sabemos ao certo a que caminho tanta tecnologia nos levará e quais atitudes serão tomadas por nossos governantes, mas é possível garantir que, se bem legislados, os dados pessoais trarão avanços e benefícios inimagináveis ao nosso país e a todo o mundo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Michele. **Concessionária do Metrô de SP é processada por painel que faz reconhecimento facial de passageiros**. Globo, São Paulo, 31 de ago. de 2018. Disponível em: <[https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/31/concessionaria-do-metro-de-sp-e-processada-por-painel-que-faz-reconhecimen to-facil-de-passageiros.ghtml](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/31/concessionaria-do-metro-de-sp-e-processada-por-painel-que-faz-reconhecimen-to-facil-de-passageiros.ghtml)>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.

BIONI, Bruno. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Bolha da internet ontem, startup hoje. Disponível em: <<https://www.adekz.com/post/bolha-da-internet-ontem-startup-hoje>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

BORGES, Rodolfo. **Do CPF na farmácia às redes: como nova lei protegerá seus dados pessoais.** El País, 11 de jul. de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/politica/1531325313_478217.html>. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de agosto de 2018.** Institui a Lei Geral de Proteção de Dados. Brasília, 14 de agosto de 2018.

BROTTO, Natália; RIBEIRO, Aleff. **Startups precisam de respaldo jurídico desde a sua criação.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-10/opiniao-startups-respaldo-juridico-criacao>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

CASTRO, Luiz. **Proteção de Dados Pessoais internacional e brasileiro.** Brasília: Revista CEJ, n. 19, p. 40-45, out/dez de 2002. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

Cinco regras jurídicas para iniciar uma startup. Disponível em: <<https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/3122702/cinco-regras-juridicas-para-iniciar-uma-startup>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

CORREA, Eduardo. **Dicas de legislação para startups.** Disponível em: <<http://sebraemgcomvoce.com.br/dicas-de-legislacao-para-startups/>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2019.

DOMENEGHETTI, Daniel. **2020: o poderoso ano das startups.** Disponível em: <https://istoe.com.br/2020-o-poderoso-ano-das-startups/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

DUHIGG, Charles. **How Companies Learn Your Secret.** The New York Times Magazine, 16 de Feb. de 2012. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/02/19/magazine/shopping-habits.html?pagewanted=1&_r=1&hp&mtref=www.traycorp.com.br&assetType=REGIWALL>. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

DUMBILL, Edd. **Volume, Velocity, Variety: What You Need to Know About Big Data.** Forbes, 19 de jan. de 2012. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/oreillymedia/2012/01/19/volume-velocity-variety-what-you-need-to-know-about-big-data/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

GRANVILLE, Kevin. **Facebook and Cambridge Analytica: What You Need to Know as Fallout Widens.** The New York Times, 19 de Mar. de 2018. Disponível: <<https://www.nytimes.com/2018/03/19/technology/facebook-cambridge-analytica-explained.html>>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/sobre/estrutura>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

O que é Startup? Como funciona? Quais tipos existem? Disponível em: <https://investorcp.com/investimento-coletivo/o-que-e-startup/> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

O que é uma startup: tudo que você precisa saber! Disponível em: <https://blog.hotmart.com/pt-br/o-que-e-uma-startup/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

PLUGAR. **Conheça a origem da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).** Plugar Data & Intelligence, 21 de Mar. de 2019. Disponível em: <<https://www.plugar.com.br/conheca-a-origem-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-lgpd/>>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.

POZZEBOM, Rafaela. **O que foi a Bolha da Internet? Parecia um negócio altamente promissor e acabou por explodir em 2000.** Disponível em: <<https://www.oficinadanet.com.br/post/14314-o-que-foi-a-bolha-da-internet>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2019.

Qual o melhor tipo societário para as startups? Disponível em: <<https://abstartups.com.br/qual-o-melhor-tipo-societario-para-as-startups/>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

Site Mediação Online. Disponível em: <<https://www.mediacaonline.com>>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

Site Nos8. Disponível em: <<https://nos8.com.br/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

Startup: entenda o conceito e saiba como funciona o investimento. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2016-06-30/startup-conceito.html>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

Startup Jurídica: Conheça e saiba como elas pretendem mudar o Jurídico no Brasil. Disponível em: <<https://www.conamp.org.br/blog/startup-juridica-conheca-e-saiba-como-elas-pretendem-mudar-o-juridico-no-brasil/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

TAM, Donna. **Facebook processes more than 500 TB of data daily.** CNET, 22 de ago. de 2012. Disponível em: <<https://www.cnet.com/news/facebook-processes-more-than-500-tb-of-data-daily/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

TRAVERSO, Martin. **Interacting with petabytes of data at Facebook.** Facebook, 11 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/facebook-engineering/presto-interacting-with-petabytes-of-data-at-facebook/10151786197628920>>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

VIEIRA, Lucas Bezerra. **Afinal, o que é Direito das Startups?** Disponível em: <<https://lucasbz.jusbrasil.com.br/artigos/493296514/afinal-o-que-e-direito-das-startups>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO - Pós-doutor em Educação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás -2014). Doutorando em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES 2017). Mestrado Profissional em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pela Escola Superior de Teologia - EST/UFRGS e Mestre em Ciências Educacionais pela UEP. A nível de graduação, possui formação multidisciplinar (licenciatura e bacharelado) cursados no período (1993-2011), sendo: Licenciatura Plena em Matemática (UEG), Licenciatura em Pedagogia (ICSH/UFG), Licenciatura em Filosofia (FBB/UNIT) e Bacharelado em Teologia (FATEBOV). Professor Titular C-I (Estatutário) da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior FIMES/UNIFIMES, lotado na Unidade Básica das Humanidades. Professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás SEDUCE/GO. Professor Permanente no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Linha de Pesquisa: Novas de Subjetivação e Organização Comunitária. [Sem vínculo empregatício]. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu - Mestrado em Educação) da Faculdade de Inhumas – FACMAIS - Linha de Pesquisa: Educação, Instituições e Políticas Educacionais. Professor Coorientador nos Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGEns) e Ciências Exatas (PPGECE) da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES); Editor adjunto da Revista Educação, Psicologia e Interfaces da UFMS. Atualmente pesquisa e escreve sobre os seguintes temas: ensino; formação de professores; currículo; processos educativos; violência escolar; e filosofia e seus eixos temáticos. E-mail: maximo@unifimes.edu.br .

ELISÂNGELA MAURA CATARINO - Pós-doutora em Educação Especial pela Escola Superior de Educação de Coimbra – ESEC/Pt. Doutora em Ciências da Religião pela PUC-Goiás. Mestra em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS. Graduada em Letras pela UEG e em Filosofia pelo ICSH. Professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação de Goiás e Professora Titular da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (FIMES). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudo Pesquisa Multidisciplinar (NEPEM) Colíder do Grupo de Estudos... da UFMS. Atualmente estuda e pesquisa sobre a Educação Especial e Formação do Leitor. E-mail: maura@unifimes.edu.br

VAGNO BATISTA RIBEIRO - Doutorando da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS com tese: Educação, Identidade, Movimentos Sociais e Cidadania: práticas culturais e construção de identidades (início 2018.1). Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Teologia da Escola Superior de Teologia - EST/RS (CAPES - Conceito 6), LINHA DE PESQUISA - Educação Comunitária com Infância e Juventude, Mestre em Ciências Educacionais com área de concentração em Ensino e Currículo pela Universidade Evangélica. E-mail: profwagner2006@gmail.com.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Baixa Idade Média 1, 146, 147, 150, 152, 153, 155, 156

Big Data 292, 296, 297, 300, 301

C

Cadeias Produtivas 242, 244, 248, 251, 252, 254, 255, 256

Comportamento 25, 48, 56, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 128, 216, 261, 297

Consumismo 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 39, 40, 42, 43, 199, 217

D

Desenvolvimento Rural 102, 213

Design Universal 260, 262, 266, 267, 276

Deslocamento 1, 2, 142, 152, 233

Direito à Desconexão 229, 230, 232, 236, 237, 239, 240, 241

E

Economia Circular 215

Educação do Campo 100, 101, 103, 106, 112

Ensino de Filosofia 180, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 192

Escola 34, 35, 76, 77, 78, 82, 85, 102, 103, 105, 106, 108, 112, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 260, 263, 274, 275, 276, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 303

F

Família 71, 101, 104, 105, 111, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Formação Docente 75, 188, 290

G

Gênero 5, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 137, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 160, 161, 162, 164, 223, 286

I

Identidades 29, 83, 100, 101, 107, 108, 109, 112, 119, 121, 138, 195, 303

Igualdade 115, 117, 119, 196

Incerteza 193, 194, 199, 295, 297

Inclusão Escolar 260, 262, 263, 264

Indústria de Alimentos 81, 204, 207, 208, 209

L

Literatura de Viagem 146, 147, 149, 150, 154

M

Mestiçagem 219, 221, 225, 226, 227

Modernidade Líquida 193, 194, 198, 201

Monstro 1, 3, 5, 6, 9

Mulher 8, 9, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 134, 136, 137, 144, 161, 195, 223

P

Pierre Lacotte 158, 159, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 178

Planejamento Científico 278

Políticas Públicas 23, 57, 102, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 134, 136, 137, 144, 208, 253

Project Model Canvas 278, 279, 281

Protagonismo 100, 112, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

R

Raça 50, 114, 115, 118, 119, 121, 220, 226

Rastreabilidade 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Resistência 50, 52, 204, 209, 210, 213, 273

S

Saber Científico 75, 76, 78, 85

Sociedade de Risco 25, 26, 30, 32, 41

Startups 292, 293, 295, 297, 298, 300, 301, 302

Sustentabilidade 41, 43, 110, 214, 215, 216, 217, 218, 253, 276

T

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação 282, 283, 284, 287, 291

Tecnologias Laborais 229, 230

Trabalho 4, 25, 28, 29, 32, 34, 36, 45, 50, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 84, 86, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 114, 118, 123, 124, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 168, 171, 185, 187, 188, 199, 211, 215, 216, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 257, 261, 267, 271, 272, 273, 276, 278, 280, 281, 298

Traje de cena 158, 159, 176, 177

V

Vitimologia 45, 53

 **Atena**
Editora

2 0 2 0